

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DESPORTOS – CEFID
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

**O IMPACTO DO PROGRAMA ESTADUAL ESPORTE ESCOLAR NO
CONTEXTO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA**

LILIAN WAGNER

Florianópolis, julho de 2006

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DESPORTOS – CEFID
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

**O IMPACTO DO PROGRAMA ESTADUAL ESPORTE ESCOLAR NO
CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada como requisito para conclusão do Curso de Pós-Graduação: Mestrado em Ciências do Movimento Humano, do Centro de Educação Física e Desportos - CEFID, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, orientada pelo Professor Dr. Ruy Jornada Krebs.

LILIAN WAGNER

Florianópolis, julho de 2006

TERMO DE APROVAÇÃO

A cursista Lílian Wagner, regularmente matriculada no Curso de Pós-Graduação em Ciências do Movimento, apresentou sua Dissertação: O IMPACTO DO PROGRAMA ESTADUAL ESPORTE ESCOLAR NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA, sendo aprovada para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento.

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Professor Dr Ruy Jornada Krebs - Orientador

Professora Dr^a Lenamar Fioresi Vieira

Professora Dr^a Geovana Zarpellon Mazo

Professor Dr Fernando Cardoso

Florianópolis, julho de 2006

DEDICATÓRIA

*À Sônia de Lages,
ao Vanderlei de Florianópolis,
ao Fritz de Piratuba,
ao Ivan de Saudades,
à Ana de Papanduva
e tantos outros,
Professores de Educação Física que
personificam a educação pelo esporte, e por
meio deles, a todos os profissionais da
educação pelo seu desprendimento e
dedicação neste processo de construção
participativa.*

AGRADECIMENTOS

*À Vida.
À Deus pela vida que me deu.
À vida pelos amores meus:
minha família, meu pai, minha mãe e meu filho Matheus.*

SUMÁRIO

	LISTA DE GRÁFICOS	8
	LISTA DE QUADROS	9
	LISTA DE FIGURAS	9
	LISTA DE TABELAS	10
	LISTA DE ANEXOS	11
	RESUMO	12
	ABSTRACT	13
1.	CAPÍTULO I - Introdução	14
	1.1. Conceituação do Objeto do Estudo e Problemática	14
	1.2. Objetivos	22
	1.2.1. Objetivo Geral	22
	1.2.2. Objetivos Específicos	22
	1.3. Justificativa	23
2	CAPÍTULO II – Fundamentação Teórica e Marco Legal	27
	2.1. Dimensão Legal	27
	2.2. Dimensão Pedagógica	42
	2.3. Dimensão Políticas Públicas	48
	2.3.1. O conceito de política	48
	2.3.2. O processo de elaboração de Políticas Públicas	50
	2.3.3. O conceito de descentralização e autonomia	52
	2.3.4. O conceito de desenvolvimento humano e motor	53
	2.4. Dimensão Organizacional das Instituições – Sistema Nacional de Ensino e Brasileiro do Esporte	56
3.	CAPÍTULO III - Metodologia	57
	3.1. Delineamento da Pesquisa	57
	3.2. Contexto Do Estudo	58
	3.3. Metodologia e Diretrizes de Implantação do PEEE	61
	3.4. Plano de Estudo	66
	3.5. Localização e Classificação das Fontes	67
	3.6. Validade Externa e Interna das Fontes	70
	3.7. Análise do Custo per Capitã	73
	3.8. Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	73
	3.9. Delimitação do Estudo	76
	3.10. Limitações	76
4.	CAPÍTULO IV - Apresentação e Discussão dos Resultados – PEEE	77
	4.1. Estrutura Organizacional do Sistema Nacional de Ensino e do Sistema Brasileiro do Esporte	77
	4.1.1. Sistema Nacional de Ensino	77
	4.1.2. Sistema Brasileiro do Esporte	81
	4.2. Apresentação dos Resultados do PEEE/SC	83
	4.2.1. Etapa I: Ano 2001	83

4.2.2. Etapa II: Ano 2002	87
4.2.3. Etapa III: Ano 2003	90
4.3. Evolução do Programa no Triênio	93
4.4. Custos do Programa no Triênio	94
4.5. Discussão dos Resultados do PEEE/SC	94
4.5.1. Número de Alunos, Escolas e Municípios do PEEE	95
4.5.2. Custo Per Capita	106
4.5.3. Modalidades Esportivas Ofertadas em 2001, 2002 e 2003	111
4.5.4. Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	118
4.5.4.1. Etapa 2001: DSC	118
4.5.4.2. Etapa 2002: DSC	125
5. Capítulo V – Considerações Finais	172
6. Referências Bibliográficas	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Previsão das metas de 25% de atendimento e 100% de beneficiados	93
Gráfico 02	Matrículas na Rede Pública Estadual - Ensino Fundamental	96
Gráfico 03	Alunos Beneficiados e Matrícula no Ensino Fundamental	99
Gráfico 04	Porcentagem de alunos atendidos e beneficiados em 2003	101
Gráfico 05	Total de escolas por regional	104
Gráfico 06	Número de projetos por regional em 2001, 2002 e 2003	111
Gráfico 07	Número de projetos por modalidade em 2001, 2002 e 2003	113
Gráfico 08	Número de modalidades por CRE, nas etapas I, II e III	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Dimensão legal em Santa Catarina	40 - 41
Quadro 02	Organograma do Estudo	66
Quadro 03	Documentos de análises históricas	70
Quadro 04	Evidência externa	71
Quadro 05	Evidência interna	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa de Santa Catarina por CREs	102
-----------	---------------------------------	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Participação no ano 2001	84
Tabela 02	Capacitação 2001	86
Tabela 03	Participação no ano 2002	88
Tabela 04	Capacitação 2002	89
Tabela 05	Participação no ano 2003	91
Tabela 06	Capacitação 2003	92
Tabela 07	Custos do Programa Esporte Escolar no triênio 2001-2003	94
Tabela 08	Número de alunos, escolas e municípios do PEEE	96
Tabela 09	Percentual de alunos beneficiados em relação à matrícula	97
Tabela 10	Classificação das CREs segundo o número de matrículas dos alunos	100
Tabela 11	Alunos beneficiados e atendidos e custo per capitã	107
Tabela 12	Valor Médio Per Capita Eventos FESPORTE	109
Tabela 13	Valor Médio Per Capita Programa PEEE	109
Tabela 14	Previsão Financeira para a educação básica de Santa Catarina	109

LISTA DE ANEXOS

Anexo I	Histórico dos Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC)	182
Anexo II	Plano de Ação 2000	185
Anexo III	Organogramas Institucionais	195
Anexo IV	Diretrizes do PEEE	205
Anexo V	Formulários do PEEE/SC	208
Anexo VI	Mapas do PEEE/SC	219
Anexo VII	Relatórios Execução Orçamentário/Financeira	246
Anexo VIII	Questionários de avaliação	253

RESUMO

WAGNER, Lilian. O IMPACTO DO PROGRAMA ESTADUAL ESPORTE ESCOLAR NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA, Florianópolis, maio, 2006. Dissertação (Curso de Ciências do Movimento Humano) do Centro de Educação Física e Desportos – CEFID, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2006.

Este trabalho teve por objetivo verificar o impacto do Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE) no contexto da Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina. Para isto procurou-se conhecer e se analisou as estruturas organizacionais atuais do Sistema Nacional de Ensino e do Sistema Brasileiro do Esporte, para verificar a existência de planos, programas e/ou projetos e, ainda, recursos financeiros específicos para o esporte escolar. Pesquisou-se o PEEE no triênio 2001-2003 quanto ao número de alunos, escolas e municípios que participaram deste, quanto à evolução da participação das escolas durante a execução deste programa, quanto à relação custo/benefício por aluno/ano, quanto à oferta de modalidades esportivas praticadas e a sua ampliação durante as três etapas, nas quais este foi ofertado. Avaliou-se, ainda a percepção da comunidade escolar. Depois destas avaliações constatou-se a inexistência de uma política pública oficial e específica para o esporte escolar no espaço escola. Concluiu-se assim que o impacto positivo do PEEE melhorou as relações interpessoais na comunidade escolar, mudou comportamentos dos alunos e professores, melhorou a quantidade e a qualidade do material didático que chega às escolas, diversificou a prática das modalidades esportivas e melhorou a auto-estima dos professores de Educação Física.

PALAVRAS CHAVES: esporte escolar, políticas públicas, sistema educacional, sistema esportivo.

ABSTRACT

WAGNER, Lilian. STATE SCHOOLS SPORT PROGRAM'S IMPACT IN SANTA CATARINA'S SCHOOLING SYSTEM, Florianopolis, May 2006. Dissertation (Course on Sciences of Human Movement) of UDESC's CEFID - Centre of Physical Education and Sport of the State University of Santa Catarina, 2006.

The aim of this work was to verify the State Schools Sport Program's (PEEE) impact in Santa Catarina's public schooling system. For this end, the current organizational structures both of the Schooling National Authority and the Brazilian Sport Authority were studied and analysed, to check the existence of plans and/or projects and specific financial resources for sport in the schools. The PEEE from 2001-1003 was researched regarding number of students, schools and municipalities that were part of it; schools participation's trends in the life of the program; cost/results quotient for student per year and also the provision of played sport modalities and its growth during the three phases when it was offered. The impact of this program in the school community's perception were also evaluated. After that, the lack of an official and specific public policy for school sport inside the schools was a clear fact. As conclusion, the PEEE positive impact resulted in better school community interpersonal relationships, students and teachers' behaviour changes, better quality and quantity of didactic stock arriving at schools, diversity in sport modalities practices and increased self-esteem for the Physical Education teachers.

KEY WORDS: school sport, public policies, educational system, sport system.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

1. 1. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO DO ESTUDO E PROBLEMATIZAÇÃO

A Comissão de Reformulação do Desporto Nacional, instituída para subsidiar os debates da Assembléia Nacional Constituinte, em 1985, conceituou o desporto e denominou os modos de exercício deste direito de manifestações, indicando o “esporte como um direito de todos, independente de idade, sexo, capacidade e condição social”. Desta forma, e de acordo com o caráter que assumem as práticas esportivas, estas manifestações poderão ser formativo-educacional, participativa ou competitiva e é neste contexto que o desporto educacional passou a ser prioritário.

Assim sendo, inúmeras foram as iniciativas federais e estaduais na tentativa de implantar ações de mobilização nas escolas públicas, para a prática do esporte escolar. Para cada proposta de ação, no decorrer dos últimos anos, houveram períodos de continuidade e descontinuidade da prática esportiva escolar. Estas rupturas ocorreram, possivelmente, pela falta de engajamento das comunidades escolares, ou em função do tempo de permanência das atividades esportivas no espaço escola ou pelas políticas públicas federais, estaduais e/ou municipais apresentadas apenas como projetos não regulamentados oficialmente. A busca desta história se refletiu no maior desafio: a falta de registros e documentos com dados fidedignos que possibilitassem o seu diagnóstico.

Com a Constituição Federal de 1988, o desporto passou a ter importância como fenômeno social nacional, passando a configurar-se como um direito básico de

todos e de cada um dos cidadãos brasileiros. Este se caracteriza como direito-autonomia, onde se garante ao cidadão a realização livre, sem entraves e sem interferência por parte do Estado e dos demais indivíduos. Não se tolera qualquer violação a esse âmbito de autonomia, sem que daí decorra conseqüências jurídicas. A realização livre dos fins do desporto foi classificada ou organizada historicamente, legalmente e em relatos acadêmicos, como desporto: classista, estudantil, militar e comunitário, ou na forma de desporto lazer, educação, espetáculo, profissão e competição, sendo que atualmente as manifestações do desporto estão organizadas como de rendimento, de participação e de lazer.

Em Santa Catarina, a cultura esportiva iniciada nos anos 60, centrou-se na realização de eventos esportivos de rendimento, municipais, regionais e estaduais. Isto perdura por mais de 40 anos ininterruptos, conforme descrição no documento que se constituiu no Histórico dos Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC).

Estes eventos, extremamente significativos, se iniciaram nas regiões de colonização alemã, mais precisamente em Brusque e em Blumenau, como fator de aproximação e de integração entre as pessoas dos municípios e as das regiões e, cresceram de tal maneira que o poder público passou a financiá-los.

Em 1980, o Decreto Estadual nº 13.000, de 15 de dezembro, regulamentou o Ensino e a Prática da Educação Física, no Estado de Santa Catarina e, também, o esporte escolar no espaço escola. Com a CF/88 este decreto foi revogado e a Educação Física passou a ser abordada como disciplina inclusa ao currículo, ficando o esporte escolar destinado a hora-aula extracurricular pela Portaria Estadual nº 007/1993/SEC.

Esta regulamentação esteve em concordância com os dispositivos legais da CF/88, que indica a democratização da educação, tanto quanto ao acesso e a

permanência na escola, como para atingir a sua universalização. Iniciou-se, assim, extra-oficialmente a ampliação da jornada na escola, que contemplou oficialmente o esporte escolar enquanto atividade extraclasses e a destinação de recursos públicos prioritariamente ao desporto educacional no espaço escola e com eventos esportivos.

A Lei Nº. 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diz no Capítulo IV, do Direito a Educação, a Cultura, ao Esporte e ao Lazer, artigo 59, “os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”. Até hoje o ECA, como produto de longas discussões e poucas ações, ainda não foi cumprido na sua íntegra.

Até 1992, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, existiam dois setores responsáveis pela Educação Física: a Coordenadoria de Desportos (COD) e a Unidade Operacional de Educação Física e Desportos (UNED). Posteriormente estes setores foram unificados com a criação da Diretoria de Desportos (DIDE) que, em 1994, foi substituída pela Fundação Catarinense de Desportos (FESPORTE). Isto é decorrente da alternância de matiz partidário que tem duas concepções políticas para o esporte escolar: uma direcionada à realização de eventos esportivos próprios do sistema esportivo e a outra, à oferta da prática esportiva na própria escola. Esta dicotomia ocasionou uma ruptura nas atividades e deixou as escolas sem perspectivas quanto às práticas esportivas para atender as necessidades das crianças e dos jovens.

A partir de 1993, elegeu-se uma única linha de ação efetivada na estrutura da Fundação Catarinense de Desportos (FESPORTE) com a realização de eventos esportivos. Acredita-se que a origem da dicotomia, evento esportivo e prática

esportiva na própria escola, tiveram suas raízes na experiência de vida e formação dos profissionais da área, bem como na destinação insuficiente de recursos financeiros para o setor. Isto justificaria que, historicamente, o esporte escolar extraclasse resultasse das iniciativas isoladas de professores de Educação Física nas escolas, ou, de alunos que conseguiram acessar o sistema confederado, de treino em clubes ou prefeituras, e assim, repetindo o modelo do desporto de rendimento.

Neste sentido, investigar este fato em documentos e registros diversos, identificando as propostas de programas e os seus projetos, o nível de participação dos alunos na prática esportiva escolar, assim como nas fases: escolar, municipal, regional e estadual de eventos esportivos escolares oficiais foi de suma importância para a conclusão deste trabalho de pesquisa.

Em 1994, no contexto de Santa Catarina, criou-se o Sistema Desportivo Estadual, regulamentado pela Lei Estadual Nº. 9.808, de 26 de dezembro de 1994, fundamentada na Lei Federal Nº. 8.672, de 06 de julho de 1993 (Lei Zico), posteriormente transformada em Lei Pelé (de Nº. 9.615, de 24 de Março) em 1998. Elaborou-se o primeiro documento de criação de uma política estadual de esportes, que embora não tenha se transformado em Lei Estadual, é referência para todos os profissionais que dele têm conhecimento, considerando-se sua quase não divulgação. Este documento apresenta as responsabilidades e as áreas de atuação das instituições, do Sistema Desportivo Estadual, constituído pelo Conselho Estadual de Desportos (CED), pela Fundação Catarinense de Desportos (FESPORTE) e pelo Tribunal de Justiça Desportiva (TJD).

Em 1996, promulga-se a LDB que no Art. 26, que trata dos currículos do ensino fundamental e médio diz no § 3º: “A educação física, integrada à proposta

pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. E no Art. 27 que trata dos conteúdos curriculares da educação básica traz como a quarta diretriz o inciso: promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais”.

Em 1997, com a intenção de construir uma política estadual de esportes para Santa Catarina, o Conselho Estadual do Desporto (CED), em conjunto com as entidades esportivas interessadas, promove o I Fórum Catarinense do Desporto. Embora tenha sido o marco inicial para a elaboração, para a discussão e para a aprovação de uma política estadual transformadora, não alcançou o objetivo de concretizá-la na prática, uma vez que esta não foi oficializada legalmente junto às instituições responsáveis.

Em 1998, o Sistema Estadual de Ensino alinha-se com a LDB/96, no entanto o desporto educacional, no artigo 87, aguarda até hoje uma regulamentação, com base na Lei Pelé. Também, em 1998, no II Congresso Catarinense de Educação Física e Desportos, realizado em Florianópolis, aconteceram palestras sobre a Educação Física Escolar e Esporte Escolar que levou os participantes a refletir sobre a necessidade de descentralizar as discussões e de criar uma rede de relações para a busca dessas mudanças.

No II Fórum Catarinense do Desporto e do Lazer, em 2000, o intuito também estava dirigido à descentralização e democratização das discussões e ao cumprimento das metas definidas no I Fórum (1997), uma vez que esse aconteceu em uma única fase estadual. O resultado dos trabalhos orientou a elaboração da segunda proposta de política estadual do desporto, pelos representantes do Conselho Estadual do Desporto (CED), da Universidade do Estado de Santa Catarina

(UDESC) e da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (SED). Também, foi regulamentado o Fundo Estadual para o Desenvolvimento do Desporto de Santa Catarina (FUNDESC), através do Decreto Nº. 1.513, de 25 de julho de 2000. Este fundo foi criado pela Lei nº 9.808, de 26 de dezembro de 1994, artigo 11, parágrafo único, vinculado à Fundação Catarinense de Desportos (FESPORTE). Ainda no ano 2000, a proposta de política estadual, foi submetida à Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Apesar dos esforços da Comissão de Educação e Desporto, a política que previa a integração do Sistema de Ensino com o Esportivo, não foi regulamentada pelo Conselho Estadual do Desporto. Com base nas discussões do II Fórum foi elaborado um Plano de Ação, no ano 2000 (Anexo II). A partir das metas estipuladas neste o esporte escolar foi considerado como fator fundamental na ampliação da jornada dos alunos na escola, como atividade extraclasse, passando a ser responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, incluindo aí o financiamento específico das atividades esportivas escolares no espaço escola. Esta decisão rompeu a prática de financiamento dos eventos esportivos escolares realizados pela FESPORTE com recursos do FUNDEF, ou seja, do sistema educacional. Neste contexto os Jogos Escolares de Santa Catarina (JESC) foram substituídos pela Olimpíada Escolar de Santa Catarina (OLESC), ficando os JESCs sob a responsabilidade da SED; a representação nos eventos escolares, da FESPORTE, passou a ser as escolas e não mais as seleções de escolas e de municípios para os eventos microrregionais, regionais e estaduais.

A implementação do Plano de Ação 2000 teve início a partir do ano 2001, mediante o desenvolvimento de treze metas gerais, quais sejam: a) Obrigatoriedade de, no mínimo, três aulas semanais de Educação Física para o diurno e duas para o noturno, em todos os níveis de ensino público e privado; a inclusão da Educação

Física como disciplina obrigatória para todos os cursos, em todos os níveis e turnos de funcionamento da rede de ensino; e b) Para prestar concurso público o professor deve estar registrado no CREF/SC; o técnico responsável pelas equipes participantes de eventos esportivos deverá ser registrado no CREF/SC; e c) Criar a função de integrador pedagógico/desportivo para orientação do ensino da Educação Física e o desporto escolar nas CRE's; e d) Destinar carga horária específica para atividades extraclasse, como o desporto escolar; e e) Cursos de capacitação docente na área de Educação Física Escolar; e f) O programa de ensino de Educação Física Escolar deve ser organizado pelo grau de complexidade, devendo ser comum em toda rede de ensino fundamental e médio; e g) Levantamento criterioso do material didático de Educação Física enviados às escolas; e h) Levantamento com relação aos espaços físicos para a prática da Educação Física, restaurar os espaços inadequados e criar espaços onde esses não existem; e i) Desporto escolar com a participação de todos os alunos da escola, independente de série ou sexo, incentivando a formação de equipes e participação de todos os setores; jogos escolares com a cara da escola; e j) O desenvolvimento do desporto escolar fica a critério da SED, via projeto da escola; e l) No ano 2001, investir os recursos públicos destinados ao desporto escolar em capacitação e material didático das escolas públicas; e m) Realizar a fase municipal até junho, e a fase micro regional em setembro de 2002, mantendo sempre a fase da escola; e n) Os alunos federados e que participaram no ano anterior em campeonatos das federações desportivas, poderão participar dos jogos escolares em outra modalidade que não aquela em que estiverem federados.

No contexto deste Plano de Ação foi criado, implantado e implementado o Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE), pela Secretaria de Estado da Educação.

Sua implementação se deu mediante a realização de três etapas anuais, nos anos 2001, 2002 e 2003, respectivamente. Na primeira etapa foram contemplados 72 projetos escolares, na segunda etapa 886 e na terceira etapa 1.209, de forma a atender o princípio da descentralização.

Em 2002, realizou-se o III Fórum Catarinense do Desporto e Lazer onde foi aplicado um questionário para efetuar uma avaliação dos resultados do Plano de Ação 2000, como também, se definiu a nova diretriz do PEEE. Neste mesmo ano deveria ter sido realizada uma avaliação do PEEE pela Secretaria de Estado da Educação, o que também, não se concretizou. A explicação institucional, para a não realização da avaliação, foi o fato de não ter sido assegurado recursos financeiros. Desta forma ficou impossibilitado o cumprimento do planejamento e a verificação dos resultados do programa.

Em 2005, após a realização das Conferências Estaduais do Desporto que culminaram com a Conferência Nacional (Brasília, junho de 2005) se **re**-iniciou, outra vez, a discussão de que: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um” (Constituição Federal de 1988, artigo 217).

A partir do estudo dos eventos acima relatados e com base nas indicações legais é que se estabeleceu o problema que dá origem a este trabalho:

Qual o impacto do Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE) no contexto da Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Investigar historicamente qual o impacto do Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE) no contexto da Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar as estruturas institucionais do Sistema Nacional de Ensino e do Sistema Brasileiro do Esporte para verificar a existência de estruturas organizacionais de gestão do esporte escolar, fontes específicas de financiamento, planos, programas e/ou projetos.

2. Levantar o número de alunos, de escolas e de municípios que já participaram do PEEE e os resultados obtidos.

3. Analisar a evolução da participação das escolas no PEEE, segundo o critério do número de escolas participantes, durante o seu triênio de implementação.

4. Estabelecer a relação custo/benefício por aluno/ano para verificar se houve a descentralização financeira e conseqüentemente a democratização da prática do esporte escolar extraclasse em Santa Catarina.

5. Verificar a oferta das modalidades esportivas praticadas em 2001, 2002 e 2003 para detectar se houve diversificação na prática das mesmas.

6. Diagnosticar a percepção da comunidade escolar em relação à mudança comportamental dos alunos e professores, mediante as respostas dadas no instrumento de avaliação aplicado aos professores integrantes do PEEE.

1.3. JUSTIFICATIVA

A história de vida da pesquisadora, tanto profissional quanto pessoal, se confunde com a história de tantas crianças e adolescentes que passam parte de seu dia na escola. Ao conceber a ampliação da jornada destes na escola, questionou o formato dessa ampliação.

A proposta de ampliação dessa jornada poderia, na visão da pesquisadora, ser dotada de movimento, prazer e alegria, uma vez que as crianças já passaram metade de seu dia sentadas em cadeiras em desacordo com as normas de ergonomia, ouvindo o mestre falar. De atividades que possibilitassem a criatividade de uma forma lúdica, prazerosa e alegre, e criassem uma disposição positiva à aprendizagem fora dos moldes tradicionais.

No ano de 2000, foi criado o Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE), em Santa Catarina, semelhante ao programa federal do qual esta pesquisadora foi partícipe no ano de 1996, em Brasília. O referido programa, que inspirou a proposta de Santa Catarina, foi resultado de uma parceria entre Ministérios do Governo Federal e o SESI/DF, no qual esta pesquisadora exerceu a função de coordenação. Oferecia atividades relacionadas ao Esporte, Arte e Reforço Escolar sendo conhecido como Esporte Solidário. Este foi implantado pelo Serviço Social da Indústria (SESI), na cidade de Brasília. Esta parceria com o Ministério Extraordinário do Esporte via Instituto de Desenvolvimento do Esporte (INDESP), teve como objetivo a inclusão social de crianças em situação de risco pessoal e social.

O Programa Esporte Solidário envolveu 480 crianças, de 07 a 14 anos, provenientes do entorno das cidades satélites e em situação de risco pessoal e social, cadastradas no Serviço de Assistência Social da Administração Pública da

cidade de Brasília. Estas 480 crianças foram distribuídas em 03 núcleos de atendimento, sendo que 02 funcionaram nas instalações do SESI nas cidades de Taguatinga e Gama e 01 no Batalhão do Corpo de Bombeiros de Santa Maria. A carga horária do programa foi de 16 horas semanais - extraclasse - distribuídas entre as atividades esportivas, artísticas e de reforço escolar, com intervalos de lanches.

As crianças selecionadas, a partir daquele cadastro, viviam em situação socioeconômica desfavorável comprometendo a sua educação, saúde e segurança, levando à marginalização escolar e social. Estas condições de precariedade das famílias e o total descaso do poder público com este tipo de situação foram os fatores que contribuíram para o recrudescimento deste quadro de vulnerabilidade. Embora não tenha havido uma avaliação formal foram percebidas mudanças comportamentais, em decorrência da implementação do programa. Estas foram imediatas melhorando a sociabilidade, a higiene pessoal, as relações interpessoais, a auto-estima, a comunicabilidade, a expectativa quanto ao futuro.

O público beneficiário era constituído por crianças em situação de risco social que ou viviam nas ruas, sem uma atividade específica, ou exerciam a função de flanelinhas, o que transformou a vivência da autora em momentos contraditórios: alternavam-se momentos de impotência e aflição com a realidade dessas crianças e de descoberta e de inconformismo pelas capacidades e potencialidades desperdiçadas pelo modelo excludente de nossa sociedade ocidental. O desafio foi propor um trabalho diferenciado, sob perspectivas integradoras e valorizadoras que, após um mês de sua implantação, passou a ser gratificante funcionando como uma via de mão dupla. Não era mais nem imposição ou doação – era uma troca.

Os resultados positivos obtidos com a experiência do Programa Esporte Solidários levaram a pesquisadora a elaborar uma proposta de criação de um

programa, de ação preventiva, a ser implantado em Santa Catarina, já em 1997, mas não foi possível. O mesmo ocorreu em 1999, e outra vez, como o esporte não fazia parte da Proposta Curricular de Santa Catarina, a ação não teve seu início. Assim em 2001, na tentativa de iniciar um processo contínuo de integração e valorização da população escolar por meio do esporte, é que a pesquisadora conseguiu implantar o Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE), através de uma construção participativa com a colaboração de professores da área, de todas as regiões do estado e das instituições gestoras da educação e do esporte estadual, iniciada no II Fórum de 2000.

A idéia central buscou romper com o atual modelo de escola que ainda funciona dentro do paradigma tradicional: fragmentação dos conteúdos; aprendizagem no silêncio – sem participação; punição das notas; castigo = sem recreio ou sem educação física. O esporte escolar poderia atuar como fator de desenvolvimento humano, na descoberta de limites e possibilidades e, ainda, como estratégia de sensibilização e motivação para toda a comunidade escolar, estimulando o engajamento na ação de transformação da escola num espaço de todos e nos quais as comunidades se desenvolvessem continuamente.

Apesar de o esporte ser considerado um dos instrumentos ideais utilizados para a mudança paradigmática não só do sistema do ensino como, também, do sistema social, o PEEE, depois de funcionar por três anos consecutivos, foi suspenso. Durante sua vigência, as relações interpessoais, interinstitucionais e intersetoriais se estabeleceram e se fortaleceram, criando várias redes interdependentes, que de uma forma muito dinâmica, são causa e conseqüência de um processo de mudança que insiste em acontecer. Assim como existe uma cultura de rupturas periódicas, decorrentes de matizes políticas, percebe-se uma cultura de

engajamento permanente alicerçada no fazer cotidiano das escolas públicas que insiste em se fazer presente nos debates, decisões e ações. Para avaliar quais as mudanças efetivadas no contexto da escola fez-se necessário analisar os resultados do PEEE e o impacto de sua implementação

Ao analisar os resultados do PEEE podem-se estabelecer, através dessa pesquisa, parâmetros mais eficientes de avaliação do seu impacto, no triênio 2001-2003. O primeiro parâmetro se referiu ao custo total de investimentos, no triênio, no valor de R\$ 2.808.386,51 aplicados: na compra de materiais de consumo, equipamentos e pequenas reformas nas quadras de esportes; nas capacitações de profissionais (professores de Educação Física, representantes das CRÊS, integradores da FESPORTE e professores ministrantes nas capacitações) e, ainda, na remuneração das aulas excedentes dos professores de Educação Física que atuaram no programa. O segundo parâmetro se referiu ao custo per capita de R\$ 6,80/2001, R\$ 5,60/2002 e R\$ 4,70/2003 para cada um dos 532.682 alunos beneficiados pelo programa durante o triênio. Estes parâmetros permitiram redimensionar os investimentos, ano a ano, nas atividades esportivas escolares, uma vez que com estes recursos disponíveis foi possível atender/beneficiar um maior número de alunos nas escolas, otimizando ações, estratégias, avaliações e prever o atendimento em todo o Estado.

A análise do PEEE permitiu, também, o estabelecimento de críticas a planos, programas e projetos de cunho assistencialista implementados pelas instituições governamentais que não permitem a descentralização e a autonomia na gestão. Acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir com a discussão acadêmica e ética relacionadas aos aspectos positivos e negativos na implantação e implementação de ações governamentais, voltadas à formação das pessoas e das comunidades.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E MARCO LEGAL

2.1. DIMENSÃO LEGAL

No Brasil, tem-se testemunhado a busca pela universalização do Ensino Fundamental e uma maior preocupação com a ampliação de oportunidades da prática desportiva educacional. O direcionamento das políticas públicas nesse sentido, tanto se estende aos dispositivos constitucionais referentes aos direitos e garantias fundamentais, quanto à necessidade de que o desporto cumpra com sua responsabilidade social.

Ambos são referidos na Constituição Federal de 1988, o primeiro em seu artigo 5º, quando se refere à igualdade de direitos dos cidadãos perante a Lei e o segundo ao referendar o direito à educação, ao lazer e a proteção à infância ao tratar dos direitos sociais, em seu artigo sexto.

No ano de 1985, a Política Nacional do Desporto, foi apresentada pela Comissão de Reformulação do Desporto, instituída pelo então Presidente da República. Esta comissão realizou estudos e indicou soluções que, no conjunto, corporificaram uma proposta ampla e objetiva para a promoção da reformulação da política nacional para essa área.

No documento por ela elaborado efetuou-se uma proposta de re-conceituação do esporte, de tal forma que a dimensão social ampliou a perspectiva de ir além da atividade predominantemente física, destacando seu caráter formativo-educacional, participativo e competitivo (Brasil, 1985, p. 05). O conteúdo deste documento fundamentou os debates na Assembléia Nacional Constituinte, de 1988, e culminou com a inclusão do Desporto na Constituição Cidadã, especificamente no artigo 217.

Com isto houve a adequação das estruturas desportivas e a, posterior, inclusão da idéia de democratização e de participação nas atividades do desporto de rendimento, de participação e o educacional.

Na CF/88 a Justiça Desportiva foi contemplada, assim como a Administração do Desporto, a destinação prioritária de recursos financeiros ao desporto educacional e o alerta quanto aos cuidados com as manifestações desportivas de criação nacional. Estabeleceu-se o acesso como obrigatório, gratuito e como um direito público subjetivo, e que a falta de oferta ou oferta irregular é de responsabilidade da autoridade competente. Quanto ao esporte, este foi considerado como conteúdo curricular de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Educação passou a ser responsável pela promoção e pelo apoio às práticas desportivas formais e não formais.

Esta regulamentação está no Artigo 205, da CF/88, que diz que: “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Neste contexto a expressão “pleno desenvolvimento da pessoa” significa dizer que o seu desenvolvimento deverá efetuar-se em todas as suas dimensões, não apenas no desenvolvimento cognitivo, mas no ser humano integral com suas dimensões motoras, afetivas e sociais.

CHALITA (2001), diz que “pleno significa o oposto da visão conteudista ou reducionista, que tem como foco apenas o desenvolvimento da habilidade cognitiva. Trata-se de ampliar a responsabilidade da educação para as habilidades sociais e psicológicas priorizando a afetividade, o equilíbrio e a convivência plural”.

Portanto, deve-se entender como dever da escola o incentivo à cultura, às práticas esportivas, à convivência social e a preservação do meio ambiente. Não é necessário apenas assegurar a educação, mas propiciar uma educação de qualidade. E por educação de qualidade, entende-se que as escolas deveriam ter instalações adequadas para que se possa alcançar aquela educação integral que consta no artigo 205, da CF/88. E ainda, que estas instalações não deverão privilegiar apenas as salas de aula na sua estrutura formal, mas também as quadras esportivas, os laboratórios, os auditórios, as bibliotecas, etc. Ainda, ao idealizar a pessoa plena, deve-se considerá-la no domínio de suas competências físico-cinestésicas, percepto-cognitivas, sócio-afetivas e espaço-temporal no contexto da família, da sociedade e da escola, responsáveis diretas pelo seu desenvolvimento.

Neste sentido, proporcionar as mais diversificadas vivências e criar oportunidades no espaço escola para alcançar esta finalidade significa também, disponibilizar programas na área da saúde e da aptidão física, incluindo ações que propiciem a prática do esporte escolar extraclasse permanentemente.

Além da CF/88, as legislações que regulamentam o Sistema Educacional Brasileiro, na atualidade, são: a Lei Nº. 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação - LDB), a Lei Nº. 10. 172/2001 (Plano Nacional de Educação - PNE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF que será substituído pelo FUNDEB no final de 2006).

A LDB tem a finalidade de promover a descentralização e a autonomia para as escolas e universidades, além de estabelecer um processo regular de avaliação do ensino. Para sua regulamentação existem Leis complementares e específicas, as quais foram promulgadas a posteriori.

A LDB estabelece no artigo 26 que a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é um componente obrigatório da Educação Básica que é constituída por três etapas: educação infantil, ensino fundamental e médio. A respeito da base comum nacional dos currículos do ensino fundamental e médio, a LDB diz que a educação física deve ser ajustada às faixas etárias e às condições da população escolar, não sendo mais facultativo nos cursos noturnos, justamente onde o alunado é basicamente constituído de trabalhadores juvenis, desgastados após um dia de trabalho, necessitados de atividades compensatórias.

O Plano Nacional de Educação, promulgado em 2001 e com validade para dez anos, convocou os estados, o distrito federal e os municípios brasileiros a elaborar os seus planos decenais correspondentes, com acompanhamento e avaliação do Plano. A inserção do Esporte Escolar nestes Planos constituiu-se num fator a mais para a melhoria da qualidade da educação – educação significativa – e para a inclusão.

A regulamentação destas Leis Gerais, bem como das emendas, das leis complementares, das resoluções e das medidas provisórias destinadas aos níveis e modalidades de ensino é atribuição do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituído pela Lei Nº. 9.131/1995. Essa atribuição é extensiva aos estados e municípios federados representados neste contexto pelos Conselhos de Educação Estaduais e Municipais. Porém, nem o CNE e nem os Conselhos Estaduais e Municipais cumpriram com a determinação legal de incluir o esporte escolar como prioridade no sistema de ensino brasileiro, seja na LDB ou no PNE, ou nos fundos de financiamento da educação, ou nas legislações subseqüentes estaduais e municipais, apesar da existência da Portaria Interministerial Nº. 073, de 21 de junho de 2001, entre os Ministérios da Educação e do Esporte indicando uma aproximação entre as duas pastas.

No âmbito federal os Fundos de Financiamento da educação brasileira são o FNDE, FUNDEF que a partir de 2007 se transformará em FUNDEB, com os programas PNAE, o PDDE, o PAED e o Programa Escola Aberta, descritos abaixo.

a) O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável por captar e distribuir recursos financeiros a vários programas do Ensino Fundamental. Ao financiar e executar esses programas, o FNDE reforça a educação de milhões de crianças brasileiras diretamente beneficiadas por ele. A apresentação de projetos pela escola diretamente ao FNDE cria a possibilidade da escola desenvolver projeto de desporto escolar, mas não é uma fonte de financiamento acessível a grande maioria das escolas públicas e não se constitui em fonte específica do orçamento público.

b) O Programa Escola Aberta tem o objetivo de promover melhorias na qualidade da educação do país, ampliando as oportunidades de acesso a atividades educativas informais, culturais, esportivas, de lazer e de geração de renda por meio da abertura de escolas públicas nos fins de semana. As atividades são abertas a toda a comunidade e visam à melhoria do relacionamento entre professores, alunos e familiares, de maneira a reduzir os índices de violência entre os jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social. O que se observa devido à informalidade das ações é que estas são esporádicas, não se caracterizando por uma oferta regular, orientadas por profissionais habilitados, sem um acompanhamento sistemático de avaliação do aluno ou do próprio programa. Embora seja uma forma agradável e divertida de educação, favorecendo a ampliação da permanência na escola afastando o estudante de riscos e diminuindo a evasão e a repetência, ainda não se constitui em fonte específica do orçamento público.

c) O Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED) tem o objetivo de universalizar o atendimento especializado de alunos portadores de deficiências, cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular. Para as crianças que tenham condições de integração, o programa garantirá sua inserção nas classes comuns de ensino regular. O esporte é uma estratégia de inclusão dos necessitados de atenção especial, fato comprovado pelos nossos medalhistas de Para Olimpíadas, porém, aqui também não existe uma fonte específica do orçamento público. Os fundos de financiamento da educação pública brasileira não têm previsão orçamentária para a efetiva descentralização do esporte escolar. Estes apresentam modelos de projetos segmentados e compartimentados que além de serem complexos estão distantes da realidade das escolas públicas. A legislação fala de atendimento a pessoa plena enquanto que os modelos de projetos a tratam de forma fragmentada.

f) Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF): este fundo não destina recursos específicos para o esporte escolar. Isto é feito apenas no texto da LDB e PNE, quanto à origem e destinação dos recursos financeiros. O FUNDEF será extinto no final do ano 2006, quando passa a ser substituído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Assim como a LDB e o PNE definem os fins da educação brasileira, a Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) estabelece as normas gerais sobre o desporto no Brasil, complementando a Constituição. Um princípio fundamental definido tanto pela Constituição, pela LDB, assim como pela Lei Pelé, é o da democratização, que destaca um aspecto central da função social da escola que é "... igualdade de

condições para o acesso e permanência na escola”, ou a função social do desporto, “... garantido em condições de acesso às atividades esportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminações”. E, a responsabilização dos sistemas de ensino, de acordo com o Art. 3º, inciso I, da Lei Nº. 9.615, de 24 de março de 1998, alterada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, onde o desporto educacional é “... praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”.

Apesar das indicações legais, e das discussões referentes à inclusão do desporto educacional no Sistema de Ensino Catarinense, este foi reduzido a um único artigo para regulamentação específica posterior, na forma da legislação federal aplicável, ou seja, Constituição Federal e LDB anteriormente abordadas, mas principalmente a Lei Pelé. Até o presente momento não houve a regulamentação do artigo 87, da Lei Nº. 170/98 - Sistema Estadual de Ensino, e nem a definição do seu papel no Plano Estadual de Educação, ainda tramitando na Assembléia Legislativa desse Estado. Mas, a partir da publicação da Lei Nº. 10.172/2001 - Plano Nacional de Educação foi instituído a “Década da Educação”, tendo entre outros desafios, a universalização do ensino e a ampliação da jornada escolar no Ensino Fundamental. Somente a partir das deliberações do II Fórum Catarinense de Desporto e Lazer-2000, e de forma a cumprir com esta legislação federal, o desporto foi contemplado oficialmente sob a forma de um programa estadual, extraclasse.

Até 2001, tampouco se cumpriu o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº. 8.069/1990 que explicita os direitos das crianças ao esporte e ao lazer em seu artigo 4º, do Título I, e ser dever da família, da

comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurá-los, assim como à educação, saúde e segurança. O Estatuto reafirma a necessidade de brincar, praticar esporte e se divertir no capítulo referente à liberdade, ao respeito e à dignidade, como pessoas humanas em processo de desenvolvimento.

Considerando a falta de regulamentação do desporto educacional no Sistema Estadual de Ensino, o debate nos fóruns regionais e no estadual e, com base nos indicativos da lei maior, torna-se urgente definir os termos formal e não-formal, nos contextos do Sistema de Ensino e do Sistema Esportivo. No primeiro, a educação formal se desenvolve, predominantemente, em instituições próprias e a não-formal abrange os processos formativos: vida familiar, convivência humana e trabalho. Já no Sistema Esportivo, o termo formal refere-se à prática esportiva de acordo com as regras internacionais das diversas modalidades, e não-formal se refere à liberdade e ao caráter lúdico desta prática. Assim, no espaço escolar da educação formal é direito dos alunos e dever do Estado oportunizar a prática desportiva formal e não-formal de acordo com o grau de desenvolvimento destes. Para cumprir com este dispositivo legal, e com a indicação de ampliação da jornada das crianças na escola, os currículos escolares deverão planejar estas atividades tanto como conteúdo da Educação Física Escolar, como para o Esporte Escolar extraclasse.

Em termos históricos, convém lembrar que de forma pioneira, foi criado o Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina, através da Lei 9808/1994, responsável pelo Desporto Educacional, além do Rendimento e Participação. Este sistema fomentou a prática de esporte educacional a partir dos eventos microrregionais, sendo responsabilidade das escolas e dos municípios as suas respectivas fases. A responsabilidade junto às escolas públicas estaduais passou a ser da Secretaria de Estado da Educação, órgão integrante do Sistema Desportivo.

No Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina os princípios da Constituição Federal/1988 não foram contemplados, tampouco foi questionada a previsão orçamentária da Secretaria de Estado da Educação para atividades esportivas escolares desenvolvidas pela FESPORTE, uma vez que essas são prioridade e direito dos alunos, em relação às manifestações esportivas de rendimento e participação. Sob este enfoque e considerando as matrículas na rede pública estadual, os recursos financeiros somente para o ensino fundamental, chegaram-se à destinação de irrisórios centavos por aluno, R\$ 0,27/ano, em detrimento do investimento de recursos públicos em competições esportivas de rendimento, das mais variadas, em benefício de minorias. Uma ação desta natureza exige o conhecimento dos aspectos legais, evidenciando a necessidade de conhecimento desta área por todos profissionais da educação, assim como dos fatores culturais e do contexto ambiental que influenciam no desenvolvimento do desporto educacional no ambiente escolar.

A partir do ano 2000, em Santa Catarina, a realização de diversos encontros com professores de Educação Física da rede estadual, assim como técnicos de equipes participantes de eventos esportivos escolares, permitiu um primeiro diagnóstico da realidade esportiva do estado. Do material coletado nestes encontros foi realizado o II Fórum Catarinense de Desporto/2000, onde se definiu um novo modelo para o esporte escolar em Santa Catarina, e com base nas necessidades identificadas foram definidos os princípios da democratização, da descentralização, da autonomia de gestão e o resgate das práticas esportivas regionalizadas como fundamentais para a mudança do modelo existente.

Uma das decisões do fórum foi a destinação de recursos financeiros do orçamento da Secretaria de Estado da Educação para o esporte escolar no espaço

escola. Redirecionou-se os poucos recursos existentes para o Sistema de Ensino e encaminhou-se pedido de suplementação financeira no valor de três reais por aluno/ano. A disponibilidade do orçamento definiu o número de escolas que poderiam ser atendidas na primeira etapa, em 2001 e as possibilidades de ampliação do programa no ano seguinte, bem como a necessidade de inclusão desta ação no Plano Plurianual para o quadriênio 2003/2006 e a sua aprovação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de Santa Catarina.

Com base na avaliação do realizado e visando a democratização da prática do esporte como um direito constitucional de nossas crianças, criou-se o Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE), em 2001. Este primeiramente denominou-se “Na Escola” e logo após “Da Escola”. A dificuldade de denominação se deu em função das discussões acadêmicas que conceituam “na escola” como a prática esportiva do esporte institucionalizado com suas regras e valores no espaço escola e, “da escola” como a prática esportiva construída coletivamente via elaboração e re-elaboração do conhecimento fundamentado na concepção histórico-cultural. Depois de inúmeros debates elegeu-se a denominação “Esporte Escolar” com a finalidade de atender a diversidade de concepções e realidades existentes (resistência dos presentes). Igualmente, a definição proposta no Estatuto do Desporto, em fase de aprovação, considera o Esporte Escolar como uma vertente competitiva do Desporto Educacional, assim como o é o Esporte Universitário, anteriormente definido pela Comissão de 1985.

Em 2001, o Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE), foi implantado pela Gerência de Ensino Fundamental (GEREF), da Diretoria de Educação Básica (DIEB), da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

O PEEE veio atender as deliberações do II Fórum Catarinense do Desporto/2000, as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Desporto/2000, da Política Estadual de Desportos/1994 e Plano Nacional de Educação/2001, no que se refere a contribuir para a inserção social, à melhoria da qualidade de vida e da educação, à formação da cidadania por meio da prática esportiva e do lazer, considerando as demandas e particularidades regionais. Este programa contou com a participação de professores da rede pública estadual, conselheiros do Conselho Estadual de Desportos (CED), FESPORTE e professores de Instituições de Ensino Superior: UDESC e UFSC.

O objetivo da primeira etapa de implantação foi avaliar a capacidade de atendimento extraclasse da rede pública estadual de ensino. Ao indicar três escolas em cada Coordenadoria Regional de Educação (CRE), foram implantados 75 projetos, por todas as regiões do estado, oferecendo atividades esportivas, recreativas, dança e ginástica. Com os resultados alcançados nesta etapa e de acordo com os recursos financeiros, foram planejadas as metas para o ano de 2002, de acordo com o porte da regional: pequeno, médio e grande implantando, respectivamente, dois, quatro e seis projetos do PEEE na segunda etapa.

As escolas, assim como os professores e alunos, foram convidados e selecionados segundo critérios estabelecidos nas diretrizes do programa. Como a participação no programa deu-se por adesão, ele só teria continuidade a partir do comprometimento da escola quanto a sua realização, independentemente dos recursos financeiros ou da busca de parceiros investidores. Como consequência da concepção de construção coletiva pelos integrantes do II Fórum Catarinense do Desporto, o PEEE foi um processo que ocorreu a partir da democratização das discussões para que a decisão acontecesse na área da ação.

A partir do primeiro ano, a avaliação do impacto do programa de implantação começou a ser realizada, com uma re-avaliação participativa. No final do segundo ano, em 2002, com a troca de governo em âmbito estadual e federal houve a determinação da suspensão de todas as capacitações e avaliações do sistema de ensino.

No ano seguinte (2003) houve o cancelamento do Seminário de Avaliação do PEEE. Isto impediu que a avaliação de seu impacto, nas comunidades escolares e o conseqüente, estudo dos desdobramentos qualitativos, dos benefícios e das possíveis mudanças fosse realizada. Porém, foram enviados para todas as regionais da educação, questionários de avaliação, que juntamente com os relatórios quantitativos, foram arquivados. Estes últimos referiam-se ao material esportivo adquirido, recursos financeiros investidos, recursos humanos disponibilizados e capacitados, alunos enturmados (regularmente matriculados) e beneficiados pelo PEEE.

Com o fim do PEEE em Santa Catarina e a partir de 2003, o governo federal, por meio de Ministério do Esporte implantou, no Brasil, o Programa Segundo-Tempo, contemplando algumas das características dos programas anteriores: Esporte Solidário e Programa Esporte na Escola. Isto com subsídios de outras experiências exitosas de alguns estados, visivelmente de Goiás e Santa Catarina, .

A carência de registros de programas federais, estaduais e municipais foi o motivo que levou a busca de dados quanto aos preceitos legais que definem os papéis, as áreas de atuação e as responsabilidades tanto do Sistema Estadual de Ensino quanto do Sistema Catarinense de Desportos no que tange ao Esporte Escolar, assim como a busca de informações que identificassem a realidade da prática esportiva de nossas escolas construída através do tempo, dos fatores

externos ao espaço escolar que interferem na sua concretização e avaliações quanto a sua legitimidade como instrumento de inclusão social e formação integral de nossos alunos.

Neste sentido, grande parte dos dados aqui apresentados é resultado de uma busca pessoal da pesquisadora no que se refere às experiências de vida, de estudante, de atleta e de profissional da Educação Física. É, também, o resultado de uma busca pessoal e coletiva, de conciliar as expectativas e as experiências vivenciadas com os ditames legais e a realidade esportiva de Santa Catarina, quanto à necessidade de democratização da prática desportiva educacional, para o pleno exercício da cidadania.

O quadro 01 apresenta um resumo histórico da dimensão legal do Sistema de Ensino e do Sistema Esportivo em Santa Catarina, a partir da década de oitenta, quando dos trabalhos da Comissão de 1985 e da instituição da nova Constituição Federal.

Quadro 01: Dimensão Legal em Santa Catarina

DATA	ASSUNTO	ORGAO	RESPONSAVEL	REGIONAIS
05/12/80 Decreto 13.000	Aprova a prática da EF em SC como obrigatória e com atividades físicas de cunho recreativo, iniciação desportiva geral e aplicação desportiva especializada; Art. 6º: participação de estudantes em competições oficiais; Art. 29º: critério bimestral por modalidade esportiva; §2 art 33 hora/aula = hora atividade extraclasse EF e Desportos; Art. 34º: desfiles, comemorações, folclore, atividades esportivas, jogos, jornal mural, campanhas para aquisição de material esportivo, clube esportivo, intercâmbio sócio-esportivo-cultural; Art. 38º: testes práticos; composição de turmas; Art. 47º: espaço físico 3m2; Art. 60º: JESC responsabilidade das DIFIDs.	Governo Jorge Bornhausen (1979 a 1982) Secretário Educação e Desporto: Antero Nercolini	UNED Unidade Operacional de Educação Física e Desportos: Emanuel Martins SUEFI/SEE Sub-unidade de EF: Celso Rogério Alves Ribeiro	Chefes das DIFIDs das 14 UCRES
Primavera de 1984 Resolução Nº 02/85 12.03.1985	Plano Estadual de Educação 1985/1988. Democratização da Educação - A Opção dos Catarinenses. Este documento apresenta as deliberações do Congresso Estadual sobre Democratização da Educação, realizado na cidade de Lages. Nas Diretrizes para o currículo da Ed. Física, solicita-se capacitação específica da Ed. Física para atuação no pré-escolar e de 1ª à 4ª séries; nas escolas multiseriadas pelos professores da própria escola; e a cedência de espaços esportivos dos municípios para as escolas públicas. Indica o número de alunos por turma e a separação por sexo, com referência ao Decreto 13.000. A educação na área rural indica a necessidade de que a Ed. Física seja ministrada por professor habilitado. Na assistência ao educando (bolsas, saúde, transporte, segurança, esporte...) que em muito contribui para reter o educando na escola...realizar exames médicos-biométricos... exames médicos em todos os alunos... e quanto à Assistência ao esporte e ao lazer indica: Construir centros Comunitários para a prática de esportes e lazer, inclusive em zona rural. Quanto administração do sistema, no que se refere ao Conselho Estadual de Educação, não há na indicação de sua composição um representante do Sistema esportivo ou do Esporte educacional. Quanto aos recursos humanos delibera pela contratação de professores de Ed. Física de ambos os sexos para escolas com mais de 100 alunos e para os ginásios de esportes, assim como para Iniciação para o trabalho (IPT). Indicam a necessidade de professores para laboratórios, oficinas e bibliotecas.	Governo Esperidião Amin Helou Filho (1983 a 1987) Secretário Educação e Desporto: Moacir Gervásioo Thomazi Presidente da Comissão Estadual para elaboração do Plano Estadual de Educação Lauro Ribas Zimmer	CEE Conselho Estadual de Educação Presidente Luiz Anderson dos Reis	Seminário Estadual, descentralizado em seminários regionais, e estes em municipais. Nos municípios aprovam as linhas municipais, encaminhadas para o debate regional, que culmina com o Congresso Estadual.
CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988: Esporte como direito de todo cidadão e como fator de inclusão social				

Lei N.º 8.069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)				
18/05/90 Intr. Nor. 002/SEE CODEN	Regulamentou a EF como obrigatória: consciência corporal, formas básicas de movimento e desenvolvimento das qualidades físicas básicas e turmas por série progressivamente; Art. 17º: esgotadas as possibilidades completar carga horária com atividades pedagógicas, priorizando o Esporte Escolar; competições promovidas pelas Ucles, DIFID/CODEN/ SED.	Governo Pedro Ivo Campos (1987 a 1990) Secretário Educação Júlio Wiggers	CODEN Coordenador de Ensino: Paulo Hentz Chefe Divisão de EF e Desportos, DIDE /SED: Clotildes Catarina Wiederkehr	Chefes das DIFIDs das 21 UCREs
10/08/90 Comun. 001/SEE	Estabeleceu normas e procedimentos para dispensa dos alunos nas aulas de EF.			
24/03/93 Portaria 007/SED	Institui horas-aula extracurriculares destinadas ao treinamento esportivo nas escolas e dá outras providências. Não dispensa a prática da EF; divide as turmas por sexo e modalidades; define as modalidades dos JESC e as formas de participação; complementação de carga horária do professores com remuneração.	Governo Esperidião Amin (1991 a 1994) Secretário Educação e Desporto: Paulo R. Bauer	Extinta a Divisão de EF e Desportos - DIDE da SED e criado o Sistema Esportivo Catarinense Diretora de EF e EM: Rosângela Moraes da Rosa	Orientador Esportivo das 22 Microrregiões Esportivas (24 CREs menos duas)
Orientação SED/93	A Diretoria de Ensino Fundamental e Médio dispensa professores para participação em atividades extracurriculares			
04/08/93 Decreto Federal Nº 888	Revoga o Art. 12, do Decreto Nº 69.450, de 1º/11/1971, de acordo com Parecer aprovado na 21ª reunião plenária do Conselho Nacional da Saúde, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 1993. Inclui legislação “que obriga o exame médico no início de cada ano letivo”	Posicionamento do Ministério da Saúde e MEC	Relatora: Drª Zilda Arns Neumann/CNBB	
1997	Realização do I Fórum Catarinense do Desporto que deu início a discussão da necessidade de elaboração de uma política pública estadual do desporto.	Paulo Afonso Vieira (1995 a 1998) Secretário Educação e Desporto: João Matos	Coordenador Geral de Ensino: Paulo Hentz Diretora de Ensino Fundamental: Zélia Sardá	Conselheiros do CED e entidades de administração e prática esportiva
03/02/99 Instr. Nor. 002/SED	Orienta quanto ao ensino e prática da Educação Física nas escolas da Rede Estadual de Ensino. Revoga a Instrução Normativa Nº 002/96/SED, de 22/02/1996. Rediscussão do Plano Estadual de Educação sem a devida aprovação.	Governo Esperidião Amin (1999 a 2002) Secretário Educação: Miriam Schlickmann	Diretora do Ensino Fundamental: Marlene De Oliveira Diretora de Ensino Médio: Nara Bussolo Capeler	SED

2.2. DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Segundo a Federação Internacional de Educação Física (1970):

O elemento de educação que utiliza, sistematicamente, as atividades físicas e a influência dos agentes naturais: ar, sol, água etc. como meios específicos, onde a atividade física é considerada um meio educativo privilegiado, porque abrange o ser na sua totalidade. Dessa forma, o exercício físico foi identificado com o meio específico da Educação Física, cujos objetivos principais foram: corpo são e equilibrado; aptidão para a ação; valores morais (Dicionário Interativo da Educação Brasileira, 2001 a 2004).

A Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO, elaborada em 1978, estabelece que:

A prática da Educação Física e do Esporte é um direito fundamental de todos, e que o exercício deste direito: é indispensável à expansão das personalidades das pessoas; propiciam meios para desenvolver nos praticantes aptidões físicas e esportivas nos sistemas educativos e na vida social; possibilita adequações às tradições esportivas dos países, aprimoramento das condições físicas das pessoas e ainda pode levá-las a alcançar níveis de performances correspondentes aos talentos pessoais; deve ser oferecido, através de condições particulares adaptadas às necessidades específicas, aos jovens, até mesmo às crianças de idade pré-escolar, às pessoas idosas e aos deficientes, permitindo o desenvolvimento integral de suas personalidades.

No Brasil, em 1997, Câmara de Educação Básica do MEC emitiu parecer aprovando os Parâmetros Curriculares Nacionais, em 12 de março, cumprindo assim o dispositivo constitucional (CF/1988, artigo 210) que determinou a “fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental”. Este parecer atendeu aos indicadores apontados pelo diagnóstico levantado pelo Plano Decenal e concretiza suas diretrizes que são linhas gerais que, assumidas como dimensões normativas, tornam-se reguladoras de um caminho consensual, conquanto não fechado a que

historicamente possa vir a ter outro percurso alternativo, para se atingir uma finalidade maior. Nascidas do dissenso, unificadas pelo diálogo, elas não são uniformes, não são toda a verdade, podem ser traduzidas em diferentes programas de ensino e, como toda e qualquer realidade, não é uma forma acabada de ser.

A palavra diretriz significa caminhos propostos para e, contrariamente à imposição de caminhos, ela denota um conjunto de indicações pelas quais os conflitos se resolvem pelo diálogo e pelo convencimento. A diretriz supõe, no caso, uma concepção de sociedade e uma interlocução madura e responsável entre vários sujeitos, sejam eles parceiros, sejam eles, no campo político, dirigentes e dirigidos. Dessa interlocução, espera-se o traçado de diferentes modos de se caminhar para a efetivação dos fins comuns, obedecendo-se à diversidade de circunstâncias socioculturais, ao respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (art. 210, CF/88) e à recusa ao monopólio da verdade. Logo, os currículos e seus conteúdos mínimos propostos pelo MEC (art. 9º, letra c, da Lei nº 9.131/95) tiveram seu norte estabelecido por meio de diretrizes. Estas têm como foro de deliberação a Câmara de Educação Básica (art. 9º, letra c, da Lei nº 9.131/95) que definiu, portanto em 1997, que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são as referências para o Ensino Fundamental e Médio de todo o país e que estes estabeleceram, para os sistemas de ensino, uma base nacional comum nos currículos e servem de eixo norteador na revisão ou elaboração da proposta curricular das escolas.

O documento de volume 08 é o da Educação Física e traz “uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar a visão, apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos”. De acordo com os PCNs, o trabalho de Educação Física no ensino fundamental é muito importante, na medida

em que possibilita aos alunos uma ampliação da visão sobre a cultura corporal de movimento, e, assim, viabiliza a autonomia para o desenvolvimento de uma prática pessoal e a capacidade para interferir na comunidade, seja na manutenção ou na construção de espaços de participação em atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções.

A Educação Física, hoje, constitui-se como um campo do saber no espaço escolar, definindo seus próprios conteúdos e relacionando-os com outros pertinentes às demais áreas do saber, na escola, através da proposta de trabalhos com temas. Tal perspectiva tem sido considerada um grande avanço, à medida que amplia o universo da Educação Física no processo de construção do conhecimento, aproximando-se das outras áreas de ensino, de forma mais elaborada, tornando esse saber significativo na vida de quem a produz ou a utiliza.

Desta forma é que se percebe a teia de relações na qual a área está inserida, juntamente com as demais, discutindo e constituindo conhecimentos que são comuns, ou seja, desmistificando a exclusividade de conteúdos, numa demonstração de que é possível relacionar os diversos campos do saber na escola, escapando da fragmentação da educação tradicional.

Esta fragmentação na construção do conhecimento tem sido presente no ambiente escolar. Só recentemente o processo educacional é compreendido como resultado de articulação dos diferentes campos do saber, numa crescente valorização de canais de comunicação entre estes – inter e transdisciplinaridade.

Pierre Weil (1997) esclarece sobre os termos interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, alertando para equívocos ou enganos sobre o que são e qual papel de cada um na educação. O primeiro trata da síntese de duas ou várias

disciplinas, instaurando um novo nível do discurso, caracterizado por uma linguagem descritiva e novas relações estruturais. Já o segundo advém da síntese dialética provocada pela interdisciplinaridade, quando esta for bem sucedida. É sobre essa base teórico-filosófica que a Educação, sustenta-se para justificar as recentes intervenções no processo de ensinar e aprender. Nos PCNs, a transversalidade é entendida como a possibilidade de estabelecer conexões com outras áreas do conhecimento, a partir de conteúdos selecionados pela Educação Física, onde questões como corpo, jogo, dança, esporte etc. possam ser compreendidas. Vê-se, acima de tudo, o valor dos olhares cruzados na busca da superação do isolamento das áreas, pois se objetiva que a produção de conhecimentos na escola contemple a multiplicidade, onde se considera a diversidade cultural presente no espaço escolar.

A Educação Física tem um papel importante de integração, pois se utiliza do maior recurso didático que possui: o "corpo", nas suas diversas dimensões. Por exemplo: analisar como o corpo é compreendido em diferentes sociedades pressupõe tanto uma compreensão histórica quanto uma leitura particular da área de Educação Física. Do mesmo modo, a articulação entre os conceitos de tempo e espaço estudados na História e na Geografia, e aqueles presentes em atividades próprias da área de conhecimento em questão, como nos jogos e esportes, são fundamentais na construção de propostas de trabalho com cunho interdisciplinar.

Nesta perspectiva, a Educação Física extrapola as suas atividades curriculares, visando à construção de uma escola comprometida com a transformação social, permitindo o conhecimento crítico da realidade, onde a educação para a cidadania possibilitará que questões sociais sejam apresentadas para uma maior reflexão. Com isso, o currículo passará a ser mais flexível e aberto.

Os PCNs ainda mostram a importância dos Temas Transversais para a área de Educação Física, já que, ao discutir questões como: ética, pluralidade cultural, orientação sexual, meio ambiente, trabalho e consumo, saúde, entre outros, permite-se o debate relevante e urgente de questões fundamentais para o país, onde valores enraizados na Educação Física serão questionados, visando modificar atitudes e comportamentos apresentados pelos alunos, ampliando o seu olhar sobre o cotidiano. Quando a Educação Física considera que o homem em movimento produz cultura, estabelecendo relações de valores nas suas diversas dimensões, ela está possibilitando vivências de práticas corporais que reconhecem ética, pluralidade cultural e saúde, entre outras, na discussão sobre o corpo inserido na sociedade de consumo, questionando seu papel na relação com o mundo.

É importante lembrar que os PCNs ao abordarem as novas funções que a sociedade do conhecimento exige da escola fazem menção aos quatro pilares da Educação para o Século XXI, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Esses pilares apresentados pela UNESCO (1999) no Relatório Delors, intitulado “Educação, um tesouro a descobrir” nos ensinam o quanto a escola está distante da realidade global e local da sociedade complexa. PROGESTÃO (Módulo 1, Pág. 54 e 55)

MORIN (UNESCO, 1999), mentor intelectual dos quatro pilares da Educação para o Século XXI assim os definiu:

- aprender a conhecer significa não tanto a aquisição de um vasto repertório de saberes, mas o domínio dos próprio instrumentos do conhecimento. Supõe aprender a aprender exercitando os processos e habilidades cognitivas: atenção, memória e o pensamento mais complexo;

- aprender a fazer exprime a aquisição não somente de uma qualificação profissional, mas de competências que tornem a pessoa apta a enfrentar variadas situações e a trabalhar em equipe;
- aprender a conviver quer dizer tanto a direção da descoberta progressiva do outro e da interdependência quanto a participação em projetos comuns;
- aprender a ser significa contribuir para o desenvolvimento total da pessoa: espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, capacidade para se comunicar e espiritualidade.

Neste contexto sabe-se que uma educação concebida de acordo com os quatro pilares da educação indica uma função da escola voltada para a realização plena do ser humano alcançada pela convivência e pela ação concreta, qualificada pelos conhecimentos. Se o esporte escolar for assim concebido garante-se que suas atividades sejam uma continuidade das aulas de Educação Física Escolar.

Aprender a conhecer o mundo contemporâneo e neste contexto o esporte e, ainda, relacioná-los às demandas de cada escola, quais seus anseios, suas necessidades e seus sonhos, é condição para se efetivar uma educação de qualidade. Aprender a planejar e a fazer (construir e realizar) a escola que se quer e construir seu projeto pedagógico, aprender a conviver com tantas e diferentes pessoas, definir e partilhar com elas um projeto de escola e aprender a utilizar, suas próprias potencialidades de crescimento e de formação continuada, não é tarefa fácil e exige dos atuais gestores uma mudança muito grande que é sair do individualismo e partir realmente para uma ação de gestão compartilhada que muito deles ignoram ou fogem da responsabilidade.

2.3. DIMENSÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

2.3.1. O conceito de política

EASTON (1953, p. 130) considera “uma política (policy) uma teia de decisões que alocam valor”. Segundo HECLLO (1972, p. 84-85), o conceito de política (policy) não é “auto-evidente”. Ele sugere que “uma política pode ser considerada como um curso de uma ação ou inação (ou “não-ação”), mais do que decisões ou ações específicas”.

WILDAVSKY (1979, p. 387) lembra que o termo política é usado para referir-se a um processo de tomada de decisões, e, também, ao produto desse processo. HAM e HILL (1993, p. 13) analisam as “implicações do fato de que a política envolve antes um curso de ação ou uma teia de decisões que uma decisão”, destacando aspectos como:

- “há uma rede de decisões de considerável complexidade;
- há uma série de decisões que, tomadas em seu conjunto, encerram mais ou menos o que é a política;
- políticas mudam com o passar do tempo e, em consequência, o término de uma política é uma tarefa difícil;
- o estudo de políticas deve deter-se, também, no exame de não-decisões”.

Os autores colocam, ainda, que o estudo de não-decisões tem adquirido importância crescente nos últimos anos. Uma forma de resumir as características do conceito é dada por estes três elementos:

- uma teia de decisões e ações que alocam (implementam) valores;
- uma instância que, uma vez articulada, vai conformando o contexto no qual uma sucessão de decisões futuras serão tomadas;
- algo que envolve uma teia de decisões ou o desenvolvimento de ações no tempo, mais do que uma decisão única localizada no tempo.

Para resumir pode-se criar um “decálogo” para entender o conceito de política:

- a distinção entre política e decisão - a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão);
- a distinção entre política e administração;
- que política envolve tanto intenções quanto comportamentos;
- tanto ação como não-ação;
- que pode determinar impactos não esperados;
- que os propósitos podem ser definidos ex post: racionalização;
- que ela é um processo que se estabelece ao longo do tempo;
- que envolvem relações intra e inter organizações;
- que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores; e,
- que é definida subjetivamente segundo a visão conceitual adotada.

BUCCI (1996, p. 135) apud Cristóvam¹ diz que as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos, numa clara substituição dos "governos por leis" pelos "governos por políticas". O fundamento mediato das políticas públicas, assim como sua fonte de justificação, é o Estado social marcado

¹ José Sérgio da Silva Cristóvam. *Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional*. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7254>

pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos, aqueles que exigem uma prestação positiva do Poder Público.

Maria Paula Dallari Bucci, em entrevista concedida à Editora Saraiva Jur², afirma que Políticas Públicas significam "programas de ação governamental". Esses programas representam o encontro de elementos técnicos de administração de recursos e meios públicos com a escolha política de prioridades para uso desses recursos. Nesse contexto surge um conceito de políticas públicas que, em aspectos gerais, diz respeito à interferência estatal na vida social para a consecução de objetivos de interesse comum.

2.3.2. O processo de elaboração de Políticas Públicas

Este processo costuma ser dividido em três fases sucessivas – Formulação, Implementação e Avaliação – que conformam um ciclo que se realimenta. A política é, primeiramente, formulada. Isto é, concebida no âmbito:

a) de um processo decisório pelos “tomadores de decisão” que pode ser democrático e participativo ou autoritário e “de gabinete”; de “baixo para cima” ou de “cima para baixo”;

b) de tipo racional e planejado ou incremental e mediante o ajuste mútuo entre os atores intervenientes; com ou sem manipulação e controle da agenda dos atores com maior poder;

c) detalhadamente definida ou deixada propositadamente incompleta para “ver se cola” e como é que fica “na prática”.

² <http://www.imprensaweb.com.br/index.php?display=ENTREVISTA&id=00017>

Dependendo principalmente do grau de racionalidade do processo decisório, a fase de Formulação pode contemplar etapas como pesquisa do assunto, filtragem do assunto, prospectiva, explicitação de valores e objetivos globais.

Depois de formulada, inicia-se a Implementação da política, mediante os órgãos e mecanismos existentes ou especialmente criados, pelos burocratas. Dependendo, sobretudo do grau de definição da política, eles exercem seu poder discricionário – variável principalmente segundo o nível em que se encontram na hierarquia – adaptando a política formulada à realidade da relação Estado-Sociedade e das regras de formação do poder econômico e político que estas impõem ao jogo entre os atores sociais.

Finalmente, ocorre a Avaliação da política, quando os resultados - entendidos como produtos e metas definidos e esperados num âmbito mais restrito, e, impactos, entendidos como produtos sobre um contexto mais amplo e, muitas vezes não esperados ou desejados – decorrentes de sua Implementação são comparados com o planejado. Ou, no limite, quando a Formulação se dá de forma totalmente incremental, aprovado, através de um critério de satisfação dos interesses dos atores envolvidos.

É o grau de racionalidade da fase de Formulação e o estilo de Implementação o que define como irá ocorrer a Avaliação. No extremo racional, em que existe uma intencionalidade da mudança de um determinado sistema, a Avaliação é condição necessária. É através dela que o trânsito do sistema de uma situação inicial a uma outra situação, tida como desejada, pode ser promovida. É a Avaliação que aponta as direções de mudança e as ações a serem implementadas num momento ulterior. Após a implementação dessas, e a avaliação dos resultados alcançados é que,

interativamente, serão propostas novas ações que levarão o sistema a aproximar-se do cenário desejado.

É com este intuito que acontece esta análise no que tange às políticas de esporte escolar, ou seja, promover uma aproximação entre o realizado e o por realizar no Estado de Santa Catarina. Avaliar o passado, com seus erros e acertos, para promover a inovação rumo a um cenário desejável.

2.3.3. O conceito de descentralização e autonomia

Descentralização e autonomia são conceitos que aparecem conectados aos documentos oficiais de educação. O primeiro se refere às mudanças nas relações de poder entre o Estado Nacional e os Estados Federados; o Estado Federado e os Governos Locais. Por outro lado o conceito de autonomia institucional remete-o às relações de poder entre o governo estadual, local e as escolas.

A autonomia é uma questão emergente e significa na sua derivação grega “autos” = por si mesmo e “nomos” = Lei. A autonomia pode ser considerada como a fase final de um processo que tem como antecedentes a anomia (ausência de Leis) e a heteronomia (legislação exterior, de fora). No campo da administração escolar se diz que uma instituição é autônoma quando dispõe de poder de iniciativa pedagógica e de autogestão. A autonomia institucional faz referência então à capacidade de decidir e executar ações relativas à vida institucional. No âmbito educativo a autonomia institucional é resultado de um processo de desconcentração e descentralização e pode assumir diferentes níveis de autogoverno e de autogestão. MACRI citando REGUZZONI (1993) distingue quatro tipos de autonomia para as instituições escolares: financeira, de gestão, de organização e didática. Considera,

assim, que a autonomia se expressa na identidade da escola, mesmo que esta seja conectada a leis, decretos e regulamentos.

2.3.4. O conceito de desenvolvimento humano e motor

O estudo do desenvolvimento humano busca explicar o processo de mudanças inerentes ao ser humano. Este processo é um fenômeno de natureza dinâmica onde os fatores internos e externos estão em constante interação (Krebs, 1996, p. 22). Durante a história de vida individual, assim como na história de vida evolutiva da sua espécie, o ser humano passou por mudanças quantitativas e qualitativas, através dos processos de crescimento físico, maturação biológica e desenvolvimento.

O crescimento corresponde às alterações físicas ocorridas no tamanho do corpo como um todo e em suas partes, ocasionados pelas constantes divisões celulares e, conseqüente, aumento da massa corpórea. Isto significa o aumento da estrutura do corpo relativa à estatura, ao peso corporal e às proporções corporais. O crescimento físico depende, além das características genéticas individuais, das influências do ambiente externo, como o tipo de nutrição, o nível socioeconômico, as influências culturais, as doenças, o clima, a localização geográfica e o nível de atividade física (Campos, 2004, p. 21). A maturação é caracterizada por um conjunto de mudanças fisiológicas e qualitativas que capacitam o indivíduo a progredir para níveis mais altos de funcionamento. Na perspectiva biológica esta maturação é inata, geneticamente determinada e resistente às influências ambientais. Ela segue uma ordem fixa de progressão, onde o ritmo pode variar, mas a seqüência do surgimento das características geralmente não varia, podendo ocorrer mudanças apenas na

intensidade, por influências ambientais e experiências individuais. O desenvolvimento é caracterizado por um fenômeno mais amplo de modificações funcionais, nas quais o organismo ou parte dele evolui, se diferencia e se especializa, inclusive em termos comportamentais. O processo desenvolvimentista é uma função da maturação, crescimento físico, a experiência e o ambiente através do tempo. Assim sendo, o desenvolvimento é definido como as alterações nos níveis de funcionamento de uma pessoa ao longo do tempo. Estas alterações são adaptativas onde acontecem os ajustes, as compensações ou mudanças, a fim de obter ou manter competências. Este é um processo permanente de mudanças no organismo humano desde a sua concepção até a sua morte. O desenvolvimento humano determina a potencialidade da pessoa para determinado comportamento.

Segundo GALLAHUE & OZMUN (2005, p. 20), o desenvolvimento motor é uma das áreas de estudo do desenvolvimento humano e se conceitua como a alteração contínua no comportamento motor ao longo do ciclo de vida das pessoas, proporcionada pela interação entre as necessidades da tarefa, a biologia do indivíduo e as condições do ambiente. Assim sendo, para a Educação Física e conseqüentemente para o esporte escolar, identificamos no paradigma da Inteligência Motora o modelo que apresenta o conjunto indissociável de competências humanas, responsáveis pelo desenvolvimento humano. Este modelo apresenta o ser humano em toda sua complexidade, abordando imparcialmente cada uma das quatro competências numa visão sistêmica, concebendo o aluno/movimento que respira, transpira e aprende, que pensa, cogita e aprende, que se relaciona, se emociona e aprende, que desorientado se orienta e aprende. Estas competências são: a competência física-cinestésica que está diretamente associada com as variáveis de aptidão física e com as habilidades motoras; competência percepto-

cognitiva, referente aos processos de perceber, comparar e tomar decisão; competência sócio-emocional que está relacionada às relações interpessoais que se estabelecem dentro de um determinado contexto e; competência espaço-temporal que se refere ao tempo cronológico, afetivo, etc. (Krebs, 2001).

Atualmente, muitas pesquisas estão sendo realizadas na busca do conhecimento do desenvolvimento motor de crianças e adolescentes, no contexto escolar. Como exemplo, as que o LADAP/CEFID está realizando nas escolas de Santa Catarina. Estas integram a área do desenvolvimento motor, referentes à aptidão física relacionadas à saúde e ao desempenho motor. Estes estudos objetivam a identificação da curva normal de crescimento da população escolar e a sua comparação com as curvas de desenvolvimento de outras populações no Brasil e no exterior (Fagundes, 2005). Estas pesquisas também permitem verificar o estado nutricional, distribuição regional de resultados, avaliação de políticas públicas de esporte escolar na garantia da oferta e acesso, avaliando, também, o desenvolvimento motor dos alunos.

2.4. DIMENSÃO ORGANIZACIONAL DAS INSTITUIÇÕES - SISTEMA NACIONAL DE ENSINO E BRASILEIRO DO ESPORTE

O Sistema Nacional de Ensino é constituído no âmbito federal pelo Ministério da Educação (MEC), no qual se localiza a Secretaria de Educação Básica (SEB), que integra a Coordenadoria de Ensino Fundamental (COEF) e ainda, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). No âmbito Estadual esta constituição apresenta a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (antigamente denominada de SED: Secretaria Estadual de Educação e Desporto), na qual se localiza a Gerência de Ensino Fundamental e o Conselho Estadual de Educação (CEE).

O Sistema Brasileiro do Esporte é constituído no âmbito federal pelo Ministério do Esporte (ME), no qual se localiza a Secretaria Nacional do Esporte Educacional e, ainda pelo Conselho Nacional do Desporto. No âmbito estadual esta constituição apresenta a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte de Santa Catarina, na qual se localiza a Fundação Estadual do Esporte (FESPORTE), que tem uma Gerência do Desporto Educacional e o Conselho Estadual do Desporto.

As estruturas organizacionais destes dois sistemas encontram-se, listadas ou apresentadas, sob a forma de organogramas, no Anexo III deste trabalho.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este estudo se caracterizou como uma pesquisa histórica, analisando dados obtidos no Triênio 2001-2003, tendo como linha de investigação a análise da implantação e implementação do Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE), vinculado à Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina. As informações foram obtidas via consultas realizadas na legislação federal e estadual, no banco de dados da Secretaria da Educação (SED), no Conselho Estadual de Desportos (CED), em reportagens, em relatórios finais dos fóruns catarinenses do esporte que subsidiaram a elaboração das diferentes propostas de políticas públicas de esporte e na análise de relatórios e questionários aplicados no triênio pesquisado. Considerando que os fatos são analisados no decorrer do tempo, a partir dos anos 80, esta também se caracteriza por ser uma pesquisa histórica analítica que busca “como e por que” alguma coisa aconteceu.

3.2. CONTEXTO DO ESTUDO

Este estudo ambienta-se no Estado de Santa Catarina, localizado no Sul do Brasil, no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste. A diversidade geográfica e humana de Santa Catarina é surpreendente para um território de apenas 95,4 mil km², aproximadamente a mesma área de Portugal. Segundo o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano 2000, a população do estado é constituída por 5.349.580 habitantes, sendo 78.73% deste total, é essencialmente urbana. Este dado demonstra um adensamento dos centros urbanos sempre crescentes, incompatível com qualquer tipo de gestão municipal. Na prática, as periferias crescem, de forma desordenada e irregular, deixando grande parte desta população, à margem dos benefícios, dos serviços e das tecnologias consideradas como “qualidade de vida” pelo modelo de sociedade que se vive.

As crianças e jovens da periferia, por serem menos favorecidos economicamente, recebem menor quantidade e pior qualidade de educação. Esta estrutura do sistema educativo determina a repetição dessa relação na fase adulta da vida. A escassa e inadequada educação é a causa de continuar na pobreza, impede o acesso aos diferentes circuitos de distribuição de bens materiais e imateriais da sociedade. A falta de equidade e de justiça social incrementa a violência e adocece a sociedade.

A escola é uma agência de socialização, intermediadora do processo entre a família e a sociedade. Embora tenha perdido qualidade, alcança quase 96% das crianças em idade escolar, o que significa que tem servido e serve aos setores mais

postergados. Pela sua função social e pela sua capilaridade é um espaço estratégico para mudanças profundas, não só em relação a estes setores, mas também em relação às demandas da sociedade. Para que a qualificação se torne possível é preciso apresentar alternativas que, além de encarar os aspectos técnicos do problema, se ocupem de trabalhar com as representações sobre a escola e a educação vigentes na sociedade.

A prática do esporte escolar transforma-se neste contexto, num instrumento educativo de grande importância no resgate de valores e, também, para o autoconhecimento e o reconhecimento do outro, para a recuperação da auto-estima, para a aprendizagem da participação e cooperação estabelecendo mudanças nas atitudes e comportamentos, preparando o jovem não só para “competir”, mas para agir como um protagonista e como um colaborador ou parte de uma equipe. A escola é este espaço estratégico porque ainda representa o melhor da sociedade e porque professores ainda são profissionais confiáveis.

No que se refere à análise empreendida para verificar o impacto das ações do Esporte Escolar, as instituições responsáveis são: a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina e a Fundação Catarinense de Desportos, são os órgãos executivos de seus respectivos sistemas. No Sistema Desportivo Estadual, foram consultados os documentos do Conselho Estadual de Desportos (CED), com “função normativa e fiscalizadora, além da Fundação Catarinense de Desportos – FESPORTE” (CED, 2005).

O Sistema Estadual de Ensino compreende, segundo legislação federal, a Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação à Distância, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo; Educação

Ambiental e Educação Superior. A prática do desporto pode atingir a maior parte desses setores, com abordagens diferenciadas de modo a atender as especificidades de cada modalidade de ensino. Este sistema possui, atualmente, uma rede de 6.844 escolas para uma população de 837.545 alunos. Destas, 1.329 escolas integram a rede pública estadual, com um universo de 432.460 alunos no Ensino Fundamental (SERIE, 2005).

A presente pesquisa abrange o sistema público estadual de ensino, especificamente o ensino fundamental da rede estadual. O quadro de profissionais da educação que pertencem ao quadro do magistério público estadual é composto por 20.145 professores efetivos e 14.064 admitidos em caráter temporário, conforme dados do Portal SED (2005). Destes, 2.181 são da área de Educação Física. Estes profissionais especializados estão disponíveis para atuar como responsáveis pedagógicos por mudanças atitudinais e comportamentais através do esporte escolar.

No ano de 2003, o Estado de Santa Catarina foi descentralizado em 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), o que aproximou a gestão dos centros educativos mais distantes do órgão central, facilitando a implantação e implementação de programas. No entanto, como o PEEE, cuja concepção é de descentralização foi suspenso em 2004, não houve a possibilidade de testá-lo neste novo modelo administrativo com maior capilaridade.

3.3. METODOLOGIA E DIRETRIZES DE IMPLANTAÇÃO DO PEEE

O Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE) foi implantado em agosto de 2001, através da Diretoria de Ensino Fundamental (DIEF) da SED, por meio da Coordenação do Programa Estadual, para atender os dispositivos constitucionais, a Política Estadual de Desportos e o compromisso expresso pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no que se referia a contribuir para a inserção social, à melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania por meio da prática esportiva e do lazer, considerando as demandas e particularidades regionais. Neste sentido, por meio da Gerência de Ensino Fundamental, desenvolveram-se ações junto da rede estadual de ensino, com a participação dos professores da rede pública estadual, dos Conselheiros do Conselho Estadual de Desportos, de profissionais da FESPORTE e de professores de Instituições de Ensino Superior UDESC e UFSC.

Seu objetivo geral foi desenvolver o esporte em todas as suas manifestações, procurando integrar crianças e adolescentes, também os alunos em situação de risco pessoal e social, matriculados na Educação Básica da rede pública de ensino e quaisquer outros que tiverem interesse em participar. Os objetivos específicos foram: oportunizar aos escolares a opção por uma prática esportiva que valorize a participação e a formação de vínculos afetivos entre os participantes; motivar a comunidade onde a escola esteja inserida a resgatar e valorizar as manifestações corporais próprias de sua cultura; enfatizar a mediação entre as diferenças individuais, apontando para a importância do trabalho compartilhado; fomentar a formação de núcleos de esporte nas unidades escolares, que poderão constituir-se no futuro em clubes escolares; organizar eventos esportivos na escola, os jogos da

escola, e entre escolas, na abrangência local e regional, com vistas a participação da escola nos futuros Jogos Escolares de Santa Catarina; despertar na criança e no adolescente o gosto pelo esporte e o prazer pela prática da atividade física, onde a escola é um centro de referência do processo de mudanças para o pleno exercício da cidadania.

As estratégias seguiram o intuito de criar condições para a concretização das metas elencadas no II Fórum Catarinense do Desporto/2000, que entendendo serem os programas de âmbito federal um complemento às ações dos estados em relação ao desporto educacional, decidiu: incluir na Gerência de Ensino Fundamental, a coordenação do esporte escolar, trazendo para o sistema de ensino a responsabilidade das ações a ele pertinentes; destinar recursos financeiros por aluno/ano, nas etapas 1, 2 e 3, no valor de R\$ 3,00 (três reais). Acompanhando o programa de descentralização da gestão do ensino, iniciou-se o programa de descentralização da gestão do esporte escolar; disponibilizar recursos humanos do sistema de ensino, possibilitando incluir na carga horária dos professores de Educação Física as aulas de esporte escolar extraclasse; criar a disciplina opcional Esporte Escolar – EPO 378, com grade horária extra-curricular para adoção das escolas interessadas; capacitar os professores da rede pública estadual, no que se refere ao programa e ao esporte escolar; firmar convênio com o MET, na construção de 67 quadras cobertas, onde Santa Catarina participa com recursos financeiros oriundos do FUNDESC – Fundo Para o Desenvolvimento do Desporto de Santa Catarina; firmar convênio com o MET, para a implantação em 63 escolas da rede pública estadual, do Programa Esporte na Escola 2002/2003, onde a contra-partida de Santa Catarina foram os espaços físicos e os recursos humanos da rede pública.

Os critérios para participar do PEEE foram os seguintes: as escolas para participar do Programa devem oferecer a Educação Física Escolar Curricular em todos os níveis de ensino com os quais as escolas trabalham; deve fazer parte do Projeto Político Pedagógico da Escola; atender (preferencialmente) crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, obrigatoriamente os alunos matriculados na rede pública de ensino; o espaço físico utilizado para desenvolver o Programa Estadual Esporte Escolar não poderá comprometer a prática das aulas de Educação Física; os alunos que participarem do programa esporte escolar não poderão ter seu rendimento escolar comprometido; se isto acontecer deverão recuperar o mesmo para retornar ao programa; a participação no Programa, não dispensa o aluno das aulas de Educação Física; otimizar as aulas excedentes dos professores em exercício na Unidade Escolar para as aulas extraclasse do esporte escolar.

Na Etapa I, com o objetivo de avaliar como o programa aconteceria no sistema de ensino, foram indicadas 3 escolas com mais de 500 alunos no Ensino Fundamental, por cada uma das 26 CRE's, totalizando 78 escolas. Mas efetivamente, foram implantados 75 projetos. Foram destinados os valores de R\$ 3,00 (três reais) por aluno, sendo limitado em 800 o número máximo de alunos, devido à limitação financeira. Estes recursos foram previstos para a aquisição de material esportivo, com utilização nas atividades físicas eleitas em conjunto com os alunos, na escola. Não foram contemplados gastos com alimentação, transporte, uniforme ou promoção de evento esportivo ou festival escolar. Como o objetivo das duas primeiras etapas foi o fortalecimento da estrutura da escola pública, vista pela SED como o espaço mais democrático para garantir o acesso ao trabalho de iniciação esportiva, de

nossas crianças e adolescentes, concentramos os esforços e recursos disponíveis neste sentido.

Na Etapa II foram contempladas, com o PEEE, as escolas com mais de 470 alunos no Ensino Fundamental. E, seguindo o plano de descentralização da gestão do ensino, foram destinados R\$ 3,00 (três reais) por aluno às escolas que tivessem seus projetos aprovados. Foi prevista a implantação: Para as CRE's de grande porte seriam implantados mais seis projetos, totalizando mais 53 escolas; para as CRE's de médio porte seriam implantados mais quatro projetos, totalizando mais 36 escolas; e, nas CRE's de pequeno porte seriam implantados mais dois projetos, totalizando mais 16 escolas. Nos demais municípios das CRE's, seriam implantados um projeto em cada município, mas somente em escolas com mais de 470 alunos, totalizando aproximadamente mais 100 projetos. Apesar de todo o esforço, 95 municípios menores não entraram no PEEE naquele ano. O Programa Estadual Esporte Escolar também integrou o Plano de Inclusão Social de Santa Catarina, que previa ações para a melhoria dos índices de desenvolvimento social dos 20 municípios com menor IDS. Juntamente com PEEE, foram criados classes de aceleração, arte-educação e núcleos de educação infantil. Desta forma, foram implantados mais 20 projetos.

Na Etapa III, em 2003, as escolas participantes em 2002 seriam as escolas madrinhas e convidariam as suas afilhadas a ingressarem no programa. Com o intuito de dotar o processo de maior autonomia, transferiu as decisões para os responsáveis pela ação e fortaleceu a descentralização. Desta forma procurou dotar o programa de maior sustentabilidade com a criação de uma rede de relações onde, o estado diminui a sua interferência na ampliação da rede de relações na construção

do programa, mas mantêm o compromisso de financiamento das ações. Foi previsto para esta etapa o incremento de 100% de escolas beneficiadas.

Esta ação foi consequência da aproximação dos sistemas de ensino e esportivo, sem precedentes em outro estado brasileiro, pois, descentraliza recursos financeiros e cria condições reais de operacionalização do programa com recursos humanos do quadro do magistério, garantindo sua qualidade e continuidade. Este programa, mais que oferecer um evento esportivo, encoraja a prática da atividade física regular, durante todo o ano letivo, oportunizando o acesso à iniciação esportiva extraclasse. Fundamentou-se nos princípios da democratização da prática esportiva, na autonomia da gestão da escola e resgate da identidade cultural. Inovou quando busca parcerias com Instituições de Ensino Superior para capacitações, análise de dados e elaboração de diagnósticos que alimentam o programa e retornam às escolas e produzem conhecimento.

O PEEE, resultado do trabalho dos profissionais de Educação Física de Santa Catarina e do Sistema Esportivo/Ensino Catarinense, foi o único programa no Brasil que apresentou uma política pública de esporte escolar em longo prazo, cuja meta era a de universalizar a prática esportiva em toda a rede de ensino. O referido programa estabeleceu as diretrizes para o Esporte Escolar na rede pública estadual de ensino, mediante a publicação da Portaria N 05/2002/SED, de 14 de março de 2002. As diretrizes do PEEE estão descritas no Anexo IV (pg. 205).

3.4. PLANO DE ESTUDO

O Plano de Estudo estabeleceu uma correlação entre os objetivos e a documentação consultada. A investigação do problema foi sistemática, seguindo um plano conforme quadro 02, se iniciou pela revisão da literatura e de documentos legais da atual legislação, pela sua edição passada, e ainda por documentos e relatórios.

Quadro 02 – Organograma do Estudo

	OBJETIVO	FONTE	ANÁLISE
1	Analisar o Sistema Nacional de Educação e o do Esporte	Estruturas Institucionais Planos, programas e projetos Fonte de financiamento Específico	Análise Documental
2	Levantar número de alunos, escolas e municípios	Mapas Esporte Escolar/SED/SC	Estatística Descritiva
3	Avaliar a evolução da participação das escolas no PEEE	Mapas Esporte Escolar SED/SC Relatório SERIE/SED/SC Mapa Físico SC	Estatística Descritiva
4	Estabelecer a relação custo benefício por aluno/ano	Relatório SERIE/SED/SC Relatório Financeiro SED/SC	Análise Documental
5	Analisar a oferta de modalidades nas etapas 2001, 2002 e 2003	Relatórios das escolas e CREs	Estatística Descritiva
6	Avaliar a percepção da comunidade escolar em relação ao PEEE	Questionários	Análise do Discurso do Sujeito Coletivo DSC

3.5. LOCALIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES

As fontes deste estudo foram obtidas junto aos órgãos oficiais de educação e esporte. Os documentos legais foram acessados via INTERNET e via impressos da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Da SED analisaram-se vários documentos, impressos ou digitalizados, do Censo Escolar dos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003; do Projeto SERIE (Sistema Estadual de Registro de Informação Escolar) dos anos 2002 e 2003; dos Formulários do PEEE dos anos 2001, 2002 e 2003; dos mapas do PEEE dos anos 2001, 2002 e 2003 e das Avaliações das 26 CREs (Coordenadorias Regionais de Educação) dos anos 2001, 2002 e 2003 e, ainda, dos Relatórios Financeiros dos anos 2001, 2002 e 2003.

Para avaliação das fontes e conseqüente análise das informações fez-se necessário verificar sua confiabilidade e respeitabilidade. Para tal buscou-se referências às fontes e ao trabalho produzido por elas. Do trabalho produzido pelas fontes priorizaram-se os de fonte primária, da qual se analisou o relato ou registro da experiência produzido pela pessoa que o vivenciou, como os relatórios das regionais da educação, os formulários das escolas e os mapas do PEEE. O registro do PEEE nas atas dos Conselhos Deliberativos das escolas tornou fidedigna esta fonte primária de informação.

Na pesquisa bibliográfica buscou-se embasamento para a fundamentação teórica. Na análise documental buscou-se revisar documentos legais para saber se a legislação vigente foi ou não aplicada, como também, os significados quantitativos e qualitativos dos formulários dos anos 2001, 2002 e 2003, do PEEE agrupados em mapas anuais. O modelo de formulário aplicado para a coleta de dados, conforme

apresentado no Anexo V (pg. 208), foi adaptado a partir dos Formulários utilizados pelo Programa Federal Esporte Solidário (1996). Estes tiveram a função de materializar a intenção da escola em relação à participação no PEEE permitindo o levantamento de dados qualitativos e quantitativos. O primeiro relativo à concepção da Educação Física e do Esporte Escolar e o segundo quanto ao número de escolas, número de crianças atendidas, de turmas de esporte, de material esportivo e de recursos financeiros investidos. O retorno para as escolas participantes deu-se na forma de aquisição de material esportivo e de carga horária para os professores de Educação Física extra classe. Estes formulários integram o banco de dados da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Como o foco desta pesquisa é perceber a inclusão social pelo esporte, o método quantitativo na análise documental teve o intuito de avaliar as estratégias de ação para a descentralização da prática esportiva na escola. Isto porque, historicamente, as propostas de melhoria ao acesso às práticas esportivas restringiam-se apenas às alterações dos regulamentos das competições e das formas de disputas. Buscou-se obter informações diferenciadas das descritas abaixo, que são as referências tradicionalmente utilizadas nas avaliações quantitativas e não qualitativas: o incremento da participação de alunos/atletas nos jogos oficiais pelo número de inscritos; o número de equipes classificadas para jogos nacionais, estaduais, regionais e municipais; o número de medalhas ganha pelo Estado de Santa Catarina nos jogos nacionais; o número de eventos escolares oficiais efetivados e o número de edições dos eventos.

O método qualitativo, na análise documental, buscou avaliar o impacto da democratização, da descentralização das decisões e da autonomia de gestão da prática esportiva. Complementarmente foi realizada a interpretação dos dados

quantitativos dessa pesquisa documental. Os documentos acessados mostraram um estudo longitudinal, pois descreveram o desenvolvimento de um acontecimento através do tempo e de uma pesquisa histórica em registros escritos. Interpretou-se o significado do programa para os alunos, para os professores e para a comunidade escolar na sua dimensão qualitativa. Também foram avaliadas as mudanças de comportamento e atitudes no contexto escola. As fontes para as buscas foram documentos legais, mapas de execução, relatórios, comunicações internas. Conforme Quadro 03, considerando a procedência, intencionalidade na elaboração e divulgação, forma de comunicação, estado físico de conservação, e proximidade com o fato, as fontes acessadas classificam-se em:

1. Manuscritos, impressos ou digitalizados; publicados ou não publicados; preparados para uso público ou uso privado.
2. Preparado intencionalmente como Relatório Histórico ou sem premeditação: documento intencional ou sem premeditação.
3. Relatórios Quantitativos, censos e compilações numéricas.
4. Linguagem falada, tradição oral: baladas e sagas, entrevista oral, história oral.
5. Relíquias: conforme propriedades físicas ou visuais.
6. Fonte Primária: indivíduo que descreve o evento estava presente nele.
7. Fonte Secundária: descrição do fato de alguém que poderia ou não estar diretamente no evento.

Quadro 03 – Documentos de análises históricas

FONTES	ORIGEM	1	2	3	4	5	6	7
Mapas do PEEE Disciplina 0378/EPO Anos 2001, 2002 e 2003	Gerência de Ensino Fundamental	Manuscritos e impressos internos	Relatório Histórico	Relatório Quantitativo e Qualitativo			X	
Censo Escolar de 1999, 2000, 2001 e 2002	Gerência de Estatística e Informática	Impressos, para uso público	Documento sem premeditação	Censo Quantitativo			X	
Sistema Estadual de Registro de Informação Escolar – SERIE: 2002 e 2003	SED	Impressos e digitalizados para uso público	Documento sem premeditação	Relatório Quantitativo			X	
Avaliação das CRE's Anos 2001, 2002 e 2003	CRE's	Impressos para uso interno da GREF/SED	Documento sem premeditação	Relatório Quantitativo			X	

Fonte: Adaptado de BORG (1989, p. 813)

3.6. VALIDADE EXTERNA E INTERNA DAS FONTES

O estudo dos relatórios de implantação do PEEE e, também, dos relatórios oficiais da SED tiveram como finalidade a checagem das informações oriundas das escolas. Ao avaliar as fontes históricas, foi necessário adotar uma atitude crítica sobre documentos e dados quantitativos encontrados. Nesta fase foram observadas

a confiabilidade e respeitabilidade (capacidade, integridade e qualidade) da fonte primária, buscando-se referências existentes entre ela e a seriedade do trabalho produzido por ela. Este processo foi dividido em duas principais categorias: análise externa, ou autenticidade, que é a avaliação da natureza da fonte e análise interna ou precisão/coerência dos fatos, que é a avaliação da informação.

As evidências destas duas formas de análise estão apresentadas nos quadros 04 e 05.

Quadro 04 - Evidência externa

Documento	Autor	Período Elaboração	Publicação (Oficial)	Assinatura Responsável	Corroboração (Outras Fontes)
Censo Escolar	GERINF/SED	1999 a 2003	INTERNET	Diretor de Planejamento da SED	INEP/MEC
Projeto SERIE	GEREF/SED	2001 a 2003	INTERNET	Diretor de Ensino Fundamental da SED	Escolas
Formulários PEEE	Professores Educação Física	2001 a 2003	Impresso Interno	Diretor Escola	Coordenador Regional da CRE
Mapas PEEE	Coordenador do PEEE da SED	2001 a 2003	Impresso Interno	Coordenador do PEEE da SED	Formulários do PEEE
Avaliação do PEEE	Professores Educação Física	2001 a 2003	Impresso Interno	Coordenador Regional da CRE	Professores Educação Física
Relatório Financeiro do PEEE	GEFIN/SED	2001 a 2003	Impresso Interno	Diretor Financeiro da SED	Mapas PEEE

Fonte: Adaptado de BORG (1989, p. 813)

Quadro 05 - Evidência interna

Documento	Autor Expert	Autor e Acontecimento Proximidade com o Fato (Tempo/Espaço)	Autor e Pressões Visão Distorcida da Realidade	Autor e Intenção Informar? Relatórios Dar Ordens? Comunicação Produzir Efeitos na População? Políticas
Censo Escolar	sim	sim	não	Relatório de Informações para planejamento de políticas educacionais
Projeto SERIE	sim	sim	possível	Relatório de Informações para planejamento de políticas educacionais
Formulário PEEE	sim	sim	possível	Cadastramento no programa
Mapas PEEE	sim	sim	não	Relatório de Informações para avaliação e re-planejamento do programa
Avaliação do PEEE	sim	sim	possível	Relatório de Informações para avaliação e re-planejamento do programa
Relatório Financeiro do PEEE	sim	sim	não	Relatório de Informações para avaliação e re-planejamento do programa

Fonte: Adaptado de BORG (1989, p. 813)

Os quadros acima foram utilizados para classificar os documentos listados quanto a sua evidência externa e interna, de forma a avaliar a validade científica dos dados.

3.7. ANÁLISE DO CUSTO PER CAPITA

Para calcular o custo per capita dos alunos foi aplicado o quociente entre os custos anuais do PEEE e o número de alunos beneficiados e/ou atendidos em cada ano. Estes custos anuais foram provenientes dos recursos do FUNDEF e investidos pela SED, através da gerência de recursos financeiros (compra de material de consumo, equipamentos e pequenas reformas nas quadras de esportes), da gerência de capacitação (capacitação de professores, representantes das CREs e integradores da FESPORTE) e da gerência de recursos humanos (remuneração das aulas dos professores que atuaram no programa).

3.8. ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)

A técnica de análise do discurso do sujeito, proposta por Lefèvre& Lefèvre (2004), possibilita avaliar como os sujeitos que implantaram o programa o perceberam e sentiram. A análise qualitativa a partir das falas das pessoas é o diferencial em pesquisas educacionais, e permite diagnósticos complementares às pesquisas quantitativas. Para a análise do discurso do sujeito coletivo foram utilizadas informações dos relatórios e questionários apresentados no final dos anos 2001 e 2002, respectivamente. Os relatórios do ano 2001 foram elaborados por 26 grupos de professores, durante o I Seminário de Avaliação, com base no tema: Relatório do PEEE – aspectos positivos e negativos. Os 6 grupos que não conseguiram concluir esta avaliação não foram considerados. No ano 2002, por não acontecer o Seminário de Avaliação, as 26 regionais da educação apresentaram sua

avaliação com base nas 13 perguntas abertas dos questionários enviados pela SED, descritas a seguir:

1. Que ação a Regional desenvolveu para a implementação do PEEE?
2. Aponte fatores positivos da implementação do PEEE.
3. Aponte fatores que dificultaram a implementação do PEEE.
4. Aponte as dúvidas que ainda persistam com a implementação do PEEE.
5. Como foi o comprometimento dos professores para desenvolverem o PEEE?
6. Qual foi a receptividade e participação dos alunos no desenvolvimento do programa? Justifique.
 7. Como se deu a interação entre escola, professores e alunos? Justifique.
 8. Foi percebida alguma reação da comunidade na qual a escola está inserida, com a implementação do Programa? Qual?
 9. O Programa contou com alguma parceria pública ou privada?
 10. O objetivo específico do Programa foi alcançado?
 11. Qual o enfoque pedagógico/metodológico de ensino nas aulas de Educação Física?
 12. Qual o enfoque pedagógico/metodológico de ensino nas aulas do Esporte Escolar?
 13. Sugira ações necessárias para melhorar o desenvolvimento de Programa, no setor financeiro, recursos humanos, coordenação e execução.

Os relatórios de 2001 e os questionários de 2002 forneceram informações sobre a percepção dos professores quanto à participação dos alunos, dos diretores e da comunidade escolar; à operacionalização deste programa; às mudanças no contexto escolar e aos pontos positivos e negativos do PEEE. Ao avaliar a percepção do conjunto de sujeitos que implantaram o PEEE, segundo suas diretrizes pré-

estabelecidas para a rede pública de ensino, buscou-se identificar idéias, opiniões e sentimentos, bem como o modo de pensar e sentir.

No ano 2001, considerando a forma dissertativa dos relatórios, as falas dos sujeitos permitiram aplicar a técnica do discurso do sujeito coletivo (DSC), identificando 39 (trinta e nove) idéias centrais a partir dos 20 relatórios regionais, contendo as expressões chaves. Os discursos sínteses dos sujeitos envolvidos representam de modo coletivo, o pensamento de um grupo definido, cujos participantes, presentes no mesmo tempo e espaço, estiveram submetidos a um mesmo programa.

No ano 2002, considerando as perguntas abertas dos questionários, também foi possível aplicar a técnica do discurso do sujeito coletivo (DSC), identificando 75 idéias centrais a partir de 19 questionários regionais respondidos dentre os 26 enviados.

3.9. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo restringe-se a análise efetuada no período de 2001 a 2003, isto se considerando que este foi o tempo de operacionalização do PEEE no Estado de Santa Catarina. Como o programa foi suspenso em 2004 não foi possível avaliá-lo após este período.

3.10. LIMITAÇÕES

Esta Dissertação tem como limitação a falta de acompanhamento sistemático e de avaliações nos anos subseqüentes aos pesquisados neste trabalho. Neste sentido os resultados apresentados abrangerão somente o triênio 2001-2003.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO PEEE/SC

4.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA NACIONAL DE ENSINO E DO SISTEMA BRASILEIRO DO ESPORTE

4.1.1. SISTEMA NACIONAL DE ENSINO

Como nos mostram os organogramas apresentados no Anexo III (pg. 195), o Ministério da Educação (MEC) tem em sua estrutura uma Secretaria de Educação Básica com uma Coordenação Geral do Ensino Fundamental (COEF). Esta Secretaria tem dois programas de financiamento da educação: o FUNDEF (que ao final do ano 2006 se transformará no FUNDEB) e o Fundo de Assistência Financeira em Apoio aos Sistemas de Ensino; 05 programas de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Acompanhamento e a Avaliação do PNE e dos Planos Estaduais e Municipais correspondentes; Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação; Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação; Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; Planejamento estratégico da Secretaria – PES); 04 programas de Valorização dos Trabalhadores em Educação (Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica; Rede Nacional de Formação de Professores; Pró-Licenciatura; Proinfantil; Programa Ética e Cidadania); 01 programa de Formação Profissional de Serviço de Apoio

Escolar (Pró-funcionário); 07 programas de Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Fundamental de nove anos; Projeto Alvorada; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio; Plano de Desenvolvimento da escola; Programa de Gestão e Aprendizagem Escolar (Gestar I); Projeto escola Ativa; 03 programas de Material Didático e Infra-estrutura escolar - Programa Nacional de Avaliação de Livros Didáticos; Programa Nacional de Biblioteca Escolar; Projeto de Adequação do Prédio Escolar; 04 programas de Prêmios e Concursos - I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no Ensino Médio; I Prêmio Professores do Brasil 2005; II Prêmio Ciências no Ensino Médio; I Olimpíada Brasileira de matemática das Escolas Públicas.

Quanto aos programas para o Ensino Fundamental, estes são os de ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos; Regularização da Defasagem Idade Série; e de Política Nacional de Leitura, Alfabetização e Letramento. Por sua vez os projetos são os de Saúde e Prevenção na Escola; Apoio às Unidades de Internação; Prêmio Professores do Brasil 2005; Concurso de Monografia. E as ações são: Educativas Integradas; Ensino Fundamental na TV Escola; Apoio à cooperação firmada pelos Acordos Internacionais; e Escolas Brasileiras no Japão.

Ao analisar-se os programas federais gerais para a Educação Básica, constatou-se a inexistência de programa específico que incluía o desporto escolar, ainda que o MEC (2006) considere:

O Ensino Fundamental como a segunda etapa extremamente importante para o desenvolvimento integral do ser humano... e a gestão democrática da escola, os materiais didático-pedagógicos e a formação do professor como fatores determinantes para a qualidade social da educação, que forma indivíduos críticos e criativos, preparados para o pleno exercício da cidadania.

E ainda, tenha criado a Coordenação Geral do Ensino Fundamental (COEF) que:

Busca a melhoria da qualidade da educação a partir dos princípios da autonomia, da colaboração, da participação, da igualdade de oportunidades e da inclusão social e, que diga que a formulação das políticas públicas educacionais é feita com a participação democrática dos sistemas de ensino, em parceria com órgãos governamentais, organizações não governamentais e organismos internacionais.

No Conselho Nacional de Educação, constatou-se a existência de uma Câmara de Educação Básica e nenhuma Câmara Técnica para discutir a base legal do esporte escolar no âmbito nacional.

No âmbito estadual, na Secretaria Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme organograma apresentado no Anexo III (pg. 195) constatou-se a inexistência de uma estrutura administrativa específica para gerenciar o esporte escolar em Santa Catarina, embora este esteja na Gerência de Ensino Fundamental. Em consequência, os alunos têm acesso a este fenômeno social como conteúdo do currículo das aulas de Educação Física, como o Tênis Júnior na Escola e o Xadrez entre outras modalidades, ou em ações do esporte escolar esporádicas, com eventos ou festivais. A atenção especial a estas duas modalidades é decorrente do diagnóstico feito pelo PEEE, onde se detectou a procura por parte dos alunos e praticamente nenhuma formação específica por parte dos professores. O Xadrez implementado em parceria com o Ministério do Esporte utiliza recursos financeiros de âmbito federal. O Tênis é financiado com recursos do FUNDEF (MEC) por ser uma atividade curricular da educação formal. Desta forma, não há previsão orçamentária para o esporte escolar extraclasse.

No entanto, os eventos esportivos da FESPORTE, irregularmente financiados com os recursos do FUNDEF, estão em desacordo com o preconizado na LDB, pois,

além desta instituição atualmente não integrar o Sistema de Ensino, estes recursos não podem ser destinados ao desporto, ou a fundações, ou ainda, a associações. Identificam-se, neste momento, duas secretarias responsáveis por uma mesma ação, ou seja, o esporte escolar, sendo que nenhuma das duas a executa. A Educação por não ter previsão na sua estrutura, e o Esporte que apesar de ter a estrutura, esta é absorvida pelo extenso calendário dos eventos de rendimento, participação e educacional, a partir da fase microrregional. Esta sobreposição de papéis ocorre, provavelmente, pela falta de regulamentação da matéria, a qual definiria áreas de atuação e responsabilidades de ambos os sistemas, origem e destinação dos recursos financeiros, cumprindo com o dever constitucional do Estado e garantindo a continuidade das ações.

Outra consequência que pode ser considerada histórica, desta indefinição, é o recorrente apelo assistencialista fundado nos argumentos do esporte educacional, sem nenhum constrangimento de gestores, administradores e legisladores, para a cedência dos professores do sistema de ensino para atuarem como integrador esportivo. Após a homologação da cedência dos integradores esportivos, estes passam a atuar somente a partir da fase microrregional dos eventos, e o esporte escolar se reduz, novamente, à disponibilidade dos professores das escolas em suas horas livres, sem o cumprimento da prioridade legal de atenção e investimentos necessários por parte do poder público.

Como já é tradição, os eventos da FESPORTE passam a ser executados em toda sua plenitude, com a competência e maturidade adquiridas pela dedicação e desprendimento de muitos catarinenses, há mais de quarenta anos. O sucesso deste modelo catarinense de fazer esporte é reconhecido nacionalmente e tem sido motivo de orgulho para o Estado. Mas, nos últimos quatorze anos, como não tem ingerência nas escolas e atende somente a partir da fase microrregional, não tem conseguido democratizar

a prática esportiva no espaço escola.

Esta estratégia tem se tornado uma prática usual como solução das demandas em termos de recursos humanos e financeiros do sistema esportivo. A pressão da repercussão dos eventos de rendimento e de participação do calendário anual da FESPORTE na mídia, sua importância como fenômeno social da cultura catarinense e a indefinição dos papéis colocam estas duas manifestações do desporto, o escolar e o rendimento, como antagônicas. Esta postura leva à disputa de um mesmo espaço onde o esporte escolar é o derrotado, levando ao fracasso todo e qualquer esforço no sentido de democratizar a prática esportiva entre nossas crianças que estão nas escolas. Ao contrário desta divisão, acreditamos ser cada um, parte constitutiva de um mesmo continuum do desenvolvimento do esporte e conseqüentemente, do desenvolvimento humano. E, como partes de um mesmo fenômeno explorado também como instrumento de inclusão social, nos discursos da atual política esportiva nacional e estadual, devem articular-se sem produzir mais um processo de exclusão.

Existe ainda o Programa Escola Aberta que oportuniza o acesso a atividades de lazer, culturais e esportivas por meio da abertura das escolas nos finais de semana. Embora este programa vise a melhoria do relacionamento nas comunidades de forma a reduzir os índices de violência, não é uma atividade planejada e contínua que propicie o aprender a ser, a fazer, a conviver e a conhecer como ocorre com o esporte escolar. Ainda no âmbito do estado constatou-se no Conselho Estadual de Educação a existência de uma Câmara de Educação Básica e nenhuma Câmara Técnica para discutir a base legal do esporte escolar em Santa Catarina.

4.1.2. SISTEMA BRASILEIRO DO ESPORTE

Constatou-se, no Ministério do Esporte, a existência da Secretaria Nacional de Esporte Educacional na sua estrutura administrativa. Suas ações se compõem do Programa Bolsa Atleta, do Programa Segundo Tempo, das Olimpíadas Escolares e das Universitárias. O Programa Bolsa Atleta destina recursos financeiros para atletas que já estão competindo, enquanto que o Programa Segundo Tempo utiliza o esporte como atividade de inclusão social nas comunidades, limitando a participação a quem tem o domínio das novas tecnologias. Já no Conselho Nacional do Desporto verificou-se, na sua composição, que há um representante legal do MEC, conforme disposto na Lei Pelé, porém não existe uma câmara técnica para tratar da questão do esporte escolar e nem um processo de articulação para a realização de ações integradas entre os dois ministérios.

No âmbito estadual constatou-se que na Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Esporte, existe a FESPORTE, que integrava a antiga estrutura da SED e que passou para esta secretaria a partir do ano 2003, com a nova reestruturação administrativa do atual governo. Nesta fundação existe a Gerência do Desporto Educacional, que é responsável pelos eventos esportivos educacionais, a partir da fase microregional, e com financiamento do FUNDEF. Há ainda o Conselho Estadual do Desporto que na sua composição não tem nenhum representante legal da SED, apesar da existência de uma Comissão do Desporto Educacional.

4.2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO PEEE/SC

4.2.1. ETAPA I: ANO 2001

Objetivo: Implementar o programa em 3 escolas por regional, igualmente, e verificar a possibilidade ou não de extensão as demais escolas da rede pública estadual.

Meta: Atender 25 % dos alunos matriculados no Ensino Fundamental a um custo per capita de R\$ 3,00/cada, totalizando aproximadamente 120.000 alunos. A destinação do valor de R\$ 3,00/aluno/ano foi uma das diretrizes do PEEE. A pesquisadora estabeleceu este valor no programa tomando por base o custo das rifas que cada aluno vendia na comunidade, sempre que se iniciava o ano letivo na escola e se arrecadavam recursos para comprar materiais esportivos, utilizados nas aulas regulares e nas atividades extraclasse. Esta prática é comum nas escolas considerando-se que o Sistema de Ensino nunca destinou recursos específicos para tal.

Nesta etapa participaram das atividades 72 escolas, totalizando 55.845 alunos, com um custo anual total de R\$ 379.892,01, aplicados durante quatro meses: setembro, outubro, novembro e dezembro. Foram 217 projetos distribuídos em 12 diferentes modalidades, com um custo per capita de aproximadamente R\$ 6, 80/cada aluno.

As modalidades oferecidas nesta etapa foram escolhidas pela comunidade escolar: voleibol, basquete, handebol, futebol de campo, futsal, xadrez, tênis de mesa, dança, oficina de esportes, basquetebol, atletismo e ginástica.

A tabela 01 apresenta dados obtidos nos formulários, conforme apresentado no Anexo V, os quais foram preenchidos pelas escolas que participaram do PEEE. Estes dados foram agrupados por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), incluindo aí o número de escolas, alunos, projetos referente ao número de escolas ofertando as diversas modalidades, modalidades esportivas e custo financeiro total.

Tabela 01: Participação no Ano 2001

Região	Escolas	Alunos	Projetos	Modalidades	Custo
1 ^a	3	1.645	11	7	
2 ^a	3	2.227	12	4	
3 ^a	3	2.599	9	3	
4 ^a	3	1.574	10	5	
5 ^a	3	1.255	11	4	
6 ^a	3	1.569	10	5	
7 ^a	3	2.653	9	4	
8 ^a	3	2.179	8	6	
9 ^a	2	2.996	11	6	
10 ^a	3	2.192	5	5	
11 ^a	3	1.378	6	4	
12 ^a	3	1.705	5	3	
13 ^a	2	2.844	6	5	
14 ^a	3	1.640	9	5	
15 ^a	2	3.187	8	6	
16 ^a	3	2.375	6	4	
17 ^a	2	1.472	4	3	
18 ^a	3	2.213	9	6	
19 ^a	2	1.371	6	6	
20 ^a	3	2.852	9	4	
21 ^a	3	2.797	9	6	
22 ^a	3	1.931	16	6	
23 ^a	3	1.987	11	6	
24 ^a	2	2.146	3	2	
25 ^a	3	1.502	5	6	
26 ^a	3	1.555	9	5	
TOTAL	72	55.845	217	12	R\$ 379.892,01

Para a implantação da Etapa I foi realizada uma ação de capacitação necessária para a operacionalização do PEEE. Participaram do planejamento desta capacitação técnicos das Gerências de Recursos Humanos, Financeiro, Pedagógico

e Planejamento da SED. Estes técnicos foram, também, os ministrantes nas suas áreas específicas, além da assessoria do Centro de Educação Física e Desporto (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a partir de um Convênio de Cooperação Mútua, firmado em 2001. A segunda ação foi o seminário de avaliação da Etapa I, onde os professores e os representantes das regionais da educação relataram as experiências em suas áreas específicas, os aspectos positivos e negativos na implantação do programa e sugestões quanto à melhoria deste para aperfeiçoamento do processo.

A descrição detalhada destas ações é apresentada abaixo.

1ª Ação: Capacitação em atividade física no espaço escolar

Objetivos	Conteúdos	Beneficiários
Orientar sobre a aplicação e uso dos recursos financeiros quanto a aquisição de material esportivo.	Base Legal e confecção dos boletins orçamentários.	110 Professores de Educação Física da rede pública estadual, integradores esportivos da FESPORTE e representantes das regionais da educação.
Orientar sobre a disponibilização de recursos humanos para atender as turmas em horário extraclasse.	Base Legal e adequação ao Comunicado 170/2001 dos R.H.	110 Professores de Educação Física da rede pública estadual.
Orientar quanto ao preenchimento dos formulários de planejamento da ação.	Detalhamento das ações quanto aos recursos financeiros, humanos, alunos envolvidos, turmas, número de aulas, etc.	110 Professores de Educação Física da rede pública estadual.
Qualificar sobre a pedagogia do esporte escolar.	Pedagogia do esporte escolar.	110 Professores de Educação Física da rede pública estadual.

2ª Ação: Seminário de Avaliação

Objetivos	Conteúdos	Beneficiários
Avaliar o programa implementado nas escolas com troca de experiências entre os participantes.	Apresentação do planejado e do executado por regional.	96 Professores de Educação Física da rede pública estadual e representante das 26 regionais da educação.

O custo das duas ações está apresentado na tabela 02.

Tabela 02: Capacitação da Etapa I - 2001

CURSO	Ministrantes	Professores	Representantes	Carga Horária	Custo
1ª Ação	5	110	26 CREs	32	R\$ 19.640,16
			26 FESPORTE		
2ª Ação	7	96	26 CREs	24	R\$ 24.976,30
TOTAL	12	206	78		R\$ 44.616,46

4.2.2. ETAPA II: ANO 2002

Objetivo: Ampliar a implementação do programa eqüitativamente considerando-se o tamanho das regionais: pequena (2 escolas), média (4 escolas) e grande (6 escolas).

Meta: Atender 25 % dos alunos matriculados no Ensino Fundamental a um custo per capita de R\$ 3,00/cada, totalizando aproximadamente 120.000 alunos.

Alterações em relação a 2001:

Escolas: 262 escolas/2002 contra 72 escolas/2001.

Projetos: 886 projetos/2002 contra 217/2001 projetos.

Alunos: 193.715 alunos/2002 contra 55.845 alunos/2001.

Custo total: R\$ 1.091.191,59/2002 R\$ 379.892,01/2001.

Custo per capita: R\$ 5,60/cada aluno.

Modalidades: Além das apresentadas na Etapa I foram incluídas as de tênis de campo e natação, totalizando 14 diferentes modalidades esportivas.

Nesta etapa participaram das atividades 262 escolas, totalizando 193.715 alunos, com um custo anual total de R\$ 1.091,191,59, aplicados durante nove meses letivos. Foram 886 projetos distribuídos em 14 diferentes modalidades, com um custo per capita de aproximadamente R\$ 5,60/cada aluno.

A tabela 03 apresenta dados obtidos nos formulários preenchidos pelas escolas que participaram do PEEE. Estes dados foram agrupados por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), incluindo o número de escolas, alunos, projetos referente ao número de escolas ofertando as diversas modalidades, modalidades esportivas e custo financeiro total.

Tabela 03: Participação no Ano 2002

Região	Escolas	Alunos	Projetos	Modalidades	Custo
1ª	11	8.599	37	11	
2ª	17	12.722	58	8	
3ª	16	11.042	54	8	
4ª	11	8.645	39	9	
5ª	11	8.156	33	8	
6ª	9	5.741	28	7	
7ª	13	10.116	46	9	
8ª	8	7.130	27	7	
9ª	15	10.651	57	10	
10ª	7	4.466	22	8	
11ª	17	11.164	57	12	
12ª	14	9.468	42	10	
13ª	13	9.038	67	12	
14ª	5	4.716	15	4	
15ª	17	11.044	74	10	
16ª	5	4.025	10	7	
17ª	16	9.077	52	9	
18ª	9	7.946	30	7	
19ª	7	2.853	18	9	
20ª	3	2.852	12	7	
21ª	5	4.620	11	3	
22ª	6	3.937	21	7	
23ª	5	5.679	17	10	
24ª	7	5.906	9	6	
25ª	7	5.193	24	9	
26ª	8	6.927	26	7	
TOTAL	262	193.715	886	14	R\$ 1.091.191,59

A partir do primeiro seminário de avaliação do PEEE foram planejadas para a Etapa II duas ações de capacitação necessárias ao aperfeiçoamento do processo. Participaram destas capacitações, além dos técnicos da SED e Professores do CEFID/ UDESC, os responsáveis pela coordenação, os ministrantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) e, ainda, os do Serviço Social da Indústria (SESI/DF). A terceira ação teria sido o seminário de avaliação da Etapa II que não ocorreu por falta de recursos financeiros da SED.

A descrição detalhada das ações de capacitação é apresentada abaixo.

1ª Ação: Capacitação para implementação do programa estadual esporte na escola

Objetivo	Conteúdos	Beneficiários
Orientar sobre aspectos práticos e teóricos da ginástica, do jogo, da dança e do esporte na escola.	Ginástica; Jogo; Dança e Esporte Escolar.	80 Professores de Educação Física da rede pública estadual e 26 representantes das regionais da educação.

2ª Ação: Capacitação para implementação do programa estadual esporte na escola

Objetivo	Conteúdos	Beneficiários
Orientar quanto à elaboração de eventos esportivos escolares.	Identidade cultural local e organização de eventos.	86 Professores de Educação Física da rede pública estadual e 26 representantes das regionais da educação.

O custo das duas ações está apresentado na tabela 04.

Tabela 04: Capacitação da Etapa III - 2003

CURSO	Ministrantes	Professores	Representantes	Carga Horária	Custo
1ª Ação	7	106	26 CREs	40	R\$ 97.032,83
2ª Ação	4	112	26 CREs	32	R\$ 53.574,59
TOTAL					R\$ 150.607,42

4.2.3. ETAPA III: Ano 2003

Objetivo: Continuar ampliando a implementação do programa, no sentido de implantar uma rede de relações entre os participantes e os que ainda iriam se integrar a ela, de forma a dar-lhes autonomia e co-responsabilidade na sustentabilidade da ação.

Meta: Atender 25 % dos alunos matriculados no Ensino Fundamental a um custo per capita de R\$ 3,00/cada, totalizando aproximadamente 120.000 alunos.

Alterações em relação a 2002:

Escolas: 419 escolas/2003 contra 262 escolas/2002 contra 72 escolas/2001.

Projetos: 1.209 projetos/2003 contra 886 projetos/2002 contra 217/2001.

Alunos: 283.122 alunos/2003 contra 193.715 alunos/2002 contra 55.845 alunos/2001.

Custo total: R\$ 1.337.302,91/2003 contra R\$ 1.091.191,59/2002 contra R\$ 379.892,01/2001

Custo per capita: R\$ 4,70/cada aluno.

Modalidades: Diminuiu a natação e incluiu-se Kungfu, Judô e Badmington, totalizando 16 diferentes modalidades.

Nesta etapa participaram das atividades 419 escolas, totalizando 283.1223 alunos, com um custo anual total de R\$ 1.337.302,91 aplicados durante nove meses letivos. Foram 1.209 projetos distribuídos em 16 diferentes modalidades, com um custo per capita de aproximadamente R\$ 4,70/cada aluno.

A tabela 05 apresenta dados obtidos nos formulários preenchidos pelas escolas que participaram do PEEE. Estes dados foram agrupados por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), incluindo aí o número de escolas, alunos, projetos

referentes ao número de escolas ofertando as diversas modalidades, modalidades esportivas e custo financeiro total.

Tabela 05: Participação no Ano 2003

Região	Escolas	Alunos	Projetos	Modalidades	Custo
1 ^a	22	15.469	48	11	
2 ^a	23	16.618	65	10	
3 ^a	29	19.049	81	9	
4 ^a	24	15.870	92	11	
5 ^a	16	24.337	35	10	
6 ^a	9	5.435	26	8	
7 ^a	25	19.342	86	11	
8 ^a	23	9.912	64	10	
9 ^a	14	9.648	51	10	
10 ^a	9	4.897	24	9	
11 ^a	23	16.921	67	10	
12 ^a	15	9.823	40	10	
13 ^a	24	16.503	99	13	
14 ^a	13	6.562	41	10	
15 ^a	15	12.091	40	11	
16 ^a	9	6.688	22	6	
17 ^a	18	9.492	61	11	
18 ^a	12	9.428	35	11	
19 ^a	10	5.844	23	8	
20 ^a	6	4.387	19	9	
21 ^a	16	4.347	23	6	
22 ^a	15	7.574	39	10	
23 ^a	13	7.080	36	8	
24 ^a	12	7.447	20	8	
25 ^a	9	4.998	31	10	
26 ^a	15	11.357	41	12	
TOTAL	419	283.122	1209	16	R\$ 1.337.302,91

Nesta etapa priorizou-se uma ação de capacitação que possibilitou a avaliação do perfil somatomotor dos alunos do Ensino Fundamental. Participaram desta capacitação, além dos técnicos da SED, os professores do CEFID/UDESC responsáveis pelo Programa Esporte Brasil, da Rede CENESP, do Ministério do Esporte. Os professores também foram orientados quanto à Responsabilidade

Técnica do Profissional de Educação Física na atuação junto à sociedade, seus direitos e deveres, de acordo com o Código de Ética do Profissional de Educação Física.

A descrição detalhada, da ação de capacitação está apresentada abaixo.

Ação: Capacitação dos educadores do PEEE – Projeto Esporte Brasil

Objetivo	Conteúdos	Beneficiários
Orientar sobre os aspectos da avaliação do perfil somatomotor dos alunos da rede pública estadual.	Protocolo do Banco de dados da Rede CENESP (Centro de Excelência do Esporte) ligada ao Ministério do Esporte.	115 Professores de Educação Física da rede pública estadual e 26 representantes das regionais da educação.
Orientar sobre a Responsabilidade Técnica do Profissional de Educação Física	Código de Ética do Profissional de Educação Física	115 Professores de Educação Física da rede pública estadual e 26 representantes das regionais da educação

O custo da ação está apresentado na tabela 06.

Tabela 06: Capacitação da Etapa III – 2002

CURSO	Ministrantes	Professores	Representantes	Carga Horária	Custo
Ação	11	141	26 CREs	40	R\$ 89.064,92
TOTAL					R\$ 89.064,92

4.3. EVOLUÇÃO DO PROGRAMA NO TRIÊNIO

Com relação ao cumprimento das metas estabelecidas no PEEE, o gráfico 01 apresenta o atendimento nos anos 2001, 2002 e 2003 e uma previsão do número de alunos que poderiam ser beneficiados e atendidos nos anos subseqüentes, caso o programa tivesse continuidade.

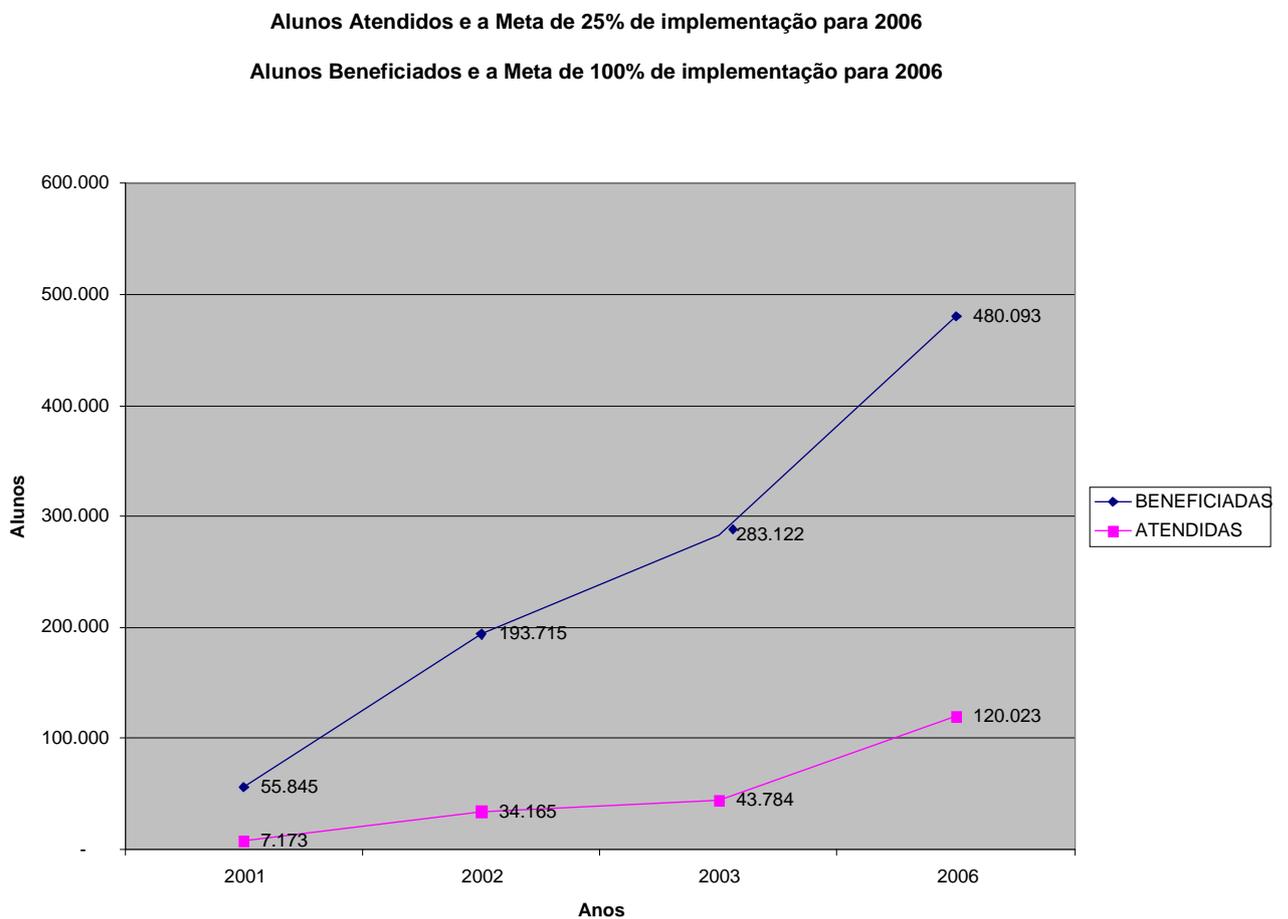


Gráfico 01 - Previsão das metas de 25% de atendimento e 100% de beneficiados

4.4. CUSTOS DO PROGRAMA NO TRIÊNIO

A tabela 07 apresenta os investimentos realizados pela SED durante o triênio 2001-2003. Estes se referem à compra de material esportivo, equipamentos e pequenos reparos nas quadras esportivas; ao pagamento de diárias aos professores e aos ministrantes dos cursos nas capacitações centralizadas e; ainda a remuneração das aulas dos professores de Educação Física que atuaram no programa.

Tabela 07 - Custos do Programa PEEE no triênio 2001 - 2003

ETAPAS	Material Esportivo	Capacitação	Rec. Humanos	Custo Anual
Ano 2001 - I	R\$ 135.691,55	R\$ 44.616,46	R\$ 199.584,00	R\$ 379.892,01
Ano 2002 - II	R\$ 471.432,17	R\$ 150.607,42	R\$ 469.152,00	R\$1.091.191,59
Ano 2003 - III	R\$ 593.325,99	R\$ 89.064,92	R\$ 654.912,00	R\$ 1.337.302,91
Custo Triênio	R\$ 1.200.449,71	R\$ 284.288,80	R\$ 1.323.648,00	R\$ 2.808.386,51

4.5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO PEEE/SC

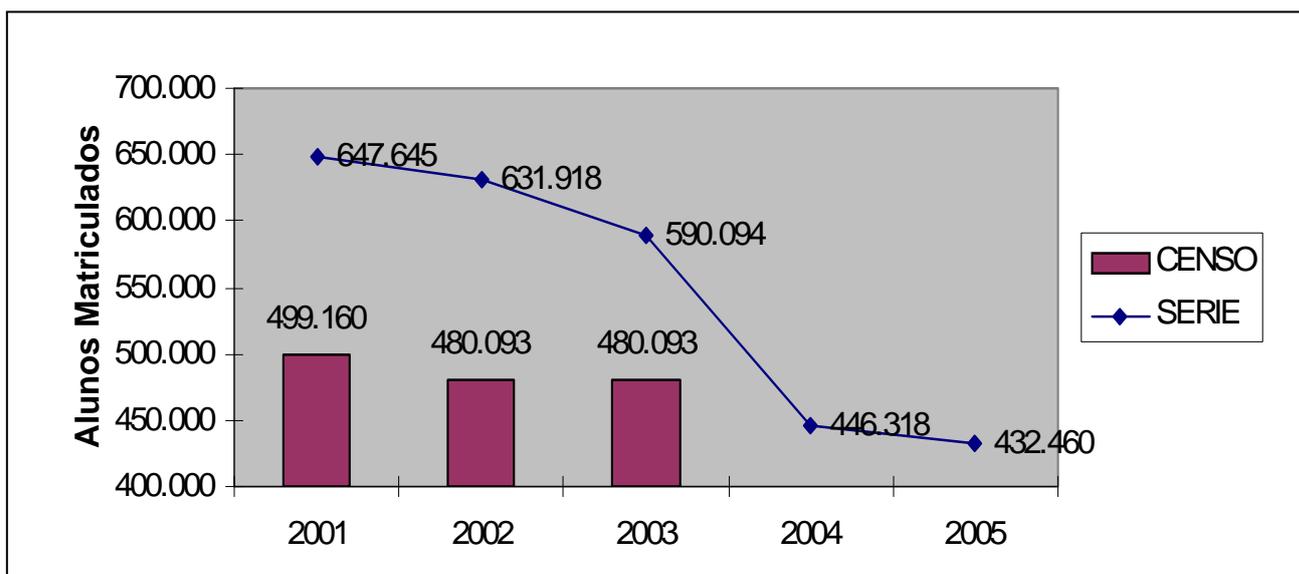
Os dados foram apresentados conforme a ordem dos objetivos específicos, onde cada conjunto de informação foi obtido na documentação pertinente à implantação do PEEE. A busca e o estudo destes documentos deixaram evidente a fragmentação da gestão administrativa na SED. No setor financeiro acessou-se a informações quanto à elaboração de orçamentos e empenhos, no setor administrativo às questões legais, no setor de recursos humanos à complementação de carga horária ou contratações dos professores, no setor de engenharia e

edificações as consultas quanto a pequenos reparos e planos de ampliação dos espaços físicos, no setor de estatística e informática aos dados e sua distribuição no estado e no grupo pedagógico à criação de proposta de intervenção do esporte escolar junto às escolas. Daí a necessidade da criação de um setor de gestão de projetos que conheça a Proposta Curricular de Santa Catarina na sua totalidade, dados para a elaboração de diagnóstico, planejamento de metas e acompanhamento das ações até a sua concretização, em longo prazo, tanto do esporte como de tantas outras que acontecem sem articulação entre os setores.

4.5.1. NÚMERO DE ALUNOS, ESCOLAS E MUNICÍPIOS DO PEEE

Para quantificar o número de alunos, escolas e municípios foram analisados os dados obtidos dos Mapas do Esporte Escolar/SED/SC dos anos 2001, 2002 e 2003, conforme apresentado no Anexo VI (pg. 219), do Relatório do SERIE/SED/SC e do Censo Escolar. O número total de matrículas no Ensino Fundamental adotado neste estudo foi o do Censo Escolar, porque este integra o sistema federal de informações.

Esta escolha foi necessária, pois há diferença entre os números de matrículas entre o Censo Escolar e o SERIE/SED e possivelmente, é uma consequência do processo de municipalização do ensino fundamental, no Estado de Santa Catarina, em atendimento a diretriz constitucional referente à responsabilidade na gestão dos níveis de ensino ou ainda pode relacionar-se à mudança de critérios na contagem dos alunos. O fenômeno da municipalização explicaria o padrão de declínio nas matrículas apresentadas pelo Censo Escolar, conforme gráfico 02.



Fonte: Gerência de Estatística e Informática da SED (2005)

Gráfico 02: Matrículas na Rede Pública Estadual - Ensino Fundamental

A tabela 08 apresenta, além do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, os alunos beneficiados indiretamente e os alunos atendidos diretamente pelo PEEE, ou seja, nas atividades esportivas realizadas três vezes durante a semana. Apresenta, também, o número de escolas atendidas que embora não perfaçam 50% das escolas do Ensino Fundamental em 2003, beneficiaram 59% dos alunos matriculados, pois são as maiores escolas do estado, ou seja, aquelas que têm mais de 470 alunos matriculados.

Tabela 08: Número de alunos, escolas e municípios do PEEE

Ano	Matrícula Ensino Fundamental	Alunos Beneficiados	Alunos Atendidos	Escolas Ensino Fund.	Escolas PEEE	Municípios
2001	499.160	55.845	7.173	1167	68	61
2002	480.093	193.715	34.165	1144	296	176
2003	480.093	283.122	43.818	1140	405	198

Fonte: Projeto SERIE da SED (2005)

Isto significa que se o programa tivesse continuado o mesmo estaria atendendo a totalidade dos 293 municípios catarinenses, uma vez que nestes três

anos atendeu a 198. A meta não foi atingida neste período, pelo fato de que aproximadamente 90 municípios não tinham escolas com mais de 470 alunos. Este critério de seleção foi estabelecido pelo Programa de Descentralização Financeira proposto pela SED – “Dinheiro na Escola”. Houve assim, a exclusão das escolas menores que necessitariam de uma proposta de atendimento diferenciado.

A tabela 09 apresenta o número de alunos beneficiados pelo PEEE/SC. Alunos beneficiados foram aqueles matriculados regularmente nas escolas contempladas pelo programa, que utilizaram os materiais esportivos do PEEE nas aulas de Educação Física e participavam dos eventos esportivos escolares interturmas, ou seja, na própria escola. O percentual de alunos beneficiados correspondeu a 11% em 2001, a 40 % em 2002 e a 59% em 2003. Num cálculo de prospecção, a meta de 100% de alunos beneficiados não seria atingida pelo programa até 2006, mas se aproximaria consideravelmente.

Tabela 09: Percentual de alunos beneficiados em relação à matrícula no Ensino Fundamental

ALUNOS BENEFICIADOS			
ANO	MATRÍCULAS¹	PEEE²	%
2001	499.160	55.842	11
2002	480.093	193.715	40
2003	480.093	283.122	59

Fonte: ¹. Censo Escolar da SED (2002); ². SERIE

A importância da participação indireta de todos os alunos da escola, ora utilizando os materiais esportivos, ora organizando ou participando de festivais ou de atividades de aprendizagem, está na mudança que o esporte escolar promove a partir do processo de construção de novos significados para todas as pessoas da comunidade escolar. O esporte deixa de ser um fim em si mesmo para estimular a convivência sadia e afetiva, a inter-relação permanente entre os alunos, direta ou

indiretamente, contemplados pelo PEEE. Isto significou que nos espaços da escola, possibilitou o respeito às diferenças individuais, que passaram a ser percebidas e aceitas. Desta forma os alunos puderam superar suas diferenças em relação às competências físico-cinestésicas, sócio-afetivas, percepto-cognitivas e espaço-temporal.

A experiência vivida pelos alunos e proporcionada pelo PEEE seja no espaço escola ou para além dele, foram e serão sempre representativas dos participantes. Este é o contraponto ao trabalho desenvolvido pelos alunos atletas federado, que apesar de sua determinação e dedicação, não representavam a identidade da escola, mas sim dos clubes aos quais são filiados. Nos eventos escolares eram excluídos os alunos que não tiveram acesso às federações. O processo de exclusão, não pelo fato dos federados serem mais competitivos, ocorreu pela eliminação das fases escolar e municipal do processo, uma vez que estes alunos já estavam tecnicamente treinados. Este fato criou uma situação evidente de exclusão quando se lutava por uma política de democratização da prática esportiva. Conceber a democratização do esporte como instrumento de inclusão social significa oportunizar a participação, desenvolvendo o sentimento dos alunos de pertencer, de construir e fazer parte de uma história.

Partindo da análise da meta de inclusão de 100% dos alunos no estado, apresentada no gráfico 01, analisou-se a evolução da implantação do PEEE nas 26 regionais da educação, considerando a relação matrículas-inscrições. Isto foi feito para averiguar se houve um padrão de homogeneidade nos resultados de implantação e de aproveitamento. Ao identificar os resultados por CRE observou-se a porcentagem mínima de 33% em São José (26^a), e a máxima de 89 % em São Bento do Sul (22^a).

Entre as 10 CREs que apresentaram os melhores resultados, ficou evidente o baixo número de matrículas no Ensino Fundamental, sendo que somente duas das CREs maiores conseguiram apresentar resultados semelhantes, ou seja, Joinville (5ª) e Lages (7ª). O maior número de inclusões em Joinville justificou-se pelo financiamento, realizado pelo Programa Federal Esporte na Escola. Isto permitiu que mais 19 escolas, além das 11 participantes, fossem contempladas, seguindo uma das diretrizes do PEEE, referente a ampliação do número de escolas, ao longo do processo. Em Lages esse resultado deveu-se, possivelmente, pelo engajamento dos professores, uma vez que o esporte escolar já era uma prática comum em diversas escolas, mesmo sem apoio oficial.

O gráfico 03 mostra o número de alunos beneficiados e a matrícula, por regional da educação.

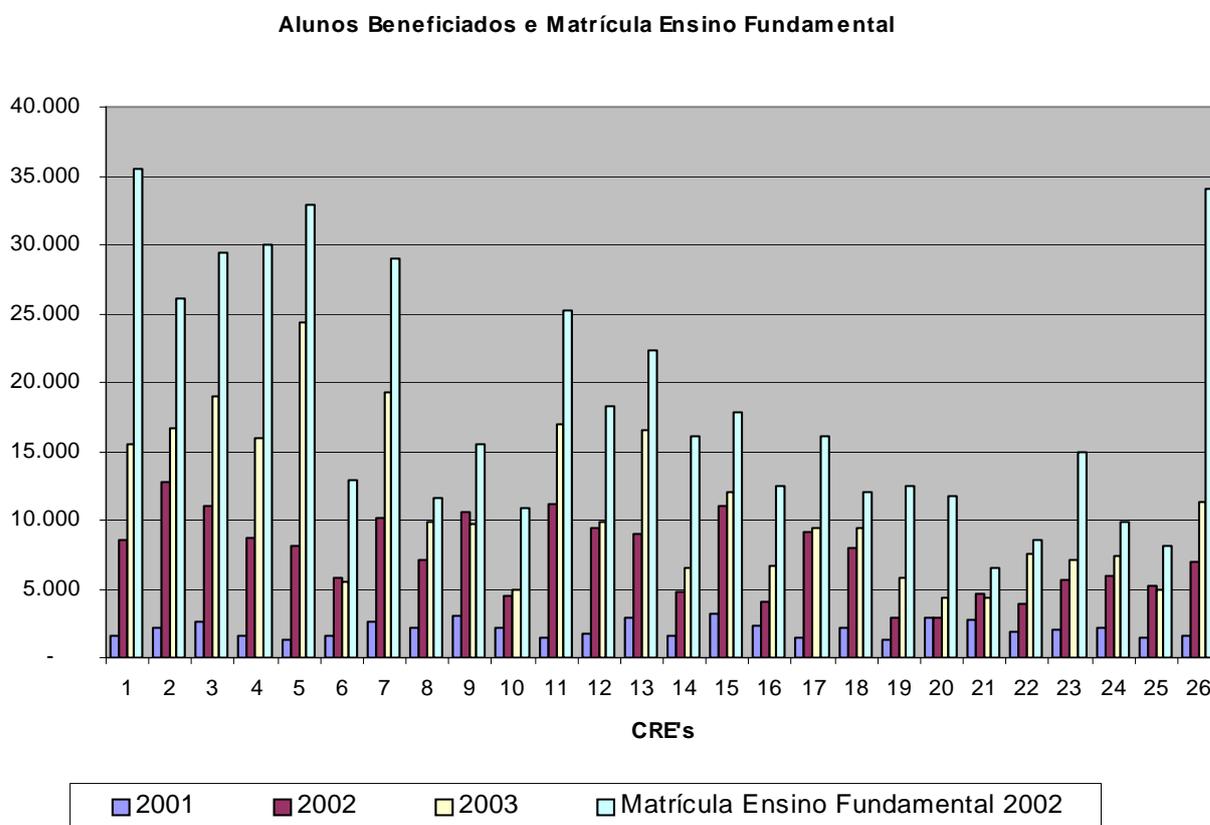


Gráfico 03: Alunos Beneficiados e Matrícula no Ensino Fundamental

Uma vez que o número de alunos matriculados, por CRE, indicava ser fator determinante da articulação das regionais na implementação do PEEE, procedeu-se à classificação e buscou-se a localização das mesmas no mapa físico do Estado. Esta distribuição possibilitou diagnosticar problemas, relacionados à capacidade da regional e dos profissionais, em implantar o PEEE e medidas para supri-los. Neste sentido, criou-se três categorias: pequena (P), média (M) e grande (G), onde as 26 regionais da educação foram classificadas de acordo com o número de matrícula no ensino fundamental, conforme apresentado na tabela 10.

Tabela 10 – Classificação das CRES segundo o número de matrícula dos alunos

CLASSE	INTERVALO DE MATRÍCULAS	PORCENTAGEM	QUANTIDADE CRES
Pequena (P)	6.527 a 16.173	57,69%	15
Média (M)	16.174 a 25.818	15,38 %	04
Grande (G)	25.819 a 35.464	26,92%	07

Considerando-se o percentual de participação em 2003 e a classificação das CRES segundo o número de alunos matriculados, foi possível observar que a maior homogeneidade encontrava-se entre as CRES médias, com a porcentagem mínima de 53,83% em São Miguel do Oeste (12^a) e a máxima de 73,77% em Itajaí (13^a), com 19,94 pontos de diferença. A menor foi entre as CRES pequenas, com o mínimo de 37,53% em Laguna (20^a) e o máximo de 88,97% em São Bento do Sul (22^a), com 51,44 pontos de diferença. Pode-se observar que entre as CRES pequenas houve o maior e o segundo menor aproveitamento. As CRES grandes ficaram numa posição intermediária com 40,64 pontos de diferença, sendo a participação máxima em

Joinville (5ª) com 73,97% e a mínima em São José (26ª) com 33,33%, conforme gráfico 04.

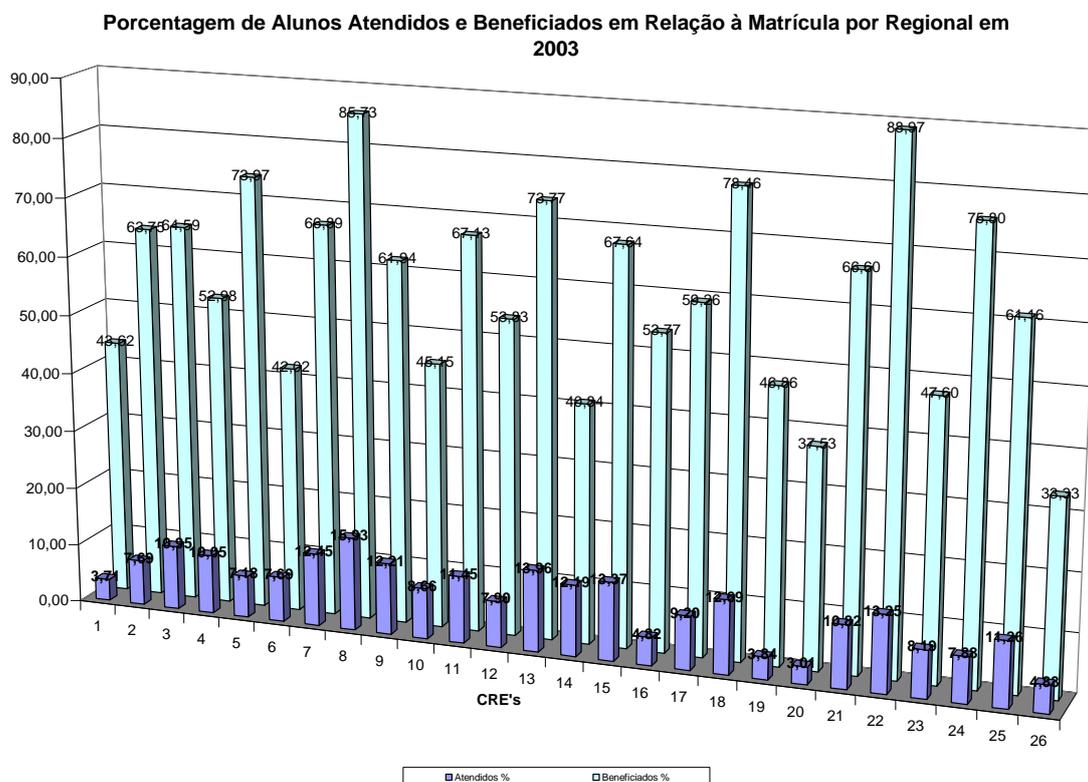


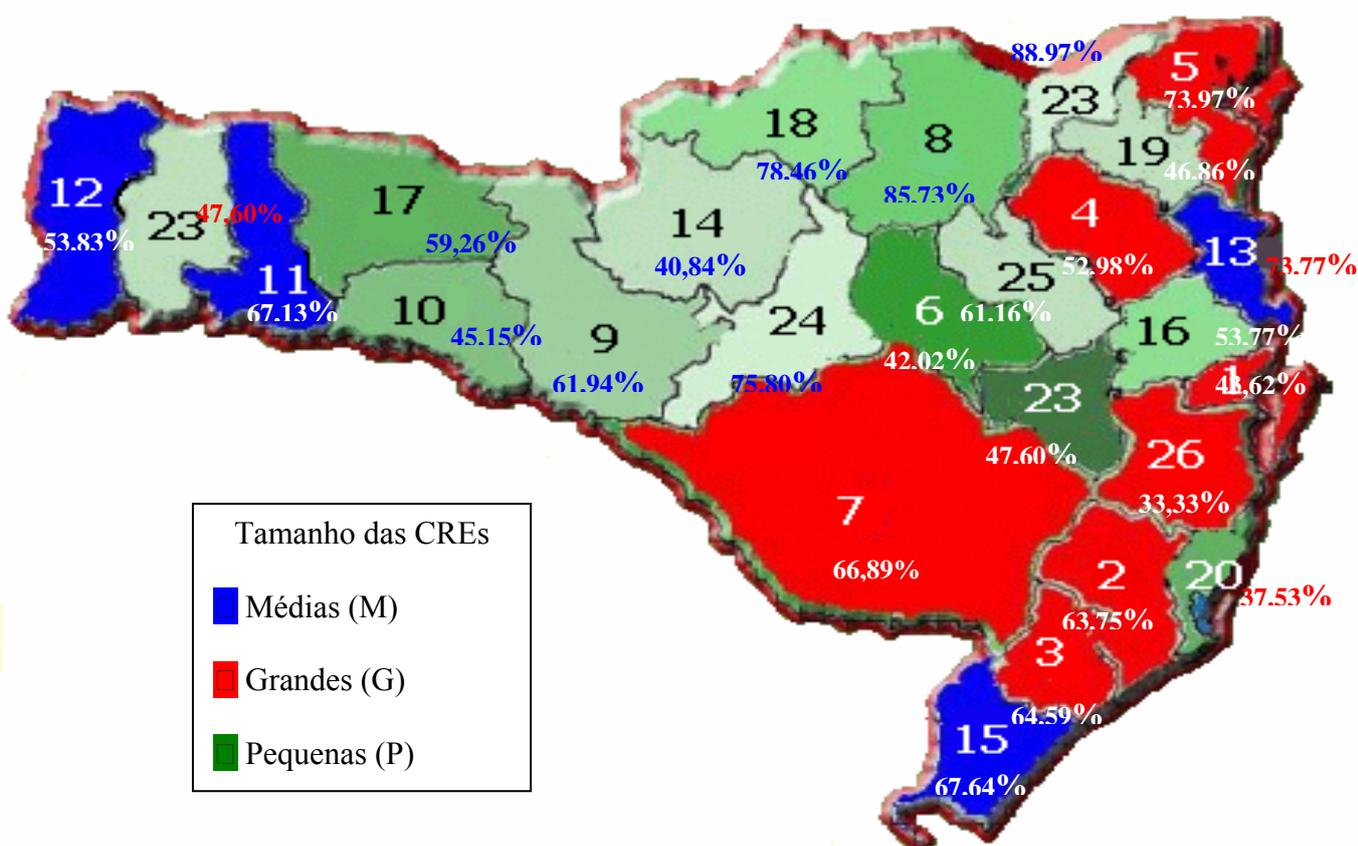
Gráfico 04: Porcentagem de Alunos Atendidos e Beneficiados em 2003

Em relação às CREs médias, com maior porcentagem de participação dos alunos, teve-se São Miguel do Oeste (12ª) e Chapecó (11ª), localizadas no oeste de Santa Catarina, assim como Itajaí (13ª) no litoral norte e Araranguá (15ª) no litoral sul. Já com relação às CREs pequenas, que ocupam 57,69% da área física de SC, a disparidade na participação teve Laguna (20ª) com o segundo menor índice de adesão no litoral sul. Por outro lado, São Bento do Sul (22ª), apresentou o maior índice de participação com 88,97%, localizada na região norte. As CREs classificadas como grandes localizam-se no litoral, com exceção de Lages que fica no planalto central e estas apresentaram um índice de participação com disparidades

marcantes. Com estas porcentagens percebe-se que não é só o tamanho das CREs que determina o índice de participação no PEEE, embora a média pertença as que se enquadraram no tamanho médio.

O mapa da figura 01 apresenta a localização das CREs por região, a partir da qual buscou-se verificar a relação entre o tamanho, a sua localização e a porcentagem de participação, de forma a subsidiar futuras discussões e correções.

Figura 01 – Mapa de Santa Catarina por CRÊs de 2003



Se a análise restringir-se à localização norte, sul, planalto e oeste, a maior homogeneidade fica com a região oeste, que apresenta uma diferença de 26,29 pontos, formada por regionais P e M. A menor homogeneidade encontra-se na região norte e litoral com uma diferença de 44,11 e 40,64 pontos, respectivamente, integradas por regionais P, M e G. Já no planalto central a diferença foi de 33,78

pontos, com regionais P e G. Esta distribuição com maior homogeneidade na região oeste, seguida pelo planalto central, sugere que a articulação do programa em regionais de pequeno e médio porte seja a mais indicada na questão da melhor produtividade, devido a apresentação de maior poder de descentralização e capilarização das ações. Conseqüentemente, as maiores, por apresentarem possivelmente maior centralização de poder, foram as que apresentaram menor produtividade. Outras possibilidades de análise se referem à cultura local que não foi considerada neste estudo, e a existência de uma classificação das regionais em pequena, média e grande, utilizada pela SED, que não considera somente o número de matrículas.

A implementação do PEEE no decorrer dos três anos, demonstrada no número de escolas por regional, no gráfico 05, se refere ao aspecto quantitativo e esta marcou o início do processo de democratização da prática esportiva no espaço escola. Pela primeira vez a SED implantou uma política de descentralização financeira e de autonomia das escolas na gestão do esporte escolar, conforme deliberação dos fóruns estaduais. Assim sendo, em 2002, houve um crescimento de mais de 200% com relação ao número de escolas que iniciaram no programa, expressando a importância e a carência de propostas diferenciadas no currículo (base nacional comum) do ensino fundamental. Diagnosticou-se também a limitação orçamentária e a necessidade de ampliação dos recursos humanos e administrativos, pois uma vez ocorrendo esta previsão, a maioria das escolas seria atendida já no segundo ano de implementação do programa.

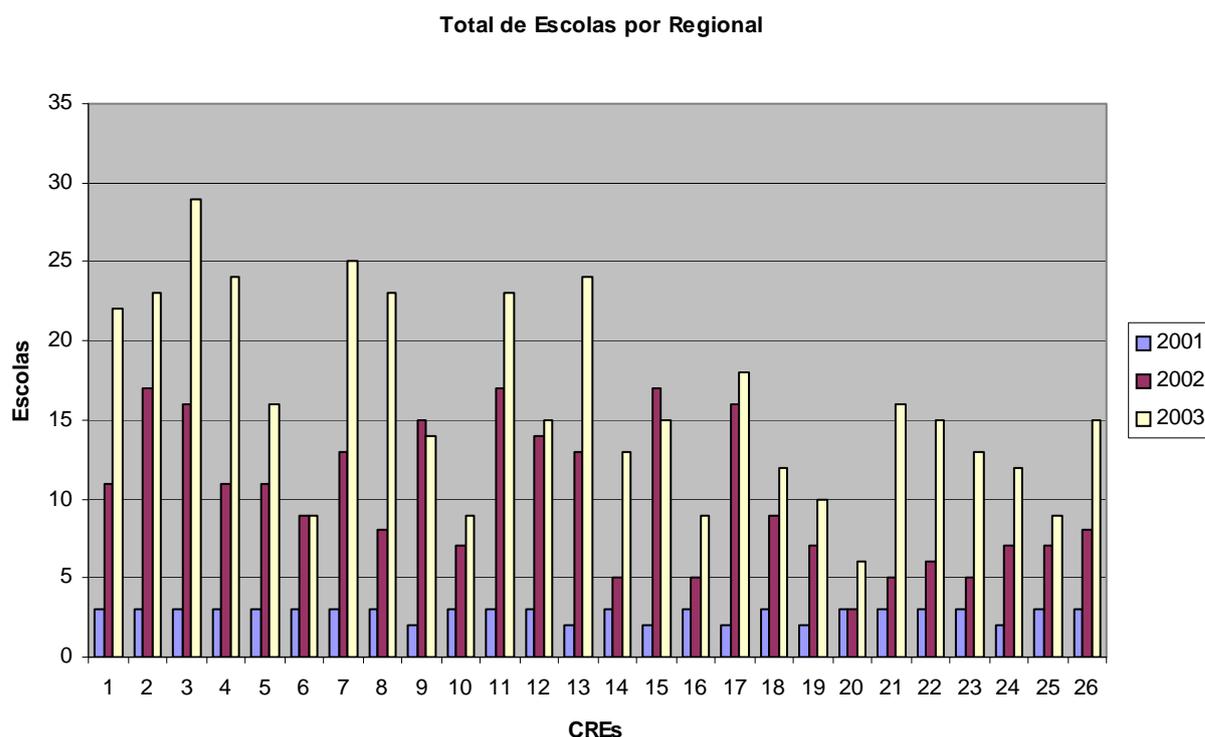


Gráfico 05: Total de escolas por regional

Apesar do crescimento verificado no período, somente 419 escolas das 1.144 do Ensino Fundamental da rede pública foram contempladas. As mudanças relacionadas ao aspecto quantitativo mostraram que houve um crescimento de aproximadamente 100% em relação ao número de escolas incluídas no programa, de 2002 para 2003. As 419 escolas atendidas não perfizeram 50% das 1.144 do Ensino Fundamental. Como inicialmente as escolas contempladas pelo programa foram as de maior contingente, os 283.122 alunos beneficiados nestas mesmas escolas representaram 59% dos 480.093 alunos matriculados em 2003. Em termos de resultados práticos, as escolas usaram sua autonomia para efetuar eventos inter-escolares e buscaram parcerias para a sustentabilidade desta ação, houve também a melhoria das relações interpessoais nas escolas, refletido na disciplina, na manutenção do espaço público escolar e melhoria no rendimento escolar, detectados

a partir dos depoimentos escritos nos relatórios de avaliação. Isto é confirmado mediante a análise dos discursos presente nos relatórios de 2001, conforme relato dos professores, nos questionários de avaliação remetidos a SED, já que o seminário foi cancelado em 2002.

Outro impacto do programa foi a aproximação dos centros acadêmicos com a gestão estadual do esporte e da educação, como por exemplo o Convênio de Cooperação Mútua entre a SED e a UDESC. Desta cooperação resultou a avaliação do perfil somatomotor de mais de 10.000 alunos do Ensino Fundamental. Esta avaliação contou com a participação dos professores de educação física das 26 regionais da educação, os quais foram capacitados pelos professores do CEFID/UDESC, responsáveis pelo Programa Esporte Brasil, da Rede CENESP, do Ministério do Esporte. Foram distribuídos 80 conjuntos de materiais de avaliação para as 26 regionais e a partir deles criou-se o banco de dados do Projeto Esporte Brasil em SC. Este tem mais de 9.000 dados disponíveis para pesquisa e avaliação da população escolar catarinense, quanto ao perfil somatomotor, por idade, gênero e região geográfica. Isto permitiu estabelecer as curvas normativas de crescimento, considerando-se a diversidade cultural e social; assim como diagnosticar o perfil nutricional por região geográfica e avaliar a aptidão física e a saúde da população escolar, identificando também, estudantes com nível superior de talento esportivo e o padrão de atividade física habitual, de modo a comparar estes dados com referenciais internacionais.

4.5.2. CUSTO PER CAPITA

Procurou-se estabelecer a relação custo/benefício por aluno ao ano, consultando-se os relatórios do Sistema Estadual de Registro e Informação Educacional (SERIE/SED/SC), relacionados à matrícula dos alunos no PEEE e os relatórios Execução Orçamentário/Financeira. Anexo VII (246). O entendimento desta relação fundamentou-se: a) na definição das responsabilidades legais e na área de atuação das instituições, SED e FESPORTE; b) na origem e destinação dos recursos e; c) no conceito de democratização da prática esportiva escolar adotada.

No Sistema Educacional, a SED apresentou, no ano 2001, uma previsão orçamentária de aproximadamente R\$ 135.000,00 para a realização das atividades esportivas nas escolas. A maior parte destes recursos, até o ano 2000, destinava-se ao financiamento dos Jogos Escolares Catarinenses – JESC, da FESPORTE, com um custo per capita de R\$ 15,00 por aluno/ano. Esta fundação, através da Gerência de Desporto Educacional, realizava os jogos escolares, nas suas fases micro, regional e a estadual. Teoricamente, a fase escolar e municipal era de responsabilidade das escolas e dos municípios.

No modelo de disputa utilizado nos JESC até 2004, participavam da competição uma média de 1.500 alunos/atletas, em cada uma das quatro fases regionais, totalizando 3.000 participantes no evento estadual. Isto significa que foram atendidos aproximadamente 9.000 alunos com as atividades do esporte escolar. Destes, só os 3.000 classificados é que participavam do evento estadual, com duração de uma semana e nesta fase final somente os vencedores permaneciam até o final da competição.

Analisando-se esta prática habitual verificou-se que o objetivo legal de descentralizar os recursos financeiros, para fazê-los chegar às escolas, de forma a cumprir os princípios de democratização, quanto à participação e à inclusão, não foi contemplado. Se estes recursos financeiros fossem destinados aos 499.160 alunos matriculados no Ensino Fundamental da rede pública estadual, como dispõe a legislação vigente, caberia a cada aluno/ano somente o valor irrisório de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos). Observando esta situação, questionou-se a prioridade do esporte educacional, no que se refere à repartição de recursos públicos, no sistema estadual de ensino. A partir de 2001, o resultado desse questionamento deu origem à suspensão dos jogos escolares. Os recursos financeiros da SED passaram, então, a ser aplicados nas Etapas do PEEE e com a anuência do Sistema Catarinense de Desportos, conforme apresentado na tabela 11.

Tabela 11 - Alunos Beneficiados e Atendidos e Custo Per Capita

Ano	Alunos Beneficiados	Alunos Atendidos	R\$	Per Capita Beneficiados	Per Capita Atendidos
2001	55.845	7.173	R\$ 379.892,01	6,80	52,96
2002	193.715	34.165	R\$ 1.091.191,59	5,60	31,93
2003	283.122	36.832	R\$ 1.337.302,91	4,70	36,30

Fonte: Gerência de Planejamento da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia - Acompanhamento Execução Orçamentária.

Conforme o apresentado na tabela acima, o valor per capita destinado aos alunos beneficiados, nas três etapas do programa foi superior aos R\$ 3,00 aluno/ano previstos nas metas do PEEE, uma vez que ali se considerou, além dos gastos com o material esportivo, os gastos com a capacitação e a remuneração dos professores pelas aulas ministradas. Para a compra dos materiais esportivos o valor R\$ 3,00

aluno/ano previstos foi o suficiente para cumprir a meta, sem considerar o fato de que em nenhum momento da história recente as escolas tiveram tantos materiais esportivos e de boa qualidade. Já a análise dos boletins de execução orçamentários (BEO's), demonstrou valores aquém do disponibilizado, expressando a dificuldade ocasionada pela tramitação, pelos erros no preenchimento, pela devolução de pedidos de materiais de consumo ou permanentes e pela demora no empenho dos mesmos. Estas informações foram confirmadas nos discursos dos professores relatados nos questionários de avaliação, Anexo VIII.

O valor per capita destinado aos alunos atendidos, conforme apresentado na tabela 11, dependeu de três fatores: do número de alunos matriculados na disciplina esporte educacional da grade curricular (EPO-378), ou seja, 25 em cada 100; da carga horária disponível do professor efetivo ou do professor contratado; e do espaço físico livre, além das aulas de Educação Física. Em 2001 foram atendidos 12,84% dos 25% previstos, sendo o custo per capita dos alunos atendidos de R\$ 52,96, em 2002 foram atendidos 17,63% dos 25% previstos, sendo o custo de R\$ 31,93, e em 2003 foram atendidos 13% dos 25% previstos, sendo o custo de R\$ 36,30. Isto significou que a meta de 25% de alunos matriculados no PEEE por escola não foi alcançada. Observamos que, com os mesmos recursos financeiros mais alunos poderiam ter acesso a atividades esportivas, não tivéssemos esbarrado na capacidade das escolas absorverem atividades extra-escolares. Esta capacidade é limitada pelo espaço físico e recursos humanos.

Se compararmos o custo per capita aplicado nos eventos da FESPORTE, apresentados na tabela 12, com os do PEEE, apresentados na tabela 13, conclui-se que a democratização da prática esportiva é possível de ser realizada, no espaço

escolar, com um custo total aluno/ano menor e com um benefício maior por ser uma prática cotidiana planejada e não limitada apenas a eventos esporádicos.

Tabela 12 - Valor Médio Per Capita Eventos FESPORTE

Per Capita/evento	Alunos Atendidos	Alunos Beneficiados
R\$ 15,00	9.000	450.000
CUSTO TOTAL	R\$ 135.000,00	R\$ 6.750.000,00

Tabela 13 - Valor Médio Per Capita Programa PEEE

Per Capita/triênio	Alunos Atendidos/triênio	Alunos Beneficiados/triênio
R\$ 5,70 beneficiados R\$ 40,39 atendidos	78.170	532.682
CUSTO TOTAL	R\$ 3.157.286,30	R\$ 3.036.287,40

Analisando-se as tabelas 12 e 13, se verificou que a democratização da prática esportiva na rede pública de ensino é possível e pode ser comprovada conforme previsão financeira apresentada na tabela 14.

Tabela 14 - Previsão Financeira para a Educação Básica de Santa Catarina

REDE	ENSINO	MATRICULA	Custo Total
Estadual	Fundamental	480.093	R\$ 2.736.530,10
	Médio	229.386	R\$ 1.307.500,20
Municipal	Fundamental	407.270	R\$ 2.321.439,00
	Médio	1.591	R\$ 9.068,70
TOTAL		1.118.340	R\$ 6.374.538,00

Por outro lado, os desdobramentos da implantação do PEEE fizeram com que a FESPORTE passasse a gerenciar seus eventos escolares com seus próprios recursos, como o Moleque Bom de Bola, os Festivais de Dança e o Prêmio Recriar. Outra mudança nos regulamentos, a partir de 2001, refere-se à representação nos eventos esportivos escolares, que passou a ser da escola e não mais das seleções municipais. E, em substituição aos JESCs foi criada a OLESC para atender aos alunos/atletas e às seleções municipais.

4.5.3. MODALIDADES ESPORTIVAS OFERTADAS EM 2001, 2002 E 2003

O estudo dos dados do PEEE/SC permitiu inferir alguns desdobramentos da política de descentralização financeira e autonomia de gestão do desporto educacional, no contexto esportivo estadual, ao avaliar a diversificação da oferta de modalidades esportivas nas 26 regionais, referentes aos anos de 2001, 2002 e 2003. O gráfico 06 apresenta a evolução em relação ao número de projetos por regional.

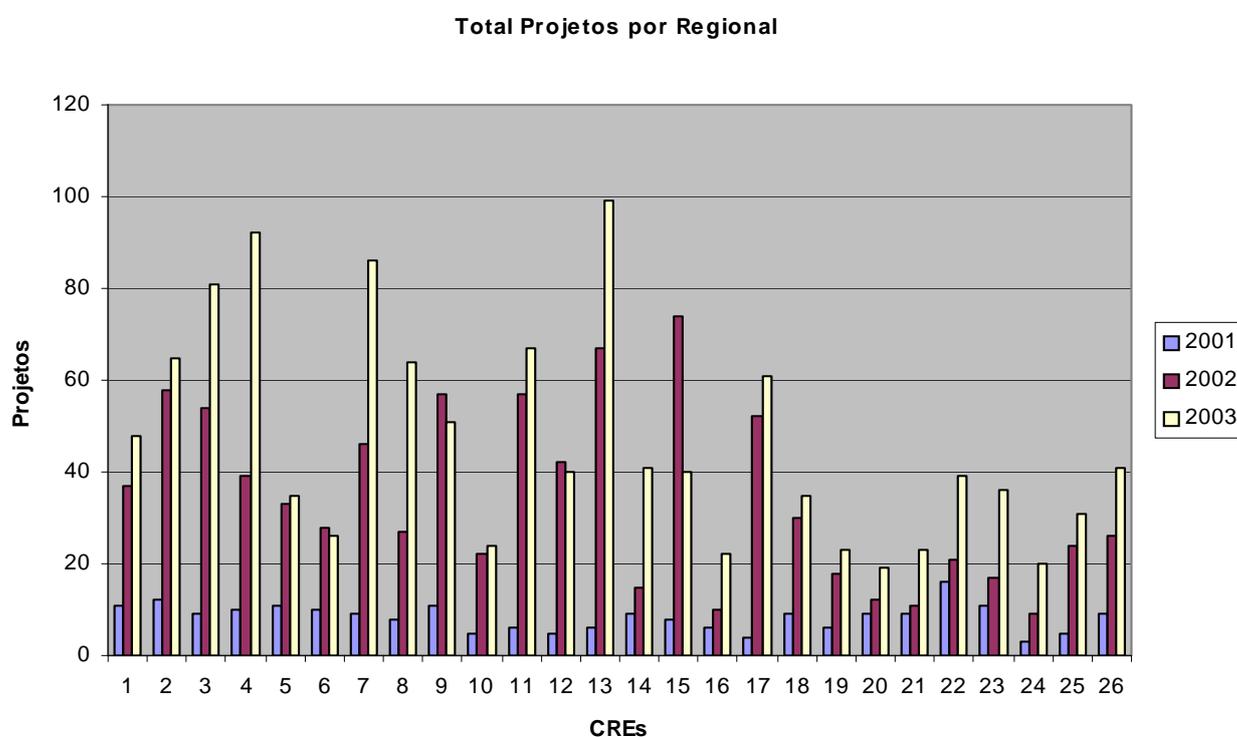


Gráfico 06: Número de projetos por regional em 2001, 2002 e 2003

Segundo os resultados apresentados, houve um aumento na média de projetos e nas diferentes modalidades esportivas praticadas, porém o aumento do número destes não é retratado na totalidade de turmas envolvidas. Por exemplo, um projeto de voleibol, numa mesma escola, pode ter três turmas nesta modalidade, sendo registrada uma única vez.

Na 13ª CRE, de Itajaí, foram implantados em 2001, 06 projetos, em 2002, 46 projetos e em 2003, 99 projetos, representando o melhor desempenho na implementação do programa. Por outro lado, na 20ª CRE, de Laguna, teve-se em 2001, 09 projetos, em 2002, 13 projetos e em 2003, 18 projetos, representando o menor desempenho na implementação do programa. Isto pode ser explicado mediante a postura das regionais frente à implementação do programa, pois as que convidaram aos professores para participar do processo obtiveram menor desempenho enquanto que as CREs que os convocaram obtiveram o melhor desempenho. Neste caso ficou evidente a existência de uma cultura no sistema de ensino onde só se executa uma ação quando esta está pré-determinada pela SED/CRE, conforme discurso dos professores (DSC).

Outro interesse do estudo centrou-se em quais seriam as opções das escolas quanto às modalidades esportivas, e qual o seu incremento para a segunda e terceira etapas. Após o tratamento dos dados dos Mapas de Execução do PEEE/SC 2001, 2002 e 2003 observou-se que as escolas escolheram 16 modalidades, quais sejam: Natação (NT), Tênis de Campo (TC), Punhobol (PB), Ginástica (GIN), Oficinas de Esportes (OF ESP) foram incluídos Jogos Esportivos e Recreação, Basquetebol (BB), Atletismo (ATL), Dança (DÇ) foram incluídas as danças folclóricas, Xadrez (X), Tênis de Mesa (TM), Futebol de Campo (FC) foram incluídos Futebol de Areia e Suíço, Handebol (HB), Futebol de Salão (FS) e Voleibol (VB), de acordo com o Gráfico 07.

Na ordem apresentada, o Voleibol foi a modalidade com maior procura, tanto na Etapa I, com 56 escolas, na etapa II, com 201 escolas, como na etapa III, com 311 escolas, seguida pelo Futebol de Salão com 44, 160 e 280 escolas nas etapas I, II e III, respectivamente. O motivo da supremacia das duas modalidades credita-se à

influência do contexto nacional e estadual, desde a organização de suas federações, cobertura e divulgação da mídia televisiva e campeonatos estaduais específicos. Esta pressão social, do mercado de consumo e da mídia gera uma demanda em nossos adolescentes que deve ser trabalhada pela escola.

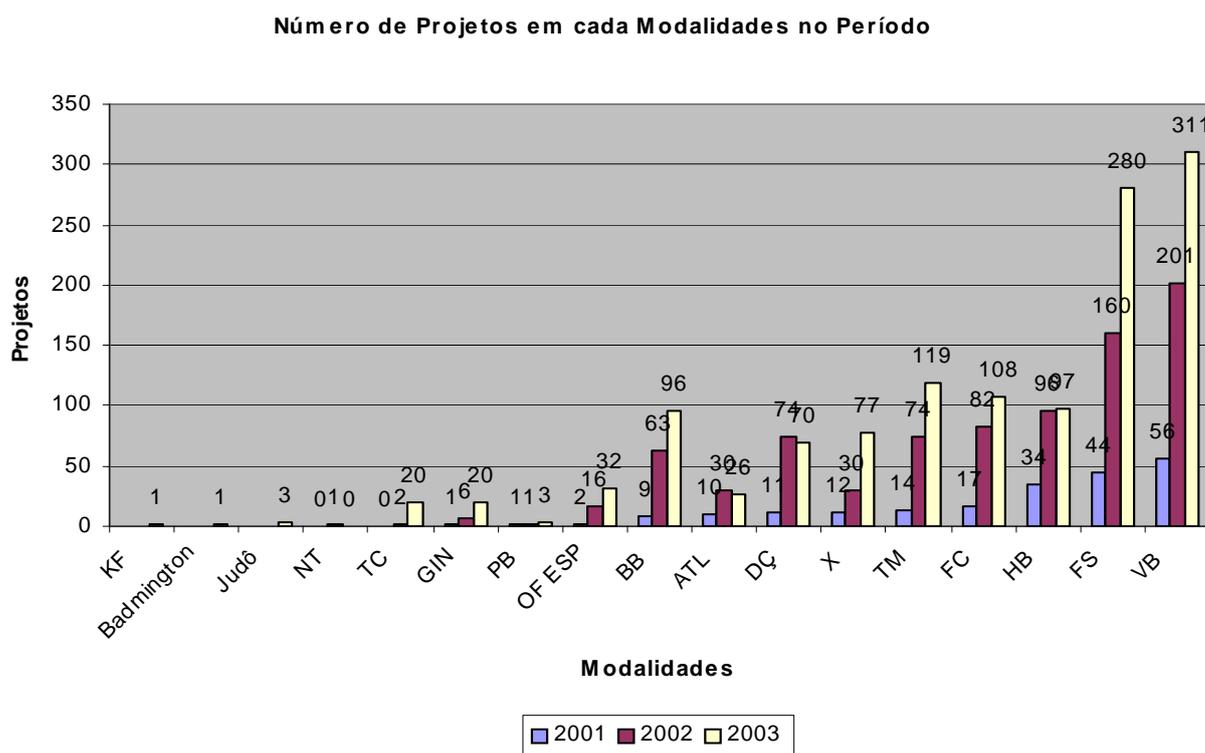


Gráfico 07: Número de projetos por modalidade em 2001, 2002 e 2003

Ao reconhecer esta influência da mídia no comportamento de escolares, DURÃES (2002) propõe, encará-la como possibilidade pedagógica a ser explorada pelos professores de educação física, inserindo as tecnologias disponíveis e programas esportivos no cotidiano escolar, numa abordagem multidisciplinar que “aumente as experiências diretas, os trabalhos práticos com o vídeo, a aprendizagem significativa, a aplicação do método compreensivo, o acompanhamento familiar e a troca de experiências”. Neste estudo o autor identificou uma “predominância da tendência em fortalecer o esporte-rendimento, sendo função de a Educação Física Escolar contrapor essa perspectiva e trabalhar em prol de uma consciência corporal

com atividades físicas que contemplem o desenvolvimento, o prazer e a qualidade de vida”.

Na seqüência, as cinco modalidades, que sem os incentivos das duas anteriores não sofreram a mesma atenção da mídia, fazem parte dos eventos esportivos estaduais. Estas, ao serem encorajadas, na sua prática, com recursos financeiros direto nas escolas, garantiram as condições de prática por meio de pequenas reformas, consertos de equipamentos, aquisição de material esportivo adequado e disponibilização e capacitação de recursos humanos (PEEE, 2003), apresentando um incremento de 7 a 10 vezes, como ocorreria com a Dança e o Basquetebol, numa nova classificação.

Em contraponto aparece uma escola com Natação no extremo-oeste do estado, resultado da parceria com um clube esportivo, demonstrando a possibilidade de convênios e participação da iniciativa privada na solução de questões de inclusão social através do esporte. Estas parcerias com clubes e prefeituras ocorreram envolvendo diferentes modalidades. Enfatizou-se a Natação pela dificuldade de locais para a sua prática e, pela sua importância na formação integral do ser humano. Na região norte, de colonização européia, foi ofertado Punhobol em uma escola, nas três etapas, enfatizando a diretriz do programa com o compromisso do esporte escolar resgatar manifestações esportivas regionalizadas, que fazem parte da cultura local, mas, que muitas vezes são desconsideradas em função de pressões do mercado e da mídia. E, finalmente, duas escolas com Tênis de Campo na região leste, onde a professora não era especialista da modalidade, as raquetes e as bolinhas usadas foram doadas, a quadra e a rede eram as de voleibol. Esta também é uma situação diferenciada, onde o sucesso de um brasileiro, o fenômeno Guga, foi a motivação e a cooptação da comunidade, a solução.

Em 2003, foram adquiridos pela SED, 40 conjuntos de materiais do Programa Tênis nas Escolas de uma empresa privada e com a assessoria da UFSC. Este material era reciclado e adaptado às necessidades da escola. A compra do programa foi motivada pela grande mobilização dos alunos, decorrente das vitórias do tenista catarinense Guga Kuerten. Fato semelhante ocorreu com a modalidade de Xadrez, no município de Papanduvas, que pelo exemplo da prática familiar (pai e filho) da modalidade, os colegas, também, queriam aprender e jogar. Como a professora não conhecia o Xadrez, a solução foi a participação do pai como voluntário no início do processo e a busca de informações na INTERNET. Os resultados práticos foram encontros sistemáticos aos sábados pela manhã, na escola, onde pais e filhos se reuniam para jogar Xadrez.

Cada conteúdo curricular da Educação Física tem suas especificidades e necessidades no contexto escolar catarinense. Neste sentido os professores foram capacitados em três cursos para atender a essa demanda. O primeiro quanto à concepção do PEEE/SC, recursos humanos, financeiros e administrativos, em 2001. O segundo especificamente para professores de Educação Física, sobre os aspectos pedagógicos e intervenção curricular e extraclasse, sobre jogo, ginástica, dança e esportes, e o terceiro sobre promoção de eventos escolares na escola e oficinas de jogo, ginástica, dança e esporte, no início das atividades de 2002 (PEEE, 2003). Em mais um encontros abordaram-se questões operacionais e de avaliação.

Como resultado esperava-se que além das modalidades esportivas tradicionais, fosse oportunizada atividade física extraclasse para os estudantes que tivessem afinidade também com a dança, jogos e ginástica. Ainda de acordo com o Gráfico 07, estas modalidades iniciaram com uma baixa frequência, mas tiveram crescimento na segunda e terceira etapas, como a Dança seguida pelas Oficinas de

Esportes e pela Ginástica. Em 2003, o tênis de campo teve um incremento de duas para vinte turmas. Foram incluídas nesta etapa as modalidades de judô, badminton e kung fu.

Credita-se este crescimento às diretrizes do programa e à capacitação dos professores, principalmente na Dança onde se quebraram vários mitos. Mas, considerando os pedidos de migração dos alunos entre as modalidades, e a opção pela Oficina de Esportes num segundo momento, supõe-se ser este trânsito necessário para um melhor conhecimento das atividades extra classe ou das próprias potencialidades e afinidades por parte dos alunos. Esta questão ao ser analisada com mais profundidade, poderá servir de alerta quanto à proposta de continuidade do processo pedagógico iniciado nas aulas de Educação Física e a qualidade da intervenção dos professores nesta área.

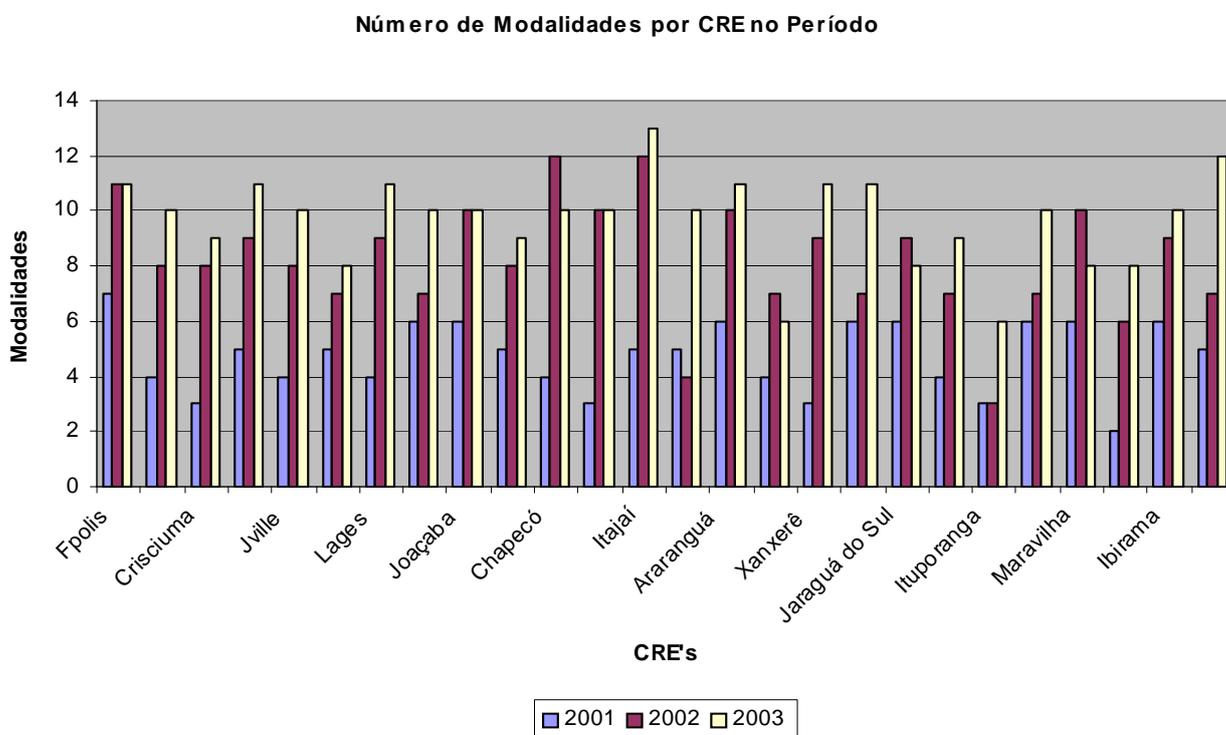


Gráfico 08 - Número de modalidades por CRE, nas etapas I, II e III

O gráfico 08 apresenta o número de modalidades por regional nas três etapas, onde a CRE de Itajaí foi a que mais diversificou as atividades, de 05 para 13 modalidades, enquanto que a CRE de Ituporanga foi a que menos diversificou suas atividades, indo de 04 para 06 modalidades. Por outro lado, apesar de não atender o critério da diversificação da prática esportiva, mas exercitando sua autonomia de gestão, Ituporanga apresentou um modelo de projeto que possibilitou a maior integração entre todos os alunos, de forma que todos puderam jogar uns com os outros, pelo menor número de modalidades.

4.5.4. ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)

4.5.4.1. Etapa 2001: DSC

O estudo dos relatórios do ano 2001 permitiu analisar a percepção dos professores quanto ao impacto do PEEE. O material apresentado foi agrupado em ancoragens ou categorias pós-determinadas, pelas similaridades dos discursos contidos nas expressões chaves das quais emergiram as idéias centrais, quais sejam: desenvolvimento humano, disposição e atitudes, parcerias e integração, cultura esportiva e PEEE e sua operacionalização. Abaixo é demonstrada a expressão chave, a idéia central e a ancoragem de cada registro.

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
“Através do desenvolvimento destas modalidades com o grupo escolar a maior preocupação é transmitir e formar cidadãos capazes de aplicar na comunidade na qual estão inseridos os conhecimentos adquiridos, principalmente utilizados na sua rotina diária o esporte como lazer para a saúde mental e corporal”. EEB 1	“... formar cidadãos capazes de aplicar na comunidade na qual estão inseridos os conhecimentos adquiridos” ... “ ... esporte como lazer para a saúde mental e corporal”	Desenvolvimento Humano

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
<p>“A unidade escolar possui uma quadra de esportes polivalente e uma quadra de vôlei feita pela comunidade escolar. Há necessidade de uma área coberta não só para o desenvolvimento do projeto como também para a prática desportiva devido as altas temperaturas no verão e fortes neblinas no inverno dificultando o trabalho com alunos, assim como também o não empenho do BEO até a presente data para a compra dos materiais destinados ao projeto, e para iniciar o trabalho estamos utilizando os materiais destinados as aulas de educação física”.</p> <p>EEB 2</p>	<p>“ ... uma quadra de esportes polivalente e uma quadra de vôlei feita pela comunidade escolar” ...</p> <p>“... quadra coberta ... verão ... inverno”...</p> <p>“ ...empenho ... compra de materiais”...</p> <p>“ ... iniciar o trabalho utilizando os materiais destinados as aulas”...</p>	<p>Parceria e Integração</p> <p>PEEE e sua Operacionalização</p> <p>PEEE e sua Operacionalização</p> <p>Parceria e Integração</p>

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
<p>“O programa foi aceito com muita naturalidade na escola pois já trabalhamos desta forma há mais de dezoito anos. Fomentamos a participação dos alunos indiferente da idade e série. Matriculamos os alunos em duas modalidades e separamos em seis turmas”.</p> <p>EEB 3</p>	<p>“ ... já trabalhamos desta forma há mais de dezoito anos” ...</p> <p>“...participação dos alunos indiferente da idade e série” ...</p>	<p>Cultura Esportiva</p> <p>Desenvolvimento Humano</p>

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
<p>“Apesar do pouco tempo e falta de material, podemos observar os benefícios que o projeto está trazendo aos alunos, assim como a comunidade onde eles estão inseridos, principalmente na comunidade de Forquilha onde há um certo índice de jovens usando drogas e casos de violência. O esporte na escola veio preencher uma lacuna na vida dos jovens que buscam uma identidade e constantemente sofrem as influências de todos os lados e segunda a natureza dessas influências, moldam o indivíduo que irá agir segundo essas influências”.</p> <p>EEB 4</p>	<p>“ ... pouco tempo e falta de material” ...</p> <p>“ ... os benefícios que o projeto está trazendo aos alunos, assim como a comunidade” ...</p> <p>“ ... esporte na escola veio preencher uma lacuna na vida dos jovens que buscam uma identidade” ...</p>	<p>PEEE e sua Operacionalização</p> <p>Cultura Esportiva</p> <p>Disposição e Atitudes</p>

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
<p>“Durante o período que estão praticando a sua atividade, notamos sempre muita alegria e respeito mútuo, característica dessa comunidade escolar. É freqüente a presença de pais e membros da APP, CDE e GE, durante as atividades demonstrando interesse, acompanhamento e incentivando sempre projetos ousados e importantes como esse que a SED proporciona as escolas de muito sucesso. Para a escolha dos participantes observamos os de risco social, aqueles que geralmente ficam num segundo plano durante os eventos esportivos, aqueles que querem aprender a modalidade oferecida. Contemplamos 120 alunos de ambos os sexos.” EEB 5</p>	<p>“ ... muita alegria e respeito mútuo” ...</p> <p>“É freqüente a presença de pais e membros da APP, CDE e GE, durante as atividades” ...</p> <p>“... escolha dos participantes observamos os de risco social, aqueles que geralmente ficam num segundo plano durante os eventos esportivos” ...</p>	<p>Disposição e Atitudes</p> <p>Parceria e Integração</p> <p>Parceria e Integração</p> <p>Desenvolvimento Humano</p>

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
<p>“A morosidade dos órgãos responsáveis, erro no preenchimento do boletim de execução orçamentária pelo órgão competente, ... problemas finais de informatização na escola, com solicitação de auxílio na implementação na listagem dos alunos participantes”. EEB 6</p>	<p>“ ...morosidade dos órgãos responsáveis...”</p>	<p>PEEE e sua Operacionalização</p>

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
<p>“A importância dele para os nossos alunos tendo em vista que os mesmos não tem muita opção de lazer no nosso município, e da necessidade de cooperação de todos. E foi o que realmente aconteceu, que todas as atividades seriam desenvolvidas no ginásio de esportes e módulo esportivo municipal, tendo em vista que a escola não possui espaço apropriado para tais atividades. Devido ao grande número de inscrições teve-se que deixar 60 alunos fora do projeto, as determinações só poderiam atender 125 alunos. O interesse de outros professores de educação física de escolas da região em saber como vai funcionar o projeto em 2002 e o que os mesmos devem fazer para integrar-se a eles. Se a escola possuísse um ginásio de esportes, as atividades esportivas poderiam ser desenvolvidas na própria escola, com isso a participação de alunos bem como a presença dos pais seriam bem maior”.</p> <p>EEB 7</p>	<p>“ ... não tem muita opção de lazer no nosso município” ...</p> <p>“ ...atividades seriam desenvolvidas no ginásio de esportes e módulo esportivo municipal” ...</p> <p>“ ... 60 alunos fora do projeto” ...</p> <p>“ ... interesse de outros professores de educação física de escolas da região” ...</p> <p>“ ... participação de alunos bem como a presença dos pais seriam bem maior”...</p>	<p>Desenvolvimento Humano</p> <p>Parceria e Integração</p> <p>PEEE e sua Operacionalização</p> <p>Parceria e Integração</p> <p>PEEE e sua Operacionalização</p>

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
<p>“Além dos resultados, dos objetivos pre-estabelecidos impende destacar que a mudança de relacionamento dos alunos foi além dos limites escolares, externando-se em casa e na comunidade. Com isso houveram manifestações de apoio dos pais integrantes do programa e dos professores de outras cadeiras lecionadas na escola que chegaram a solicitar a ampliação do programa a outras crianças, em razão do interesse constatado nestes alunos”.</p> <p>EEB 8</p>	<p>“...mudança de relacionamento dos alunos foi além dos limites escolares, externando-se em casa e na comunidade...</p> <p>“ ...manifestações de apoio dos pais integrantes do programa e dos professores de outras cadeiras lecionadas na escola...</p>	<p>Desenvolvimento Humano</p> <p>Parceria e Integração</p>

EXPRESSÃO CHAVE	IDÉIA CENTRAL	ANCORAGEM
<p>“...exposição das bandeiras de cada série e a escolha da mais expressiva e bonita...com projeto científico...comparação do desempenho esportivo de handebol masculino com a participação de alunos de ensino fundamental e médio, em conjunto com o professor de matemática. Lema: jogar com o outro e não jogar contra o outro. ... as demais modalidades foram encaminhadas dentro das possibilidades. Até porque este tipo de trabalho já estava sendo realizado por mim. No início do ano coloquei em andamento o projeto amigos do handebol, com os mesmos objetivos do PEEE, mas recebi pouco apoio da direção ou nenhum...nem sequer parou-me para perguntar ou interessar-se do programa coloquei-o em prática com recursos próprios... ver os jogos escolares reaparecer oportunizando a muitos alunos da rede pública e professores de educação física, resgatando a nossa profissão”.</p> <p>EEB 9</p>	<p>“...exposição das bandeiras de cada série e a escolha da mais expressiva” ...</p> <p>“... comparação do desempenho esportivo ... em conjunto com o professor de matemática” ...</p> <p>Lema: jogar com o outro e não jogar contra o outro.</p> <p>“ ...recebi pouco apoio da direção ou nenhum... com recursos próprios...” ...</p> <p>“ ...os jogos escolares reaparecer oportunizando a muitos alunos da rede pública e professores de educação física, resgatando a nossa profissão”.</p>	<p>Cultura Esportiva</p> <p>Parceria e Integração</p> <p>Disposição e Atitudes</p> <p>Cultura Esportiva</p> <p>PEEE e sua Operacionalização</p> <p>Cultura Esportiva</p>

Com base nos registros categorizados acima é que foram elaborados os cinco relatos, a seguir apresentados. Estes constituem o Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, segundo a percepção da pesquisadora em relação às falas dos sujeitos que implantaram o PEEE nas comunidades escolares de Santa Catarina. Após o relato de cada categoria, é procedida a análise dos DSC pela pesquisadora, buscando identificar o impacto do PEEE percebido pelos professores. Abaixo estão descritos os relatos por categoria de análise.

1. Relato da categoria desenvolvimento humano: DSC

A prática esportiva é primordial para o desenvolvimento humano, tanto na formação do caráter do aluno, espírito esportivo, auto-estima e coleguismo, como formar cidadãos capazes de aplicar na comunidade na qual estão inseridos, os conhecimentos adquiridos. E, principalmente, utilizar na sua rotina diária o esporte, habilidades específicas e jogos recreativos como lazer para a saúde mental e corporal, individual e coletivamente, numa visão holística.

Os professores concebem o desenvolvimento humano como um processo de mudanças e estabilizações no comportamento humano, possível a partir da prática

esportiva (tarefa), pelos alunos (pessoa), na escola e na rotina diária (ambiente), através do tempo. Esta fala enfatiza a necessidade de investimento em ações que alterem os ambientes das escolas, uma vez que estes influenciaram no comportamento de alunos e professores participantes do programa e invistam também na sua continuidade.

2. Relato da categoria disposição e atitudes: DSC

Durante o período de prática esportiva notamos sempre muita alegria, satisfação, prazer e respeito mútuo entre os alunos... estabelecendo vínculos afetivos. A disposição e participação dos alunos são 100%,... pois desde a divulgação do programa a expectativa era muito grande, sendo a adesão em massa. Alguns alunos do programa atuam como líderes... ou monitores, auxiliando na formação de equipes de alunos que não ingressaram no PEEE. Além dos resultados dos objetivos pré-estabelecidos merece destacar que a mudança no relacionamento dos alunos foi além dos limites da escola, caracterizando-se por maior companheirismo e camaradagem, melhor convivência e relacionamento em casa... criando menos confusão na rua. Apesar do pouco tempo e falta de material, podemos observar o benefício que o projeto está trazendo aos alunos, assim como para a comunidade onde eles estão inseridos, principalmente... onde há um certo índice de jovens usando drogas e casos de violência. O esporte escolar veio "... preencher uma lacuna na vida dos jovens que buscam uma identidade e constantemente sofrem influências.

Os professores justificaram que a disposição e participação foram decorrentes da expectativa gerada nos alunos desde o início de divulgação do programa. Esta pode ser definida como uma motivação extrínseca porque foi desencadeada por um fator externo. A expectativa é uma esperança que o aluno tem em relação à escola e é uma percepção dele em relação à expectativa que esta mesma escola passou a ter com relação a ele. Este se sentiu valorizado e isto se expressou nas falas: alegria, satisfação e respeito mútuo. Conseqüentemente, ocorreram mudanças de comportamento e atitudes no ambiente escolar, em casa e na comunidade. Ficou evidente, neste relato, a influência de processos decisórios de instâncias superiores não vinculadas diretamente à escola nas atividades desenvolvidas no espaço escolar, nos processos proximais de aprendizagem, no desenvolvimento pleno dos alunos e nas mudanças de comportamento.

3. Relato da categoria parcerias e integração: DSC

A importância do PEEE para nossos alunos é da necessidade de cooperação de todos. E foi o que realmente aconteceu. A escola possui uma quadra de voleibol feita pela comunidade... quando as escolas não têm espaço, as prefeituras, universidades, associações recreativas e centros comunitários cedem as quadras, estádios... e até bolas. Além das prefeituras, o comércio local... e a iniciativa privada também participam com transporte, medalhas e camisetas. Esta integração é o resultado da mudança de comportamento dos alunos... externando-se na escola e comunidade, o que trouxe os pais, membros da Associação de Pais e Professores - APP, Conselho Deliberativo Escolar - CDE e Grêmio Estudantil – GE, durante as atividades esportivas... demonstrando interesse. Também houve a integração de professores de outras disciplinas da escola e os eventos interséries têm atividades artísticas, recreativas, culturais e científicas... o evento não é só do esporte mas de toda a escola... também o interesse de outros professores de Educação Física de escolas da região em saber como vai funcionar nos anos seguintes, e o que os mesmos devem fazer para integrar-se a ele, aproximando as escolas... e o interesse das escolas municipais e particulares em como fazer para participar do processo.

Os professores creditaram ao PEEE as mudanças de comportamento dos alunos, seja na escola ou na comunidade, a aproximação dos pais, dos integrantes do conselho deliberativo e APP com a escola. A partir desta aproximação surgiram parcerias, patrocínios e doações, integração entre as áreas de estudo e integração com escolas de outras redes de ensino interessadas em participar do programa. Neste relato, ao contrário do anterior, evidenciou-se a influência da mudança de comportamento dos alunos na postura de instituições pertencentes a ambientes remotos a escola, aos quais os pais e os professores têm acesso.

4. Relato da categoria cultura esportiva: DSC

Tendo em vista que os nossos alunos não tem muita opção de lazer em nosso município e que as iniciativas são excludentes deixando a maioria fora dos projetos... é bom ver o esporte escolar reaparecer oportunizando a muitos alunos da rede pública e professores de Educação Física resgatar a nossa área. A escolha das modalidades permite diversificação das atividades... e resgate da cultura esportiva local, para além do futebol. Tem competições que participam somente alunos do projeto... em outras todos os alunos podem participar e demonstrar suas habilidades, e que elas sejam úteis para o sucesso da turma. Isso trouxe o apoio de pais e professores que pediram a ampliação do PEEE a outras crianças, uma vez que a participação é por sorteio... com indicação para crianças em situação de risco... aqueles que geralmente ficam num segundo plano durante os eventos esportivos, e que querem aprender com a modalidade escolhida... ocupando o tempo com algo útil. Algumas escolas e professores já trabalham desta forma à muitos anos, fomentando a participação dos alunos independente de programas... já regularmente vinham a tempo desenvolvendo o esporte. E embora muitos colaborem, falta apoio à área por alguns governos e direções de escolas, gerando grande expectativa quanto à continuidade do programa... só a longo prazo criam

Os professores atuam nas escolas com o esporte escolar independentemente dos programas da SED, pois os alunos não têm opções de lazer e as iniciativas que existem são excludentes. Há muitos anos os professores atuam desta forma, mesmo sem o apoio dos gestores de governo (SED, CRE ou escola), para suprir a expectativa dos alunos. Apesar dessas expectativas, mudanças e frustrações com os constantes rompimentos das ações, o fenômeno esporte e a dinâmica que este provoca nas relações é um processo que insiste em acontecer, decorrendo na cultura do esporte escolar.

5. Relato da categoria o PEEE e sua operacionalização: DSC

A morosidade dos órgãos responsáveis, erros no preenchimento dos Boletins de Execução Orçamentárias pelo órgão competente... problemas finais de informatização da escola, com solicitação... auxílio na implementação (SERIE), da listagem dos alunos participantes... demora na movimentação de pessoal, contratações, pagamento... Faltou maior embasamento para a coordenação e para a administração na SED/SC e nas CRE's... faltou clareza nas orientações, muitos entraves burocráticos... no processo de descentralização para as escolas faltou capacitação para os envolvidos, faltou responsáveis comprometidos nas regionais (substituição dos capacitados)... não empenho para a compra de materiais esportivos destinados ao projeto, iniciando o trabalho com material das aulas de Educação Física... muita demora para aprimoramento do processo... que gerou autonomia para escolha e compra do material esportivo, de muito boa qualidade. Muitos professores para pouco espaço... são quatro professores para uma quadra e um ginásio de esportes, chocando com a Educação Física... e quando os espaços são precários e não apropriados... busca-se parcerias... faz handebol na areia da praia... sol... chuva... falta continuidade... reformas, ampliações, novas construções... soluções. É muito bom ter recursos financeiros por aluno ao ano, pode-se planejar... é muito bom o professor poder complementar sua carga horária com o Esporte Escolar, ampliando possibilidades de trabalho...

Foi avaliado ser muito bom ter recursos financeiros por aluno/ano, podendo se planejar com a devida autonomia no processo, inclusive para compra de materiais esportivos de boa qualidade. Isto demandou num fato positivo assim como o foi o da remuneração dos professores. Por outro lado, os fatores negativos foram a demora, a morosidade, a burocracia, a falta de embasamento e de clareza, o não empenho e o atraso constante no processo de implementação. Embora o PEEE tivesse se fundamentado na descentralização e na autonomia de gestão, os recursos financeiros e os humanos, permaneceram centralizados na SED e sujeitos a todos os entraves da fragmentação administrativa desta instituição.

4.5.4.2. Etapa 2002: DSC

O registro das expressões chaves dos professores quanto ao impacto do PEEE no ano 2002, não é apresentado devido ao considerável volume do material, este foi agrupado pelas similaridades em idéias centrais, das quais emergiram as categorias. Para cada uma das 13 perguntas abertas contidas no questionário de avaliação foi feita uma categorização, excetuando-se a questão 10 que não foi analisado devido sua má formulação, como também as questões 11 e 12 por não integrarem o universo de pesquisa deste trabalho. Abaixo se apresenta a idéia central e a ancoragem das dez questões, seguida dos Relatos das Categorias dos DSCs de cada registro, e ao final, a análise da pesquisadora identificando o impacto do PEEE percebido pelos professores.

1. Que ação a Regional desenvolveu para a implementação do PEEE?

Idéia Central
1ª CRE ... curso de capacitação de 20 horas
2ª CRE ... Promoveu cursos de capacitação para professores de Educação Física envolvidos no programa
8ª CRE ... curso descentralizado com importante subsídio para aprimoramento das questões do programa
12ª CRE ... curso de capacitação
13ª CRE ... capacitações de professores
15ª CRE ... curso
16ª CRE ... capacitação descentralizada
17ª CRE ... capacitações descentralizadas (SED), com 24 horas
18ª CRE ... CRE promoveu cursos de especialização ... capacitações
24ª CRE ... cursos de capacitações
Ancoragem: Capacitação

Idéia Central
23ª CRE ... esclarecemos sobre a inclusão dos alunos de risco nas atividades, dando a eles a preferência
Ancoragem: Inclusão

Idéia Central
13ª CRE ... e avaliação final do PEEE
19ª CRE ... reuniões de avaliação com os professores articuladores do projeto foram insuficientes, deveriam ter acontecido com mais frequência
Ancoragem: Avaliação

Idéia Central
7ª CRE ...organizaram os festivais e outros eventos ... promoveu encontro entre os alunos que integram o programa
10ª CRE ... festivais; futsal - 11/10/2002 – Piratuba; vôlei – 04/10/2002 – Seara; dança – 11/12/2002 – Piratuba
13ª CRE ... para planejar atividades de integração entre as escolas
17ª CRE ... e formas de organização dos eventos por pólos que foram em número de quatro
Ancoragem: Festivais

Idéia Central
1ª CRE ... o PEEE no sistema informatizado e encaminhou os BEOs
5ª CRE ... enturmação do Projeto SERIE
12ª CRE ... encaminhamento dos BEOs
13ª CRE ... a portaria, as instruções normativas
15ª CRE ... visitas a eventos promovidos pelas escolas
18ª CRE ... orientou na formulação dos projetos, de relatórios, de BEOs
24ª CRE ... suporte técnico e apoio para implantar o programa
Ancoragem: BEOs e Projeto SERIE

Idéia Central
1ª CRE ... capacitação
2ª CRE ... divulgou o programa, colaborou na organização, coordenação e aprovação dos projetos ... e promoveu reuniões com professores e diretores
4ª CRE ... promoveu reuniões com diretores e professores
5ª CRE ... houveram dois encontros das escolas ... o pessoal de Florianópolis ... encontro com os diretores das escolas selecionadas ... realizou uma reunião
6ª CRE ... várias reuniões de esclarecimento e apoio
7ª CRE ... promoveu reuniões com professores e diretores
8ª CRE ... orientação, acompanhamento e incentivo aos professores envolvidos ... reuniões com professores e diretores para repasse e trocas de experiências ... e visitas as UEs
10ª CRE ... realizamos encontros com professores para a troca de idéias
11ª CRE ... encontro ocorreu na 21 CRE
12ª CRE ... reuniões para orientação
13ª CRE ... uma reunião com os diretores, conselhos tutelares e secretaria municipal de educação ... foram convocados os diretores e professores que iriam desenvolver as atividades e foi repassado a eles as diretrizes ... reuniões
14ª CRE ...realizadas reuniões
15ª CRE ... reuniões com professores da área de Educação Física
16ª CRE ... capacitação
17ª CRE ... encontro com a 17 CRE dos professores
18ª CRE ... convocou todos os professores para uma reunião ... tudo ficou mais acessível, principalmente neste último ano, pois no departamento de ensino houve a liberação do professor com 20 horas para atuar no projeto
19ª CRE ...eram realizadas reuniões
23ª CRE ... realizamos reuniões
Ancoragem: Encontros

Idéia Central
1ª CRE ... aprovou e acompanhou os projetos nas escolas
5ª CRE ... encontro ... na escola
7ª CRE ... fez visitas as escolas
8ª CRE ... e visitas as UEs
12ª CRE ... visitas as escolas
15ª CRE ... visitas as escolas
16ª CRE ... visitas as escolas
19ª CRE ... fiscalizando seu funcionamento nas unidades escolares
Ancoragem: Visitas as UEs e Orientação

Idéia Central
1ª CRE ... aprovou e acompanhou os projetos nas escolas
4ª CRE ... a CRE selecionou as escolas para participarem do programa
5ª CRE ... a CRE verificou as escolas que apresentavam as características necessárias ao funcionamento do programa (PEEE), fez o convite
7ª CRE ... divulgaram
8ª CRE ... divulgação entre as UEs
10ª CRE ... divulgamos e seguimos a portaria 005/09/2002/SED
11ª CRE ... divulgou e repassou o PEEE, convocando os professores de Educação Física das escolas que tinham interesse e se enquadravam no programa ... juntamente com a coordenadoria repassaram o problema
13ª CRE ... divulgação do programa ... tendo definido as UEs interessadas
14ª CRE ... um convite primeiramente as escolas e após definidos os participantes
16ª CRE ... divulgação do programa aos gestores e professores
18ª CRE ... e todos decidiram pela implementação
19ª CRE ... a mobilização para a implementação do programa ... implementação do projeto
23ª CRE ... realizamos reuniões ... com a participação dos professores de EF
24ª CRE ... divulgação do programa nas escolas
Ancoragem: Divulgação, orientação e seleção

1. Relato da categoria Operacionalização do PEEE: DSC
<p>...divulgação nas unidades escolares... mobilização para implementação do programa... as escolas que apresentavam as características necessárias ao funcionamento ... que tinham interesse e se enquadravam no programa... um convite primeiramente as escolas... convocando os professores.. repassaram o problema... reuniões...todos decidiram pela implementação... aprovou e acompanhou os projetos</p> <p>... uma reunião com os diretores, conselhos tutelares e secretaria municipal de educação... foram convocados diretores e professores que iriam desenvolver as atividades e foi repassado a eles as diretrizes... reuniões para repasse e troca de experiências...troca de idéias... de esclarecimento o apoio... acompanhamento e incentivo.</p> <p>... CRE promoveu cursos de especialização... (10) capacitações de professores... descentralizado, com importante subsídio para aprimoramento das questões do programa... para professores de Educação Física envolvidos ...</p> <p>... suporte técnico e apoio para implantar o programa... portaria e instruções normativas...o PEEE no sistema informatizado... enturmação no Projeto SERIE... e encaminhou os BEOs.</p> <p>... aprovou e acompanhou os projetos nas escolas... encontro nas escolas... visitas... fiscalizando seu funcionamento nas unidades escolares... visitas a eventos promovidos nas escolas... e tudo ficou mais acessível.</p> <p>... organizaram os festivais e outros eventos... promoveu encontro entre os alunos que integram o programa... planejar atividades de integração entre as escolas... e formas de organização dos eventos.</p>

... reuniões de avaliação com professores articuladores foram insuficientes, deveriam ter acontecido com mais frequência... e avaliação final do PEEE.

As ancoragens nesta questão se referiram a capacitação, a inclusão, a avaliação, aos festivais, aos BEOs e Projeto SERIE/SED, divulgação e seleção, a visitas às UEs e orientação, aos encontros, ou seja, são as categorias referentes à operacionalização do PEEE. Aparece uma preocupação com a inclusão e a promoção de festivais nas ações atribuídas a CRE.

2. Aponte fatores positivos da implementação do PEEE.

Idéia Central
<p>1ª CRE ... maior zelo pelo ambiente escolar e pelo material didático</p> <p>6ª CRE ... no cuidado com o material esportivo</p> <p>7ª CRE ... saibam dos cuidados para que cada bola possa continuar sendo usada por todos. Essas atitudes se refletem no cuidado com o patrimônio público e acabam sendo disseminadas entre os colegas de sala.</p> <p>13ª CRE ... a valorização de sua escola enquanto prédio público; atingindo assim a responsabilidade de serem mais estudiosos, cumpridores de horários pré-estabelecidos tornando-os mais participativos das ações enquanto alunos e cidadãos.</p> <p>19ª CRE ... participação mais efetiva do aluno na escola que passou a olhar a escola de forma mais amigável</p> <p>20ª CRE ... Melhoria ... na conduta disciplinar dos mesmos, alunos mais comprometidos e responsáveis</p> <p>23ª CRE ... Os participantes do PEEE melhoraram sua convivência, são mais amigos, responsáveis</p>
Ancoragem: Cuidado com o Patrimônio Público

Idéia Central
<p>1ª CRE ... construção de valores éticos na escola como: respeito mútuo, camaradagem e dedicação ao próximo</p> <p>2ª CRE ... elevou a auto-estima do aluno, melhoria na disciplina e diminuição na agressividade ... proporcionou aos professores complementação de carga horária</p> <p>4ª CRE ... espírito de equipe</p> <p>5ª CRE ... programas de incentivo do esporte e lazer como meio saudável de retomar valores e conceitos, através do esporte e da compreensão dos mesmos, vivenciado nos princípios da solidariedade, comprometimento, ética</p> <p>7ª CRE ... aumenta a auto-estima, pois ali conseguem perceber seus valores e potencialidades, não apenas seus erros e dificuldades... percebem também que tudo é consequência do respeito às regras, aos colegas e a uma organização, sobretudo de uma responsabilidade.</p> <p>8ª CRE ... resgate de valores que propiciam uma melhor qualidade de vida como companheirismo, cooperação, respeito, responsabilidade e amizade,</p> <p>12ª CRE ... e desenvolvimento do espírito cooperativo.</p> <p>13ª CRE ... a resgatar valores</p> <p>16ª CRE ... atitudes éticas, políticas e afetivas... mudança de comportamento a partir do programa, novos conhecimentos e novas experiências</p>
Ancoragem: Valores Éticos

Idéia Central
2ª CRE ...possibilitou uma prática pedagógica diferenciada
4ª CRE ...mais dinâmica nas aulas
5ª CRE ...contribuir para uma formação esportiva específica
6ª CRE ... Observamos que muitas crianças tímidas ou menos habilidosas descobriram o gosto pela prática do esporte e se identificaram numa determinada modalidade.
7ª CRE ... aperfeiçoamento das modalidades e opção de horário para treinamento...
8ª CRE ... o desenvolvimento integral do aluno... prioriza a LDB no que diz respeito ao atendimento integral do educando, o incentivo à prática esportiva atendendo às reais necessidades e anseios dos alunos.
10ª CRE ... quebra da competição; Oportunidade de contemplar os conceitos básicos da Educação Física.
12ª CRE ... melhorou o desenvolvimento corporal e motor... mostrando a importância do esporte para o seu desenvolvimento físico e mental... Melhora sensível na aprendizagem. Melhoria na prática desportiva, afetiva/emocional, e desenvolvimento do espírito cooperativo ... Propiciou aos alunos o aumento de suas capacidades biológicas, fisiológicas, psicossociais ... Valorização da cultura corporal ... Desenvolvimento sadio do corpo e das mente. Interesse do aluno em participar do programa
13ª CRE ... como estímulo aos alunos que se envolveram nas práticas das atividades
14ª CRE ... aumento na qualidade técnica e tática no aluno,
15ª CRE ... Oportunidades de práticas desportivas não visando ... aperfeiçoamento técnico de alunos em modalidades que o aluno tem afinidade, o gosto pelo esporte como fonte de lazer.
16ª CRE ... materiais disponíveis ... desenvolvimento intelectual, social e físico... Despertou o gosto pelo esporte escolhido, e pela prática da atividade física, ocupação de seu tempo livre
17ª CRE ... oportunidade na prática não elitizada e sem regras definidas aos alunos carentes de risco pessoal e social, permitindo a construção dos jogos e acordo com as reais condições físicas e sociais dos mesmos... melhoria da auto-estima e conseqüentemente melhora no nível de aprendizagem a um grande parcela dos participantes.
18ª CRE ... Maiores oportunidades no desenvolvimento físico e técnico o aperfeiçoamento de modalidades esportivas, ocupação do tempo ocioso do aluno... Oportunizar aos alunos atividades físicas na valorização de novas habilidades
19ª CRE ... as atividades desportivas na escola superaram as expectativas
21ª CRE ... Oportunizou aos educandos experiências educativas que lhes permitam adotar um estilo de vida mais ativo ao longo de toda a sua vida, promovendo desta forma saúde e lazer.
23ª CRE ... vivenciam a alteridade ... As aulas de Educação Física também melhoraram, a competitividade deu lugar para a cooperação
24ª CRE ... Melhorou a ... prática esportiva
Ancoragem: Aprendizagem e Prática Motora

Idéia Central
<p>2ª CRE ... com a abertura da escola para a prática esportiva extraclasse propiciando a permanência do aluno em dois períodos ... possibilitando modalidades esportivas regulares para crianças e adolescentes em situação de risco</p> <p>5ª CRE ...oportunidade para o aluno na prática esportiva ... para a nossa comunidade o programa vem de encontro aos nossos objetivos,por termos alunos dispersos na rua, em horário contrário. Outro ponto ponderante éo potencial de nossos alunos na prática desportiva e também auxilia-los a ficarem longe das drogas... oportunidade de praticarem a modalidade esportiva que mais lhes convier... proporcionar a ocupação e valorização de alunos que passam a maior parte do tempo ocioso, com atividades dirigidas de Recreação, Esporte e Lazer dentro do ambiente escolar com acompanhamento individual, promovendo auto-estima e valorização de si e do outro.</p> <p>6ª CRE ... oportunidade de as crianças terem horas a mais de lazer, esporte e ocupação em horários extraclasse, ocupação esta que sem dúvida muito contribuiu para tirarmos as crianças das ruas no horário em que não estão envolvidas em sala de aula Crianças portadoras de algum tipo de deficiência física puderam participar e obtendo maior integração com os demais colegas.</p> <p>7ª CRE ... a possibilidade de inclusão de crianças no espaço da escola, acesso aos professores e a própria comunidade a uma nova perspectiva de educar os futuros cidadãos, sendo o maior sucesso simplesmente a possibilidade que oferece aos alunos de praticar uma modalidade esportiva, do interesse deles. a inclusão dos alunos considerados “problemas” em uma atividade que lhes alavanca para o sucesso em uma área da sua vida...</p> <p><i>8ª CRE ... Como fatores positivos apontamos a inclusão social – oportunidade aos alunos com fator de risco social e moral</i></p> <p>10ª CRE ... Oportunidade de participação (livre)</p> <p>12ª CRE ... partindo para o meio da inclusão social, interagindo com o ensino regular... Mais ocupação e formação individual para cada aluno, no cumprimento de horários e regras fundamentais como por exemplo disciplina e responsabilidade</p> <p>15ª CRE ... a competitividade, a inclusão social de crianças de risco</p> <p>18ª CRE ... proporcionando um local de treino aos alunos que não podem pagar escolinhas. Contribui para uma vida saudável, longe da drogas, da marginalização e do vício, prevenção contra os fatores de risco, trabalhando os limites</p> <p>19ª CRE ... Houve a inclusão de alunos não participantes de modalidades desportivas</p>
Ancoragem: Inclusão

Idéia Central
6ª CRE ... houve melhoria no rendimento escolar, na responsabilidade, no comportamento dentro e fora de sala
7ª CRE ... É visível a mudança de atitudes dos alunos que participam do projeto, mesmo em outras atividades da escola ... melhoria no rendimento escolar
10ª CRE ... Melhor desempenho das disciplinas escolares
12ª CRE ... A oportunidade dada aos alunos que não freqüentam outros programas esportivos, gerando interesse e aumentando a auto-estima ... possibilitou a participação de alunos de baixa renda a participarem de programas voltados a área esportiva e social... Oportunizar às crianças de risco, e sem acesso às escolinhas, devido ao custo das mensalidades, tirando-o da rua
14ª CRE ... interesse acentuado na aprendizagem das modalidades desenvolvidas e nas disciplinas em sala de aula.
19ª CRE ... melhora o rendimento ensino aprendizagem ... a unidade escolar está cumprindo com sua função de integrar, tirando o aluno de situação de risco social
20ª CRE ... O envolvimento dos alunos com as modalidades esportivas... A vontade dos alunos no aprendizado das modalidades esportivas, e o prazer de alguns alunos em retornarem à escola em outro período para desenvolver alguma prática esportiva... Ocupação do educando nas horas de lazer praticando seu esporte favorito.
21ª CRE ... Os alunos escolheram modalidades de seu interesse que não eram trabalhadas no município como tênis de mesa, voleibol e dança
23ª CRE ... Os alunos estão gostando do projeto, para muitos é a primeira vez que participam de "escolinhas", de equipes que praticam uma atividade esportiva extraclasse. São assíduos e pontuais
24ª CRE ... retirou crianças em situação de risco das ruas ... valorização e motivação das atividades esportivas... despertar pelo gosto e o prazer pelas atividades físicas, o uso do tempo ocioso para a prática esportiva ... maior produtividade dos alunos em sala de aula.
Ancoragem: Mudança de Atitudes pelo Aumento do Interesse e Participação nas Aulas

Idéia Central
2ª CRE ...permitindo a integração e socialização entre alunos de séries e idades diferentes
4ª CRE ...o melhor entrosamento entre os alunos ...permanência na escola, socialização
5ª CRE ...o protagonismo proporcionado aos alunos/monitores que utilizamos ao longo do programa ... envolvimento da comunidade ... integração entre os participantes ... maior socialização entre alunos da unidade escolar e crianças da comunidade ... integração, socialização ... oportunizar aos alunos que nas aulas de EF não conseguem se integrar ao seu grupo devido as deficiências da agilidade física e socialização de alunos com dificuldades de relacionamento
6ª CRE ...de descobrirem o gosto de praticar um esporte e de fazerem novas amizades... , no relacionamento pessoal entre as diferentes faixas etárias, classes sociais e sexos, na socialização
7ª CRE ... É visível a mudança de atitudes dos alunos que participam do projeto ... A convivência entre as diferenças, a socialização do grupo, espírito de grupo, posto pela prática esportiva.. ..
12ª CRE ... deixando de lado o desconforto das ruas, das drogas, do isolamento e do individualismo ... Contribui para a integração entre alunos melhorando a integração aluno X aluno e professor X aluno ... Interação, amizade e coleguismo.
14ª CRE ... melhora acentuada dos alunos na socialização entre as turmas
16ª CRE ... Integração dos jovens ... Criação de novos vínculos com os colegas.
18ª CRE ... Integração entre as crianças, se integraram a outros grupos de alunos
19ª CRE ... a socialização entre os alunos foi motivada
20ª CRE ... professor coordenador e os alunos participantes no PEEE, o convívio em grupo, a socialização e o respeito entre alguns participantes foi absorvido e desenvolvido constantemente.
21ª CRE ... Ocorreu a integração de alunos com turmas mistas e de outras salas, com a maior permanência e participação do aluno na escola.
24ª CRE ... Melhorou a sociabilidade, espírito de grupo ...
Ancoragem: Socialização

1. Relato da categoria Desenvolvimento Humano: DSC

Inclusão: ... abertura da prática esportiva para crianças e adolescentes em situação de risco... oportunidade de praticarem a modalidade esportiva que mais lhes convier... proporcionar a ocupação e valorização de alunos... com atividades dirigidas de Recreação, Esporte e Lazer... com acompanhamento individual, promovendo a auto-estima e valorização de si e do outro... a possibilidade de inclusão de crianças no espaço da escola... simplesmente... praticar uma modalidade esportiva, do interesse deles... a inclusão de alunos considerados “problema” em um atividade que lhes alavanca para o sucesso em uma área da sua vida... inclusão social, oportunidade aos alunos com fator de risco social... interagindo com o ensino regular... um lugar de treino aos alunos que não podem pagar escolinhas... de alunos não participantes de modalidades esportivas.

Desenvolvimento motor: ... descobriram o gosto pela prática do esporte e se identificaram numa determinada modalidade... estímulo aos alunos nas práticas das atividades...prática pedagógica diferenciada... práticas desportivas... não elitizada e sem regras definidas... permitindo a construção dos jogos e de acordo com as reais condições física e sociais dos mesmos... melhora no nível de aprendizagem... valorização de novas habilidades... as aulas de Educação Física também melhoraram, a competitividade deu lugar para a cooperação... desenvolvimento corporal e motor... importância do esporte para o seu desenvolvimento físico e mental... desportiva, afetiva/emocional... espírito cooperativo... capacidades biológicas, fisiológicas e psicosociais... valorização da cultura corporal... aperfeiçoamento das modalidades... desenvolvimento físico e técnico, o aperfeiçoamento de modalidades esportivas... opção de horário de treinamento... desenvolvimento integral... atendimento integral ao educando... às reais necessidades e anseios dos educandos... adotar um estilo de vida mais ativo ao longo de toda sua vida, promovendo desta forma saúde e lazer.

Valores éticos... esporte como meio saudável de retomar valores e conceitos...perceber seus valores e potencialidades aumenta a auto-estima... respeito às regras, aos colegas e a uma organização... companheirismo, cooperação, respeito, responsabilidade, amizade, espírito cooperativo... camaradagem e dedicação ao próximo... mudança de comportamento... melhoria na disciplina e diminuição da agressividade.

Socialização... A convivência entre as diferenças, a socialização do grupo, espírito de grupo posto pela prática esportiva... integração entre os alunos... interação, amizade e coleguismo... socialização entre as turmas... criando novos vínculos... integram a outros grupos... entre alunos... convívio em grupo... alunos de idades e séries diferentes...com turmas mistas e de outras salas... com maior permanência e participação do aluno na escola... o protagonismo proporcionado... o envolvimento da comunidade.

2. Relato da categoria Disposição e atitudes: DSC

Cuidado com o patrimônio público:... maior zelo pelo ambiente escolar e pelo material didático... material esportivo... Essas atitudes se refletem no cuidado com o patrimônio público e acabam sendo disseminadas entre os colegas da sala... na conduta disciplinar... atingindo assim a responsabilidade de serem mais estudiosos... enquanto alunos e cidadãos...

Mudança de atitudes pelo aumento de interesse... mudança de atitudes... mesmo em outras atividades da escola... no rendimento escolar... desempenho das disciplinas escolares... responsabilidade... melhoria... no comportamento dentro e fora de sala... interesse acentuado na aprendizagem... prazer de alguns alunos em retornarem à escola em outro período... ocupação do educando nas horas de lazer... valorização e motivação das atividades esportivas... gosto e prazer pelas atividades físicas... maior produtividade dos alunos em sala de aula.

3.Relato da categoria Material Esportivo e Carga Horária: DSC

O apoio financeiro para a aquisição de material esportivo e disponibilidade de horário e dos professores habilitados...variedade e qualidade do material...a uniformização dos alunos... adequação do espaço escolar... número de alunos reduzidos... eventos desenvolvidos no próprio município... orientações... o verdadeiro papel do esporte dentro da escola... maior espaço para os professores de Educação Física.

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 7 ancoragens, sejam elas: cuidado com o patrimônio público, inclusão, desenvolvimento motor, material esportivo e carga horária, valores éticos, mudança de atitudes pelo aumento de interesse e socialização. Com exceção do material esportivo e carga horária, as demais ancoragens são passíveis de agrupamento na categoria desenvolvimento humano e disposição e atitudes.

3. Aponte fatores que dificultaram a implementação do PEEE.

Idéia Central
<p>1ª CRE ... demora na liberação de verbas para a compra de material</p> <p>4ª CRE ... A falta de material e a demora na liberação da compra do material... demora na análise e aprovação dos projetos dificultando e atrasando o início das atividades.</p> <p>6ª CRE ... A escola não recebeu os recursos destinados ao PEEE; foi utilizado material adquiridos com recursos do programa de descentralização financeira, para que os alunos não ficassem fora do programa.</p> <p>7ª CRE ... o material está um pouco carente, pois ainda não recebemos o material adquirido com o projeto... Deveria ficar mais claro para professores e diretores o quesito verba para o projeto e como dinamizar o processo para aquisição de materiais... e a falta de transporte escolar prejudicou... Necessidade de mais articuladores</p> <p>8ª CRE ... demora na liberação dos recursos financeiros.</p> <p>12ª CRE ... atraso da verba para a compra do material.</p> <p>13ª CRE ... Outra situação foi a demora na liberação de verba para a compra do material esportivo</p> <p>14ª CRE ... Demora na liberação de recursos financeiros</p> <p>15ª CRE ... equipamentos ... demora nos pagamentos dos BEOs.</p> <p>16ª CRE ... Demora na liberação de verbas destinada à compra do material necessário.</p> <p>17ª CRE ... Demora no material didático necessário (recursos financeiros).</p> <p>18ª CRE ... Não liberação de recursos financeiros para a aquisição dos materiais.</p> <p>19ª CRE ... demora na liberação de verba</p> <p>20ª CRE ... Demora na liberação de verbas para a compra do material esportivo... falta de um coordenador geral na CRE para realizar, mobilizar, orientar e coordenar encontros, eventos e jogos entre as unidades escolares participantes do Programa</p> <p>21ª CRE ... mais recursos financeiros para a execução do projeto e maior agilidade na liberação das verbas para as novas escolas.</p> <p>23ª CRE ... As dificuldades foram em começar as atividades sem o material aprovado no Projeto, o trâmite e o tempo de espera para os BEOs serem aprovados.</p> <p>24ª CRE ... A demora no repasse dos recursos financeiros e na entrega dos materiais.</p>
Ancoragem: Recursos Financeiros

Idéia Central
<p>12ª CRE ... falta de capacitação dos professores para atuar no programa</p> <p>18ª CRE ... Outro fator é a falta de curso mais específico, treinamento e encontro com as pessoas responsáveis pelo programa na CRE... reuniões com profissionais envolvidos ... cursos de capacitação só para alguns</p> <p>21ª CRE ... Faltou cursos de capacitação para os novos professores do projeto</p>
Ancoragem: Capacitação

Idéia Central
<p>7ª CRE ... O maior ponto negativo reclamado constantemente pelos alunos é a falta do número de vagas para atender tantos interessados ... tendo em vista as características do bairro em que a EU se encontra e as características da sua população, a parcela de alunos atendidos ainda precisaria ser mais significativa em relação à grande demanda.</p> <p>10ª CRE ... carga horária insuficiente para atender a todos</p> <p>16ª CRE ... grande número de alunos interessados em participarem do programa.</p>
Ancoragem: Falta de Vagas

Idéia Central
<p>1ª CRE ... O pouco espaço físico nas escolas para o desenvolvimento do projeto, que acontece paralelo às aulas de Educação Física</p> <p>2ª CRE ... A estrutura física da escola inadequada para a prática de esportes</p>

<p>6ª CRE ... Algumas escolas tiveram dificuldades quanto ao espaço físico (quadras abertas) em tempos de chuvas.</p> <p>7ª CRE ... os treinos são prejudicados em função da falta de um ginásio de esportes, devido às intempéries do tempo. A falta de estrutura física das instalações da unidade escolar para as aulas de Ed. Física e para o PEEE... a escola não dispõe de quadra coberta... dias chuvosos não permitem que atividades com bola aconteçam na escola. E no inverno a dificuldade fica por conta do clima frio e do vento constante, característico pela localização da escola, em especial a sua quadra de esportes e campinho de voleibol.. mas os alunos (es)tão acostumados a enfrentar frio e chuva para jogar bola, em qualquer espaço de tempo e local que tenham, pouco importa o frio e muito lhes desagrada suspender suas atividades em dia de chuva.</p> <p>8ª CRE ... Alguns fatores dificultaram a implementação do programa, como, os espaços físicos reduzidos,</p> <p>12ª CRE ... o espaço físico reduzido com o início das obras de construção do ginásio de esportes ... a falta de salas de aula e área coberta em dias de chuva para a prática das modalidades.</p> <p>13ª CRE ... falta de estrutura física da unidades escolares.</p> <p>14ª CRE ... Falta espaço físico adequado o desenvolvimento do mesmo.</p> <p>15ª CRE ... Espaço físico das escolas</p> <p>16ª CRE ... A adequação dos horários para a utilização dos espaços físicos</p> <p>17ª CRE ... Espaço físico não apropriado e ou reduzido para atendimento da grande demanda de alunos envolvidos (reformas e construções em andamento).</p> <p>18ª CRE ... A prática de várias modalidades (atividades) por um grande número de alunos sem os recursos físicos mais adequados (quadra coberta, área coberta para teatros, danas, jogos de salão, etc) ... As variações climáticas, principalmente na época do inverno, inviabilizando várias atividades programadas... Um dos maiores fatores foi a falta de espaço físico na escola, pois não se pode interferir nas aulas de Educação Física.</p> <p>19ª CRE ... falta de espaço físico coberto.</p> <p>20ª CRE ... Falta de um espaço físico apropriado para este programa, falta de um lugar adequado... A reforma da escola atrapalhou consideravelmente o desenvolvimento de nossas atividades.</p> <p>21ª CRE ... Espaço físico para algumas modalidades</p> <p>24ª CRE ... Falta espaço físico/quadra coberta para a realização do projeto</p>
Ancoragem: Espaço Físico

Idéia Central
<p>2ª CRE ... e falta de transporte escolar no horário extra-classe.</p> <p>7ª CRE ... e a falta de transporte escolar prejudicou.</p> <p>8ª CRE ... transporte escolar ... falta de tempo para o professor articular com outros professores, organizar eventos, elaborar relatórios e reunir os envolvidos,</p> <p>10ª CRE ... Transporte para o horário extraclasse</p> <p>12ª CRE ... A demora na aprovação dos projetos, a falta de transporte escolar nos turnos adversos aos seus de aula, impossibilitando a participação destes alunos no projeto, a impossibilidade do programa não ter sido implantado no início do ano letivo ... falta de um professor integrador ou articulador na microrregião</p> <p>15ª CRE ... alunos que moram distantes da escola necessitam de transporte escolar</p> <p>17ª CRE ... Transporte escolar deficitário ou até inexistente.</p> <p>19ª CRE ... O acesso do aluno à escola</p> <p>20ª CRE ... A falta de envolvimento dos familiares dos alunos, ... A falta de um coordenador geral na CRE para realizar, mobilizar, orientar e coordenar encontros, eventos e jogos entre as unidades escolares participantes do Programa... cada adversidade que precisava de soluções, ou atividades complementares que necessitava de uma organização mais detalhada do coordenador, alguma coisa ficava momentaneamente sem o atendimento adequado e com qualidade.</p> <p>24ª CRE ... Em algumas situações os alunos não participaram por falta de transporte escolar</p>
Ancoragem: Transporte Escolar

Idéia Central
<p>14ª CRE ... na realização de eventos esportivos para o aluno demonstrar a sua evolução no Programa. Falta de recursos para o evento final.</p> <p>Em virtude da demora para a realização do evento queda acentuada na participação (continuidade do aluno em participar do Programa).</p> <p>15ª CRE ... organização de eventos próprio do projeto PEEE</p>

24ª CRE ... Falta de verba para a realização do evento (culminância)
Ancoragem: Festivais e Eventos

Idéia Central
17ª CRE ... O envolvimento de quase todos os alunos da escola em um grande evento, sem prejuízo em suas outras atividades escolares. 24ª CRE ... a falta de professores com carga horária disponível para assumir as aulas. Falta de articulador regional para coordenar o projeto
Ancoragem: Recursos Humanos

Idéia Central
2ª CRE ... a demora na implantação do programa ou na aprovação do projeto 8ª CRE ... demora da publicação da portaria para a liberação dos professores 12ª CRE ... O espaço de tempo reduzido pára a divulgação, indefinição de data para a iniciação do programa, falta de capacitação dos professores para atuar no programa 13ª CRE ... A implantação tardia do Programa, que iniciou-se apenas no mês de maio, quando o horário escolar já estava definido 16ª CRE ... Demora na questão burocrática, relativa a aprovação do projeto na etapa 2... Demora na publicação da portaria no caso dos efetivos. 18ª CRE ... Informações mais concretas sobre o projeto... pouco prazo para preenchimento dos documentos recebidos 20ª CRE ... Finalmente foi muito difícil em nossa unidade escolar coordenar o programa, ministrar aulas no esporte escolar e as aulas de Educação Física 21ª CRE ... Distância e transporte para envolver mais alunos, falta transporte escolar
Ancoragem: Implantação e Aprovação dos Projetos

Idéia Central
1ª CRE ... e a existência de outros projetos na escola atendendo aos mesmos alunos e nos mesmos horários (Navegar, Floran) 12ª CRE ... A implantação dos programa paralelo às escolinhas do município. Comprometimento dos participantes em relação à freqüência. 23ª CRE ... Nos municípios de baixo IDS, muitos alunos desistem em razão de não receber uma remuneração que é paga pelo PETI.
Ancoragem: Projetos Paralelos

1. Relato da categoria PEEE e sua Operacionalização: DSC

Recursos financeiros... demora na liberação de verbas, falta de material, demora na análise e aprovação... atrasando o início das atividades... foi utilizado material adquirido com recursos do programa de descentralização financeira... deveria ficar mais claro o quesito verba para o esporte e como dinamizar o processo... demora no pagamento dos BEOs... mais recursos financeiros para a execução do projeto e maior agilidade...

Recursos humanos... a falta de professores com carga horária disponível para assumir as aulas... falta de articulador regional para coordenar o projeto.

Capacitação... falta de capacitação dos professores... falta de curso específico... encontro com as pessoas responsáveis pelo programa na CRE... cursos de capacitação só para alguns... faltou cursos de capacitação para os novos professores.

Divulgação e orientação... tempo reduzido para a divulgação... (faltou) informações mais concretas sobre o projeto... demora na publicação da portaria... aprovação dos projetos... demora na implantação... tardia... o horário escolar já estava definido...

2. Relato da categoria Espaço Físico: DSC

O pouco espaço físico para o desenvolvimento do projeto paralelo às aulas de Educação Física... é inadequado... dificuldades em tempos de chuva... falta de um ginásio de esportes... não dispõe de quadra coberta... dias chuvosos... no inverno... frio e do vento constante... e o campinho de voleibol... mas alunos tão acostumados... frio e chuva para jogar bola... muito lhes desagrada suspender suas atividades...

3. Relato da categoria Inclusão (desenvolvimento humano):DSC

... falta do número de vagas... tendo em vista as características do bairro... e a sua população... parcela atendida precisa ser mais significativa em relação à grande demanda... carga horária insuficiente... grande número de alunos interessados...

4. Relato da categoria Transporte Escolar: DSC

... e falta transporte escolar extra-classe... prejudicou... o acesso do aluno à escola... os alunos que moram mais distantes da escola... é deficitário ou até inexistente... os alunos não participam por falta de transporte escolar.

5. Relato da categoria Festival e Eventos: DSC

Falta de recursos para o evento final... culminância... para o aluno demonstrar sua evolução no programa... na demora... queda acentuada na participação.

6. Relato da categoria Projetos Paralelos: DSC

... existência de outros projetos na escola... mesmos alunos e mesmos horários... programa paralelo às escolinhas do município... comprometimento com a frequência... nos municípios de baixo IDS... desistem em razão de não receber uma remuneração que é paga pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 9 ancoragens, sejam elas: recursos financeiros, recursos humanos, capacitação,

divulgação e orientação, espaço físico, inclusão, transporte escolar, festivais e eventos e, projetos paralelos. Também nesta questão a categoria “o PEEE e sua operacionalização” contempla as 4 primeiras ancoragens, sendo as demais relatadas em separado.

4. Aponte as dúvidas que ainda persistam com a implementação do PEEE.

Idéia Central
<p>12ª CRE ... Obrigatoriedade de participação e presença criando compromisso com o papel assumido do aluno? Há como obrigá-lo a freqüentar o projeto após o mesmo tê-lo aderido?</p> <p>21ª CRE ... como proceder com a entrada e saída de alunos no decorrer do projeto. Como fica o aluno do programa com a saída do professor para cursos ou quando chamado na CRE?</p>
Ancoragem: Freqüência

Idéia Central
<p>12ª CRE ... os que moram na cidade e já tem participação em outros projetos sociais ou até em escolinhas. Podem estes alunos participar?</p> <p>12ª CRE ... mesmo tendo alunos em situações sociais mais difíceis mas que não tem possibilidade de transporte, deixar estes alunos participarem? ... não contemplação de alunos que freqüentam o ensino médio.</p> <p>14ª CRE ... Da participação de alunos de fora da escola no Programa</p> <p>18ª CRE ... o programa deveria ter seus propósitos voltados para o desenvolvimento do maior número possível de alunos</p>
Ancoragem: Participação

Idéia Central
<p>20ª CRE ... a coordenação nos próximos anos do programa em nossa unidade escolar e como será disponibilizado (portaria) o professor (coordenador) para ocupar essa função.</p>
Ancoragem: Articuladores

Idéia Central
<p>7ª CRE ... Trabalhar de forma mais pedagógica os princípios que norteiam o projeto</p> <p>12ª CRE ... O real objetivo do programa visa aspecto competitivo ou parte lúdica?</p> <p>17ª CRE ... maior comprometimento de todos os profissionais das escolas com relação ao projeto, esclarecendo que o referido projeto é compromisso de todos visando assim melhor qualidade no processo ensino aprendizagem.</p>
Ancoragem: Princípios

Idéia Central
<p>2ª CRE ... Os recursos destinados à aquisição de materiais de consumo são anuais?</p> <p>4ª CRE ... questão financeira (pagamento do professor e compra de materiais)</p> <p>7ª CRE ... e os recursos que demoram a chegar....</p> <p>17ª CRE ... Maior clareza sobre os recursos financeiros (+R\$ 3,00), para a aquisição do material didático-pedagógico</p> <p>20ª CRE ... A parte financeira para alimentação, transporte, material esportivo e contratação de professores para o programa.</p>
Ancoragem: Recursos Financeiros

Idéia Central
<p>1ª CRE ... O projeto terá continuidade?</p> <p>2ª CRE ... O programa continuará no próximos anos? É feita a renovação de matrícula para os alunos atuais ou somente matrícula para alunos novos?</p> <p>4ª CRE ... A continuidade do programa</p> <p>7ª CRE ... As dúvidas são quanto a continuidade do programa, as escolas estão automaticamente inscritas em 2003?</p> <p>8ª CRE ... Vai ter continuidade o programa, e articulador? No início de 2003 implantaremos o PEEE nas escolas?</p> <p>12ª CRE ... O Programa terá continuidade em 2003? Terá continuidade com a mudança do governo?</p> <p>13ª CRE ... Quanto a continuidade do Programa nos próximos anos, se todas as escolas poderão participar inclusive o Ensino Médio?</p> <p>14ª CRE ... Durabilidade do Programa para os próximos anos</p> <p>16ª CRE ... a preocupação é com relação à continuidade do Programa.</p> <p>18ª CRE ... Porque este programa foi implantado somente neste ano e não nos demais? ... dúvidas quanto a continuidade do projeto para 2003... Uma definição mais exata das abrangências do Programa, quanto a sua continuidade de implantação no Estado. Dois anos de projeto ...</p> <p>20ª CRE ... A continuidade do programa para os próximos anos ... Os eventos, festival, encontros esportivos, jogos</p> <p>21ª CRE ... Será que no ano que vem vai continuar e vai atingir todas as escolas</p> <p>22ª CRE ... Como ficam as escolas que não gastaram toda a verba do projeto e haverá a continuidade do projeto?</p>
Ancoragem: Continuidade

Idéia Central
<p>14ª CRE ... haverá confraternizações esportivas entre as CRÉS.</p> <p>15ª CRE ... Como elaborar uma proposta de jogos em todos os níveis (escolar, municipal, microregional, regional, estadual sem que haja exclusão? Sem lançar mão da seletividade?</p> <p>18ª CRE ... fase regional e estadual, comprometeria todos os objetivos do Programa, descaracterizando-o do seu maior propósito, que é o de englobar o maior número possível de alunos numa grande variedade de atividades, pois por força de regulamentos e por estarmos subindo em direção ao topo da pirâmide, teríamos necessariamente que abandonarmos muitos alunos.</p>
Ancoragem: Eventos

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 7 ancoragens, sejam elas: continuidade, articuladores, recursos financeiros, freqüência, princípios, inclusão e eventos. As 3 primeiras ancoragens referem-se a categoria “o PEEE e sua operacionalização”, as 3

seguintes a “desenvolvimento humano” e a última, ou seja, eventos, será apresentada em separado.

1. Relato da categoria PEEE e sua operacionalização: DSC

Continuidade... as dúvidas são quanto a continuidade do programa... renovação das matrículas para os alunos atuais... as escolas estão automaticamente inscritas... e o ensino médio... uma definição mais exata do programa... e as escolas que não gastaram toda a verba?

Articuladores... e o articulador... como será disponibilizado o professor para ocupar essa função?

Recursos financeiros... maior clareza para a aquisição do material pedagógico... são anuais... para alimentação, transporte, material esportivo e contratação de professores?

2. Relato da categoria Desenvolvimento Humano: DSC

Freqüência... como proceder com a entrada e saída de alunos... há como obriga-lo a freqüentar... e com a saída do professor para cursos?

Princípios... trabalhar de forma mais pedagógica os princípios... competitivo ou parte lúdica... maior comprometimento... projeto é compromisso de todos visando assim melhor qualidade no processo ensino aprendizagem.

Inclusão... e os alunos que já tem participação em outros projetos sociais ou até em escolinhas... alunos em situação social mais difícil mas que não tem possibilidade de transporte... contemplação de alunos que freqüentam o ensino médio... alunos de fora da escola...

3. Relato da categoria Eventos: DSC

... haverá confraternização esportiva entre as CREs... como elaborar uma proposta de jogos em todos os níveis... sem lançar mão de seletividade... comprometeria os objetivos do programa... descaracterizando-o do seu maior propósito... o maior número de alunos numa grande variedade de atividades... em direção ao topo da pirâmide... abandonarmos muitos alunos?

5. Como foi o comprometimento dos professores para desenvolverem o PEEE. Justifique.

Idéia Central
1ª CRE ... Estabeleceu o diálogo entre os professores de diferentes escolas.
Ancoragem: Integração

Idéia Central
2ª CRE ... pela motivação do professor para novas aprendizagens 18ª CRE ... Poder repassar os conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento do projeto aos alunos participantes é gratificante.
Ancoragem: Motivação para Novas Aprendizagens

Idéia Central
1ª CRE ... Houve apoio e comprometimento da maior parte dos professores envolvidos 4ª CRE ... Comprometimento com a qualidade do processo educativo, visando a formação do homem, como cidadão crítico, participativo e transformador. 6ª CRE ... Todos estes objetivos foram alcançados graças à colaboração e incentivo dos demais professores, funcionários e Direção das Escolas. 8ª CRE ... a escola obteve grandes benefícios e conseguiu atingir sua função social ou seja a educação de qualidade 10ª CRE ... Todos se dedicaram com afinco, e persistência 12ª CRE ... Alguns profissionais realmente se envolveram e fizeram o programa acontecer 13ª CRE ... os professores a partir do momento que assumiram o Programa desempenharam seu papel com muita eficiência, dedicação, comprometimento, fazendo com que o Programa fosse aprovado por toda a Comunidade Escolar como uma alternativa de oferecer práticas de atividades físico/corporais evitando a seletividade e a hipercompetitividade dos alunos 16ª CRE ... incentivaram os alunos a participar e a comprometerem-se ainda mais 17ª CRE ... profissionais envolvidos vestiram a camisa e acreditaram no sucesso do projeto 18ª CRE ... dúvida quanto ao procedimento de como e onde fazer... Apesar de não ter recebido orientações sobre o procedimento do projeto... o estado fornecer espaço físico tudo se resolverá... apenas 10 horas ... o fez com o maior profissionalismo, responsabilidade e assiduidade... os professores demoraram a se situar nas diretrizes do projeto... colaborando sempre na divulgação e no incentivo aos alunos participantes... os professores se disponibilizaram em horário fora do expediente de trabalho, e são responsáveis com o desenvolvimento do programa. 20ª CRE ... buscando a transformação de atitudes, comprometimento e a aquisição de novos valores 21ª CRE ... Todos colaboraram 24ª CRE ... houve comprometimento e mais engajamento... Houve o compromisso em adequar as modalidades ao nível dos alunos... mesmo com a falta de espaço físico o projeto foi desenvolvido com sucesso
Ancoragem: Comprometimento e Apoio

Idéia Central
24ª CRE ... complementação de carga horária (aulas excedentes)... Houve mais assiduidade, dedicação e interesse dos professores.
Ancoragem: Valorização do Professor

Idéia Central
7ª CRE ... puderam exercitar de forma mais democrática os conhecimentos adquiridos ... a professora vem desempenhando com eficiência e eficácia o trabalho no projeto. ÓTIMA, pelo fato de somente o professor efetivo estar envolvido no programa
8ª CRE ... Esse programa veio ao encontro dos anseios dos professores e alunos, trouxe melhorias na prática esportiva como também na prática pedagógica das aulas de Educação Física. Despertou o gosto por várias modalidades esportivas, inclusive desenvolvendo as que não eram priorizadas. E, professores remunerados para desenvolver atividades extraclasse.
12ª CRE ... Outros não estavam muito preocupados com participação e freqüências dos alunos. Diversificavam pouco as atividades
20ª CRE ... sempre alternativas inovadoras para despertar o interesse dos alunos participantes.
23ª CRE ... Os colegas professores não têm influenciado no programa, constatamos o insucesso da interdisciplinaridade, faltou interação dos professores da unidade escolar no Programa.
Ancoragem: Participação dos Professores

Idéia Central
20ª CRE ... A falta de consideração e compromisso dos familiares dos alunos envolvidos no Programa, dificultaram bastante outras funções planejadas e organizadas para este ano
Ancoragem: Família

Idéia Central
2ª CRE ... pelo estímulo á participação das crianças e envolvimento no programa
7ª CRE ... atendendo os interesses dos alunos por modalidade seguindo os critérios do PEEE
16ª CRE ... no sentido de o aluno ter que apresentar um rendimento melhor para a continuação no Programa, o que acabou acontecendo
18ª CRE ... alguns professores ainda relutam em pouco valorizar o envolvimento do aluno em atividades que não façam parte dos caoteúdos de sua área de ação, principalmente com respeito a atividades complementares, como é o caso de esportes, artes e recreação
20ª CRE ... despertar o interesse dos alunos participantes
Ancoragem: Participação dos Alunos

Idéia Central
2ª CRE ... pela ampliação das possibilidades de ações no ambiente escolar
18ª CRE ... indo ao local do treino e desenvolvendo o trabalho com as crianças
21ª CRE ... Todos os professores adoraram o programa, principalmente os de Ed. Física
Ancoragem: Ampliação das Possibilidades de Ação

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 2 ancoragens, sejam elas: comprometimento e apoio e, motivação para novas aprendizagens.

1. Relato da categoria Comprometimento e Apoio: DSC

Houve comprometimento e apoio da maior parte dos professores envolvidos... com a qualidade do processo educativo, formação do homem, cidadão crítico, participativo e transformador... colaboração e incentivo dos demais professores, direção e funcionários... eficiência, dedicação... fazendo com que o programa fosse aprovado por toda a comunidade escolar...incentivaram os alunos, acreditaram no sucesso... dúvida de como e onde fazer... apesar de não ter recebido orientações sobre o procedimento do projeto... demoraram a se situar nas diretrizes do projeto.. o fez com o maior profissionalismo, responsabilidade e assiduidade... os professores se disponibilizaram em horário fora do expediente de trabalho... buscando a transformação de atitudes, comprometimento e a aquisição de novos valores... compromisso de adequar as modalidades ao nível dos alunos.

2. Relato da categoria Motivação para novas aprendizagens: DSC

Poder repassar os conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento do projeto aos alunos participantes é gratificante... motivação do professor para novas aprendizagens... com a complementação de carga horária houve mais assiduidade, dedicação e interesse dos professores... exercitar de forma mais democrática os conhecimentos adquiridos... trouxe melhorias na prática esportiva... na prática pedagógica das aulas de Educação Física... professores remunerados... outros não estavam muito preocupados com a participação e frequência dos alunos... diversificavam pouco as atividades... sempre alternativas inovadoras para despertar o interesse... colegas professores não tem influenciado no programa, constatamos o insucesso da interdisciplinaridade, faltou interação dos professores na unidade escolar... relutam em valorizar o envolvimento do aluno em atividades que não façam parte dos conteúdos de sua área de ação

6. Qual foi a receptividade e participação dos alunos no desenvolvimento do programa. Justifique.

Idéia Central
<p>1ª CRE ... A freqüência foi elevada</p> <p>2ª CRE ... boa receptividade e participação por parte dos alunos, pois todos alunos tiveram comprometimento e excelente freqüência</p> <p>4ª CRE ... Participação assídua e com responsabilidade</p> <p>10ª CRE ... Porque alguns nunca tiveram oportunidade de atividades esportivas extra-classe. Público alvo diversificado.</p> <p>12ª CRE ... A procura por vagas foi grande</p> <p>14ª CRE ... No início do Programa toda a escola tinha interesse na participação. Os alunos estavam presentes na sua totalidade e a procura aumentava conforme o Programa se desenvolvia.</p> <p>15ª CRE ... A participação dos alunos foi excelente</p> <p>18ª CRE ... participação total dos alunos e disciplina... a assiduidade durante as aulas e participação nos eventos promovidos pela escola colhendo bons resultados, glorificou o Programa... a freqüência está com interesse de lazer, a receptividade é boa, também como lazer, se a cobrança for criar conteúdos, começam a faltar</p> <p>20ª CRE...Considerando principalmente a falta de valorização e comprometimento por parte dos familiares dos alunos, acredito que 60% dos alunos absorveram e demonstraram um grande interesse em participar do Programa. Boa, onde os mesmos (alunos) demonstraram interesse em praticar o programa.Quanto à participação, considera-se boa, porque os alunos inscritos eram assíduos</p> <p>22ª CRE ... São assíduos e pontuais</p> <p>24ª CRE ... participam com espontaneidade e dedicação, os alunos sentiram-se realizados</p>
Ancoragem: Participação dos Alunos

Idéia Central
<p>4ª CRE ... alunos interessados e motivados na prática de uma modalidade esportiva de seu gosto</p> <p>8ª CRE ... participação ... foram ótimas, pois o mesmo proporcionou benefício como oportunidade de realizar atividades esportivas extra-classe de acordo com a preferência e necessidades dos alunos</p> <p>24ª CRE ... puderam escolher as modalidades livremente</p>
Ancoragem: Modalidades Esportivas

Idéia Central
<p>1ª CRE ... se engajavam em outras atividades pedagógicas diferentes da prática esportiva... vinham para participarem como árbitro</p> <p>2ª CRE ... empenharem-se em todas modalidades desenvolvidas</p> <p>7ª CRE ... Todos adoram participar das diversas modalidades esportivas e de dança</p> <p>8ª CRE ... comprometimento dos alunos envolvidos no PEEE</p> <p>18ª CRE ... O que precisa ser feito a partir de agora, é explorar essa satisfação dos alunos, canalizando para o seu completo desenvolvimento. Isso somente será possível, através da continuidade do Programa por mais alguns anos</p>
Ancoragem: Engajamento em Atividades Diferentes

Idéia Central
1ª CRE ... Os alunos em geral tem poucas oportunidades de participar de atividades esportivas, e quando as têm, muitas vezes resumem-se ao futebol. O projeto dá oportunidade ao aluno de praticar outras modalidades.
6ª CRE ... Nossos alunos cegos ... além de auxiliar na orientação e mobilidade, também tiveram atenção especial nas atividades desenvolvidas.
7ª CRE ... faltaram vagas, a procura foi grande...
8ª CRE ... mais qualidade e possibilidade de aumentar o número de participantes nas atividades esportivas
10ª CRE ... Porque alguns nunca tiveram oportunidade de atividades esportivas extra-classe. Público alvo diversificado
12ª CRE No início não estava muito claro o entendimento do programa e alunos que deveriam fazer parte do mesmo não foram incluídos.
15ª CRE ... alguns ainda preocupam-se em competirem, mas no decorrer das atividades entenderam o projeto
16ª CRE ... Os alunos aguardam o aumento das turmas para participar
17ª CRE ... nem todos os alunos ingressantes continuaram participando por vários motivos, um deles foi a falta de incentivo dos pais ou a necessidade de afasta-los em virtude da contribuição do aluno na melhoria da renda familiar
18ª CRE ... para os alunos é uma atividade de grande aproveitamento, pois os mesmos adoram praticar esportes e essa foi uma ótima oportunidade. ...veio de encontro com a necessidade do aluno, que já aguardavam espaço para a prática esportiva em suas horas de folga... a possibilidade de trabalhar com número de alunos reduzido e material suficiente proporcional aos alunos um grande estímulo para a prática desportiva...
20ª CRE... tivemos algumas dificuldades para determinar quais dos alunos participariam do PEEE, devido ao excesso de interessados, as inscrições foram feitas e após um sorteio foram determinadas as turmas. Este grupo manteve-se coeso e participativo até o presente momento, justificando assim a importância de oferecer oportunidades que vão de encontro aos interesses dessa faixa etária, ou seja, a prática de esportes
21ª CRE... oportunidade de praticar o esporte fora do período normal de aula e o fizeram de forma recreativa. Também ficaram contentes pelo fato de não ser um esporte de rendimento como fazem na escolinha do município
24ª CRE ... integração entre professores e alunos e não se percebeu falta de interesse por parte dos alunos. Formação de vínculos afetivos entre os participantes com ênfase no trabalho compartilhado. Gerou laços de solidariedade e responsabilidade, menos individualismo e mais respeito pela individualidade humana, com possibilidade de sentir feliz e participante das transformações pessoais e sociais.
Ancoragem: Inclusão

Idéia Central
14ª CRE ... com o passar da tempo e com a falta de eventos onde poderia avaliar a sua evolução, os alunos começaram a não estarem presentes todos os dias nos treinos
Ancoragem: Eventos

Idéia Central
<p>6ª CRE ... o aluno sentiu-se valorizado participando do programa. Sendo assim, melhorou e muito sua participação nas disciplinas em sala de aula. Seria interessante a continuidade do programa para possibilitar ao aluno que já participa e aos que venham participar, tenham oportunidade de progredir sempre devido ao programa... foi bom para o desenvolvimento deles, tanto motor como social e influenciou até na aprendizagem dos conteúdos em classe, pois a partir da prática esportiva demonstraram mais alegria e revelaram que tinham liberado suas energias acumuladas,</p> <p>7ª CRE ... com entusiasmo e a procura foi grande... entusiasmados e motivados com esta nova possibilidade de integração...</p> <p>8ª CRE ... houve melhoras consideráveis dos alunos participantes do Programa em todas as disciplinas curriculares</p> <p>13ª CRE ... passaram a ser mais responsáveis justificando juntamente com os pais as faltas, por causa da cobrança dos horários foram mais pontuais, começaram a tirar boas notas para não ficarem fora do projeto, ficaram mais carinhosos uns com os outros e mais prestativos, aumentou a auto estima deles, tirou-os da ociosidade e dos riscos sociais</p> <p>14ª CRE ... juntamente com a distância acentuada para o local dos treinamentos</p> <p>16ª CRE ... os alunos que participam estão felizes em poder participae e entusiasmados em continuar</p> <p>18ª CRE ... gostaram do trabalho realizado e a perspectiva para o próximo ano é o de aumento do número de alunos participantes e de modalidades... podemos perceber uma grande satisfação por parte dos alunos em participar de um Projeto dessa natureza. Os alunos estão mais satisfeitos e motivados para vir à escola, pois conseguimos, através do Programa, criar um ambiente escolar satisfatório propício para tal.</p> <p>22ª CRE ... PEEE melhoraram sua convivência, são mais amigos, responsáveis, vivenciam a alteridade</p>
Ancoragem: Valorização do aluno

Idéia Central
<p>16ª CRE ... muitos sentem por não participarem por dependerem de transporte escolar.</p> <p>17ª CRE ... Também a dificuldade em relação ao transporte escolar, afastou um número significativo de alunos</p>
Ancoragem: Transporte

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 7 ancoragens, sejam elas: participação dos alunos, engajamento em atividades diferentes, valorização do aluno, aprendizagem e prática esportiva, eventos, inclusão e transporte. As três primeiras podem ser agrupadas e apresentadas na categoria “disposição e atitudes”, as demais serão apresentadas em separado.

1. Relato da categoria Disposição e Atitudes: DSC

Participação dos Alunos... a freqüência foi elevada... a receptividade... o comprometimento... com responsabilidade... a procura por vagas foi grande... toda a escola tinha interesse... e a procura aumentava conforme o programa se desenvolvia... a disciplina... a assiduidade... a freqüência está com interesse de lazer... se a cobrança for conteúdos, começam a faltar... participam com espontaneidade e dedicação, os alunos sentiram-se realizados.

engajamento em atividades diferentes... se engajavam em atividades pedagógicas diferentes da prática esportiva... empenharam-se em outras modalidades... comprometimento dos alunos... satisfação dos alunos, canalizando para o seu completo desenvolvimento.

valorização do aluno... melhorou e muito a sua participação nas disciplinas em sala de aula... a continuidade... para que tenham oportunidade de progredir sempre devido ao programa...foi bom para o desenvolvimento motor e social e influenciou até na aprendizagem dos conteúdos em classe... demonstraram mais alegria e revelaram que tinham liberado suas energias acumuladas... houve melhoras consideráveis... em todas disciplinas curriculares... começaram a tirar boas notas para não ficar fora do projeto... mais carinhosos e mais prestativos, aumentou a auto-estima... estão felizes e entusiasmados em continuar... os alunos estão mais satisfeitos e motivados para vir a escola, pois conseguimos, através do programa, criar um ambiente escolar satisfatório propício para tal... sua convivência... vivenciam a alteridade.

2. Relato da categoria Aprendizagem e prática esportiva: DSC

... alunos interessados na prática esportiva de seu gosto... proporcionou o benefício como oportunidade de realizar atividades esportivas extra-classe de acordo com a preferência e necessidades dos alunos... puderam escolher as modalidades livremente.

3. Relato da categoria Eventos: DSC

... participação nos eventos promovidos pela escola colhedo bons resultados, glorificou o programa... com a falta de eventos... os alunos começaram a na estarem presentes todos os dias nos treinos.

4. Relato da categoria Transporte Escolar: DSC

... muitos sentem por não participarem por dependerem de transporte escolar... a dificuldade em relação ao transporte escolar, afastou um número significativo de alunos... juntamente com a distância acentuada para o local dos treinamentos.

5. Relato da categoria Inclusão: DSC

... alunos em geral tem poucas oportunidades de praticarem atividades esportivas, muitas vezes resumem-se ao futebol... alunos cegos tiveram atenção especial nas atividades... faltaram vagas... dificuldade para determinar... excesso de interessados... aumentar o número de participantes... público alvo diversificado... inscrições e um sorteio... não muito claro o entendimento... alunos que deveriam fazer parte do mesmo não foram incluídos... alguns se preocupam em competirem, mas no decorrer das atividades entenderam o projeto... **contentes por não ser um esporte de rendimento como fazem na escolinha do município**...alunos aguardam o aumento das turmas para participar... nem todos continuaram participando... falta de incentivo dos pais ou a necessidade de afastá-los em virtude da contribuição do aluno **na melhoria da renda familiar**... veio de encontro às necessidades dos alunos... prática esportiva em suas horas de folga... alunos reduzidos e material suficiente proporcional aos alunos... formação de vínculos afetivos ... com ênfase no trabalho compartilhado... laços de solidariedade e responsabilidade, **menos individualismo e mais respeito pela individualidade humana, com possibilidade de se sentir feliz e participante das transformações pessoais e sociais.**

7. Como se deu a interação entre escola, professores e alunos? Justifique.

Idéia Central
<p>1ª CRE ... muitos achavam que o PEEE atrapalhava o andamento da escola, especialmente porque o espaço físico da maior parte das escolas era insuficiente</p> <p>7ª CRE ... refletindo em todas as atividades escolares...</p> <p>8ª CRE ... os professores das demais disciplinas incentivaram a prática esportiva aos alunos pois evidenciaram melhor rendimento em sala de aula</p> <p>13ª CRE ... Todos se sentiam responsabilizados pela implantação e desenvolvimento do PEEE, que foi um marco e avanço no processo de desenvolvimento integral das unidades escolares</p> <p>15ª CRE ... uma pequena parcela de alguns segmentos da comunidade escolar não entenderam o objetivo do programa</p> <p>16ª CRE ... toda mudança gera uma certa dúvida, e como o projeto é inovador as dificuldades apareceram. Elas foram solucionadas após o comprometimento dos profissionais responsáveis, juntamente com os alunos envolvidos...</p> <p>20ª CRE ... trouxe alguns transtornos para a escola, pois a sua prática não fazia parte do nosso cotidiano, sendo que a mesma não estava devidamente preparada, mas com o passar do tempo estes transtornos foram superados e os problemas sanados, havendo uma ótima interação entre os envolvidos</p> <p>21ª CRE ... tivemos que organizar os horários dos alunos para que todos pudessem participar em todas as atividades propostas, mostrando-se sempre favorável ao projeto</p>
Ancoragem: Integração do programa na Escola

Idéia Central
<p>2ª CRE ... as relações melhoraram, pois houve envolvimento entre todos os profissionais, nos jogos interséries e nas apresentações ... o relacionamento como ruim ressaltou que faltaram encontros reflexivos entre as escolas que participaram do PEEE</p> <p>4ª CRE ... Houve aceitação, satisfação, comprometimento, respeito, igualdade e participação de todos os envolvidos no Programa</p> <p>7ª CRE ... todos procuraram contribuir da melhor forma possível para que o projeto lograsse maior êxito. .. participação ativa da direção da escola na mediação com os demais segmentos da escola, facilitando a integração de todos... o comportamento melhorou entre os alunos participantes ... o PEEE veio trazer "vida nova" à escola.</p> <p>8ª CRE ... A interação entre alunos, professores e escola foi ÓTIMA... socialização entre os alunos de diversas séries, valorização da escola por parte das famílias com relação ao atendimento dos seus filhos... a assiduidade do programa é uma característica, observa-se muito companheirismo, bom relacionamento e respeito mútuo.</p> <p>10ª CRE ... empenho por parte dos Professores na divulgação e desenvolvimento do programa, Direção apoiando, incentivando inclusive com relação a aquisição do material didático</p> <p>13ª CRE ... respaldo dos diretores que acompanharam o Programa, bem como o aumento da intercâmbio entre professor – aluno</p> <p>14ª CRE ... a princípio as diversas dúvidas se o programa teria sucesso ou não, e por ser algo novo, sempre é recebido com receio... houve melhoras que poderiam ser consideradas como ótimas, entre escola, professores e alunos do Programa</p> <p>15ª CRE ... O apoio da direção foi fundamental para que a interação fosse possível</p> <p>15ª CRE ... uma pequena parcela de alguns segmentos da comunidade escolar não entenderam o objetivo do programa</p> <p>16ª CRE ... participação de funcionários de toda a unidade escolar contribuíram para o bom andamento do programa ... apesar de ainda não conseguirmos uma total interação, consideramos a sua evolução, desde a sua implementação, dois anos atrás, muito significativa...</p> <p>21ª CRE ... Todos buscam uma maior participação dos alunos no esporte, de forma que este tenham as mesmas oportunidades que os outros e não fiquem pelas ruas desocupados. Boa interação</p> <p>24ª CRE ... Houve bastante interação e participação, envolvendo todos os segmentos da unidade escolar</p>
Ancoragem: Relações Interpessoais

Idéia Central
2ª CRE ... Participação da escola na Feira Pedagógica da UNISUL, organizada junto à 2ª CRE 16ª CRE ... a participação dos mesmos com o consentimento dos pais, o apoio do conselho deliberativo e acompanhamento pela direção da escola demonstra o envolvimento de todos na implementação do programa 20ª CRE ... A interação entre escolas, professores e alunos se deu no primeiro momento devido ao grande fluxo de alunos freqüentando a escola em horários extraclasse
Ancoragem: Intercambio externo

Idéia Central
16ª CRE ... conscientização dos alunos quanto a importância do esporte para a formação do ser humano como um todo... o comportamento de alunos problemas teve significativa mudança dentro e fora de sala de aula.... ajudou muito também no rendimento das disciplinas...
Ancoragem: Mudança de Atitudes

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 4 ancoragens, sejam elas: integração do programa na escola, mudança de atitudes, relações interpessoais e intercâmbio externo.

1. Relato da categoria Integração do programa na escola: DSC

... achavam que o PEEE atrapalhava o andamento da escola... espaço físico da maior parte das escolas era insuficientes... refletindo em todas as atividades escolares... pequena parcela... não entenderam o objetivo do programa...os professores das demais disciplinas incentivaram a prática esportiva aos alunos pois evidenciaram melhor rendimento em sala de aula... todos... responsabilizados... foi um marco e avanço no processo de desenvolvimento integral das unidades escolares... toda mudança gera uma certa dúvida... foram solucionadas após o comprometimento... trouxe alguns transtornos para a escola, **pois sua prática não fazia parte do nosso cotidiano...** sendo que a mesma não estava preparada...com o tempo... sanados... ótima interação.. organizar os horários... para participar em todas as atividades.

2. Relato da categoria Mudança de atitudes: DSC

... conscientização da importância do esporte para a formação do ser humano como um todo... o comportamento de alunos problemas teve significativa mudança dentro e fora de sala de aula... ajudou no rendimento das disciplinas.

3. Relato da categoria Relações interpessoais: DSC

...melhoraram envolvimento entre todos profissionais, nos jogos interséries e nas apresentações... como ruim ressaltou que faltaram encontros reflexivos entre as escolas... contribuir da melhor forma para o êxito... participação ativa da direção da escola na mediação com os demais segmentos... o comportamento melhorou entre os alunos participantes... PEEE veio trazer “vida nova” à escola.. a interação entre alunos, professores e escola foi ótima.. valorização da escola por parte das famílias com relação ao atendimento aos seus filhos... companheirismo bom relacionamento e respeito mútuo... aumento do intercâmbio entre professor e aluno... houve melhoras... como ótimas entre escola, professores e alunos do programa... uma pequena parcela não entenderam o objetivo do programa... participação de funcionários de toda unidade escolar... **apesar de ainda não conseguirmos uma total interação, consideramos a sua evolução, desde a implementação a dois anos atrás...** muito significativa.

4. Relato da categoria Intercâmbio Externo: DSC

... participação da escola na Feira Pedagógica da UNISUL... participação com consentimento dos pais, o apoio do conselho deliberativo e acompanhamento pela direção da escola... interação entre escolas, professores e alunos...

8. Foi percebida alguma reação da comunidade na qual a escola está inserida, com a implementação do programa? Qual?

Idéia Central
<p>1ª CRE ... foi muito bem recebido pela comunidade. Os pais de alunos elogiaram, pois seus filhos ficam mais tempo na escola envolvidos nas atividades pedagógicas.</p> <p>2ª CRE ... pela reação positiva percebida nas reuniões com os pais, envolvimento do Conselho Deliberativo e APP.</p> <p>7ª CRE ... alegria e de satisfação em poder participar e deixar seus filhos participassem do Programa, por parte dos pai, professores e alunos... Os pais acreditaram no projeto e incentivaram seus filhos a participar... percebe-se um envolvimento homogêneo de Direção, Professores, Grêmio Estudantil, APP, Conselho Deliberativo bem como da comunidade...</p> <p>8ª CRE ... tirando os alunos da ociosidade para atividades que promovam a cooperação, respeito e amizade</p> <p>10ª CRE ... Procura dos pais para inteirar-se...</p> <p>12ª CRE ... A escola passou a ser vista como referência em relação ao esporte... interesse, questionamentos e elogios ... por parte de lideranças e autoridades (CME, vice-prefeito e Secretaria Municipal de Educação)... as crianças melhoraram seu comportamento e também aprendizagem, observou-se também que a disciplina e a assiduidade melhoraram.</p> <p>Os pais ligam para saber se os filhos realmente foram convocados para as aulas... ocupam os alunos tirando-os da rua... Transmite segurança aos pais na certeza dos filhos estarem ocupados em atividades sadias que aprimoram a personalidade. Por parte dos pais dos filhos carentes houve aprovação maior</p> <p>13ª CRE ... satisfação com a implantação de um programa com objetivos de dar condições e possibilidades de praticar o esporte como caminho de socialização e desenvolvimento de uma cidadania emancipada</p> <p>14ª CRE ... participação dos pais na vida do aluno</p> <p>17ª CRE ... o projeto viesse a colaborar na construção da formação da cidadania do educando, afastando os alunos da rua e ocupando seu tempo ocioso com práticas educativas saudáveis</p> <p>18ª CRE ... assistem aulas de seus filhos... vieram até a escola no período das atividades do PEEE para constatar a participação dos filhos ...a comunidade sentiu diferença com a ação dos alunos, pois os mesmos mudaram sua forma de agir perante a sociedade... estar ocupado o tempo ocioso com atividades esportivas... tranquilidade e um alto nível de satisfação... muitos elogios par parte dos mesmos e demais segmentos da comunidade... incentivo à prática de esportes por parte dos pais... preencher suas horas vagas com atividades sadias e orientadas... alunos estão mais satisfeitos e, conseqüentemente, mais pré-dispostos com as aulas</p> <p>20ª CRE ... Os pais, de acordo com alguns depoimentos ficaram muito satisfeitos com a implementação do programa</p> <p>21ª CRE ... pais orgulharam-se pelo envolvimento dos filhos na escola e pensam que as atividades deveriam ser realizadas diariamente, pois teriam uma opção a mais para praticar esporte... houve uma mudança ou adequação dos horários já pré-estabelecidos, o que ocasionou um pequeno desagrado a algumas pessoas que freqüentavam o mesmo, como times e treinadores que freqüentavam o mesmo</p> <p>24ª CRE ... Existe a expectativa dos pais para que sejam implantados outros Programas de Inserção Social, além do esporte. Que haja a continuidade do PEEE, para que os pais possam trabalhar tranquilos deixando seus filhos num ambiente agradável, longe das ruas, propensos às drogas e à violência.</p> <p>A comunidade reconheceu mudanças dos alunos no que diz respeito as atitudes sociais e comportamento</p>
Ancoragem: Integração e Intercambio externo

Idéia Central
10ª CRE ... confraternização com outras escolas, viagens para outros municípios
Ancoragem: Eventos

Idéia Central
14ª CRE ... divulgação da escola na comunidade e nos meios de comunicação no que se refere ao verdadeiro objetivo do projeto esporte escolar, por parte dos alunos, pais, comunidade escolar
Ancoragem: Difusão de Informações

Idéia Central
2ª CRE ... que não, pois o pouco tempo não permitiu verificar estas reações 16ª CRE ... As escolas não chegaram a fazer uma pesquisa mais efetiva para avaliar reações da comunidade, no entanto, a participação dos pais e as pequenas contribuições nas parcerias demonstram um início de aprovação do Programa.
Ancoragem: Avaliação

Idéia Central
2ª CRE ... houve bastante procura de vagas 10ª CRE ... alunos de outra escola participando; procura de outras modalidades
Ancoragem: Inclusão

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 4 ancoragens, sejam elas: integração e intercâmbio externo, eventos, Difusão de informação, avaliação e inclusão.

1. Relato da categoria Integração e intercâmbio externo: DSC
... pais de alunos elogiaram... filhos mais tempo na escola envolvidos com atividades pedagógicas... reação positiva percebida nas reuniões com os pais, envolvimento do Conselho Deliberativo e APP... Direção, grêmio estudantil... bem como da comunidade... a escola passou a ser vista como referência em relação ao esporte... interesse, questionamentos, elogios... por parte de lideranças... os pais ligaram para saber se os filhos realmente foram convocados para as aulas... transmite segurança para os pais na certeza dos filhos estarem ocupados em atividades sadias que aprimoram a personalidade... por parte dos pais dos filhos carentes houve aprovação maior... a comunidade sentiu diferença com a ação dos alunos, pois os mesmos mudaram sua forma de agir perante a sociedade ... pais orgulham-se pelo envolvimento dos filhos na escola e pensam que as atividades deveriam ser realizadas diariamente... houve mudanças de horários já pré-estabelecidos que ocasionou o desagrado de algumas pessoas que freqüentavam o mesmo lugar... como times e treinadores.. expectativa para implantar outros programas de inclusão social... a comunidade reconheceu mudanças dos alunos no que diz respeito as atitudes sociais e comportamento.

2. Relato da categoria Eventos: DSC

...confraternização com outras escolas, viagens para outros municípios.

3. Relato da categoria Difusão de informações: DSC

...divulgação da escola na comunidade e nos meios de comunicação no que se refere ao verdadeiro objetivo do projeto esporte escolar

4. Relato da categoria Avaliação: DSC

... o pouco tempo não permitiu verificar estas reações... as escolas não chegaram a fazer uma pesquisa mais efetiva para avaliar reações da comunidade, no entanto, a participação dos pais e as pequenas contribuições nas parcerias demonstram um início de aprovação do programa.

5. Relato da categoria Inclusão: DSC

... houve bastante procura de vagas... alunos de outra escola participando... procura de outras modalidades.

9. O programa contou com alguma parceria pública ou privada?

Idéia Central
<p>1ª CRE ... colégios particulares cederam material esportivo. A Base Aérea cedeu o ginásio de esportes, a prefeitura municipal também</p> <p>2ª CRE ... a Prefeitura municipal de Armazém cedeu o ginásio de esportes uma vez por semana</p> <p>7ª CRE ... a Prefeitura Municipal de Urubici cedeu o ginásio de esportes</p> <p>8ª CRE ... SED/MEC, Prefeituras municipais, comércio local, parques aquáticos, clubes sociais, pastoral da criança, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PET, as quais cederam espaços para a prática esportiva, transporte escolar e patrocínios</p> <p>10ª CRE ... Prefeitura – empréstimo da quadra, som, arbitragem, patrocínios, lembranças, doações..., Voluntários participando do processo</p> <p>12ª CRE ... Prefeitura Municipal através da cedência do Ginásio de esportes e da quadra de areia, clubes de futebol, empresas privadas e a igreja católica cedeu quadra de esportes.</p> <p>13ª CRE ... cedência de espaços esportivos, demonstração de aulas práticas por parte de profissionais (Amigos da Escola) em determinadas modalidades, também patrocínio de uniformes</p> <p>14ª CRE ... pelo empréstimo dos ginásios do município para o desenvolvimento do Programa junto à escola, em virtude da mesma não possuir espaço adequado e nem mesmo próprio para a realização das aulas de Educação Física</p> <p>17ª CRE ... as Prefeituras municipais com o espaço físico para as práticas esportivas, bem como o transporte para os eventos em quatro pólos, e a Universidade – UNOESC/Xanxerê – cedendo os acadêmicos do curso de Educação Física para auxílio na organização e arbitragem dos eventos</p> <p>18ª CRE ... ACASCA cedendo o espaço para que o projeto fosse desenvolvido, ADC Lavrasul cedendo espaço para que o projeto de handebol e futebol fossem desenvolvidos, FME cedendo seus horários no ginásio Lavrasul para que o projeto de handebol fosse desenvolvido. MILI e RIGESA, premiações e camisetas para os participantes. Empresa privada Fuck, foi cedido o espaço físico para prática do voleibol e o uso do campo para o futebol. Prefeitura municipal, cedência espaço físico – ginásio de esportes e módulo esportivo. UNIVALLE LTDA, com tintas para a Oficina de brinquedos. Sociedade Beneficente Operária, com o empréstimo do campo e quadra para as atividades. Unterstell onde fica o campo de futebol e a CME, emprestando as bolas de futebol.</p>
Ancoragem: Espaço Físico
Idéia Central
<p>7ª CRE ... Verdureira Santos e Supermercado 4 Irmãos com a doação de alimentos para o lanche das alunas no dia do festival e casas comerciais com carrinho para transportar bolas e alimentação</p> <p>15ª CRE ... locação de ônibus e alimentação.</p>
Ancoragem: Alimentação
Idéia Central
<p>4ª CRE ... Neste primeiro momento de implantação na maioria das escolas, contou somente com o comprometimento da escola e do professor.</p>
Ancoragem: Sem Parcerias

Idéia Central
1ª CRE ... colégios particulares cederam material esportivo. 7ª CRE ... A prefeitura de Anita Garibaldi participou cedendo bolas e o ginásio municipal
Ancoragem: Material Esportivo
Idéia Central
2ª CRE ... a Saniero Construções SA fez doações de camisetas e bonés 12ª CRE ... patrocínio de uniformes 15ª CRE ... patrocínio de camisetas
Ancoragem: Camisetas e Bonés
Idéia Central
2ª CRE ... A Prefeitura Municipal de Jaguaruna realizou as Olimpíadas Escolares de Jaguaruna 8ª CRE ... Foi fundamental o apoio da comunidade incentivando e ajudando a escola na promoção dos eventos o que foi motivo de elogios e reconhecimento por parte de toda a comunidade escolar
Ancoragem: Eventos
Idéia Central
7ª CRE ... a Prefeitura Municipal de Urubici ... transporte para as alunas para o Festival em Lages,... Prefeitura municipal de Rio Rufino para o transporte dos alunos, prêmios... A prefeitura de Campo Belo do Sul com transporte para os deslocamentos para os festivais. A prefeitura de Capão Alto emprestou um ônibus para o transporte para os festivais.
Ancoragem: Transporte
Idéia Central
10ª CRE ... voluntários participando do processo 19ª CRE ... Uma escola contou com a parceria do amigo do esporte
Ancoragem: Voluntariado

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 8 ancoragens, sejam elas: espaço físico, alimentação, sem parceria, material esportivo, camisetas e bonés, eventos, transporte e voluntariado.

1. Relato da categoria “espaço físico”
... a Base Aérea cedeu o ginásio de esportes... a prefeitura municipal também... cedeu o ginásio uma vez por semana... comércio local, parques aquáticos, clubes sociais, pastoral da criança, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, cederam espaços esportivos... prefeitura municipal através da cedência do ginásio de esportes e da quadra de areia, clubes de futebol, empresas privadas e a igreja católica cedeu quadra de esportes... empréstimo dos ginásios do município... em virtude da mesma não possuir espaço adequado e nem mesmo próprio para a realização, das aulas de Educação Física... foi cedido o espaço físico para a prática do voleibol e o uso do campo para o futebol... ginásio de esportes e módulo esportivo.

2. Relato da categoria “alimentação”

... doação de lanches para o lanche das alunas no dia do festival... alimentação.

3. Relato da categoria “sem parcerias”

... neste primeiro momento de implantação na maioria das escolas, contou somente com o comprometimento da escola e do professor.

4. Relato da categoria “material esportivo”

... colégios particulares cederam material esportivo... a prefeitura participou cedendo bolas...emprestando as bolas de futebol.

5. Relato da categoria “camisetas e bonés”

... fez a doação de camisetas e bonés... patrocínio de uniformes... patrocínio de camisetas.

6. Relato da categoria “eventos”

... a prefeitura municipal realizou as Olimpíadas escolares... foi fundamental o apoio da comunidade incentivando e ajudando a escola na promoção dos eventos que foi motivo de elogios e reconhecimento por parte de toda a comunidade escolar.

7. Relato da categoria “transporte”

... transporte das alunas para o festival...prefeitura municipal para o transporte dos alunos... a prefeitura com transporte para os deslocamentos para os festivais... a prefeitura emprestou um ônibus para o transporte para os festivais.

8. Relato da categoria “voluntariado”

... voluntários participando do processo... uma escola contou com a parceria do amigo do esporte.

13. Sugira ações necessárias para melhorar o desenvolvimento do programa no setor financeiro, recursos humanos, coordenação e execução.

Idéia Central
<p>1ª CRE ... realização de eventos de pequeno porte entre as escolas (campeonatos e torneios)</p> <p>4ª CRE ... calendário de eventos já estabelecido no início do ano... verbas para a locomoção e alimentação para que haja intercâmbio entre as escolas da região</p> <p>7ª CRE ... e fazer festivais com todas as modalidades no final de cada semestre...e para que haja maior integração entre alunos.</p> <p>Verba específica para transporte e alimentação dos participantes do programa, nos deslocamentos para festivais</p> <p>10ª CRE ... Previsão de transporte para os festivais</p> <p>12ª CRE ... Elaborar uma programação de intercâmbio a nível de CRE, entre as escolas que adotaram o Programa...Estabelecer parceria com a FESPORTE. Há entendimento contrário com relação ao programa.</p> <p>13ª CRE ... Organização de intercâmbio entre as unidades escolares e promoção de eventos esportivos escolares.</p> <p>14ª CRE ... um maior incentivo para a realização do Programa, tais como eventos esportivos e confraternizações, o que faria com que houvesse uma maior procura pelo evento.</p> <p>16ª CRE ... articular promoções e encontros entre municípios e turmas do programa.</p> <p>20ª CRE ... Destinar verba para transporte (eventos, saídas de campo e de passe escolar para atender alunos que moram distante da escola) e alimentação... .. É fundamental para o incentivo dos alunos que aconteça o intercâmbio entre as escolas participantes do programa, para tanto sugiro a realização de jogos dentro dos objetivos comuns do programa.</p>
Ancoragem: Eventos, Festivais e Torneios

Idéia Central
<p>6ª CRE ... Não limitar o número máximo de alunos por grupo... Quanto a idade dos alunos deveria ser de acordo com a modalidade,</p> <p>7ª CRE ... O aluno possa participar de mais de uma modalidade</p> <p>12ª CRE ... Na criação das turmas separar por faixa etária.</p> <p>16ª CRE ... Aumentar a carga horária de atendimento aos alunos, atender o máximo de alunos, não só os de risco social</p> <p>23ª CRE ... Sugere-se um número menos de alunos para implantar uma turma. Em 2002, cada 100 alunos uma turma. Sugerimos em 2003, cada 60 alunos uma turma</p>
Ancoragem: Alunos e turmas

Idéia Central
<p>6ª CRE ... Que o programa abrangesse atividades relacionadas com a área artística (música – instrumental e vocal), teatro.</p>
Ancoragem: Artes

Idéia Central
<p>15ª CRE ... Projeto seja desenvolvido por turno escolar, horário obrigatório – Programa de Escola de tempo integral, organizar eventos com todos os níveis e modalidades.</p> <p>24ª CRE ...continuar sendo extracurricular, mas sendo integral (cinco aulas</p>
Ancoragem: Escola Integral

Idéia Central
<p>1ª CRE ... maior agilização na liberação dos BEOs.</p> <p>6ª CRE ... Agilizar os recursos financeiros ao programa,</p> <p>7ª CRE ... liberação dos recursos financeiros</p> <p>10ª CRE ... Maiores esclarecimentos de como investir.</p> <p>12ª CRE ... Liberação de verbas no início do ano letivo... Melhorar a previsão de recursos para dispor dos mesmos antes de iniciar o Programa... que haja a descentralização com uma conta específica no nome da APP</p> <p>13ª CRE ... maior rapidez na liberação de verbas para a compra de material necessário ao desenvolvimento do Programa</p> <p>14ª CRE ... os recursos financeiros sejam repassados com maior rapidez, pois com a demora, deixa a desejar na falta de material para desenvolver as determinadas modalidades.</p> <p>15ª CRE ... Recursos das verbas descentralizadas para o programa e Educação Física devem estar claras no orçamento da escola. Agilizar o pagamento das verbas destinadas ao atendimento do programa</p> <p>16ª CRE ... Aumentar o valor das verbas destinadas ao material esportivo.</p> <p>17ª CRE ... Maior agilidade no setor financeiro quanto a disponibilização de recursos para a aquisição de material didático-pedagógico.</p> <p>18ª CRE ... Os recursos destinados especificamente ao Programa (R\$3,00 por aluno) são, desde que, corretamente aplicados, plenamente suficientes. ... injustamente distribuídos... A distribuição de recursos seria mais justa e coerente, se pudesse ser vinculada ao número de alunos participantes do Programa. O Estado gastaria menos e teríamos mais dinheiro para o desenvolvimento de nossos projetos... Que a verba fosse repassada em parcelas para que pudesse suprir as necessidades conforme o desgaste ocorrido... Melhor esclarecimento quanto ao valor que o projeto pagará e quanto serão pagas as parcelas... Na coordenação e execução, deveriam ser mais concretos e menor burocracia... Que os orçamentos sejam empenhados com maior rapidez e estes sejam pagos com brevidade... As informações cheguem aos profissionais com eficiência, clareza e tempo hábil para tomar as decisões necessárias.,</p> <p>20ª CRE ... Maior agilidade na liberação de verba... Liberação imediata das verbas ao programa... Esclarecer a parte financeira do programa, pois houve informações em nossa unidade escolar contraditórias</p> <p>21ª CRE ... E que o valor por aluno seja revisto</p> <p>24ª CRE ... Liberação de toda a verba específica no projeto</p>
Ancoragem: Recursos Financeiros

Idéia Central
<p>4ª CRE ... avaliação bimestral</p> <p>12ª CRE ... Escola e comunidade fazer avaliação periódica do Programa... para seu aperfeiçoamento é necessário a continuidade corrigindo erros, como o maior entrosamento com a família e a escola</p>
Ancoragem: Avaliação

Idéia Central
<p>20ª CRE ... O Programa deveria atender não só apenas as modalidades pré-estabelecidas no início do ano, mas dar autonomia ao coordenador para mudar as modalidades esportivas conforme o interesse dos alunos envolvidos e períodos do ano letivo</p>
Ancoragem: Mudança de Modalidades

Idéia Central
<p>1ª CRE ... implementação do programa já no início do ano letivo, para que não surjam problemas em relação a ocupação dos espaços físicos</p> <p>4ª CRE ... garantindo início junto com o ano letivo,</p> <p>7ª CRE ... iniciar as atividades junto com o ano letivo</p> <p>8ª CRE ... deve iniciar juntamente com outras atividades escolares para melhor desenvolvimento no decorrer do ano letivo. É importante que as ações sejam ágeis de forma a garantir a continuidade do PEEE nos próximos anos</p> <p>10ª CRE ... Agilidade na implantação...Informações desencontradas; Maior segurança ao lançar o Programa.</p> <p>12ª CRE ... Estado continuar investindo no Programa.</p> <p>13ª CRE ... ser implantado no início do ano letivo para melhor organização das aulas de Educação Física e do PEEE</p> <p>18ª CRE ... a continuidade no próximo ano letivo. Como se dará a sua reimplantação, como deveremos agir com respeito a distribuição de aulas e horários, par que possamos melhor contemplar nossos alunos, com um projeto mais organizado e que possa ser iniciado o mais rapidamente possível... O Prgrama deve iniciar no começo do ano letivo.</p> <p>21ª CRE ... O projeto deverá iniciar em todas as escolas no início do ano letivo</p>
Ancoragem: Implantação

Idéia Central
<p>4ª CRE ... cursos de aperfeiçoamento</p> <p>7ª CRE ... Capacitação e atualização dos professores, promovendo encontros locais e regionais entre os professores e escolas participantes, possibilitando o conhecimento de outros trabalhos desenvolvidos</p> <p>12ª CRE ... Desenvolver capacitações que visem principalmente o relacionamento humano.</p> <p>13ª CRE ... mais cursos de capacitação e encontros para a troca de experiências entre os professores participantes.</p> <p>14 CRE ... reuniões periódicas para podermos trocar idéias e sugestões de como estão sendo desenvolvidos os trabalhos em cada escola, onde poderíamos dar uma maior qualidade ao nosso programa</p> <p>15ª CRE ... os cursos de aperfeiçoamento e ampliar o intercâmbio entre os professores do projeto.</p> <p>16ª CRE ... mais encontros para a troca de informações e experiências.</p> <p>17ª CRE ... Mais reursos financeiros para capacitações na área da Educação Física...preparação através de capacitações que proporcionem maior integração entre os profissionais e unidades escolares envolvidas no Programa</p> <p>18ª CRE ... Cursos para os professores envolvidos no projeto... Mais encontros com outros professores para troca de experiências e intercâmbio. Contatos e visitas a unidade escolar dos coordenadores do Programa... Curso específico de como trabalhar o projeto.</p> <p>20ª CRE ... Cursos de capacitação com prazos de realizações nem tão próximos nem muito distantes um do outro. Realizar encontros micro-regionais e regional dos profissionais que estão à frente do programa... capacitar um profissional da área pedagógica para auxiliar e organizar o trabalho</p> <p>21ª CRE ... mais acompanhamento através de visitas, cursos e encontros entre professores da área, para a troca de experiências.</p> <p>24ª CRE ... continuidade nos cursos de capacitação</p>
Ancoragem: Capacitação

Idéia Central
<p>12ª CRE ... Transporte escolar para poder atender a todos os alunos mesmo porque, os alunos do interior é que tem acesso aos programas da municipalidade e de escolinhas desportivas</p> <p>16ª CRE ... garantir transporte escolar para os alunos que desejarem também participar do programa.</p> <p>24ª CRE ... , parcerias para fazer o transporte dos alunos</p>
Ancoragem: Transporte Escolar

Idéia Central
<p>7ª CRE ... questões de infra-estrutura, que por sinal afetam também as aulas de Educação Física... cobertura de quadra... pequenas reformas.</p> <p>12ª CRE ... Ampliação e adequação do espaço físico nas dependências (e fora delas) do estabelecimento.</p> <p>13ª CRE ... Recursos para a construção e manutenção de espaços esportivos (quadra, ginásio, pistas de atletismo, campo de futebol, etc...)</p> <p>18ª CRE ... Construção de quadra coberta para melhor desenvolver as atividades.</p> <p>21ª CRE ... com verba específica para melhoramentos e organização do espaço físico</p> <p>24ª CRE ... construção de quadras para a prática esportiva</p>
Ancoragem: Infra-estrutura

Idéia Central
<p>7ª CRE ... incluir o ensino médio</p>
Ancoragem: Ensino Médio

Idéia Central
<p>7ª CRE ... contratação de estagiária de Educação Física para dar apoio ao professor regente</p> <p>10ª CRE ... Carga cheia para atender o PEEE</p> <p>12ª CRE ... Articulador que acompanhe e organize intercâmbios dos professores que assumem o programa... Possibilitar a contratação de auxiliares aos professores que estiverem desenvolvendo o programa... professor articulador na região da CRE. Assistência e acompanhamento da Coordenação Regional do Programa.</p> <p>13ª CRE ... maior disponibilidade de professores para o Programa, e um articulador a nível de CRE, sendo este: professor de Educação Física (10 horas) atuando no PEEE (10 horas) e como articulador (20 horas).</p> <p>15ª CRE ... CRE deverá possuir recursos humanos para o trabalho de orientação, supervisão e realização de eventos.</p> <p>16ª CRE ... aumentar a carga horária para atender o programa, agilizar a contratação dos professores... formar uma equipe de apoio para o desenvolvimento do programa, no caso os articuladores.</p> <p>17ª CRE ... contemplar as CREs com integradores, para coordenar e executar com maior praticidade a articulação do Programa de Esporte Escolar.</p> <p>18ª CRE ... Os recursos humanos disponibilizados para o desenvolvimento do Programa são plenamente suficientes. Somente no caso de passarmos a desenvolver o Programa em outros níveis (municipal, por exemplo), necessitaríamos de um coordenador</p> <p>20ª CRE ... O professor que atender o Esporte Escolar em sua unidade escolar deverá apenas trabalhar com apenas 50% de sua carga horária nas aulas do Programa e 50% na coordenação em sua escola. Além do coordenador na unidade escolar sugiro que cada CRE tenha um profissional de Educação Física responsável pela coordenação do Programa...</p> <p>23ª CRE ... Que para a assessoria do Programa seja autorizado e pago professor no mínimo 40 horas.</p> <p>24ª CRE ... garantir a escolha das aulas do PEEE antes da Educação Física.</p>
Ancoragem: Recursos Humanos

A síntese das idéias centrais que emergiram dos registros das expressões chaves, indicaram 13 ancoragens, sejam elas: eventos, festivais e torneios, recursos humanos, alunos e turmas, artes, avaliação, implantação, capacitação, transporte escolar, ensino médio, Infra-estrutura, recursos humanos, escola integral e mudança de modalidades.

1. Relato da categoria “eventos, festivais e torneios”

... realização de eventos de pequeno porte entre as escolas... calendário de eventos já estabelecido no início do ano... verbas para locomoção e alimentação para que haja intercâmbio entre as escolas da região... nos deslocamentos para festivais... fazer festivais no final de cada semestre... para que haja mais integração... previsão de transporte para os festivais... elaborar uma programação de intercâmbio a nível de CRE... estabelecer parceria com a FESPORTE... articular promoções e encontros... é fundamental para o incentivo dos alunos que aconteça o intercâmbio entre as escolas participantes do programa, para tanto sugiro a realização de jogos dentro dos objetivos comuns do programa.

2. Relato da categoria ‘recursos financeiros’

... maior agilização na liberação de BEOs... agilizar recursos financeiros... maiores esclarecimentos de como investir... liberação de verbas no início do ano letivo... para dispor do mesmo antes de iniciar o programa... que haja descentralização com uma conta específica no nome da APP... recursos das verbas descentralizadas para o programa devem estar claras no orçamento da escola... aumentar o valor das verbas destinadas ao material esportivo... os recursos destinados especificamente ao PEEE são, desde que, corretamente aplicadas, plenamente suficientes... mas injustamente distribuídos... a distribuição seria mais justa e coerente se pudesse ser vinculada ao número de alunos participantes no programa... que a verba fosse repassada em parcelas para que pudesse suprir as necessidades conforme o desgaste ocorrido... deveriam ser mais concretos e menos burocracia... as informações cheguem aos profissionais com eficiência e clareza e tempo hábil para tomar as decisões necessárias... e que o valor por aluno seja revisto.

3. Relato da categoria “alunos e turmas”

... não limitar o número máximo de alunos por grupo... quanto a idade, ser de acordo com a modalidade... que o aluno possa participar de mais de uma modalidade... separar por faixa etária... atender o máximo dos alunos não só os de risco social.

4. Relato da categoria “artes”

... que o programa abrangesse atividades relacionadas com a área artística e teatro.

5. Relato da categoria “avaliação”

... avaliação bimestral... escola e comunidade fazer avaliação periódica do programa... para seu aperfeiçoamento é necessário a continuidade corrigindo erros.

6. Relato da categoria “implantação”

... implantação do programa já no início do ano letivo, para que não sujam problemas em relação à ocupação dos espaços físicos... às aulas de Educação Física... agilidade na implantação... maior segurança ao lançar o programa... Estado continuar investindo n o programa...

7. Relato da categoria “capacitação”

... cursos de aperfeiçoamento... capacitação e atualização dos professores, promovendo encontros locais e regionais ... possibilitando o conhecimento de outros trabalhos desenvolvidos... e a troca de experiências... capacitações que visem principalmente o relacionamento humano,,, contatos e visitas à unidade escolar dos coordenadores do programa... continuidade nos cursos de capacitação.

8. Relato da categoria “transporte escolar”

... para poder atender a todos alunos... os alunos do interior é que tem acesso aos programas da municipalidade e de escolinhas desportivas... garantir transporte escolar aos alunos que desejam também participar... parcerias para fazer o transporte dos alunos.

9. Relato da categoria “ensino médio”

... incluir o ensino médio.

10. Relato da categoria “infra-estrutura”

... questões de infra-estrutura que afetam também as aulas de Educação Física... cobertura da quadra... pequenas reformas... ampliação e adequação do espaço físico nas dependências... recursos para a construção e manutenção dos espaços esportivos... para melhor desenvolver as atividades.

11. Relato da categoria “recursos humanos”

... contratar estagiários para dar apoio ao professor regente... carga cheia para atender o PEEE... articuladores que acompanhe e organize intercâmbios dos professores... professor articulador na região da CRE... para o trabalho de orientação, supervisão e realização de eventos... agilizar a contratação de professores... os recursos humanos disponibilizados para o programa são plenamente suficientes... se passarmos a desenvolver o PEEE em outros níveis, necessitaríamos de um coordenador... coordenador na unidade escolar... garantir a escolha de aulas no PEEE antes da Educação Física.

12. Relato da categoria “escola integral”

... projeto desenvolvido por turno escolar, escola em tempo integral.

13. Relato da categoria “Mudança de modalidade”

... dar autonomia ao coordenador para mudar as modalidades esportivas conforme o interesse dos alunos envolvidos e períodos do ano letivo.

Na apresentação das respostas dos professores de 2002, neste estudo, não foram incluídas as expressões chaves devido ao excessivo volume dos documentos, somente foram apresentadas as idéias centrais e as ancoragens que emergiram dos depoimentos. Após a síntese das idéias centrais foram elaborados os relatos de

cada categoria. Considerando que as ancoragens nos documentos de 2001 e 2002 se repetem e que a análise da pesquisadora de 2001 contempla as ancoragens de 2002, optou-se pela análise descritiva das ancoragens neste segundo momento, verificando a frequência com que estas ocorreram. Este procedimento permitiu identificar os aspectos de maior preocupação e urgência para as pessoas que participaram da ação, exigindo solução pontual para a melhor efetivação dos objetivos propostos pelo PEEE. A partir da identificação das categorias com maior frequência, foi analisado o significado de cada manifestação a partir do registro dos professores e percepção da pesquisadora. As questões analisadas apresentaram as seguintes ancoragens:

Na primeira pergunta, quanto à implantação do PEEE pelas CREs, emergiram oito ancoragens relacionadas com a capacitação, inclusão, avaliação, festivais esportivos, BEOs e Projeto SERIE/SED, divulgação e seleção, visitas as UEs e orientação e, ainda, encontros.

Na segunda, quanto aos fatores positivos de implantação, emergiram sete ancoragens relacionadas com os cuidados com o patrimônio público, inclusão, aprendizagem e prática motora, material esportivo e carga horária, valores éticos, mudança de atitudes pelo aumento de interesse e socialização.

Na terceira, quanto aos fatores negativos, emergiram dez ancoragens relacionadas com os recursos financeiros, recursos humanos, capacitação, divulgação e orientação, espaço físico, inclusão, transporte escolar, festivais e eventos e, projetos paralelos.

Na quarta, quanto às dúvidas, emergiram sete ancoragens relacionadas com a frequência, participação, articuladores, princípios, recursos financeiros, continuidade e eventos.

Na quinta, quanto ao comprometimento dos professores, emergiram seis ancoragens relacionadas com a integração, motivação para novas aprendizagens, comprometimento e apoio, valorização do professor, participação do professor, família, participação dos alunos e ampliação das possibilidades de ação.

Na sexta, quanto à receptividade e participação dos alunos, emergiram oito ancoragens relacionadas com a participação dos alunos, engajamento em atividades diferentes, valorização do aluno, aprendizagem e prática esportiva, eventos, inclusão e transporte.

Na sétima, quanto à interação escol/professores/alunos, emergiram quatro ancoragens relacionadas com a integração do programa na escola, mudança de atitudes, relações interpessoais e intercâmbio externo.

Na oitava, quanto à reação da comunidade, emergiram cinco ancoragens relacionadas com a integração e intercâmbio externo, eventos, difusão de informação, avaliação e inclusão.

Na nona, quanto às parcerias públicas e privadas, emergiram oito ancoragens relacionadas com o espaço físico, alimentação, sem parceria, material esportivo, camisetas e bonés, eventos, transporte e voluntariado.

A décima, décima primeira e décima segunda perguntas por não fazerem parte do objeto desta pesquisa, não foram analisadas.

Na décima terceira, quanto às sugestões de melhoria, emergiram onze ancoragens relacionadas com os eventos, festivais e torneios, recursos humanos, alunos e turmas, artes, avaliação, implantação, capacitação, transporte escolar, ensino médio, Infra-estrutura, recursos humanos, escola integral e mudança de modalidades.

A frequência com que algumas ancoragens relacionadas a uma mesma categoria emergiram e em diferentes situações foi um dado relevante, comprovado pelas expressões:

- **inclusão e participação** que apareceram em seis respostas das dez perguntas analisadas. Essa manifestação demonstrou uma preocupação quanto aos esclarecimentos sobre como fazer a inclusão de alunos de risco social, de alunos de outras escolas, de alunos sem transporte, bem como dos que já participavam de outros projetos, democratizando a participação. Demonstrou também a satisfação dos alunos e professores pela valorização dos alunos, com acompanhamento individual, promoção da auto-estima, de si e do outro e, pelo simples fato de praticarem uma modalidade esportiva de sua livre escolha. Outro fator de satisfação foi a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas atividades esportivas.

- **eventos esportivos** que apareceram em seis respostas das dez perguntas analisadas. Essa manifestação demonstrou uma preocupação dos professores quanto à desmotivação dos alunos pela não realização de eventos na escola e quanto ao financiamento e execução dos mesmos. Por outro lado, os professores reafirmaram a importância dos eventos esportivos para as escolas, que os realizaram efetuando parcerias com a comunidade e instituições públicas ou privadas.

- **aprendizagem e prática motora** que apareceu em quatro respostas das dez perguntas analisadas. Essa manifestação demonstrou a satisfação dos professores por aplicarem uma prática pedagógica diferenciada, mais dinâmica e prazerosa, contribuindo para uma formação específica, que se inicia com a descoberta do gosto pela prática do esporte.

- **recursos financeiros** que apareceu em quatro respostas das dez perguntas analisadas. Essa manifestação demonstrou a satisfação dos professores quanto a aquisição de material esportivo de qualidade e em quantidade suficiente, fato inédito na história da educação de Santa Catarina, apesar dos problemas relacionados aos trâmites burocráticos da SED. Porém, a maior de todas as satisfações foi a deles terem a certeza de que haveria continuidade na destinação dos recursos financeiros por aluno/ano, principalmente para a aquisição de material esportivo.

- **transporte escolar** que apareceu em quatro respostas das dez perguntas analisadas. Essa manifestação demonstrou a insatisfação geral porque a falta de transporte escolar extraclasse prejudicou o acesso dos alunos às atividades. E, também, pelo fato de que quando este era ofertado suas condições eram de precariedade dos ônibus. Por outro lado, onde as parcerias foram efetivadas este problema foi solucionado localmente.

- **mudança de atitudes** que apareceu em três respostas das dez perguntas analisadas. Essa manifestação foi um dos aspectos positivos apontados pelos professores, uma vez que melhorou a aprendizagem dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento, melhorou os cuidados com o patrimônio escolar, melhorou o comportamento dentro e fora da sala de aula, aumentou o interesse e o desempenho em outras atividades e, ainda, o prazer do retorno desses alunos à escola em outro período.

- **capacitação** que apareceu em três respostas das dez perguntas analisadas. Essa manifestação demonstrou a preocupação dos professores com a qualidade da educação e com a melhoria da sua formação específica. Isto ficou evidente pelo fato de que das 26 CREs somente 10 realizaram capacitações descentralizadas no ano de 2002. Esta informação foi reforçada como aspecto negativo do programa na questão

específica respondida por eles. Por outro lado nas regiões onde ocorreram essas capacitações específicas houve satisfação por parte dos professores, por ser este um fato inédito na educação de Santa Catarina.

- **avaliação do processo** que apareceu em três respostas das dez perguntas analisadas. Isto demonstrou a preocupação dos professores com a avaliação do programa pelos órgãos gestores e pela comunidade local. A difusão e informação para fortalecimento e sustentabilidade do programa pela comunidade local foi outro aspecto considerado, assim como a sua continuidade.

- **articulador e visitas as escolas** apareceu com uma preocupação relacionada ao acompanhamento do processo de implementação do programa a fim de evitar a rotatividade e falta de compromisso dos profissionais envolvidos, oriundos de outras áreas.

- **remuneração e aumento de carga horária** apareceu como satisfação pois melhorou a condição financeira dos envolvidos, além de valorizá-los profissionalmente.

- **integração e comprometimento** entre professores, fortalecimento das relações interpessoais entre alunos, professores e direção, integração com a comunidade local apareceram como aspectos positivos do programa.

- **falta e limitação das vagas** somente para alunos matriculados, apareceram como aspectos negativos do programa.

- **existência de projetos paralelos** que remuneram as famílias apareceu como fator concorrente, como por exemplo o PETI – Programa de erradicação do trabalho infantil, que remunera as famílias.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do impacto do PEEE no Estado de Santa Catarina mostrou como o Esporte Escolar aconteceu no estado como um todo e em cada escola especificamente. O modelo de implementação criado possibilitou verificar que o processo teve sucesso mesmo com um baixo investimento. Ao descentralizar as decisões, as escolas exercitaram a autonomia de gestão, e contribuíram para a inclusão social. Ao analisar as fontes de pesquisa através do tempo, e considerando a legislação atual, este estudo mostrou que o Sistema de Ensino de Santa Catarina, a partir na Constituição Cidadã, atendeu em parte a indicação constitucional. Ao ofertar o Programa Escola Aberta aos finais de semana atende aos aspectos informais da prática esportiva, e, ao incluir a Educação Física no Programa da Escola Pública Integrada – EPI, atendendo a aproximadamente 80 escolas em 2005, desconsiderou as especificidades do PEEE e a sua capilarização que já atendia a 419 escolas em 2003.

Ao suspender as ações do PEEE, em 2004, repetiu uma prática usual na política do esporte escolar catarinense. Na década de 80, a estrutura constituída na SED, e que procurou conciliar as demandas do esporte escolar nas escolas com os eventos esportivos, foi desativada em 1993. Ao adequar-se à legislação esportiva – Lei Zico, criou dispositivos para atuação extra-classe com a Portaria 007/93. Não durou 2 anos, e a partir deste momento, a prática esportiva na escola reduziu-se ao espaço permitido pela concepção histórico-cultural numa abordagem multidisciplinar, e com todos os extremismos de implantação de uma nova vertente teórica.

O registro dos professores, das suas falas e nas suas percepções em relação às falas dos alunos quanto à descontinuidade das ações do esporte escolar,

reflete a preocupação e um sentimento de conformismo, manifestando a descrença e uma certa apatia com a falta de continuidade. Este comportamento é reflexo da constante suspensão dos programas e ações acima descritos, em decorrência da alternância de concepções em relação ao esporte escolar – prática esportiva escolar e eventos esportivos, onde um exclui o outro, quando deveriam ser complementares. Neste sentido, o Sistema Catarinense de Esporte elaborou proposta de regulamentação do artigo 87, da Lei Complementar 170, do Sistema de Ensino de Santa Catarina, em 2004, não tendo sido homologado até o presente momento. Esta regulamentação definiria áreas de atuação e responsabilidades de ambos os sistemas, garantindo a continuidade das ações. Outra indicação desta pesquisa é a necessidade de integrador do esporte escolar em cada regional da educação, responsável exclusivamente pelo esporte educacional, de forma que esta função não seja mais atribuição do integrador esportivo da FESPORTE.

A cedência dos professores do sistema de ensino ao sistema esportivo para atuarem como integrador esportivo é fundamentada nas ações do esporte educacional daquela fundação. Considerando que estas são minimizadas, devido à repercussão dos demais eventos de rendimento e participação do calendário anual da FESPORTE, o esporte escolar se reduz, novamente, à disponibilidade dos professores das escolas em suas horas livres. Outro aspecto fundamental é o perfil do profissional para atuação em cada uma das atribuições, devido a exigências específicas em cada uma das funções. Desta forma, são imprescindíveis as estruturas para gestão na SED e a rede descentralizada para o esporte escolar no sistema de ensino.

Outra conclusão a que se chegou foi que as atividades do PEEE, pela sua continuidade, oportunizaram diferentes formas de vivências, que provocaram mudanças de atitudes e comportamentos no fazer cotidiano da comunidade escolar. O êxito da

implementação do Esporte Escolar, como via de inclusão social, depende da ruptura com velhos paradigmas que se constituem nas chamadas resistências ao novo, sejam estas no âmbito das instituições, por parte dos gestores, dos professores, ou ainda, das instâncias governamentais responsáveis pelas decisões.

Sintetizando, a implantação e implementação de um Programa Estadual de Esporte Escolar, depende de um projeto coletivo com ações coordenadas, com a participação de todos os envolvidos e a vontade política para sua concretização. Que, a exemplo da cultura esportiva de eventos de rendimento, que se desenvolve no Estado há mais de 40 anos ininterruptamente, institua-se uma cultura do Esporte Escolar e que esta seja assegurada pela continuidade em toda rede pública de ensino fundamental e médio.

Os dados levantados por esta pesquisa possibilitaram concluir, ainda, que as ações em relação ao esporte escolar, tanto no âmbito estadual como federal, ocorrem de forma fragmentada e pontual, ao contrário da concepção do desenvolvimento pleno ao qual é inerente o conceito de processo. Uma aplicação processual do esporte escolar é importante para o desenvolvimento integral das pessoas.

O presente trabalho deixou evidente e estudos científicos afirmam que a relação entre a prática esportiva e a melhoria da qualidade de vida das pessoas é condição essencial para o desenvolvimento humano. A garantia de acesso ao esporte, prioritariamente à população carente e aos marginalizados, poderá ser um poderoso instrumento de inclusão social, considerando sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo e na formação da cidadania, favorecendo sua inserção na sociedade e ampliando sobremaneira suas possibilidades futuras.

O número de alunos atendidos, escolas contempladas e profissionais remunerados pela sua atuação com a prática esportiva, atingiu a meta prevista nos três

anos e certamente, neste ano de 2006, todas as escolas do ensino fundamental estariam integradas ao PEEE, podendo-se partir para o atendimento do Ensino Médio. Esta previsão, no entanto, possuía uma limitação e esta esteve presente em relação ao esporte escolar, como está em relação à escola integrada, e à universalização da educação básica: o espaço físico. Mas, em relação à atividade física e à prática esportiva nas escolas, existe mais um agravante. Os reduzidos espaços disponíveis estão levando os projetos de ampliação das escolas a ocuparem os espaços destinados à prática da atividade física e do esporte escolar.

Se na questão da universalização do acesso à escola e ampliação da jornada, considerar-se o esporte como um direito de todos, e sendo a prática esportiva uma condição essencial para o desenvolvimento da inteligência motora e fator que favorece o relacionamento interpessoal, este é fundamental para a vida em sociedade, passando a convivência esportiva na escola a ser considerada ideal para a vida. Desta forma, é indicado que os professores de Educação Física e a comunidade escolar consigam manter e preservar os espaços necessários à formação integral dos alunos, com a regulamentação desta questão, no artigo 87.

Cabe ao Estado garantir e multiplicar a oferta de atividades físicas, esportivas, competitivas e de lazer a toda a população, incluindo aí a escolar. Deve, também, incluir as questões relativas aos portadores de necessidades especiais, aos menos favorecidos economicamente e aos que possuem menor habilidade para esta prática. Desta forma, o esporte poderá promover ações voltadas à igualdade de oportunidades, redução de preconceitos e discriminações culturais, como as que atingem os negros, os índios, os deficientes e as próprias mulheres das camadas mais pobres, favorecendo sua integração, para o desenvolvimento humano e promoção da inclusão social.

As capacidades básicas para o alcance do desenvolvimento humano sustentável são as de conduzir a vidas longas e saudáveis, ter acesso ao conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para manter um padrão de vida decente e poder participar na vida da comunidade. No que se refere ao esporte, este é uma estratégia que pode contribuir para este desenvolvimento e para a paz, nesta época de violência, por meio de uma integração, sem risco da perda de identidade, onde seja exercitada a tolerância, a liberdade, dentro dos princípios democráticos de convivência, a prevenção de conflitos e a resolução pacífica dos mesmos.

Com base nestes mesmos princípios democráticos foram conduzidos os debates quanto à intervenção profissional nas aulas de Educação Física e nas aulas do Esporte Escolar. Porém, neste curto processo não houve consenso, nem foi possível identificar qual vertente teórica daria sustentação para a intervenção de todos os professores ou que satisfizesse a todos na busca e uma unidade pedagógica. Este fato foi considerado extremamente positivo, pois apesar da suspensão dos encontros para discussão das questões pedagógicas, o debate suscitado e as questões sem resposta deixaram muitas dúvidas para os professores, que certamente continuam na busca de soluções para sua prática pedagógica em contextos diferenciados.

De acordo com a avaliação dos professores, as mudanças de comportamento decorrentes da aproximação entre as pessoas e das relações que o PEEE possibilitou no espaço escolar foram manifestadas nas disposições e atitudes dos alunos no cotidiano escolar, na integração entre os professores de diversas áreas, na direção da escola, no interesse e integração da comunidade escolar, e nas parcerias da iniciativa pública e privada. Portanto, cabe à SED facilitar a possibilidade das escolas estudarem alternativas e proporem planos, programas,

projetos, medidas e iniciativas que favoreçam a prática do esporte escolar, dentro dos princípios da descentralização e autonomia.

Para que haja uma gestão democrática, participativa e de controle social, há que se ter política pública nacional que garanta a prática do esporte em todas as suas manifestações. Para isso, é fundamental que haja articulação entre as esferas de governo (União, Estados e Municípios); os poderes (Executivo e Legislativo); as entidades esportivas, e a sociedade, de forma que todos trabalhem em torno de objetivos comuns. Só assim serão evitadas duplicações das ações e a fragmentação dos recursos, de modo a favorecer a continuidade dos programas. É fundamental que os profissionais da área de Educação Física, os alunos e a comunidade possam influir nas decisões e fiscalizar a forma com que são realizadas as ações.

Finalizando, recomenda-se às instituições integrantes do Sistema Nacional de Ensino e do Sistema Brasileiro do Esporte que, além de democratizar o acesso à informação e de realizar capacitações para gestores, se planeje estrategicamente o esporte escolar em âmbito nacional, estadual e/ou municipal e que se crie uma fonte específica de financiamento do esporte escolar no orçamento regular do MEC. E que esses recursos sejam descentralizados para as escolas. Isto permitirá que se consolide o esporte escolar como uma questão nacional; se revise o ordenamento legal e o financiamento; se reorganize o esporte escolar por meio da definição das competências da União, Estados e Municípios; se garanta o desenvolvimento de pesquisas sobre o esporte escolar e investimentos nos laboratórios de ciências do movimento e desenvolvimento humano; se garanta a obrigatoriedade da existência de instalações e materiais esportivos de qualidade em todas as escolas; se amplie o período de utilização do espaço físico escolar, pelos alunos e pela comunidade, por meio da oferta das condições mínimas necessárias para a prática esportiva; se inclua as ações de esporte escolar no projeto pedagógico da escola e se amplie o quadro de profissionais de Educação Física formados, valorizando-os.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F.D.M. Competências na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 1991.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; Gewandsznajder, Fernando. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo. Pioneira, 1998.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre. Artes Médicas, 1996.

BORG, Walter R. Educacional Research: An Introduction. Fifth Edition. Longmann. New York, 1989.

BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Institui Normas Gerais Sobre o Desporto - Lei nº 9615/98, de 24 de março de 1998. Publicado no D.O.U. de 25 de março de 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90, 1000 exemplares, 120 pgs, 1994, Florianópolis/SC, EDEME Indústria Gráfica e Editoração.

BRASIL, Uma Nova Política Para o Desporto Brasileiro – Esporte Brasileiro Questão de Estado. Relatório Conclusivo, Comissão de Reformulação do Desporto. Secretaria de Educação Física e Desportos, Ministério da Educação. Dezembro de 1985.

COPETTI, F. & KREBS R. J. As Propriedades da Pessoa na Perspectiva do Paradigma Bioecológico. In Koller, S. H. (org). Ecologia do Desenvolvimento Humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. pg. 67-89.

CURY, Carlos Roberto Jamil. revista@cedes.unicamp.br. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e membro do CNE.

Conselho Estadual de Educação, disponível em 15 de setembro de 2005, em: <http://www.cee.sc.gov.br>

Conselho Nacional de Educação, disponível em 15 de setembro de 2005, em: <http://www.cne.gov.br>

DELORS, Jacques (coord.). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4.ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: MEC, UNESCO, 1999.

EASTON, D. A System Analysis of Political Life. New York: Wiley, 1965.

EASTON, D. The political system. New York: Wiley, 1953.

HAM, Christopher; HILL Michael. The *policy process* in the modern capitalist state. Londres, 1993.

HECLO, H. Review article: policy analysis. British Journal of Political Science. 1972.

HILL, M. New agendas in the study of the *policy process*. Harvester Wheatsheaf, Great Britain, 1993.

IBGE, Censo Demográfico 2000.

IBGE, Censo Demográfico e Políticas Públicas, disponível em 16 de junho de 2005, em <http://www.ibge.gov.br/censo/censopolitica.shtm>

WILDAVSKY, A. Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis. Boston, 1979.

MACRI, Mariela. Descentralización educativa y autonomía institucional. OEI - Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681 -5653), 2006.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza; Progestão: como articular a função social da Escola com as especificidades e as demandas da comunidade? módulo I / Sonia Teresinha de Sousa Penin, Sofia Lerche Vieira; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. – Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MELO FILHO, Álvaro. Direito Desportivo Atual. Rio de Janeiro. Forense, 1986.

SANTA CATARINA. Lei do Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Lei Complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998. Publicado no D.O./SC de 07 de agosto de 1998.

SANTA CATARINA. Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina. LEI nº 9.808, de 26 de dezembro de 1994. Publicado no D.O.U. de 26 de dezembro de 1994.

SANTA CATARINA, II Fórum Catarinense de Desporto e Lazer, disponível em 14 de junho de 2005, em <http://www.ced.sc.gov.br/foruns/2forum.htm>

SANTA CATARINA, Portal SED, disponível em 10 de junho de 2005, em <http://weblinux.ciasc.gov.br/serienet/servlet/com.ciasc.serieedu.hinicial>

SANTA CATARINA, Conselho Estadual de Desportos - CED. 2005. Disponível em

www.ced.sc.gov.br, em 14 de junho de 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares. Florianópolis. COGEN, 1998. 244 p.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Decreto 13.000, de 15 de dezembro de 1980.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Portaria 007/SEC/93.

SANTA CATARINA, Política Estadual de Desportos – Integrar – Modernizar – Consolidar, 1994. 73 páginas. IOESC.

ANEXOS

ANEXO I

HISTÓRICO DOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA (JASC)

Os Jogos Abertos de Santa Catarina foram criados em Brusque pelo desportista e empresário brusquense Arthur Schlösser e tiveram sua primeira realização em Brusque no período de 7 a 12 de agosto de 1960. Em 1956, Arthur Schlösser esteve em São Paulo colhendo informações e inteirando-se dos Jogos Abertos do Interior, que são realizados anualmente no estado de São Paulo, com a finalidade de criar em Santa Catarina uma competição semelhante. Em 1957, 1958 e 1959 Arthur Schlösser custeou parte da ida das equipes da Sociedade Esportiva Bandeirante de Brusque aos Jogos Abertos do Interior, nas cidades paulistas de São Carlos, Piracicaba e Santo André, a fim de obter mais subsídios para que tivesse reais condições de criar os Jogos Abertos de Santa Catarina. Na cidade de São Carlos em 1957 os dirigentes brusquenses mantiveram na Comissão Central Organizadora contato com Baby Barioni que fundou no ano de 1936 na cidade paulista de Monte Alto os Jogos Abertos do Interior. Neste encontro os dirigentes brusquenses expressaram a Baby Barioni que na cidade de Brusque Arthur Schlösser pretendia realizar uma competição nos moldes dos Jogos Abertos do Interior. Além de fornecer regulamento, formulários e material, Baby Barioni nos solicitou que incentivássemos e auxiliássemos Arthur Schlösser a criar os Jogos Abertos em Santa Catarina. Desde 1957 Arthur Schlösser Vinha mantendo entendimentos e reuniões com desportistas e autoridades brusquenses para a fundação dos Jogos Abertos de Santa Catarina, incluindo sua primeira disputa no ano de 1960 como parte integrante oficial das comemorações do Centenário de Brusque. Em 1958, 1959 e até o início dos primeiros JASC, as reuniões, comandadas por Arthur Schlösser - eleito Presidente da CCO - Comissão Central Organizadora - foram sendo realizadas regularmente, inicialmente no escritório de Arthur Schlösser, depois na S.E. Bandeirante, e por fim na sede da CCO no 1º andar do Edifício Centenário no centro de Brusque. O grande mérito de Arthur Schlösser não ficou tão somente na criação dos Jogos Abertos de Santa Catarina, mas sim na sua dedicação e consideráveis gastos para que a

competição não sofresse solução de continuidade. Arthur Schlösser, "Pai dos Jogos Abertos de Santa Catarina" nasceu em Brusque em 26-5-1916 e faleceu em 28/10/1969. Casou com Regina Scheidemantel, e teve os filhos Roberto (já falecido) e Elisa. Foi Presidente da Sociedade Esportiva Bandeirante - onde foram realizados em 1960 os primeiros Jogos Abertos de Santa Catarina, e sempre participou de sua Diretoria e Conselho Deliberativo. Arthur Schlösser jogou futebol no Sport Club Brusquense, depois Clube Atlético Carlos Renaux. Foi atleta da S.E. Bandeirante de Brusque nas modalidades de ginástica, punhobol, tênis, voleibol e basquetebol. Participou da criação e incentivou o intercâmbio com Clubes de São Paulo, Joinville e Blumenau através da S.E. Bandeirante. O Ginásio de Esportes da S.E. Bandeirante, inaugurado por ocasião dos VI Jogos Abertos de Santa Catarina realizados em 1965 em Brusque, foi iniciativa de Arthur Schlosser que destinou substancial auxílio para sua construção, não tendo Arthur aceitado que fosse colocado o seu nome ao Ginásio de Esportes, conforme era desejo da Diretoria e do Conselho Deliberativo da S.E. Bandeirante. Arthur Schlosser Foi Presidente do Rotary Clube de Brusque na gestão 1955/1956, sendo formado em fiação tecelagem, iniciando em 1-10-1941 suas atividades na Cia. Industrial Schlosser, aonde chegou a ocupar o cargo de Superintendente. (Brusque (SC), 28/05/98 = Rubens Facchini = 99817474 e (047) 351-3193.

HISTÓRICO DO FOGO SIMBÓLICO

Sendo Divindade, que provinha das forças naturais, era adorado e sua conservação, eram encargos dos sacerdotes, das virgens sacerdotisas nos Templos Sagrados e como Divindade deviam estar presentes em todas as manifestações religiosas, sociais, bélicas e esportivas. Na Grécia, a Divindade do Fogo era representada pelo deus Zeus e o seu templo foi construído em Olímpia, cidade situada no Peloponeso, às margens do rio Alfeu, na parte meridional grega. As Olimpíadas, primeiro gênero de competições esportivas de que a humanidade tem conhecimento, foram criadas na Grécia, eram destinadas exclusivamente aos atletas gregos (aos estrangeiros não era permitido a participação),

constituíam-se de corridas a pé, corridas a pé com equipamentos de guerra, corridas a cavalo, lutas a mãos livres, lutas com armas e se desenrolavam em três dias de competições, que se repetiam de quatro em quatro anos. Tinham o condão de suspender as guerras e os vencedores recebiam como prêmio uma coroa de Louros, e eram considerados heróis na sua cidade natal, que deles muito se orgulhava. Desde as primeiras (ano 776 a.C.) que se tem notícia, todas eram realizadas no "stadium" presidindo o desenvolvimento das competições Olímpicas. As Olimpíadas da era moderna, restabelecidas pelo Barão de Coubertain, foram realizadas pela primeira vez na capital grega, Atenas, no ano de 1896, e vem se repetindo, também de quatro em quatro anos nos países dos cinco continentes. Como nas Olimpíadas primitivas, o Fogo Olímpico também está presente nas da era moderna; todavia, a partir de 1936 quando as Olimpíadas foram realizadas em Berlim, o Fogo Olímpico tem sido trasladado em revezamento humano desde o Monte Olimpo (em Olímpia - na Grécia) até a cidade sede dos Jogos Olímpicos. Lá no Monte Olimpo, nas ruínas do Templo de Zeus, em importante cerimonial litúrgico, o Fogo Olímpico é aceso por meios naturais, utilizando-se espelho convexo, no qual refletem os raios do sol, que provocam tal calor que incandesce e acende a Tocha Olímpica. Em 30 de março de 1996, após o Acendimento em Olímpia, o Fogo Olímpico da Olimpíada de Atlanta percorreu durante uma semana as principais cidades gregas onde era festiva e calorosamente recepcionado, até chegar em 6 de abril de 96 na capital Atenas para as festividades no estádio Panatenaico dos 100 Anos dos Jogos Olímpicos da era moderna.

ANEXO II

PLANO DE AÇÃO 2000

Origem: II Fórum Catarinense de Desportos

No biênio 1999/2000, o Conselho Estadual de Desportos iniciou a concretização das metas definidas no I Fórum Catarinense de Desporto, realizado no ano de 1997, em Florianópolis. Para tal algumas medidas eram necessárias: adequação do Sistema Esportivo Estadual à nova legislação; reestruturação do Conselho Estadual de Desportos; e revisão da Política Estadual de Desporto, elaborada em 1994. Em 1999 várias entidades de administração e prática do desporto participaram do "Comitê de Revisão da Política Estadual de Desportos". O resultado foi a elaboração do documento prévio da Política Estadual de Desportos de SC. Como conclusão foi apresentado o Plano de Ação 2000/2001, onde, a primeira ação é a descentralização das discussões em fóruns regionais. Para garantir a participação de todos os catarinenses na construção efetiva do documento e o comprometimento na concretização das ações, o CED se fez presente em cinco reuniões promovidas pela Fesporte no mês de março de 2000, desencadeando a descentralização do processo de discussão para a formulação das Políticas Regionais. Os Fóruns Regionais aconteceram no mês de outubro, nas quatro regiões esportivas do estado, nas cidades de Joinville com 56 participantes, Chapecó com 117 participantes, Tubarão com 67 participantes e Curitiba com 40 participantes. E, nos dias 9 e 10 de novembro, os trabalhos culminaram no II Fórum Catarinense do Desporto e Lazer, em Balneário Camboriú, totalizando a participação de aproximadamente quinhentos profissionais. Neste documento apresentamos as metas elencadas pelos Grupos de Trabalho e o Plano de Ação proposto pelos mesmos. Faz-se necessário registrar que os trabalhos só foram possíveis pela ação conjunta da SED, CED e Fesporte, tanto nas fases regionais como na estadual, e que o apoio financeiro da CODESC foi decisivo para a sua viabilização. Apesar de todas dificuldades encontradas, os fóruns mostraram-se esclarecedores para a grande maioria e motivadores para ações conjuntas na solução das questões do desporto em Santa

Catarina. Foi dado o primeiro passo na direção da auto-sustentabilidade do sistema desportivo como um todo, mas a continuidade dos trabalhos em fóruns microrregionais no próximo ano é imprescindível. E este, é um dos objetivos do CED.

JUSTIFICATIVA: Os Fóruns justificam-se pela necessidade de oferecer informações pertinentes à estrutura e ao funcionamento do desporto no estado, promover debates que legitimem as propostas para as Políticas Regionais e Estadual e que definam os rumos do Desporto a curto, médio e longo prazo.

OBJETIVOS: Desencadear processo de discussão em todas as regiões, culminando com a realização do Fórum Estadual de Desportos e Lazer nos dias 09 e 10 de novembro de 2000; Informar os dirigentes esportivos, autoridades constituídas e demais interessados a estrutura e funcionamento do desporto nacional e estadual; Definir metas, rumos do desporto no estado, prioridades para as regiões e responsabilidades por área de atuação.; Municipalização do Desporto, descentralizando as discussões, decisões e responsabilidades, sem perder o sentido de unidade.

PÚBLICO ALVO: Prefeitos Municipais, Vereadores, Secretários Municipais de Esporte e de Educação, Coordenadores de Cre's, Diretores, Gerentes e Integradores Desportivos da Fesporte, Profissionais de Educação Física, Conselheiros Tutelares, Assistentes Sociais das Secretarias da Família e Serviços Sociais.

RESULTADOS: PLANO DE AÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DESPORTIVA

META 1 - Investimento em infra-estrutura			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
- Realização de eventos de grande porte - Maior público	Conseguir junto aos órgãos federais e estaduais, verbas existentes para construção do Centro Olímpico	Projetos a partir de 2001	Governo federal, o estado, o município e iniciativa privada
META 2 – Capacitação			
- Qualificação profissional - Visão empreendedora	- Oportunizar cursos de especialização - Gestão esportiva, gerenciamento de marketing	2001 - 2002	CED Fesporte Universidades

META 3 - Veículo de comunicação especializado			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Informativo Divulgação Marketing	Criação de um jornal especializado	Implantação por etapas	Instituições envolvidas Parceiros de negócios Entidades privadas
META 4- Formação de entidades privadas regionais			
Garantir eventos Descentralização	Criação de ligas nas diversas modalidades	Quando quisermos	Assessoria de CED/ Fesporte

PLANO DE AÇÃO - DESPORTO ESCOLAR

META 1: - Obrigatoriedade de no mínimo três aulas semanais de Educação Física para o diurno e duas para o noturno, em todos os níveis de ensino público e privado. - A inclusão da Educação Física como disciplina obrigatória para todos os cursos, em todos os níveis e turno de funcionamento da rede de ensino.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Para que toda população escolar tenha acesso à atividade física sem exclusão	As escolas dispo de local, material didático e profissionais preparados para tal, de forma que a opção seja o retorno da Ed. Física no noturno com qualidade e quantidade suficientes. Com relação ao ensino Médio, utilizar a parte diversificada - Capacitação adequada para os professores atuarem no ensino noturno - Conscientização da sociedade sobre a importância da atividade física para essa população	A partir de 2001	Todos os níveis o ensino público e privado SED CEE MEC
META 2: - Para prestar concurso público o professor deve estar registrado no CREF/SC O técnico responsável pelas equipes participantes de eventos esportivos deverá ser registrado no CREF/SC.			
- A estabilidade inerente ao concurso público que não exige o registro e ampara os maus profissionais - Melhorar a qualidade na prestação de serviços ofertados pela categoria		Alteração do edital de concurso público, solicitando a carteira de registro no CREF/SC Conscientização da categoria profissional Tem que ser critério estar registrado no CREF para prestar concurso público e para atuar na escola como ACT	
META 3: - Criar a função de integrador pedagógico/desportivo para orientação do ensino da Educação Física e o desporto escolar nas CRE's.			
Profissional qualificado para a função de integrador/animador cultural de atividades integradoras com o desporto	Conscientizar o sistema educacional desta necessidade Selecionar profissional com perfil adequado	A partir de 2001	SED

META 4 - Destinar carga horária específica para atividades extra-classe, como o desporto escolar.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
O professor não dispõe de horário para atuar num programa de esporte escolar a partir da fase municipal	- Levantamento de profissionais com carga horária ociosa ou em desvio de função com condições de assumirem projetos extra-classe de desporto escolar - Complementação da jornada de trabalho até a regência de classe (32h) ou carga cheia (40h)	A partir de 2001	SED
META 5 - Cursos de capacitação docente na área de Educação Física Escolar.			
Qualificar os profissionais para melhor atuação nas suas áreas de preferência e necessidades da comunidade escolar	A CRE deverá possibilitar esta capacitação no seu programa de capacitação descentralizada Concluir a primeira fase de capacitação da Proposta Curricular de SC, para então iniciar a segunda fase de capacitação, contemplando também o desporto escolar	A partir de 2001	SED e CREs
META 6 - O programa de ensino de Educação Física Escolar deve ser organizado pelo grau de complexidade, devendo ser comum em toda rede de ensino fundamental e médio.			
Garantir o acesso a conteúdos básicos que possibilitem à população escolar optar por atividades físicas informais que lhes sejam prazerosas nas suas horas de lazer	Proposta de conteúdos mínimos a serem ministrados por série, sugeridos pela SED Adequação de materiais e de instalações	· A partir de 2001	· SED
META 7 - Levantamento criterioso do material didático de Educação Física enviado às escolas.			
- Dificuldade em localizar o material do suprimento automático enviado às escolas - Quando localizado, a baixa qualidade do material adquirido pela SED	· Rever todo o processo de licitação, compra e distribuição do material esportivo enviado às escolas	· JÁ	SED CED Direções de escolas

META 8 - Levantamento com relação aos espaços físicos para a prática da Educação Física, restaurar os espaços inadequados e criar espaços onde esses não existem.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Necessidade de diagnóstico dos espaços físicos já construídos e áreas disponíveis para adequação das instalações	- Cronograma de ações por ordem de prioridade regional, período de execução, e esfera administrativa responsável	- A partir de 2001 até 2006	MET SED FESPORTE MUNICÍPIOS
META 9 - Desporto escolar com a participação de todos os alunos da escola, independente de série ou sexo, incentivando a formação de equipes e participação de todos os setores. - Jogos escolares com a cara da escola.			
- Para motivar e comprometer toda a escola, não só com o desporto escolar, mas com todas atividades extra-classe - Ampliar a jornada escolar	- Partindo da Educação Física Escolar, diagnosticar a realidade de cada escola e ampliá-la, na sua infra- estrutura de espaços físicos, material didático e recursos humanos. - Organizar um programa de esporte escolar, Municipal, Regional e Estadual	JÁ	- Participação de todos os alunos da escola, professores e comunidade, não só os professores de Educação Física, mas integrar os demais professores da escola - Buscar recursos financeiros através de projetos do MET
META 10 - O desenvolvimento do desporto escolar fica a critério da SED, via projeto da escola.			
O Desporto Escolar é continuidade do processo educacional vivenciando na escola, nas aulas de Educação Física Escolar, apesar de acontecer extra-classe	Via projetos das Unidades Escolares Equipe na DIFE que assuma essa questão desde a fase escolar dos JESC	A partir de 2001	SED Unidades Escolares
META 11 - No ano 2001, investir os recursos públicos destinados ao desporto escolar em capacitação e material didático das escolas públicas.			
A atual realização das fases micro, regional e estadual dos JESC, salvo raras exceções, não representa um trabalho efetivamente realizado dentro das Unidades Escolares do ensino público. É o coroamento do trabalho realizado por prefeituras em parceria com clubes, federações e escolas particulares (sistema privado)	Investindo prioritariamente no desporto escolar nas fases escolar e municipal da rede pública Estruturando as Unidades Escolares para oferecerem uma Educação Física Escolar e um Desporto Escolar com diversidade de opções, garantia de continuidade e possibilidades de aperfeiçoamento	Em 2001	SED Unidades Escolares

META 12 - Realizar a fase municipal até junho, e a fase micro regional em setembro de 2002, mantendo sempre a fase da escola.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Já poderá haver um motivo para festejar, após um ano de reformulação	Realizar as fases de acordo com a capacidade de cada setor O município assumir a fase municipal A CRE assume a fase microrregional Adequar ao calendário de eventos da Fesporte a fase micro	2002	SED CRE's Municípios Unidades Escolares
META 13 - Os alunos federados e que participaram no ano anterior em campeonatos das federações desportivas, poderão participar dos jogos escolares em outra modalidade que não aquela em que estiverem federados.			
As condições técnicas de jogo de atletas federados são muito melhores do que aluno/atletas A disparidade anula a competitividade e a emoção conseqüente Os alunos federados terão novas oportunidades de convívio e interação fora da sua modalidade esportiva	Controlando os alunos filiados nas federações Através de denúncias Conscientizando a comunidade esportiva dos benefícios aos atletas/alunos e ao Sistema Esportivo Estadual a longo prazo	A partir de 2001	

PLANO DE AÇÃO - DESPORTO PARTICIPAÇÃO E LAZER

META 1 - Instalação do Conselho Municipal de Desporto			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Fortalecimento do espaço de atuação do Desporto de Participação e Lazer	Criação de leis Mobilização e conscientização, integrando: poder público, profissionais da área e comunidade.	1º trimestre de 2001	Secretarias Municipais da Educação e Desporto CRE CED Universidades Instituições da comunidade

META 2 - Viabilização da infra - estrutura no Desporto Participação e Lazer. - Implementação de políticas públicas que desenvolvam a prática de atividades físicas de forma sistematizada.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Integração da comunidade e melhor aproveitamento do tempo livre Conscientização da necessidade da prática de atividades físicas para a melhoria da qualidade de vida	Através de estudo diagnóstico da situação do Desporto Participação nos municípios. Elaboração de projetos e programas específicos na área do desporto participação e lazer, através de um processo contínuo e não de forma ocasional Contemplar nos projetos e programas, o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais, adaptando os espaços físicos às suas necessidades Revitalizar os espaços já existentes Viabilizar em finais de semana e feriados o uso das dependências esportivas das escolas à comunidade gratuitamente, com profissionais habilitados que organizem as ações da comunidade Melhor aproveitamento dos espaços da natureza existentes para o lazer Fomentar espaços gratuitos de desporto participação e lazer à comunidade Garantir através de lei municipal que na formação de novos loteamentos sejam reservados espaços para construção de áreas de lazer	A partir do primeiro semestre de 2001 Processo contínuo	Secretarias Municipais e Estadual da Educação e Desporto Instituições da comunidade Universidades MET Parcerias privadas
META 3 - Plano de formação e capacitação profissional que atue na área do Desporto Participação e Lazer.			
Para melhorar a atuação do profissional na área do Desporto Participação e Lazer (incluindo os dirigentes esportivos)	Através de parcerias de instituições públicas e privadas Ampliando e incentivando pesquisas sobre a Desporto Participação e Lazer Disponibilizando um orientador desportivo com visão administrativa e pedagógica para atuar em cada município Fomentação de Fóruns Municipais e Microrregionais e estaduais que discutam a situação do Desporto Participação e Lazer e apresentem pesquisas na área	A partir do 1º trimestre de 2001 Processo contínuo	IES (universidades) Secretarias de educação e desporto municipal e estadual MET

META 4 - Criação de um Comitê Estadual de Desporto Participação e Lazer.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Acompanhar e avaliar as metas propostas para dar Feedback à sua região Conhecimento e acompanhamento geral da dotação orçamentária para o Desporto Participação e Lazer no estado	Através de reuniões trimestrais dos seus representantes	A partir do primeiro trimestre de 2001 Processo contínuo Dois membros por região	Fesporte CED

PLANO DE AÇÃO - DESPORTO RENDIMENTO

META 1 - Aumentar participação em eventos promovidos pelas federações.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Carência de equipas	Diminuir custos de participação (isenção de taxas) Busca por patrocínio (federações)	Para 2001	Federações especializadas
META 2 - Capacitação de dirigentes desportivos			
Falta de qualificação e participação de Carência de informações	Cursos específicos para o Desporto de Rendimento e Gestão Esportiva Seminários Intercâmbios	Para 2001	FESPORTE, Associação de Federações, CED, FME, DME, CME
META 3 - Unificar os calendários das federações.			
Diminuição de custos e aumento do interesse da mídia	Planejamento conjunto das federações	Para 2001	Associação de Federações
META 4 - Redução do número de modalidades/atletas/dirigentes nos JASC.			
Viabilizar a organização e o planeamento	Redefinir critérios de permanência	Para 2001	FESPORTE, CED
META 5 - Plano de marketing: JASC, Federações, FESPORTE.			
Valorização do evento Captação de recursos	Buscando patrocinadores, disponibilizando espaços publicitários (JASC)	Para 2001	FESPORTE, Federações
META 6 - Aumento de valorização dos eventos regionais.			
Falta de interesse e motivação	Redistribuição das regiões desportivas e critérios de vagas	Para 2001	FESPORTE, Federações
META 7 - Rever forma de classificação nos JASC Joguinhos.			
Para maior credibilidade dos resultados das modalidades	Rever a forma de pontuação	Para 2001	FESPORTE, CED

META 8 - Recursos para o desporto de rendimento.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Incremento de ações das federações, clubes, FESPORTE, ligas	Verbas provenientes da Lei Estadual CODESC/LOTESC	Para 2001	FESPORTE, CED CODESC
META 9 - Estruturas esportivas para os JASC.			
Falta de estrutura Deficiência de instalações para grandes eventos	Investimento específico da infra-estrutura do JASC Captação de recursos	Para 2001	FESPORTE Governo do Estado
META 10 - Melhorar o nível técnico dos JASC			
Aumentar a competitividade Tornar os jogos mais atraentes	Capacitando os profissionais Estimular a criação de polos e ligas	2001	Federações, CME's, Fundações, SED

PLANO DE AÇÃO – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

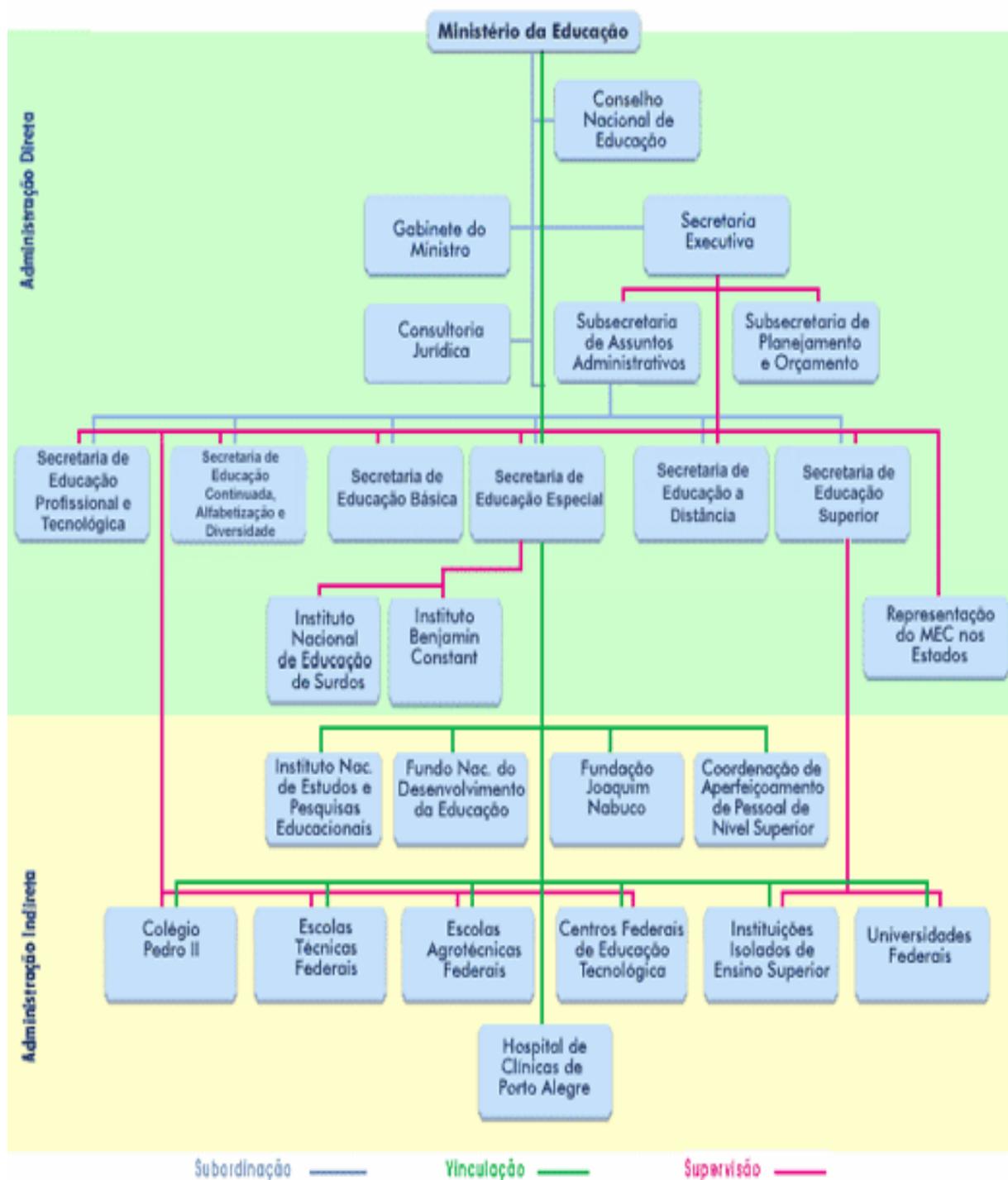
META 1 - Readequação curricular no esporte, turismo, ecologia, qualidade de vida, necessidades especiais e as classes excluídas.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Capacitar os profissionais . Mais qualidade. Assuntos emergentes. Tendências de mercados	Alteração das grades curriculares existentes e oferecimento de novas disciplinas, bem como cursos, fóruns, seminários e debates	2001	IES
META 2 - Sociabilização do conhecimento e aperfeiçoamento profissional dos professores.			
Qualificação e atualização dos professores	Oferecer cursos de mestrado descentralizando da capital	2001	Convênios das IES, com a UFSC UDESC já credenciadas pela CAPES
META 3 - Diagnóstico da Educação Física			
Para o levantamento de dados da Ed. Física – SC	Realização do censo, em conjunto com o censo da educação	Março de 2001	· SED · SME · FESPORTE
			Para o levantamento de dados da Ed. Física – SC
			Realização do censo, em conjunto com o censo da educação
META 4 - Propiciar e incentivar os professores a realizarem cursos de capacitação			
Ampliar e sociabilizar novos conhecimentos	Criação de dois ou mais cursos por região – SC	2001	SED IES Órgão públicos envolvidos no ensino
META 5 - Infra-estrutura própria e adequada para os cursos de Ed. Física			
Qualidade das aulas e do ensino	Construção de instalações	2001	IES e parcerias
META 6 - Aumentar o acervo bibliográfico			
Como pré requisito da difusão do conhecimento	Aquisição de livros, periódicos, revistas e publicações	2001	Escolas de Ed. Física, SED, CRE's e Escolas

META 7 - Vigilância e fiscalização dos serviços prestados pelos profissionais de Ed. Física.			
POR QUE	COMO	QUANDO	QUEM
Para a garantia da mão de obra / serviços oferecidos a sociedade	Fiscalização efetiva e constante	Já em andamento 2000	CREF /SC , vigilância Sanitária
META 8 - Estimular o profissional à credenciar-se para atuar na área.			
Maior controle dos profissionais da área	A partir do ato formal de colação de grau	A qualquer tempo	CREF /SC
META 9 - Prova de qualificação profissional.			
Para receber o registro do CREF / SC	Realização de provas	A partir de 2002	CREF /SC, CONFEF
META 10 - Divulgação e socialização da investigação científica e trabalhos na área JASC / Joquinhos e outros.			
Como meio de divulgação do ensino, novas tecnologias e idéias, bem como seus resultados	Realização de coleta de dados, pesquisas e mídia durante os eventos esportivos	2001	IES e pesquisadores ligados ao esporte e lazer
META 11 - Investir agressivamente na capacitação dos docentes das IEs.			
Melhorar a qualidade do ensino e a investigação	Interiorizando e facilitando o acesso aos cursos de mestrado / doutorado	A partir de 2001. UFSC já em andamento	IES e principalmente as duas instituições públicas já existentes (UFSC, UDESC)
META 12 - Formação Continuada			
Constante atualização dos egressos	Oferecendo cursos, oficinas, fóruns, seminários e outros	2001	IES

ANEXO III

ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DOS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO E DO ESPORTE

ESTRUTURA FEDERAL DO SISTEMA NACIONAL DE ENSINO



Fonte: Ministério da Educação e Cultura (Home Page, 2006)



Fonte: Ministério da Educação e Cultura: Secretaria de Educação Básica (Home Page, 2006)

O **Conselho Nacional de Educação (CNE)** é uma estrutura do Ministério da Educação e Cultura e não apresenta na home page o organograma no modelo de estrutura organizacional, portanto, segue apenas a descrição abaixo. Este é constituído por:

1) ÓRGÃOS COLEGIADOS:

- a) Câmara de Educação Básica
- b) Câmara de Educação Superior

2) SECRETARIA EXECUTIVA:

I – Coordenação de Apoio ao Colegiado:	II – Divisão de Apoio Administrativo:
<ul style="list-style-type: none"> a) Serviço de Apoio Operacional b) Serviço de Apoio Técnico c) Serviço de Editoração e Documentação 	<ul style="list-style-type: none"> a) Serviço de Atividades Auxiliares b) Serviço de Protocolo e Arquivo

ESTRUTURA ESTADUAL DO SISTEMA DE ENSINO

A **Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia** não apresenta na home page o organograma no modelo de estrutura organizacional, portanto segue apenas a descrição abaixo. Esta é constituída por:

SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Assessores

DIRETORIA GERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E DE CONTABILIDADE

Gerente de Materiais e Serviços

Gerente de Tecnologia de Informação

Gerente de Administração e Finanças

Gerente de Contabilidade

Gerente de Apoio Operacional

Gerente de Armazenagem

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E ARTICULAÇÃO

Gerente de Controle e Articulação

Gerente de Políticas Educacionais

Gerente de Programação, Acompanhamento e Controle

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Gerente de Educação Infantil

Gerente de Ensino Fundamental

Gerente de Ensino Médio

Gerente de Educação Profissional

Gerente de Educação de Jovens e Adultos

DIRETORIA DE APOIO AO ESTUDANTE E À REDE FÍSICA ESCOLAR

Gerente de Nutrição Escolar

Gerente de Apoio ao Estudante

Gerente de Obras Escolares

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Gerente de Ensino Superior

Gerente de Pesquisa e Inovação

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

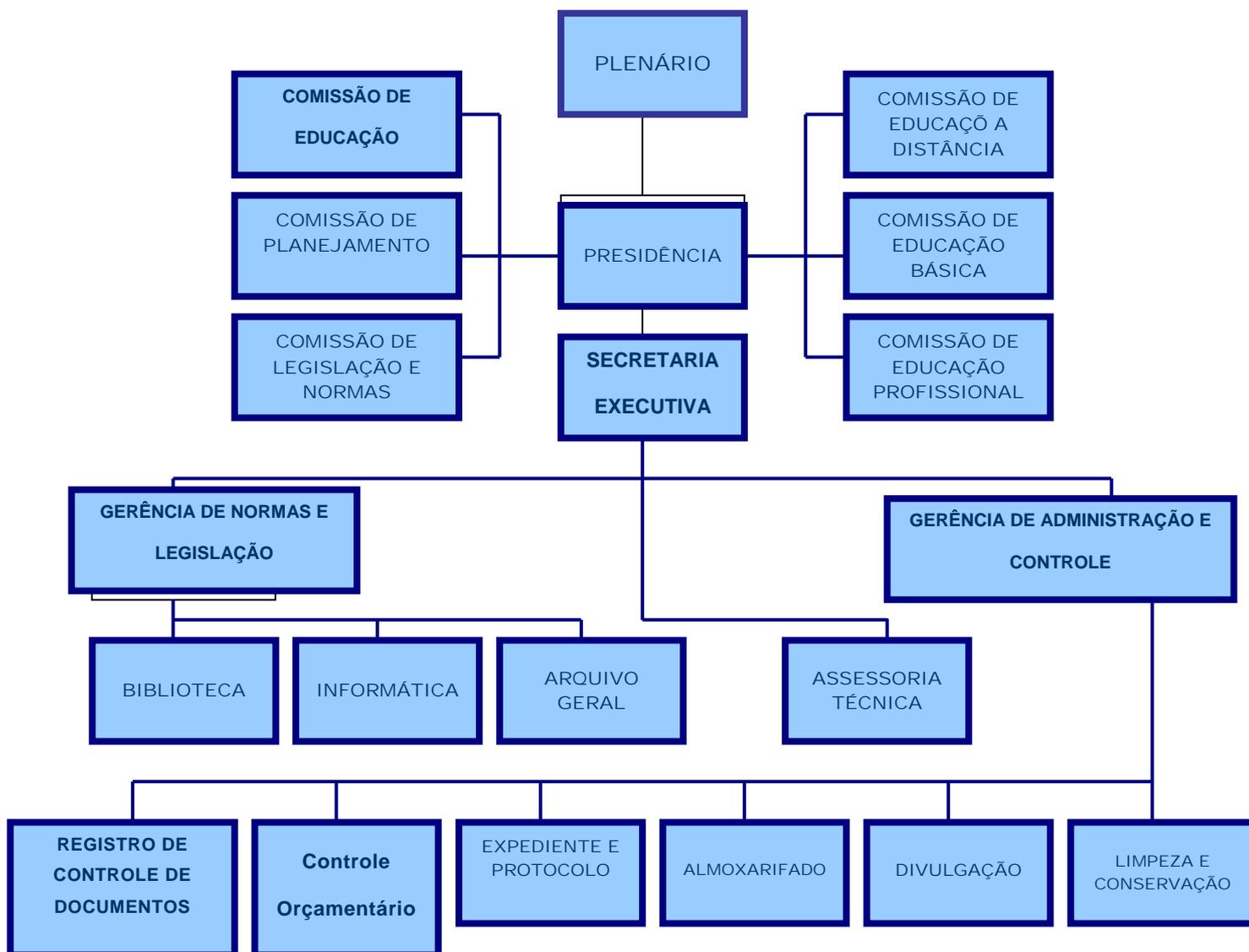
Gerente de Recursos Humanos

Gerente de Políticas de Pessoal

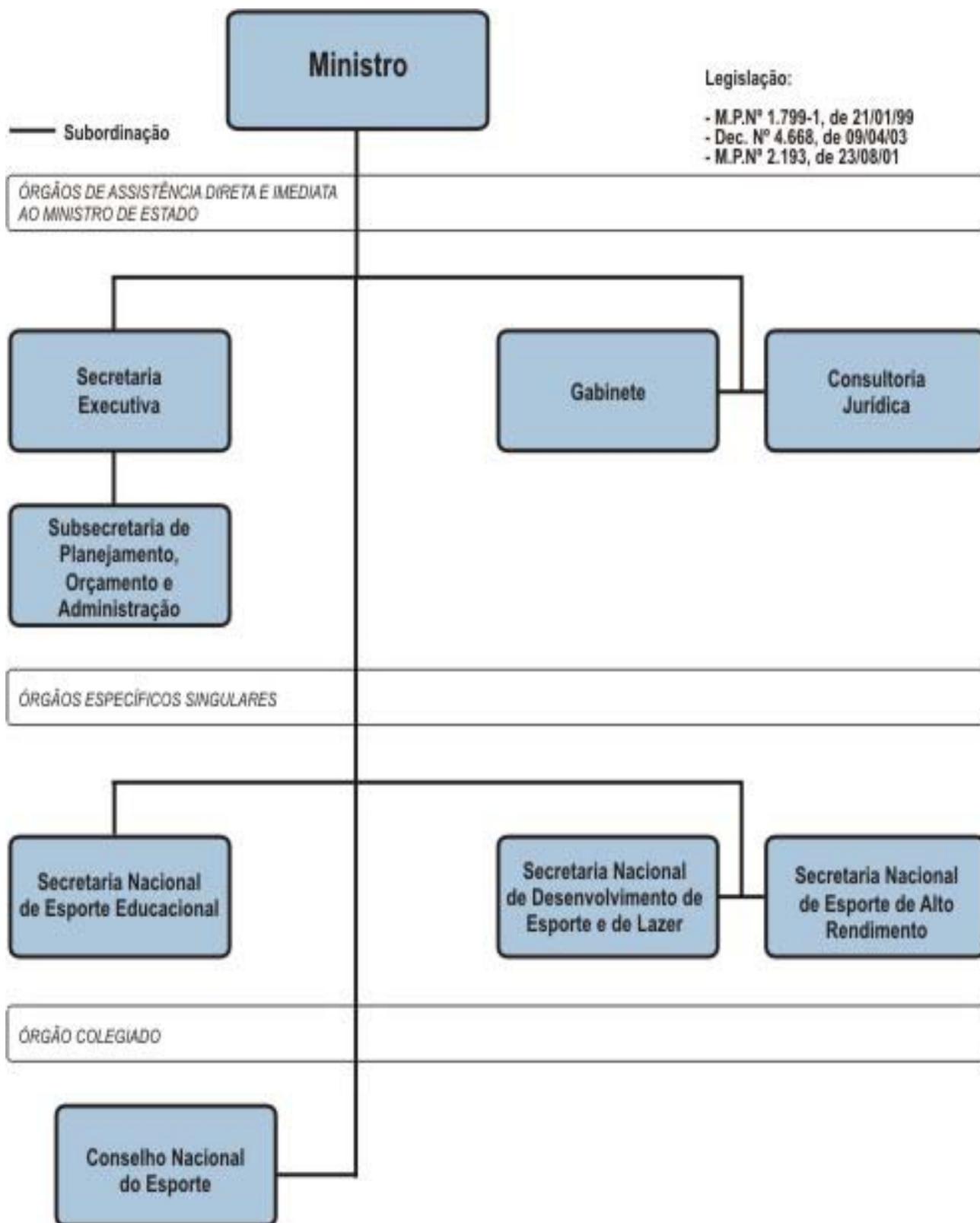
Gerente de Desenvolvimento e Avaliação Funcional

Gerente de Tecnologias de Informações Educacionais e Administrativas

O **Conselho Estadual de Educação (CEE)** é uma estrutura da Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia e apresenta na home page o organograma abaixo.



ESTRUTURA FEDERAL DO SISTEMA BRASILEIRO DO ESPORTE



Fonte: Ministério do Esporte (Home Page, 2006)

O **Conselho Nacional do Desporto (CND)** é uma estrutura do Ministério do Esporte e não apresenta na home page o organograma no modelo de estrutura organizacional, portanto, segue apenas a descrição abaixo. Este é constituído por:

Presidente (Ministro do Esporte)

Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo

Um representante de cada **Ministério** abaixo indicado:

a) da Justiça;

b) da Educação;

c) do Trabalho e Emprego;

d) das Relações Exteriores;

IV - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro;

V - Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro;

VI - Presidente da Confederação Brasileira de Futebol;

VII - Presidente do Conselho Federal de Educação Física;

VIII - um representante da Comissão Nacional de Atletas;

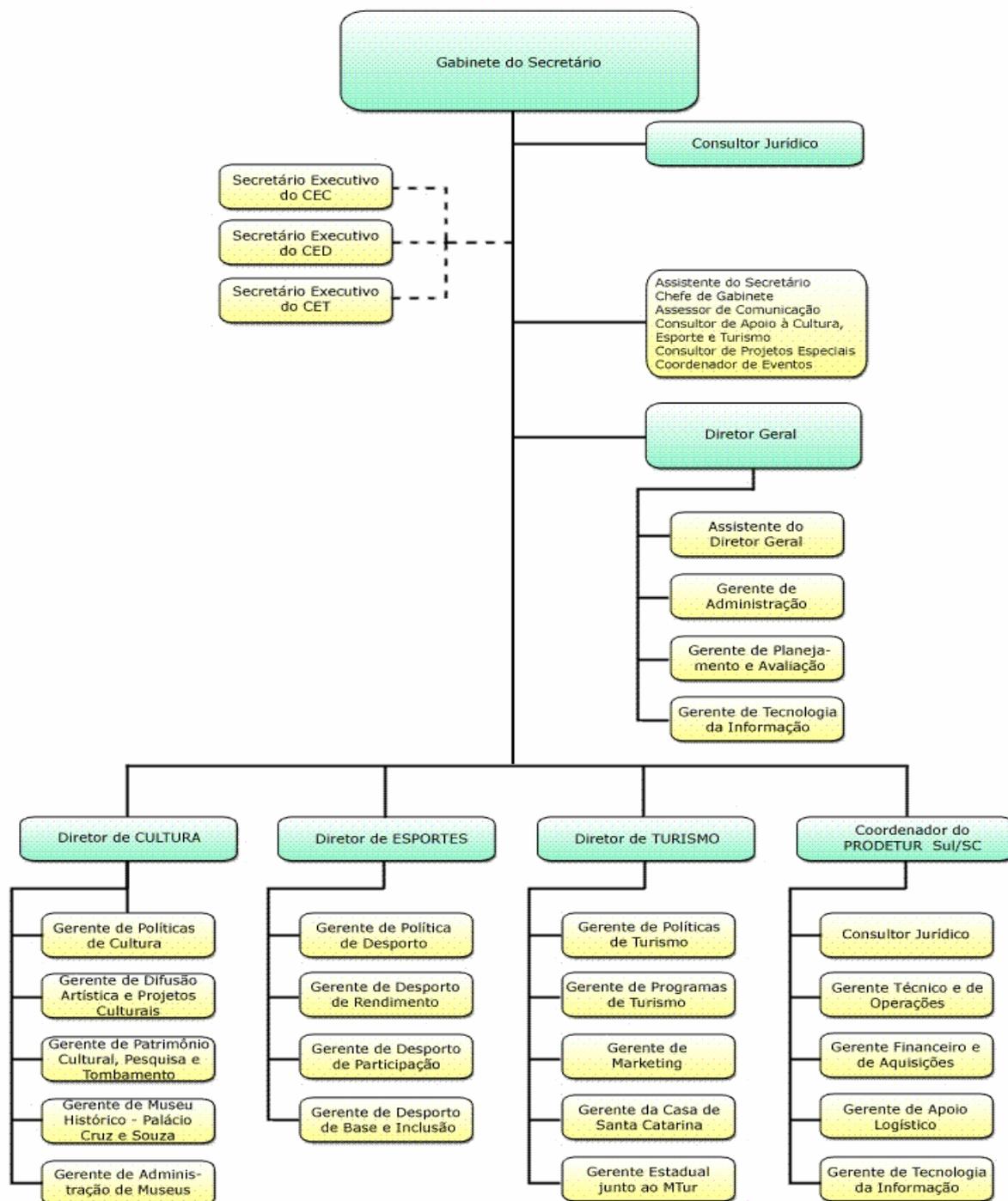
IX - Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais do Esporte;

X - três representantes do desporto nacional, designados pelo Presidente da República; e

XI - três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo um Senador e dois Deputados, que integrem as respectivas Comissões ou Subcomissões de Esporte e Turismo.

ESTRUTURA ESTADUAL DO SISTEMA BRASILEIRO DO ESPORTE

Secretaria Estadual de Cultura, Turismo e Esporte (antiga Secretaria da Organização do Lazer)





Fonte: Governo SC (Home Page, 2006)

O **Conselho Estadual do Desporto (CED)** é uma estrutura da Secretaria Estadual de Cultura, Turismo e Esporte e não apresenta na home page o organograma no modelo de estrutura organizacional, portanto, segue apenas a descrição abaixo. Este é constituído por:

Presidente

Vice Presidente

Secretaria Executiva

Conselheiros (21), sendo:

Diretor Geral da Fundação Catarinense de Desportos, como membro nato.

Membros nomeados pelo Governador do Estado:

6 representantes de notória e reconhecida capacidade e experiência em assuntos desportivos;

2 indicados pela Associação das Federações Desportivas de Santa Catarina;

- 4 representantes das regiões desportivas indicadas pelos municípios;
- 1 representante da Associação dos Profissionais de Educação Física de Santa Catarina;
- 1 da Associação dos Cronistas Esportivos de Santa Catarina;
- 1 das Escolas Superiores de Educação Física de Santa Catarina;
- 1 de associação de clubes filiados às federações desportivas de SC;
- 1 de associação de atletas que estejam registrados na FESPORTE;
- 1 de associação de árbitros;
- 1 de associação de treinadores desportivos e;
- 1 de associação de empresas patrocinadoras de atividades desportivas.

ANEXO IV

DIRETRIZES DO PEEE/SC

Art. 1º - O Esporte Escolar tem como finalidade oferecer a prática de atividades físico/corporais para crianças e adolescentes, regularmente matriculados, garantindo acesso e permanência da comunidade escolar e integrando a população em situação de risco social e pessoal.

Art. 2º - As atividades físico/corporais desenvolvidas no Esporte Escolar deverão evitar a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, contribuindo para a inclusão social, o desenvolvimento integral do indivíduo e o exercício da cidadania, possibilitando a iniciação esportiva.

Art. 3º - O Esporte Escolar deverá integrar o Projeto Político Pedagógico – PPP, das Unidades Escolares, sendo o Conselho Deliberativo Escolar – CDE, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos seus respectivos projetos.

Art. 4º - Serão destinados recursos financeiros per capta/ano aos alunos matriculados no Ensino Fundamental, das unidades escolares que tiverem seus projetos do PEEE aprovados e serão disponibilizados durante o ano letivo.

§ 1º - Os recursos financeiros previstos para o Programa Estadual Esporte Escolar - PEEE, objetivam a melhoria das aulas de Educação Física Escolar ao trabalhar os fundamentos básicos do Esporte, e das aulas do Esporte Escolar, sendo ele diferenciado do programa de ressuprimentação automática das Unidades Escolares;

§ 2º - A apresentação e aprovação do Projeto Esporte Escolar disponibiliza recursos humanos, adequando o regime de trabalho dos professores responsáveis pelo Esporte Escolar, e também a grade curricular específica para sua operacionalização.

Art. 5º - Além dos recursos financeiros provenientes do orçamento do estado, as unidades escolares poderão dispor de outras fontes financiadoras:

I - Programa Nacional do Esporte na Escola;

II – Patrocínios

III - Prêmios e doações.

Art. 6º - Os recursos financeiros são destinados a aquisição de uniformes, material esportivo, manutenção das instalações esportivas, jogos, alimentação e transporte escolar para eventos esportivos;

Art. 7º - O Projeto Esporte Escolar será apresentado no Formulário PEEE, indicando:

I - a necessidade de disponibilização de carga horária específica aos professores responsáveis pelas turmas;

II - adoção de grade curricular e criação de turmas pela unidade escolar, compatível com a ação;

III - a relação custo/benefício do projeto: otimização dos recursos humanos/instalações e material esportivo e, alunos beneficiados.

Art. 8º - A criação das turmas e destinação da carga horária está condicionada à apresentação do projeto pela unidade escolar à Coordenadoria Regional de Educação – CRE, e a aprovação do mesmo pela Diretoria de Ensino Fundamental – DIEF/SED.

Art. 9º - Os projetos aprovados terão acompanhamento da comunidade escolar, das CREs e da DIEF. Em caso do não atendimento aos critérios estabelecidos na Portaria N 05/2002 e nestas diretrizes, os mesmos serão cancelados.

Parágrafo Único – As unidades escolares que tiverem seus Projetos de Esporte Escolar cancelados, deverão disponibilizar os materiais esportivos adquiridos para o PEEE às suas respectivas CREs. Estes materiais serão encaminhados à próxima unidade escolar, à espera para a implantação do mesmo.

Art. 10º - É permitida a participação de alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental das unidades escolares da rede pública estadual, preferencialmente em situação de risco pessoal e social:

§1º - os alunos dispensados da prática da Educação Física Escolar não poderão

participar do Esporte Escolar;

§2º - a participação no Esporte Escolar não dispensa os alunos das aulas de Educação Física Escolar;

§3º - os alunos inscritos, no ano ou em ano anterior, em federações esportivas estaduais ou em confederações esportivas nacionais, poderão participar do PEEE em outra modalidade esportiva, desde que não seja aquela em que estiverem federados, ou auxiliar como monitores nas modalidades das quais são federados;

§4º - Os alunos deverão ter no mínimo 10 (dez) anos completos ao inscreverem-se no PEEE, exceto para as atividades de dança, recreação e oficinas de criação de brinquedos/brincadeiras;

§5º - Após 03 (três) faltas consecutivas ou 05 (cinco) faltas alternadas, sem justificativa, o aluno será desligado do PEEE;

§6º - O aluno com aproveitamento escolar insuficiente será afastado do PEEE, podendo retornar quando recuperar o rendimento escolar;

Art. 11º - As turmas serão formadas de acordo o número de alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental de cada unidade escolar:

§1º - A cada 100 alunos matriculados, a Unidade Escolar poderá formar 01 turma com no mínimo 20 alunos, e no máximo 25 alunos;

§2º - Cada turma terá 03 horas-aula semanais do Esporte Escolar, não sendo concentradas em um único dia;

§3º - É permitida a complementação das turmas por crianças e adolescentes da comunidade, regularmente matriculados na rede pública estadual de ensino, quando o número de alunos da unidade escolar não completar as turmas.

Art. 12 - As aulas do Esporte Escolar são de responsabilidade do professor de Educação Física lotado e em exercício na unidade escolar, ou na falta deste, por professor de Educação Física excedente de outras Unidades Escolares.

Parágrafo Único: Os professores que não completam o número de aulas conforme o disposto no art. 11, da Lei 1.139/92, deverão participar da redistribuição das aulas de Educação Física escolar, que deixarão de ser ministradas pelo professor que irá assumir o Esporte Escolar.

Art. 13 - Os professores efetivos poderão disponibilizar até 50% de sua carga horária para o PEEE, permanecendo em regência de classe na disciplina de Educação Física;

§1º - Os articuladores regionais terão 20 horas para orientação e implementação do programa em suas regiões. As demais horas serão distribuídas entre as aulas de Educação Física e as aulas do Esporte Escolar;

§ 2º - Será incentivada a participação de todos os professores de Educação Física da Unidade Escolar, no PEEE;

§3º - Não serão contratados professores ACT's, exclusivamente, para ministrar aulas do Esporte Escolar, exceto para a implantação dos projetos nos municípios que fazem parte do Programa de Inclusão Social;

§4º - As horas-aula do Esporte Escolar serão distribuídas proporcionalmente entre os professores interessados, respeitando critérios de tempo de serviço na unidade escolar e, em seguida, no magistério público estadual;

Art. 14 - O Regime de Trabalho dos profissionais responsáveis pelo Esporte Escolar, obedecerá ao que rege a Portaria N 05/2002, de 14 de março de 2002, e o CI Nº 170, da Diretoria de Recursos Humanos/DIRH.

Art. 15 - A unidade escolar que aprovar o Esporte Escolar em seu Projeto Político Pedagógico – PPP, e após a aprovação do seu projeto pela CRE/SED, deverá informar no Sistema Estadual de Registros e Informação Escolar – SERIE – a opção pela grade curricular que oferece o Esporte Escolar, código 0378- EPO e, registrar no histórico escolar do aluno o período e a modalidade praticada, no campo de “Observações”:

§ 1º - As Unidades Escolares que tiverem a disciplina 0378-EPO implantada, deverão informar nas CREs, as turmas formadas e o número de alunos por turmas (20 a 25 alunos);

§2º - As turmas formadas nos turnos intermediário e noturno, terão sua grade curricular implantada nos respectivos turnos;

§3º - As aulas do Esporte Escolar deverão concentrar-se nos dias úteis da semana, e somente em caso de exceção serão permitidas aos sábados.

Art. 15 - A criação/regulamentação do evento esportivo ou festival escolar acontecerá regionalmente, decorrente das ações do PEEE nas unidades escolares das respectivas regiões, contemplando as ações elencadas por cada comunidade.

Art. 16 - A seleção/escolha das atividades físico/esportivas ministradas no PEEE são consequência de demanda gerada na Educação Física Escolar ou, resgate da identidade cultural da comunidade;

Art. 17 - Caberá às Coordenadorias Regionais de Educação – CREs, a verificação da necessidade de implantação, bem como o acompanhamento e avaliação técnica dos projetos;

Art. 18 - É de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto/ Diretoria de Ensino Fundamental a coordenação deste programa e aprovação dos projetos a serem implantados.

ANEXO V
FORMULÁRIOS DO PEEE

**PROGRAMA ESTADUAL
ESPORTE ESCOLAR
PEE
2003**

NOME DA ESCOLA:

GREI:

1. Identificação da Escola

DADOS DA UNIDADE ESCOLAR				
01. NOME DA UNIDADE ESCOLAR				
02. GREI	03. MANTENEDORA	04. MUNICÍPIO SEDE DA GREI		05. EXERCÍCIO 2003
06. ENDEREÇO (RUA, AVENIDA OU PRAÇA E N°.)				
07. BAIRRO / DISTRITO		08. MUNICÍPIO		
09. UF	10. CEP	11. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)		
12. DDD	13. TELEFONE	14. RAMAL	15. FAX	
DADOS DO DIRETOR				
20. NOME COMPLETO				21. NACIONALIDADE
22. ESTADO CIVIL	23. SEXO	24. N° CART. IDENTIDADE	25. DATA EMISSÃO	26. ORG. EXPED.
27. CPF	28. CARGO / FUNÇÃO		29. ATO DE POSSE / DATA	30. DUR. MANDATO
31. ENDEREÇO (RUA, AVENIDA OU PRAÇA E N°)				
32. BAIRRO / DISTRITO		33. MUNICÍPIO		
34. UF	35. CEP	12. DDD	13. TELEFONE	
AUTENTICAÇÃO				
38. NOME RESP. TÉCNICO PELO PROJETO		39. DDD	40. TELEFONE	41. ASSINATURA
42. LOCAL E DATA		ASSINATURA DO DIRETOR DA UNIDADE ESCOLAR		

1. Nome da Escola	
2. Justificativa do Projeto	
3. Descrição da Educação Física Escolar	
4. Professores Efetivos na Unidade Escolar	5. Carga Horária

6. Turmas

Nº de Ordem	Atividades Desenvolvidas	UE / Município	20 a 25 Crianças/ Adolescentes	Periodicidade 3X semana	Horário
1					
2					
3					
4					
5					
Total Geral					

7. Grade Horária

Nome do Professor envolvido no PEEE	Efetivo ou ACT	Modalidades	Carga Horária 10/20h	Período	Distribuição das h/a	
					EFI	EPO
		1.		M		
		2.		V		
		3.		N		
		4.		I		
TOTAL						

OBS: Cada professor deverá preencher este quadro individualmente

Legenda: M -Matutino V - Vespertino N - Noturno I - Intermediário

EFI - Educação Física Escolar

EPO - Esporte Escolar

9. Material de Consumo

Atividade / Especificação	Quantidade	Unitário	Total
		R\$	R\$
Sacos em nylon p/ transporte de bolas			
Cordas de sisal c/extremidade de madeira			
Cordas elástica com 6 mts			
Bolas de borracha No. 12			
Bolas de borracha No. 10			
Bolas de borracha No. 08			
Aros de borracha			
Bolas de basquetebol			
Bolas de voleibol			
Bolas de handebol			
Redes em nylon de handebol			
Redes de voleibol			
Kit para voleibol (03)			
Bombas para inflar bola (03)			
Bicos para bomba (06)			
Jogo de Xadrez			
Pranchetas madeira (18)			
Total Geral			

10. Cronograma Físico

Atividade	Dez/ Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Elaboração Projeto												
Divulgação do Projeto												
Inscrição de alunos												
Seleção estagiários e treinamento												
Aquisição material e construção física												
Planejamento atividades												
Execução do Projeto												
Evento Promocional												
Avaliação												
Encerramento das Atividades												
Programa desembolso SED												
Encaminhamento Relatório												

11. Cronograma Físico/Financeiro

Atividade	Órgão Financiador			Período												
	SEI	Município	Outras Instituições	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
	R\$	R\$	R\$													
Festival Escolar																
Assistência Alimentar																
Recursos Materiais																
Capacitação																
Recursos Físicos																
Recursos Humanos																
Subtotal																
Total Geral																

12. Custo Total do Projeto

Especificação das Despesas	Custo . / Órgão Financiador			
	SEI	Município	Outras Instituições	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$
Recursos Humanos				
Capacitação				
Recursos Materiais				
Material de Consumo				
Assistência Alimentar				
Festival Escolar				
Total Geral				
Per capta/Projeto				
Local / Data	De Acordo		Período:	
	SEI:	GREI:	UE:	

ANEXO VI

MAPAS DO ESPORTE ESCOLAR/SED/SC DOS ANOS 2001, 2002 E 2003

MAPA II - PROGRAMA ESPORTE NA ESCOLA – FEDERAL
PROGRAMA ESTADUAL ESPORTE ESCOLAR – PEEE
PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL – PIS
Disciplina: Desporto Educacional – EPO 378

Período: 2002

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
1ª		X		Florianópolis	EEB. Padre Anchieta	1095	225	27	09	FS/V/D/G/H/B	2.257,13
	X	X		Florianópolis	EEB. Tenete Almachio	1353	135	18	06	TM/V/H	1.992,10
		X		Florianópolis	EEB. Edith Gama Ramos	788	80	12	04	V/TM/FS/X	1.641,45
		X		Florianópolis	EEB. Pero Vaz de Caminha	891	120	18	06	TM/V/F	2.519,90
		X		Florianópolis	EEB. Hilda Theodoro Vieira	739	145	18	06	V/FS	1.606,00
		X		Florianópolis	EEB. Dayse Werner Salles	721	100	12	04	TM/V/FS	1.688,84
		X		Florianópolis	EEB. Rosa T. de Miranda	731	85	12	04	V/TM/D/H	1.656,40
		X		Florianópolis	EEB. Porto do Rio Tavares	555	120	18	06	H/A/F/OF.ESP	1.747,50
		X		Florianópolis	EEB. Leonor de Barros	359	50	06	02	TM	1.847,90
	X			Florianópolis	Inst. Estadual de Educação	0	0	0	0		0
	X			Florianópolis	EEB. Getúlio Vargas	0	0	0	0		0
	X			Florianópolis	EEB. Prof. Laura Lima	0	0	0	0		0
	X			Florianópolis	EEB. Lauro Müller	0	0	0	0		0
	X			Florianópolis	EEB. Prof. H. Stodieck	0	0	0	0		0
		X		Gov. Celso Ramos	EEB. Aderbal R. da Silva	557	100	12	04	TM/V/F	1.510,60
		X		Antônio Carlos	EEB. Altamiro Guimarães	810	150	15	05	H/FS/V/B	1.697,60
						8.599	1.310	168	56		20.165,42

LEGENDA:

☐ – Etapa 1

☐ Etapa 2

☐ – Programa Esporte na Escola Federal

☐ – Programa de Inclusão Social

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
2ª	X	X		Tubarão	EEF. Matinho Ghizzo	676	150	18	06	FS/TM/H/F	2.028,00
	X	X		Tubarão	EEB. João Teixeira Nunes	607	112	15	05	V/FS	1.006,90
	X	X		Tubarão	EEB. Hercílio Luz	702	175	21	07	FS/V/B/TM/JS	1.189,00
		X		Tubarão	Sagrado Coração de Jesus	481	125	15	05	V/H/FS	1.563,00
	X	X		Tubarão	EEB. Henrique Fontes	841	86	12	04	H/B/D	2.421,50
	X	X		Tubarão	EEB. Visconde de Mauá	644	150	18	06	D/F/H/V	1.930,00
		X		Sangão	EEF. Mª Duarte Vasconcelos	742	150	18	06	D/F/V	2.225,10
				Tubarão	EEB. São Martinho	0	0	0	0		0
				Tubarão	Gov. Aderbal Ramos da Silva	0	0	0	0		0
				Orleans	EEB. Toneza Cascaes	1181	225	27	09	V/B/TM/D/X/F S	3.300,00
				Grão-Para	EEB. Dr. Miguel Patta	648	150	18	06	FS/V/H/F	1.944,10
				Capivari de Baixo	EEB. Gen. Osvaldo Pito da Veiga	954	175	21	07	D/F/FS/V	2.806,80
				Armazem	EEB. Francisco Giesberts	876	150	18	06	FC/V/H	0
				Sangão	EEB. Bernardo Schitz	474	90	12	04	FS/V/D	1.372,00
				Orleans	EEB. Samuel Sandrini	474	125	15	05	FS/V/H	1.339,95
				Jaguaruna	EEB. Marechal Luz	651	150	18	06	V/FS/H	1.965,40
				Gravatal	EEB. Hercílio Bez	486	130	15	05	FS/H	0
				São Ludgero	EEB. São Ludgero	1145	75	09	03	V/D/TM	3.431,60
				Braço do Norte	EEB. Emgº. Annes Galberto	1140	125	15	05	FS/V/B	0
						12722	2343	285	95		28.523,35

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
3ª		X		Criciúma	EEB. Coelho Neto	534	130	18	06	FC/B/HD	1.479,00
		X		Criciúma	EEB. Irmã Edvirges	863	120	18	06	V/H/FS/B/TM	2.582,00
		X		Criciúma	EEB. Cel. Marcos Rovares	666	145	18	06	FS/V/H	2.052,80
		X		Criciúma	EEB. Miguel Giaca	583	130	18	06	F/H/V	1.740,00
		X		Criciúma	EEB. Lindolfo Collro	508	105	15	05	H/B/F suíço	1.641,00
		X		Criciúma	EEB. Gov. Heriberto Hilse	810	100	15	05	V/F/D	1.536,00
		X		Criciúma	EEB. João Frassetto	995	120	18	06	B/TM/FC	2.985,00
		X		Criciúma	EEB. Rubens de Arruda Ramos	794	125	18	06	F/V/TM/D	2.282,00
		X		Criciúma	EEB. Humberto de Campos	810	120	18	06	TM/F/V	2.429,00
		X		Içara	EEB. Binifácio Espindola	0	0	0	0		0
		X		Içara	EEB. Ignácio Stakowski	0	0	0	0		0
		X		Içara	EEB. Antônio Sobrinho	0	0	0	0		0
		X		Içara	EEB. Antônio João	0	0	0	0		0
		X		Forquilha	EEB. Natálio Vassoler	788	120	18	06	V/F/D	1.776,00
		X	X	Içara	EEB. Maria da Glória Silva	749	120	18	06	F/V/D	2.247,00
		X		Urussanga	EEB. Barão do Rio Branco	650	100	15	05	H/FS/V	1.918,40
		X		M. Fumaça	EEB. Princesa Isabel	807	145	18	06	X/V/H/FS/B	2.697,30
		X		Lauro Müller	EEB. Engº Ernani Cotrin	546	100	12	04	FCV/FS	1.332,60
		X		Siderópolis	EEB. José do Patrocínio	474	160	24	08	FS/FCV/D	1.422,00
		X		Nova Veneza	EEB. Abílio César Borges	465	120	18	06	V/FS/FS	1.395,00
						11042	1960	279	93		31.515,1

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
4ª				Blumenau	EEB. João Widemann	724	146	21	07	FS/TM/P/V	1.926,30
				Blumenau	EEB. Luiz Delfino	668	90	09	03	D/V/B	0
				Blumenau	EEB. Prof. Heriberto J. Muller	961	181	24	08	FS/V/FA	1.419,90
				Blumenau	EEB. Padre José Maurício	851	75	09	03	D/TM	2.392,50
				Blumenau	EEB. Cel. P. C. Feddersen	581	100	12	04	V/FS	1.736,00
				Blumenau	EEB. Bruno Hoeltgebaum	891	100	12	04	V/F/H	0
				Blumenau	EEB. Pedro II	821	226	30	10	H/TM/X/B/V/F	3.429,40
				Gaspar	EEB. Frei Godofredo	753	117	12	04	V/F/H/B	2.449,39
				Rodeio	EEB. Osvaldo Cruz	553	115	15	05	D/X/F/V/B	1.656,00
				Indaial	EEB. Raulino Hau	530	125	15	05	V/FS/H	0
				Gaspar	EEB. Ivo D'Aquino	725	160	24	08	V/F/FS/B/P	0
				Timbó	EEB. Prof. Júlio Scheidemantel	587	75	09	03	FS/V	1.760,71
					8645	1510	192	64		16.770,20	

CRE	FE D	E ST	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
5ª	X			Joinville	EEB. Professor João Rocha	985	150	18	06	H/TM/B/F	2.648,40
	X			Joinville	EEB. Juracy Maria Brosig	1257	325	36	12	G/A/TM/V/X/S/B	2.887,20
				Joinville	EEB. Dr. Paulo Medeiros	485	50	06	02	TM/V	799,60
	X			Joinville	EEF. Maria Amim Ghanem	1216	150	18	06	TM/H/V	2.762,10
	X			Joinville	EEB. Dr. Gerge Keller	1091	265	33	11	H/TM/G/D/V/F	890,00
				Joinville	EEB. Carmem Seara Leite	808	75	09	03	F/FS/A/R/V	2.009,30
	X			Joinville	EEB. Profª. G. Benta Costa	1112	225	33	11	FS/V/H/TM	0
				Joinville	EEB. Giovani Pasq. Faraco	486	75	09	03	V/TM	1.802,90
				Joinville	EEB. Antônia A .C. dos Santos	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Jandira D Avila	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Pres. Medici	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Alicia B. Ferreira	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Eng. Annes Gualberto	0	0	0	0		0
				Joinville	EEF. Mons. Sebastião Scarzello	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Olavo Bilac	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Dom Pio de Freitas	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Plácido O. De Oliveira	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Conselheiro Mafra	0	0	0	0		0
				Joinville	EEF. Rui Barbosa	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Dr. Jorge Lacerda	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Plácido Xafier Vieira	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Maestro F. Manoel da Silva	0	0	0	0		0
				Joinville	EEB. Dr. Elpidio Barbosa	0	0	0	0		0
				Barra Velha	EEB. Cons. Astrogildo O Aguiar	769	120	18	06	H/TM/X/H praia	1.823,80
				São F. Sul	EEB. Claurenice Vieira Caldeira	611	425	51	17	FS/H/V	2.123,90
				Itapoá	EEB. Nereu Ramos	591	50	06	02	FS/V	0
						9411	1910	237	79		17.747,2

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍ- CULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
6ª				Rio do Sul	EEB. Dep. João Custódio da Luz	611	125	15	05	FS/V/FC/TM	1.723,50
				Rio do Sul	EEB. Paulo Cordeiro	810	150	18	06	D/V/TM/FC/FS	2.300,00
				Rio do Sul	EB. Paulo Zimmermann	550	128	18	06	FS/V	1.601,00
				Rio do Sul	EEB. Francisco Altanir Wagner	423	125	15	05	FC/H/X/FS/V	1.119,80
				Rio do Sul	EEB. Francisco Altanir Wagner	423	125	15	05	FC/H/X/FS/V	1.119,80
				Rio do Sul	EEB. Francisco Altanir Wagner	423	125	15	05	FC/H/X/FS/V	1.119,80
				Pouso Redondo	EEB. Anair Margarida Voltoloni	0	120	15	05	V/FS/FC	1.437,90
				Laurentino	EEB. Tereza Cristini	0	141	18	06	V/FC/FS	1.619,40
				Trombudo Central	EEB. Dr. Hermann Blumenau	511	125	15	05	V/H	1.437,80
				Taió	EEB. Luiz Bertoli	658	125	15	05	FC/V/FS	1.446,00
					4409	1289	159	53		14.925	

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍ- CULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
7ª				Lages	EEB. Armando Ramos de Carvalho	861	70	09	03	FS/V/T	294,00
				Lages	EEB. Flordoardo Cabral	699	75	09	03	V/H/F	0
	X			Lages	EEB. De Lages	744	100	12	04	F/TM	1.263,50
				Lages	EEB. Zulmira Alta da Silva	919	150	18	06	F/TM/VMF	1.634,10
				Lages	EEB. Belisário Ramos	768	125	15	05	V/F/TM	0
				Lages	EEB. Lúcia Fernandes Lopes	665	125	15	05	FS/V/X/	0
				Lages	EEB. São Judas Tadeu	688	175	21	07	FS/B/V/H/TM	2.409,25
				Correia Pinto	EEB. Nossa Senhora dos Prazeres	657	200	24	08	D/FS/V/TM/H	2.289,30
				Capão Alto	EEB. Emiliano Ramos	417	120	15	05	VM/VF/FSM/FS F/TM	915,00
				Cerro Negro	EEB. Otília Ulysses Ungaretti	438	150	18	06	V/FS/A/D/TM	757,80
				Painel	EEB. PE. Antônio Trivellin	265	95	12	04	V/B/FS/TM	1.891,50
				Anita Garibaldi	EEB. Padre Antônio Vieira	532	200	24	08	V/VF/FS/FSF/B/ FC	2.778,43
				Campo Belo do Sul	EEB. Major Otácilio Couto	891	245	30	10	FS/V/D/H	2.549,24
				São José do Cerrito	EEB. Mauro Gonçalves Farias	532	65	09	03	FS/V/TM	2.484,48
				Rio Rufino	EEB. Profº Djalma Bento	280	125	15	05	V/H/FS/D	0
				Bom Retiro	EEB. Alexandre Gusmão	756	75	09	03	FS/TM/V	0
				Urubici	EEB. Araújo Figueiredo	686	175	21	07	D/V/FS/TM	0
				Bom Jardim da Serra	EEB. Adolfo José Martins	619	150	18	06	V/FS/TM	0
			São Joaquim	EEB. Manoél Cruz	613	137	18	06	V/FS/B	0	
					12030	2557	312	104		19.266,6	

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
8ª	X			Mafra	EEB. Profª Maria Paula Feres	828	125	15	05	V/X/B/FS	2.398,10
	X			Mafra	EEB. Gustavo Freidech	570	75	09	03	V/FS	737,90
				Mafra	EEB. Barão de Antonina	159	175	24	08	H/D/VF/FS/B	799,00
	X			Mafra	EEB. Santo Antonio	979	120	09	03	F/VMF/BMF/X	1.782,60
				Papanduva	EEB. Alinor Vieira Corte	1041	175	21	07	H/DV/FV/JS	2.970,50
				Papanduva	EEB. Manoel Estevam, Furtado	476	100	12	04	H/V	1.559,70
				Itaiópolis	EEB. Virgilio Varzia	695	150	18	06	V/D/FS	1.916,40
				Monte Castelo	EEB. Velentin Gonçalves Ribeiro	665	75	09	03	FS/D	2.029,00
				Sta. terezinha	EEB. Padre João Kominek	551	75	09	03	VF/FCM/FS	765,00
				Mafra	EEB. Dr. Francisco Izabel	0	0	0	0		0
				Mafra	EEB. Prof. Mario de O Goeldner	0	0	0	0		0
				Mafra	EEB. Jovino Lima	0	0	0	0		0
					5964	1070	126	42		14.958,2	

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
9ª				Joaçaba	EEB. Gov. Celso Ramos	565	60	09	03	V/B/FS	677,10
				Luzerna	EEB. Padre Nóbrega	586	75	09	03	V/H	1.715,00
				Água Doce	EEB. Ruth Lebarbechon	614	145	18	06	V/H/B/X/TM/D	1.205,60
				Erval Velho	EEB. Prof. Agenor Piovezan	553	125	15	05	V/FC/FS/A	1.611,00
				Herval D'Oeste	EEB. São José	1166	140	18	06	X/HFM/VF	3.065,35
				Catanduvas	EEB. Irmã Wienfrida	849	145	18	06	V/FS/FC/X/A/TM	2.544,60
				Tangará	EEB. Prof. João Jorge de Campos	981	150	18	06	FCFM/VF	2.943,00
				Herval D'oeste	EEB. Melo e Alve	709	175	21	07	X/FS/B/D/H	1.862,60
				Treze Tilhas	EEB. São José	518	75	09	03	FS	1.160,00
				Campos Novos	EEB. Paulo Blasi	798	158	21	07	DVA/TM/X	0
				Capinzal	EEB. São Cristovão	769	150	18	06	FS/X/H/FS	972,00
				Campos Novos	EEB. Cel. Gasparino Zorzi	598	125	15	05	FS/B/FC/D	0
				Vargem Bonita	EEB. Vitório Roman	681	150	18	06	GR/V/B	1.720,00
				Capinzal	EEB. Mater Dolorum	557	150	18	06	D/X/FS/H/V	1.600,00
			Campos Novos	EEB. Henrique Raup Junior	707	175	21	07	D/H/V/FC/FS	0	
					10651	1998	246	82		21.076,25	

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
10ª				Concórdia	EEB. Profº Olavo Cecco Rigon	566	150	18	06	H/V/FS/A	1.697,50
				Concórdia	EEB. Deodoro	901	225	27	09	B/D/F	2.459,99
				Piratuba	EEB. Carlos Chagas	593	121	15	05	FS/N/V/X/H	1.775,30
				Seara	EEB. Seara	698	125	18	06	FS/V/D	2.094,00
				Seara	EEB. Raimundo Correa	572	40	06	02	A	1.526,00
				Ipumirim	EEB. Bejamim Carvalho de Oliveira	656	125	15	05	X/F/A/V	0
				Itá	EEB. Gerenau Liberato Bittecourt	480	125	15	05	V/X	1.377,09
						2274	440	54	18		10.929,88

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
11ª				Chapecó	EEB. Druziana Sartori	606	75	09	03	FS/X/V/	1.496,20
				Chapecó	EEB. São Francisco	657	100	12	04	D/JE/	1.360,08
				Chapecó	EEB. Clélia Seganfredo Bodanemse	513	100	12	04	FC/V/H	1.481,40
				Chapecó	EEF. Profª. Sonia de Oliveira Zani	571	80	12	04	V/TM/X/FS	735,00
				Chapecó	EEB. Marcolina Rodrigue da Silva	596	125	15	05	A/FS	1.412,30
				Chapecó	EEB. Profª. Zélia Scharf	1209	125	15	05	X/TM/IE/FS	3.636,50
	X			Chapecó	EEB. Coronel Lara Ribas	870	100	12	04	FS/PPE/J/	1.939,00
				Chapecó	EEB. Valesca C.R. Parizotto	569	118	15	05	A/H/FS/FC/V	1.789,00
				Chapecó	EEB. Coronel Ernesto Bertaso	556	125	15	05	FS/V/D	1.585,00
	X			Chapecó	EEB. Profª Luziz Santim	980	150	18	06	F/V	2.214,00
				Chapecó	EEB. São Francisco	657	125	15	05	D/JE	0
	X			Chapecó	EEB. Marechal Bormann	596	75	09	03	VF/FS/B	1.766,50
				Chapecó	EEB. Prof. Irene Stonoga	557	100	12	04	H/FS/TM	2.015,60
				Chapecó	EEB. Neiva Mª A Costela	225	50	06	02	V/FS	633,00
				Chapecó	EEB. Bom Pastor	0	0	0	0		0
				Chapecó	EEB. Professora Lourdes	0	0	0	0		0
				Chapecó	EEB. Prof. Luiza Santana	0	0	0	0		0
				Águas de Chapecó	EEB. Irineu Bornhausen	499	125	15	05	FC/FS/V/A/B	1.351,20
				Coronel Freitas	EEB. Profª. Delia Régis	563	125	15	05	D/G/V/X/TM/N/A /FS	1.586,20
				São Carlos	EEB. Caredeal Arcoverde	413	100	12	04	V/H	1.287,80
			Quilombo	EEB. Prª. Jurema Savi Milanez	527	100	15	05	FC/MM/H	1.535,00	
					11164	1898	234	78		27.823,78	

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
12ª				São Miguel do Oeste	EEB. Alberico Azevedo	483	125	15	05	V/FS/H	0
				São Miguel do Oeste	EEB. Prof. Jaldyr B.F. da Silva	479	125	15	05	V/FS	750,00
				São Miguel do Oeste	EEB. São Miguel	902	125	15	05	TM/V/FS/X/FC	0
				São M. D'Oeste	EEB. Dr. Guilherme José Missen	510	125	15	05	B/D	892,00
				Itapiranga	EEB. São Vicente	696	105	15	05	FS/FA/OJ/H	2.080,00
				Dionísio Cerqueira	EEB. Gov. Irineu Borhausen	499	136	15	05	A/D/FS	1.638,50
				Dionísio Cerqueira	EEB. Theodureto Carlos de Farias Souto	725	100	12	04	X/B/TM	771,00
				Descanso	EEB. Everardo Backheuser	805	75	09	03	FS/H	2.057,00
				Iporã do Oeste	EEB. Vendelino Seidel	532	115	15	05	V/FSM/FSF	0
				Guaraciaba	EEB. Sara Castelhana Kleinkauf	721	148	15	05	V/FC Misto	1.187,80
				Palma Sola	EEB, Claudino Crestani	820	95	12	04	D/FC/B/A	0
				Anchieta	EEB. Osni Paulino da Silva	724	86	12	04	FC/V	2.098,84
				São José do Cedro	EEB. Cedrense	736	110	15	05	FS/B/A/FC	509,00
				Gurtujá do sul	EEB. Profª Elza Marcelos de Moura	563	125	15	05	FS/H/V	1.559,05
				Bandeirantes	EEB. Helio Wasum	273	75	09	03	FS/V/TM	1.200,00
					9468	1670	204	68		14.743,19	

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
13ª	X			Itajaí	EEB. Profº. Ari Mascarenhas Passos	602	100	15	05	FS/V/X/TM/A	803,20
				Itajaí	EEB. Paulo Bauer	471	126	15	05	B/D/TM/FS/TC	729,00
				Itajaí	EEB. Henrique Midon	483	125	15	05	FC/FS/H/TM/V	793,00
	X			Itajaí	EEB. Francisco de Paula Seara	534	150	18	06	G/AR/V/X/TM/FS	769,07
				Itajaí	EEB. Elizabeth Konder Reis	764	120	18	06	H/D/FC/V/TM/B	1.226,33
				Navegantes	EEB. Profª Júlia Miranda de Souza	1136	137	18	06	TC/TM/H/J/A	3.423,90
	X			Bal. Camb.	EEB. João Goulart	944	119	15	05	FC/FS/X/TM/FA	2.344,70
				Bal. Camb	EEB. Prf. Maria da Gloria P.	0	0	0	0		0
				Itajaí	EEB. XV de Junho	0	0	0	0		0
				Porto Belo	EEB. Tiradentes	876	75	09	03	V/TM/Folclore	1.440,00
				Luiz Alves	EEB. João Gaya	500	125	15	05	X/TM/A/V/FS	706,20
				Navegantes	EEB. Adelaide konder	633	150	18	06	X/TM/H/B/V/F	1.100,00
				Camboriú	EEB. Alcuíno Gonçalo Vieira	939	150	18	06	V/B/H/FS/R/D	1076,50
				Penha	EEF. Antônio Rocha de Andrade	505	125	15	05	JB/FS/FA/VP/TM	590,70
	X			Itajaí	EEB. Nilton Kucher	651	120	15	05	H/B/V/TM/FS	587,79
				Balneário Camboriu	EEB. Ppresidente João Goulart	944	120	15	05	H/B/V/TM/FS	0
						9982	1742	219	73		15.590,39

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
14 ^a				Lebom Regis	EEB. Frei Caneca	746	240	30	10	D/H/V	2.988,10
				Caçador	EEB. Graciosa Copetti Pereira	676	100	15	05	FS/H/V	1.787,00
				Salto Veloso	EEB. Cecília Vivan	613	125	18	06	H/FS/V	1.659,00
				Rio das Antas	EEB. Santos Anjos	487	70	09	03	VF/VM/FS	1.235,00
				Videira	EEB. Esther Crema Marmontini	540	120	18	06	V/H/FS	1.368,00
				Fraiburgo	EEB. Sede Sapientiae	0	0	0	0		0
				Fraiburgo	EEB. São José	0	0	0	0		0
						3062	655	90	30		9.037,1

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
15ª				Araranguá	EEB. Timbé do Sul	577	145	18	06	V/FS/B	1.759,00
	X			Araranguá	EEB. Dolvina Leite de Medeiros	590	75	09	03	V/FS/B	2.228,50
				Araranguá	EEB. Apolônio Ireno Cardoso	691	150	18	06	V/F/D/B	1.804,00
				Araranguá	EEB. Neusa Ostetto Cardoso	298	150	18	06	V/FS/B/H/D/A	900,00
				Aranaguá	EEB. Castro Alves	1086	150	18	06	FS/D/H/B/V/TM	3.277,00
				Araranguá	EEB. Julita Aguiar Bertoncini	525	98	12	04	V/FS/FC/H	1.572,50
	X			Araranguá	EEB. Maria Garcia Pessi	855	15	18	06	FS/H/V/B/X/D	2.650,50
				Araranguá	EEB. Catulo da P. Cearense	415	125	15	05	V/B/H/FS/A	1.113,00
				Araranguá	EEB. De Araranguá	1086	150	18	06	V/FS/H/D/TM	1.519,00
	X			Araranguá	Eeb. Castro Alves	1086	150	18	06	FS/H/B/V/D/TM	3.277,00
	X			Araranguá	EEB. Bernardino Sena Campos	600	141	18	06	FS/V/B	1.791,00
				Praia Grande	EEB. Bulcão Viana	700	150	18	06	A/B/V/FS/TM	2.097,30
				Jacinto Machado	EEB. Jacinto Machado	578	150	18	06	V/FS/FSuiço	1.524,80
				São João do Sul	EEB. Ângelo Scarpa	676	100	12	04	D/J/	1.799,60
				Meleiro	EEB. De Meleiro	547	125	15	05	H/F/B/A/TM	1.640,60
				Balneário Gaivotas	EEB. Praia da Gaivota	611	150	18	06	V/H/FS/TM/A	1.802,00
				Santa Rosa do sul	EEB. João dos Santos Areão	593	150	18	06	G/FS/V/B	1.780,00
			Turvo	EEB. Jorge Scutz	616	150	18	06	V/FS/F/B/A	1.802,90	
					12130	2324	297	99		34.338,7	

CRE	F E D	E S T	PIS	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
16ª				Brusque	EEB. Santa Terezinha	1051	80	12	04	B/A/F	3.087,98
				Brusque	EEB. Dom João Becker	729	75	09	03	HF/HM	2.045,70
				Brusque	EEB. João XXII	744	42	06	02	V/FS	2.262,61
				Brusque	EEB. Mons. Gregorio Locs	763	70	09	03	V/X	2.098,44
				Brusque	EEB. Bartolomeu da Silva	236	45	06	02	FS/V	681,50
				Tijucas	EEB. Cruz e Souza	502	75	09	03	V	2.387,00
						4025	387	51	17		12.563,23

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BEO
17 ^a				Xanxerê	EEB. Romildo Czepanhik	524	90	12	04	TM/D/OCB	482,79
				Xanxerê	EEB. Neusa Lemos Marques	506	70	09	03	D/TM/FS	1.282,30
				Xanxerê	EEB. Joaquim Nabuco	674	75	09	03	D/FS/A	2.022,00
				Faxinal dos Guedes	EEB. Salustiano Antonio Cabreira	668	100	12	04	FCV/TM/FS	1.390,80
				Ponte Serrada	EEB. Dom Vital	613	173	21	07	FS/TM/V/D	2.102,40
				Xaxim	EEB. Profª Neusa Massolini	859	150	18	06	V/H/FS/B	1.651,40
				Xaxim	EEB. Gomes Carneiro	805	75	09	03	FSM/VM/TM	1.084,40
				Xaxim	EEB. Custódio de Campos	585	100	12	04	B/H/FS/V	787,50
				Ponte Serrada	EEB. Belarmino Vitor Dalla Vecchia	487	128	18	06	FS/V/TM/	1.354,90
				São Domingos	EEF. Prefeito Arlindo Barbeiro	516	100	12	04	D/B/vVH	678,50
				São Domingos	EEB. João Roberto Moreira	490	50	06	02	VM/BM	1.219,00
				Passos Maia	EEB. Corália Gevaerd Olinnger	568	75	09	03	HM/VM/D	1.186,05
				Entre Rios	EEB. Pio XII	280	75	09	03	FS/V/	2.114,10
				Galvão	EEB. Verônica Semen	478	50	06	02	D/H	1.011,00
				Xanxerê	EEB. Prof. Iracy Tonello	573	109	15	05	FS/H/V/TM/F	356,00
			Abelardo Luz	EEB. Anacleto Damiane	451	97	12	04	B/D/R/OFB	1.390,35	
					9077	1517	189	63		20.113,49	

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BEO
18ª	X			Canoinhas	EEB. Sagrado Coração de Jesus	1235	225	27	09	B/OF/V/H/FS	3.627,00
	X			Canoinhas	EEB. Rodolfo Zipperer	613	150	18	06	V/FS	1.734,30
	X			Canoinhas	EEB. Irmã Maria Felicitas	786	200	24	08	V/FS/FC	2.400,00
	X			Canoinhas	EEB. Júlia Baleoli Zaniolo	528	75	09	03	B/TM/V	1.361,00
	X			Canoinhas	EEB. João José de S. Cabral	632	142	18	06	FC/H/TM	1.618,67
				Porto União	EEB. Prof. Germano Wagenfuhr	769	140	18	06	VM/B/HM/FS	1.723,40
				Três Barras	EEB. Frei Menandro Kamps	812	150	18	06	FSF/H/TM/V	1.893,25
				Major Vieira	EEB. Luiz Davet	584	130	18	06	FS/V/FC	1.968,70
				Canoinhas	EEB. Santa Cruz	484	129	18	06	FC/H/FS	1.551,97
				Irinópolis	EEB. Horácio Nunes	913	220	27	09	V/B/FS/H/A	2.880,00
						7356	1561	195	65		20.758,29

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDA-DES	VALOR BEO
19				Jaraguá do Sul	EEB São Pedro	884	95	12	04	A/H/X/R	1.850,80
				Jaraguá do Sul	EEB. José Duarte Magalhães	0	0	0	0		0
				Massaranduba	EEB. General Rondon	563	60	09	03	D/F/V	1.661,50
				Guramirim	EEB. São Pedro	607	95	12	04	A/H/X/R	0
				Schroeder	EEF. Luiz Delfino	590	125	15	05	IE/D	1.770,00
				Schroeder	EEB. Miguel Couto	487	125	15	05	B/ID	1.461,00
				Guramirim	EEB. Alfredo Zimmermann	635	50	06	02	FS/H	1.607,79
				Corupá	EEB. Teresa Ramos	561	25	03	01	DS	1.685,31
						4327	575	72	24		10.036,4

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
20ª				Laguna	EEB. Ana Gondin	935	175	21	07	X/TM/B/V/H	2.799,00
				Laguna	EEB. Lagunense	944	125	15	05	V/H/AOB/D	2.718,00
				Imbituba	EEB. Henrique Lage	973	150	18	06	V/A/H	2.844,00
						2852	450	54	18		8.361,00

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
21 ^a				Ituporanga	EEF. Monte Alverne	545	75	09	03	VM/TM	1.542,00
				Ituporanga	EEB. Roberto Moritz	534	75	09	03	FSM/TM	1.634,00
				Atalanta	EEB Hermes Fontes	572	75	09	03	V/TM	1.716,00
				Atalanta	EEB. Frederico Rolla	501	67	09	03	VM/TM	1.529,20
				Imbuia	EEB. Frei Manoel Philippi	645	75	09	03	VM/FS/TM	1.619,90
				Vidal Ramos	EEB. Cacilda Guimarães	561	75	09	03	TM/FS/V	1.683,00
				Alfredo Wagner	EEB. Silva Jardim	676	60	09	03	V/FS/TM	2.037,00
				Ituporanga	EEB. Aleixo Dellagistina	586	135	18	06	FS/TM/	1.757,04
					4620	637	81	27		13.518,14	

CRE	F E D	E S T	P I S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
22ª				São Bento do Sul	EEB. Celso Ramos Filho	471	100	12	04	FS/B/V/D	1.343,00
				São Bento do Sul	EEB. Prefeito Carlos Zipperer Sobrinho	669	100	12	04	FS/TM/D	1.137,08
				Rio Negrinho	EEB. Marta Tavares	866	175	21	07	V/FS/B/FC	2.571,79
				Campo Alegre	EEB. Lebon Regis	514	100	12	04	ID/V/FS	1.400,18
				Rio Negrinho	EEF. Jorge Zipperer	791	115	15	05	V/FS/ID	2.061,30
				São Bento do Sul	EEB. Orestes Guimarães	626	125	15	05	FS/V/B/TM	1.597,00
						3937	715	87	29		10.110,35

CRE	F E D	E S T	PI S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
23ª				Saudades	EEB. Rodrigues Alves	812	75	09	03	H/FS/FC	2.425,00
				Caibi	EEB. Dom Pedro II	586	125	15	05	FS/V/FC	1.710,70
				Campo Ere	EEB. Raul Pompeia	589	100	12	04	D/V/A	1.765,50
				Campo Erê	EEB. General G. Medice	542	125	15	05	FS/V/GD/GR	1.500,00
				Maravilha	EEB. Nossa Senhora da Salete	632	125	15	05	F/FS/V/TM	1.524,00
				Palmitos	EEB. Felisberto Carvalho	671	75	09	03	D/FS	2.012,34
				Cunha Porã	EEB. Prof. Patrício de Oliveira	676	125	15	05	FS/TM/D/V/B	1.790,96
						4508	750	90	30		12.728,5

CRE	F E D	E S T	PI S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
24 ^a				Curitibanos	EEB. Dep. Altir Webber de Mello	606	50	06	02	V	0
				Curitibanos	EEB. Eurico Gaspar Dutra	558	75	09	03	FS	0
				Curitibanos	EEB. Sólton Rosa	652	75	09	03	V	0
				Curitibanos	EEB. Santa Teresinha	1367	100	12	04	V/B	4.080,40
				Curitibanos	EEB. Prof. Antônio Francisco de Campos	779	50	06	02	H/V	793,20
				São Cristovão do Sul	EEB. Professor Argeu Furtado	502	30	03	01	V	0
				Monte Carlo	EEB. Virginia Paulina da Silva Gonçalves	670	83	09	03	V	0
						5134	463	54	18		4.873,6

CRE	F E D	E S T	PI S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
25ª				Dona Emma	EEB. L.Sard./ Prof. S. Bosco	316 354	118	15	05	V/FS/H/A/FC	2.217,45
				Pres. Getulio	EEB. Orlando Bertoli	832	200	24	08	V/TM/F/FS/D/H	2.206,75
				Ascurra	EEB. Abel Ávila dos Santos	494	150	18	06	FS/V	1.500,00
				Lontras	EEB. Regente Feijó	887	150	18	06	F/V/H/	2.587,40
				Apiuna	EEB. São João Bosco	508	69	09	03	FC/V	0
				José Boiteux	EEB. José Clemente Pereira	522	57	06	02	FS/H	812,00
				Ibirama	EEB. Elizeu Guilherme	731	175	21	07	F/FS/TM/X	1.549,80
						4644	919	111	37		10.873,40

CRE	F E D	E S T	PI S	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	TOTAL MATRÍCULA	Nº ALUNOS	Nº DE AULAS NO PEEE	Nº DE TURMAS	MODALIDADES	VALOR BO
26 ^a				São José	EEB. Nossa Senhora da Conceição	759	100	12	04	H/FS	2.223,42
				São José	EEB. Oswaldo R. Cabral	905	170	21	07	V/FS/	1.259,37
				São José	EEB. Laércio C. De Andrada	787	150	18	06	J/FS/D	2.033,12
				São José	EEB. Francisco Tolentino	740	140	21	07	FV/FSV/H/	2.136,00
				Santo Amaro	EEB. Nereu Ramos	477	100	12	04	H/V	1.166,00
				Palhoça	EEB. Benonivio João Martins	1704	200	24	08	D/TM/V/B/FS	2.353,00
				São José	EEB. Cecília Rosa Lopes	1084	175	21	07	FS/HM/VM/FSF	2.423,20
				Palhoça	EEB. Irmã Maria Teresa	471	100	12	04	FC/B/H/V	1.413,00
					6927	1135	141	47		15.007,11	

ANEXO VII
RELATÓRIO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRA
2001 – 2002 – 2003

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRA
 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - 2001

ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO ORCAMENTARIO/FINANCEIRA				M-ORC661
ORGÃO	4500	SEC EST EDUCACAO DESPORTO		ULT. MOV. ORC. 21/11/2001
UNIDADE	4501	GAB DO SECRETARIO-EDUCACAO		ULT. MOV. FIN. 26/09/2001
4501.12613822.553		DESENV. ATIV. FISICAS NAS UE'S		
31320000		OUTROS SERV.E ENCARGOS		
13		REC TES-REC ORD V/FUNDEF		
DOTACAO INICIAL.	200.000,00	DOTACAO ATUAL..		15.733,79
REDUCOES	184.266,21	EMPENHADO		4.930,00
SUPLEMENTACOES .	0,00	PAGO.....		4.930,00
EMPENHADO PAGAR.	0,00	SALDO ORCAMENTO		10.803,79
COMPR. EFETIVO..	4.930,00	BLOQ. FAZENDA..		0,00
BLOQUEIO DIOR ..	0,00	BLOQ. ORGAO....		0,00
CLEAR > VOLTA	PA1 > ENCERRA	PF2 > VER BLOQ.ORG	PF4 > VER DESCENTRALIZACAO	

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRA

MATERIAL DE CONSUMO - 2001

ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO ORCAMENTARIO/FINANCEIRA				M-ORC661
ORGÃO	4500	SEC EST EDUCACAO DESPORTO	ULT. MOV. ORC.	26/12/2001
UNIDADE	4501	GAB DO SECRETARIO-EDUCACAO	ULT. MOV. FIN.	28/12/2001

POSICAO POR ITEM DE DESPESA				
4501.12613822.553		DESENV. ATIV. FISICAS NAS UE'S		
31200000		MATERIAL DE CONSUMO		
13		REC TES-REC ORD V/FUNDEF		
DOTACAO INICIAL.		150.000,00	DOTACAO ATUAL..	150.000,00
REDUCOES		0,00	EMPENHADO	130.761,55
SUPLEMENTACOES .		0,00	PAGO.....	52.108,86
EMPENHADO PAGAR.		78.652,69	SALDO ORCAMENTO	19.238,45
COMPR. EFETIVO..		130.761,55	BLOQ. FAZENDA..	0,00
BLOQUEIO DIOR ..		0,00	BLOQ. ORGAO....	0,00
CLEAR > VOLTA PA1 > ENCERRA PF2 > VER BLOQ.ORG PF4 > VER DESCENTRALIZACAO				

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRA
 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - 2002

ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO ORCAMENTARIO/FINANCEIRA				M-ORC661
ORGÃO	4500	POSICAO POR ITEM DE DESPESA		
UNIDADE	4501	SEC EST EDUCACAO DESPORTO	ULT. MOV. ORC.	03/04/2002
		GABINETE DO SECRETARIO - SED	ULT. MOV. FIN.	01/01/2002
4501.12613822.553		DESENV. ATIV. FISICAS NAS UE'S		
33903900		OUTROS SERV.TERC.- P. JURIDICA		
13		REC.TESOURO-REC.ORD.FUNDEF		
DOTACAO INICIAL.		80.000,00	DOTACAO ATUAL..	20.000,00
REDUCOES		60.000,00	EMPENHADO	0,00
SUPLEMENTACOES .		0,00	PAGO.....	0,00
EMPENHADO PAGAR.		0,00	SALDO ORCAMENTO	20.000,00
COMPR. EFETIVO..		0,00	BLOQ. FAZENDA..	0,00
BLOQUEIO DIOR ..		0,00	BLOQ. ORGAO....	0,00
CLEAR > VOLTA	PA1 > ENCERRA	PF2 > VER BLOQ.ORG	PF4 > VER DESCENTRALIZACAO	

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRA

MATERIAL DE CONSUMO - 2002

ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO ORCAMENTARIO/FINANCEIRA				M-ORC661

POSICAO POR ITEM DE DESPESA				
ORGAO	4500	SEC EST EDUCACAO DESPORTO		ULT. MOV. ORC. 29/11/2002
UNIDADE	4501	GABINETE DO SECRETARIO - SED		ULT. MOV. FIN. 30/12/2002
4501.12613822.553		DESENV. ATIV. FISICAS NAS UE'S		
	33903000	MATERIAL DE CONSUMO		
	13	REC.TESOURO-REC.ORD.FUNDEF		
DOTACAO INICIAL.		100.000,00	DOTACAO ATUAL..	510.000,00
REDUCOES		0,00	EMPENHADO	471.432,17
SUPLEMENTACOES .		410.000,00	PAGO.....	448.962,91
EMPENHADO PAGAR.		22.469,26	SALDO ORCAMENTO	38.567,83
COMPR. EFETIVO..		471.432,17	BLOQ. FAZENDA..	0,00
BLOQUEIO DIOR ..		0,00	BLOQ. ORGAO....	0,00
CLEAR > VOLTA PA1 > ENCERRA PF2 > VER BLOQ.ORG PF4 > VER DESCENTRALIZACAO				

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRA
 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - 2003

ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO ORCAMENTARIO/FINANCEIRA				M-ORC661

POSICAO POR ITEM DE DESPESA				
ORGAO	4500	SEC EST EDUCACAO E INOVACAO	ULT. MOV. ORC.	12/11/2003
UNIDADE	4501	GABINETE DO SECRETARIO - SED	ULT. MOV. FIN.	19/12/2003
4501.12613822.553		DESENV. ATIV. FISICAS NAS UE'S		
	33903900	OUTROS SERV.TERC.- P. JURIDICA		
	13	REC.TESOURO-REC.ORD.FUNDEF		
DOTACAO INICIAL.		20.000,00	DOTACAO ATUAL..	17.500,00
REDUCOES		2.500,00	EMPENHADO	12.896,94
SUPLEMENTACOES .		0,00	PAGO.....	10.602,44
EMPENHADO PAGAR.		2.294,50	SALDO ORCAMENTO	4.603,06
COMPR. EFETIVO..		12.896,94	BLOQ. FAZENDA..	0,00
BLOQUEIO DIOR ..		0,00	BLOQ. ORGAO....	0,00
CLEAR > VOLTA PA1 > ENCERRA PF2 > VER BLOQ.ORG PF4 > VER DESCENTRALIZACAO				

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRA

MATERIAL DE CONSUMO - 2003

ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO ORCAMENTARIO/FINANCEIRA				M-ORC661

POSICAO POR ITEM DE DESPESA				
ORGAO	4500	SEC EST EDUCACAO E INOVACAO		ULT. MOV. ORC. 28/11/2003
UNIDADE	4501	GABINETE DO SECRETARIO - SED		ULT. MOV. FIN. 22/12/2003
4501.12613822.553		DESENV. ATIV. FISICAS NAS UE'S		
33903000		MATERIAL DE CONSUMO		
13		REC.TESOURO-REC.ORD.FUNDEF		
DOTACAO INICIAL.		750.000,00	DOTACAO ATUAL..	595.355,00
REDUCOES		154.645,00	EMPENHADO	580.429,05
SUPLEMENTACOES .		0,00	PAGO.....	493.284,86
EMPENHADO PAGAR.		87.144,19	SALDO ORCAMENTO	14.925,95
COMPR. EFETIVO..		580.429,05	BLOQ. FAZENDA..	0,00
BLOQUEIO DIOR ..		0,00	BLOQ. ORGAO....	0,00
CLEAR > VOLTA PA1 > ENCERRA PF2 > VER BLOQ.ORG PF4 > VER DESCENTRALIZACAO				

ANEXO VII

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PEEE – 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
 Secretaria de Estado da Educação e Inovação
 Diretoria de Educação Básica
 Gerência de Ensino Fundamental
 Rua Antônio Luz, 111 - Centro - Florianópolis/SC - 88010-410 - Fone 221 6000

RELATÓRIO AVALIAÇÃO 2003

GEREI: _____
 RESPONSÁVEL: _____ DATA: ____/____/____.

Avaliação Qualitativa:

1. Que ação a GEREI desenvolveu para a implementação do Programa?
2. Aponte fatores positivos da implementação do Programa.
3. Aponte fatores que dificultaram a implementação do Programa.
4. Aponte as dúvidas que ainda persistem com relação á implementação do Programa.
5. Como foi o comprometimento dos professores para desenvolverem o programa?
 ótimo boa ruim Justifique sua resposta:
6. Qual foi a receptividade e participação dos alunos no desenvolvimento do Programa?
 ótimo boa ruim Justifique sua resposta:
7. Como se deu a interação entre escola, professores e alunos?
 ótimo boa ruim Justifique sua resposta:
8. Foi percebida alguma reação da comunidade na qual a escola esta inserida, com a implementação do Programã? Qual? Por parte de quem?
9. O programa contou com a parceria de alguma instituição pública ou privada? Qual? De que tipo?
10. O objetivo específico do programa foi alcançado?
11. Qual o enfoque pedagógico/metodológico de ensino nas aulas de Educação Física?
12. Qual o enfoque pedagógico/metodologia de ensino nas aulas do Esporte Escolar?
13. Surgira ações necessárias para melhorar o desenvolvimento do programa, no setor financeiro, recursos humanos, coordenação e execução?
14. A escola coletou os dados do Projeto Esporte Brasil?
15. Como foi a receptividade do Projeto Esporte Brasil, na sua escola, por parte dos alunos?
16. E por parte dos professores / comunidade escolar?